

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP  
Julio de Mesquita Filho  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas - IGCE  
*Campus Rio Claro*

O USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO E O PROCESSO DE  
FORMAÇÃO DE UM ESPAÇO DERIVADO: Transformações e Permanências  
na Região Cacaueira da Bahia

Jorge Chiapetti

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Samira Peduti Kahil

Rio Claro - SP  
Novembro, 2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP  
Julio de Mesquita Filho  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas - IGCE  
*Campus Rio Claro*

O USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO E O PROCESSO DE  
FORMAÇÃO DE UM ESPAÇO DERIVADO: Transformações e Permanências  
na Região Cacaueira da Bahia

Jorge Chiapetti

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Samira Peduti Kahil

Tese de Doutorado elaborada junto ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Geografia, na Área de Organização do  
Espaço, para obtenção do título de  
Doutor em Geografia.

Rio Claro - SP  
Novembro, 2009

## Comissão Examinadora

---

Orientadora Professora Dr<sup>a</sup> Samira Peduti Kahil

---

Dr. Eduardo Yázigi

---

Dr<sup>a</sup>. Mónica Arroyo

---

Dr. Márcio Antônio Cataia

---

Dr. Ricardo Mendes Antas Jr.

Rio Claro, 10 de Novembro de 2009

À querida e sempre amada Jaqueline, pelo  
companheirismo, compreensão e carinho em  
todos os momentos... e, às minhas filhas,  
Emília e Isabela, que entendem o pai que ainda  
estuda...

## AGRADECIMENTOS

“A felicidade só é plena quando compartilhada.”

Antes de compartilhar este trabalho, agradeço a todos os autores citados que possibilitaram, através da escada do conhecimento, subir em seus ombros e me projetar para mais longe... Foi com eles que cresci!

Mas, esta caminhada não poderia ser plena sem o acolhimento da Professora Doutora Samira Peduti Kahil, uma cidadã brasileira que, com sua dedicação na orientação desta tese e exemplo de vida, marcou profundamente este produtivo período e a minha vida.

À Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, em Ilhéus e ao DCAA, agradeço pela liberação e apoio. E, especialmente, agradeço ao professor Caio Tácito Gomes Álvares, que me substituiu neste período.

Sou grato à minha esposa Jaqueline, que me ajudou “mais vezes” do que posso lembrar... sua compreensão nos momentos da ausência, suas dicas de Geografia, suas leituras dos textos e seu cuidado com a família... foram fundamentais.

Às minhas filhas Emília e Isabela que, a seu modo e com sabedoria, compreenderam os momentos de minha ausência, souberam esperar... mas, nunca deixaram de se fazer presentes, lembrando-me da condição de filhas e alegrando-me por existirem.

Agradeço a todos das famílias Chiapetti e Nogueira que sempre torceram por mim, em especial à Sandra Marcelo Nogueira, pela revisão do trabalho.

Meu reconhecimento e gratidão aos Professores Doutores Maria Adélia Aparecida de Souza, Ricardo Mendes Antas Jr. e Maria Mônica Arroyo, pelas valiosas sugestões e críticas no Exame de Qualificação; ao Professor Doutor Márcio Cataia, pelas “dicas de leituras” e conversas produtivas sobre a vida; ao Professor Doutor Marcos Serzedello, pela amizade e apoio incondicional.

Em especial aos amigos geógrafos “vibrantes” de Rio Claro que, sempre estiveram à disposição para discutir Geografia, quer nos encontros do grupo de pesquisa, nos bate papos de final de tarde ou nos muitos encontros gastronômicos sempre regados a um bom vinho... enfim, permitiram-me conhecer a verdadeira Geografia humana... literalmente. Falo do Carlos Eduardo dos Santos, do Francisco das Chagas do Nascimento, do Guilherme Rodrigues dos Reis, do Márcio Roberto Toledo do Maurício Marcolino dos Santos, do Mirlei Fachini Vicente Pereira, do Ricardo Sherma e do Sérgio Sebastião Negri.

Aos amigos do Instituto Floresta Viva, nas pessoas de Rui Rocha e Jeilly Viviani agradeço o apoio, a força e as boas conversas nos momentos de tantas incertezas.

Aos professores e amigos da UESC, Clarice Gonçalves S. de Oliveira, Ednice de Oliveira Fontes, Gilmar Alves Trindade, Lurdes Bertol Rocha e Maria Eliane Alves de Souza, agradeço pelo “pronto atendimento” nas solicitações de material bibliográfico.

Quanto aos demais amigos... são tantos e de tantos momentos, que prefiro utilizar este espaço para, ao invés de agradecer, desejar... a todos, indistintamente, que encontrem no dia-a-dia, pessoas com sensibilidade suficiente para ajudá-los na realização de seus sonhos. Eu fui e sou vítima de pessoas assim. É o que lhes desejo!

Acho que nunca houve uma fase na história da humanidade tão propícia à realização de uma sociedade humana, igualitária e feliz (Milton Santos, 1998).

O USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO E O PROCESSO DE  
FORMAÇÃO DE UM ESPAÇO DERIVADO: Transformações e Permanências  
na Região Cacaueira da Bahia

RESUMO

Este trabalho tem a preocupação de demonstrar como, histórica e geograficamente, a formação socioespacial da Região Cacaueira, no Sul da Bahia, se processa de forma derivada, exatamente do uso corporativo e seletivo do território brasileiro. Discutimos a crise da produção de cacau, mais especificamente o caráter multidimensional das transformações ocorridas na região, decorrentes do processo de globalização. A partir desta análise, mostramos que o movimento de reestruturação produtiva no lugar se vincula ao desenvolvimento do modo capitalista de produção, o qual cria e recria mecanismos ideológicos de crenças na modernização que, afinal, garantem a sua própria reprodução.

Palavras-chave: formação socioespacial; uso do território, crises econômicas, espaço derivado.

THE CORPORATIVE USE OF THE BRAZILIAN TERRITORY AND THE PROCESS OF  
FORMATION OF A DERIVATE SPACE: Transformations and Permanencies in the Cocoa  
Region in Bahia.

**ABSTRACT**

This paper aims to demonstrate how the socio-spatial formation of the Cocoa Region in the South of Bahia State is historically and geographically derivate from the corporative and selective use of the Brazilian territory. We discuss the crisis in cocoa production, more specifically the multidimensional aspect of the transformations occurred in the region due to the globalization process. Based on this analysis we demonstrate that the productive restructuration in the place is linked to the development of the capitalist way of production which creates and recreates ideological mechanisms of beliefs in the modernization that, eventually, guarantee its own reproduction.

Key words: socio-spatial; use of territory; economical crisis; derivate space.

## LISTA DE FIGURAS

	Página
1. Localização da Mesorregião Sul Baiano, Microrregião Ilhéus Itabuna (Região Cacaueira) e o município de Ilhéus .....	18
2. Cacaueiro ( <i>Theobroma cacao</i> ) em produção, Ilhéus-BA.....	29
3. Aspecto do cultivo de cacau em associação com a Mata atlântica no sistema cabruca, Ilhéus-BA.....	32
4. Antigo porto de Ilhéus, na baía do Pontal, Ilhéus-BA.....	36
5. Porto do Malhado, atual porto de Ilhéus, Ilhéus-BA .....	37
6. Vista de parte do Centro de Pesquisa do Cacau (CEPEC), Ilhéus-BA .....	50
7. Produção e rede mundial de importação e exportação de amêndoas de cacau .....	88
8. Destino das exportações baianas de derivados de cacau em 2008.....	120
9. Cartaz de divulgação do 3º Fórum de Turismo da Costa do Cacau. Ilhéus-BA, dez. 2007.....	133
10. Esquema representativo dos 140 quilômetros da rodovia estadual BA099, que faz a ligação entre as praias no litoral Norte do estado da Bahia, 2009.....	141
11. Zonas Turísticas do Estado da Bahia.....	143
12. Cartaz de divulgação do 3º Fórum de Turismo, Ilhéus-BA, dez. 2007.....	145
13. Aspectos da construção da segunda etapa da BA 001, trecho Itacaré-Camamu, dez. 2007.....	147
14. Traçado da rodovia BA 001 ligando as cidades de Ilhéus, Itacaré e Camamu.....	147
15. Loja de materiais de construção na rua “Ladeira Grande”, acesso principal ao centro urbano de Itacaré – BA, dez. 2007.....	150
16. Canoeiro que oferece serviços de passeios pelo rio das Contas em Itacaré-BA, dez. 2007.....	151
17. Placa de anúncio sobre oportunidades de negócios, em que a Mata Atlântica é um atrativo. Ilhéus-BA, dez. 2007.....	152
18. Casarão com arquitetura colonial do século XIX, usado como atrativo pela atividade turística, Canavieira-BA, dez. 2007.....	152
19. Localização das Unidades de Conservação e as Zonas Turística no estado da Bahia.....	154
20. Localização das UCs da Costa do Cacau, microrregião Ilhéus-Itabuna, estado da Bahia.....	155
21. Panorama do Bairro Novo Mundo: transformações urbanas que surgiram após a dinamização da atividade turística. Itacaré-BA, dez. 2007.....	161
22. Acesso à praia interrompido por um empreendimento imobiliário Una- BA, dez. 2007.....	162
23. Placa indicativa de obra do PRODETUR/NE II em Itacaré – BA, dez. 2007.....	169
24. Esquema da poligonal da área que será desapropriada no município de Ilhéus, para a instalação do Porto Sul e do Aeroporto Internacional, Ilhéus – BA.....	175
25. Navio graneleiro da China, <i>Berge Stahl</i> .....	181
26. Modelo de construção de um porto <i>off-shore</i> , como será o Porto Sul.....	181
27. Área de implantação do Porto Sul e do novo Aeroporto de Ilhéus sobreposta a área do futuro projeto de um complexo hoteleiro, Ilhéus-BA.....	183

## LISTA DE GRÁFICOS

	Página
1. Produção de amêndoas de cacau no estado da Bahia (1918 a 1930).....	33
2. Produção de amêndoas de cacau no estado da Bahia (1931 a 1955).....	47
3. Produção de amêndoas de cacau no estado da Bahia (1950 a 1990).....	51
4. Consumo per capita de chocolates nos principais países do mundo 2005/2006.....	62
5. Preço médio (em dólares) da tonelada de cacau exportado no período 1972 a 1993.....	81
6. Preço médio (em dólares) da tonelada de cacau brasileiro exportado no período 1993 a 2008.....	83
7. Evolução da produção brasileira de amêndoas de cacau e os momentos de instalação dos sistemas técnicos e eventos que promoveram transformações da atividade – 1900 a 2005.....	86

## LISTA DE QUADROS

	Página
1. Evolução da divisão territorial e administrativa da Microrregião Ilhéus-Itabuna. 1534 a 2000.....	35
2. Resumo das principais medidas dos planos de ajustes econômicos brasileiros elaborados na década de 1980.....	77
3. Resumo das principais medidas dos planos de ajustes econômicos elaborados a partir dos anos 1990 no Brasil.....	113
4. Caracterização das empresas de processamento de amêndoas de cacau no Brasil.....	116
5. Localização e atividade da empresa <i>Petra Foods (Delfi Cocoa)</i> no mundo – 1968 a 2003 .....	119
6. A crise do cacau no Sul da Bahia e a viabilização de novos empreendimentos econômicos. Notícias extraídas do jornal de Ilhéus: Diário da Tarde no ano de 1995/96 .....	131
7. Investimentos em equipamentos turísticos na Costa do Cacau: previstos e em andamento até 2010.....	160
8. Informação extraída do Diário Oficial da Bahia sobre as obras do novo complexo portuário: o Porto Sul, o aeroporto e a ferrovia.....	176
9. Cronologia das normatizações relacionadas à implantação do complexo Porto Sul.....	178

## LISTA DE TABELAS

	Página
1. Distribuição da produção de amêndoas de cacau entre diferentes extratos de produtores no ano de 1943.....	48
2. Área cultivada com cacau em 1985, no Brasil, na Bahia, no Sul da Bahia, e na Microrregião Ilhéus-Itabuna (em hectares e porcentagem da área cultivada total).....	52
3. Indicadores e resultados do Programa PROCACAU (1976 a 1985).....	52
4. Taxas de importação de amêndoas de cacau e derivados praticadas nos principais países importadores em 1962.....	56
5. Relação das empresas industriais baianas, capacidade de moagem, quantidade processada de amêndoas de cacau e taxa de utilização para a safra 1991/92.....	61
6. Participação do cacau nas exportações baianas das amêndoas e dos derivados, 1989 a 2006.....	61
7. Taxas de juros praticadas pelos EUA no mercado financeiro internacional no período de 1968 a 1996, (% a.a.) .....	74
8. Produção de amêndoas de cacau, no Brasil, no Norte, no Sudeste, na Bahia, no Sul da Bahia, e na Microrregião Ilhéus-Itabuna (em ton.) e variação percentual.....	79
9. Porcentagem de crédito rural nacional concedido para o custeio do cacau.....	83
10. Taxa de juro anual e correção monetária dos empréstimos das atividades agrícolas brasileiras no período de 1983 a 1992.....	84
11. Produção mundial de cacau por continente e país em 2005/06 (mil toneladas).....	87
12. Quantidade de amêndoas de cacau importada pelas empresas processadoras da Região Cacaueira do Sul da Bahia (1992 – 2008).....	89
13. Importação de amêndoas de cacau pelo Brasil (2006 a 2008).....	90
14. Pessoal ocupado na Microrregião Ilhéus/Itabuna por grupo de atividades da agropecuária em 1996, (números absolutos e relativos).....	91
15. População urbana nas principais cidades da Região Cacaueira nos anos de 1980, 1991 e 2000 e taxa percentual de crescimento por período.....	92
16. População rural nas principais cidades da Região Cacaueira nos anos de 1980, 1991 e 2000 e taxa percentual de crescimento por período.....	93
17. Área cultivada com cacau no Brasil, nas regiões Norte e Sudeste, no estado da Bahia, na região Sul da Bahia, e na microrregião Ilhéus-Itabuna no período de 1990 a 2007.....	94
18. Assentamentos nos municípios da Microrregião Ilhéus-Itabuna a partir de 1986.....	95
19. Valor do rendimento médio mensal das pessoas economicamente ativas residentes na Microrregião Ilhéus/Itabuna (1980 e 2000) .....	96
20. Valor do rendimento médio mensal dos trabalhadores rurais na Microrregião Ilhéus/Itabuna (1980 e 2000).....	97
21. Relação da área total agrícola e da área cultivada com cacau nos principais municípios da Microrregião Ilhéus/Itabuna em 2007.....	103
22. Participação das empresas processadoras de amêndoas de cacau no mercado brasileiro e mundial.....	117
23. Valor dos projetos executados na Costa do Cacau financiados pelo PRODETUR/NE no período de 1995 a 2005.....	145
24. Movimento Operacional do Aeroporto Jorge Amado, Ilhéus - BA (1996-2007).....	149
25. Investimentos públicos e privados, aplicados e previstos para a Costa do Cacau no período de 1991 a 2020 (US\$ mil).....	165
26. Receita da atividade turística na Bahia e em municípios baianos, 1991 e 1995 a 2004 e a participação da receita no PIB baiano.....	166
27. Composição da população urbana dos municípios litorâneos da Costa do Cacau, nos anos de 1980, 1991, 2000 e 2007.....	167

## LISTA DE SIGLAS

ABC	Associação Brasileira de Cacauicultores
ACC	Adiantamento de Contratos de Câmbio
ACM	Antônio Carlos Magalhães
ADM	Archer Daniels Midland Company
APA	Áreas de Proteção Ambiental
APA-LN	APA do Litoral Norte do Estado da Bahia
BAHIATURSA	Empresa de Turismo da Bahia S.A.
BANFEB	Banco de Fomento do Estado Baiano
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BML	Bahia Mineração Ltda
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BTN	Bônus do Tesouro Nacional
CACEX	Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil
CEE	Comunidade Econômica Européia
CENEX	Centro de Extensão
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPEC	Centro de Pesquisa do Cacau
CEPEDI	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Informática e Eletro-eletrônica de Ilhéus
CEPLAC	Comissão Executiva para o Plano da Lavoura Cacaueira
CEPRAM	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CETUR	Conselho Estadual de Turismo
CNPC	Conselho Nacional dos Produtores de Cacau
CODETUR	Coordenação de Desenvolvimento do Turismo
COMACAU	Associação de Apoio à Recuperação da Lavoura Cacaueira
COMBRATUR	Companhia Brasileira de Turismo
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONCAUBA	Comissão de Comércio de Cacau da Bahia
COOPERCACAU	Cooperativa Central dos Produtores de Cacau
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
CREAI	Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DERBA	Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia
DESENBAHIA	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
DESENBANCO	Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia

EMARC	Escola Média de Agropecuária da Região Cacaueira
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EMTUR	Empreendimentos Turísticos da Bahia
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FINOR	Fundo para Investimento no Nordeste
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
ICB	Instituto do Cacau da Bahia
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias
IESB	Instituto Sócio Ambiental do Sul da Bahia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDECA	Indústria e Comércio de Cacau Ltda
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto Sobre Serviços
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ORTN	Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PESC	Parque Estadual Serra do Conduru
PIB	Produto Interno Bruto
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo
PLV	Projeto de Lei de Conversão
PNC	Programa Nordeste Competitivo
PNV	Plano Nacional de Viação
PREVI	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PRLC	Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira
PROCACAU	Plano de Diretrizes para Expansão da Cacaucultura Nacional
PRODETUR/NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
RPPN	Reservas Particulares do Patrimônio Natural
SCULT	Secretaria de Cultura e Turismo
SEARA	Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia

SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SICM	Secretaria de Indústria Comércio e Mineração
SM	Salário Mínimo
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDIC	Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
SUPRO	Superintendência de Projetos
TRD	Taxa Referencial Diária
UC	Unidades de Conservação
UCS	Unidades de Conservação de Uso Sustentável
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
URSS	União das Repúblicas Socialista Soviéticas
VB	Vassoura-de-bruxa
ZTs	Zonas Turísticas

## SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO .....	17

### CAPÍTULO 1

FORMAÇÃO TERRITORIAL: UMA HISTÓRIA DE CONTINUIDADE.....	24
1.1 Heteronomia histórica brasileira: Ilhéus, um lugar de exploração.....	24
1.2 A região como espaço derivado.....	28
1.3 O sistema de produção do cacau no Sul da Bahia: gênese da formação de um espaço derivado.....	32

### CAPÍTULO 2

A FORÇA DAS POLÍTICAS DO ESTADO FEDERAL E A ORGANIZAÇÃO DO CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DO CACAU.....	40
2.1 O Estado nacional e a divisão territorial das atividades agrícolas e industriais.....	40
2.1.1 A produção agrícola do cacau no Sul da Bahia: estrutura e função na divisão territorial do trabalho.....	45
2.1.2 O processo de industrialização do circuito espacial de produção do cacau.....	55
2.2 Num espaço derivado: a subordinação das classes sociais.....	63

### CAPÍTULO 3

O CONTEXTO DE UMA CRISE ANUNCIADA: A FRAGILIDADE DE UM ESPAÇO DERIVADO.....	71
3.1 A fragilidade do projeto político do Brasil e do projeto de desenvolvimento econômico para a região Sul da Bahia.....	71
3.1.1 O contexto da crise do cacau.....	80
3.2 O fim da hegemonia da atividade cacaeira do Brasil.....	87
3.3 A crise e as transformações do lugar.....	91
3.3.1 As reflexões das crises.....	97
3.4 A força das formas geográficas herdadas: as rugosidades do território no Sul da Bahia.....	101

## CAPÍTULO 4

NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS: A REFUNCIONALIZAÇÃO DOS LUGARES .....	108
4.1 O estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional e os caminhos para o desenvolvimento nacional .....	108
4.2 Políticas de Estado ou política das empresas: a reestruturação econômica e o uso corporativo do território .....	113
4.3 Da ordem global à desordem regional .....	123
4.3.1 Refuncionalização dos lugares: o discurso do desenvolvimento na constituição de uma psicoesfera e os novos arranjos locais para uso corporativo do território.....	127

## CAPÍTULO 5

ATIVIDADE TURÍSTICA: A NOVA ESTRATÉGIA DE USO DO TERRITÓRIO .....	138
5.1 A gênese da atividade turística na Bahia: vocação natural .....	138
5.2 A atividade turística na Bahia: reestruturação no período atual .....	140
5.2.1 Na nova reestruturação, a especialização turística dos lugares .....	142
5.2.2 Os investimentos nas vias de circulação: rodovias e aeroportos .....	146
5.2.3 A natureza como instrumento do mercado turístico .....	149
5.2.4 A normatização ambiental do território para a produção da atividade turística: as APAS e Parques .....	153
5.3 Os novos equipamentos turísticos: a dinamização da atividade ou novos conflitos sociais? .....	158
5.3.1 A história repetida: a ocupação estrangeira .....	162
5.4 PRODETUR-NE e a construção da psicoesfera da atividade turística .....	164

## CAPÍTULO 6

PORTO SUL: NOVAMENTE A PROMESSA DE DESENVOLVIMENTO .....	174
6.1 Novo complexo intermodal: a reestruturação da velha vocação mercantil das <i>commodities</i> .....	174
6.2 A nova estratégia competitiva do estado da Bahia .....	180
CONCLUSÕES E REFLEXÕES .....	185
REFERÊNCIAS .....	190
BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS .....	201

## INTRODUÇÃO

A geografia é uma luz para a compreensão do mundo de hoje e será feita, necessariamente, por quantos estejam interessados em conhecer o presente e propor o futuro.

(Maria Adélia Aparecida de Souza, 2003).

No processo de formação do território brasileiro, um processo derivado da expansão do sistema socioeconômico da Europa a partir do século XV, a exploração mercantilista atribuiu importância para várias regiões brasileiras em diversos períodos históricos, como “resultado da acomodação, a um só tempo, da economia, da sociedade e da política em relação às exigências do modo de produção capitalista em escala mundial” (SANTOS, 1979a, p. 143).

Como projeção da economia mundial, cada período histórico de participação do território no sistema capitalista, representou uma particularidade na integração do território ao mercado mundial (integração vertical) e, conseqüentemente, de sua integração nacional (integração horizontal). Seletivamente, a demanda do mercado mundial vai movimentando a sociedade no território, transformando os conteúdos e funções dos lugares que podem ser entendidos pelas sucessivas divisões territoriais do trabalho (SANTOS, 2006, p. 131). Embora este processo tenha promovido uma instrumentalização do território, sua instalação e organização ocorrem, prioritariamente, segundo os reclames do mercado.

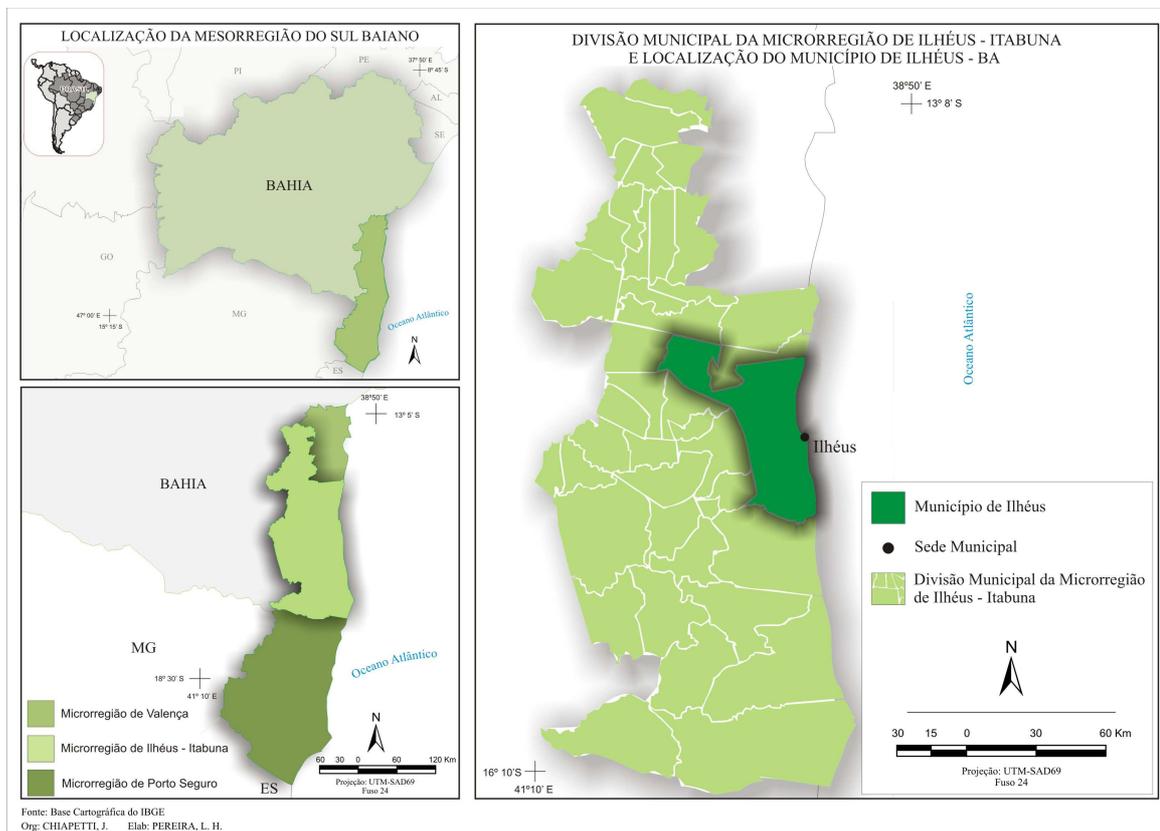
Quando o território brasileiro foi ocupado por diversas frentes pioneiras, dos chamados ciclos da economia que foram se constituindo a partir da metade do século XX, a Região Cacaueira<sup>1</sup> do Sul da Bahia (Figura 1) já possuía um longo passado histórico na

---

<sup>1</sup> A Região Cacaueira da Bahia está localizada na Mesorregião Sul Baiano ou Região Sul da Bahia, a qual, atualmente, é subdividida em 3 microrregiões: Valença, Ilhéus/Itabuna e Porto Seguro, totalizando 70 municípios. A denominação popular de “Região Cacaueira” remete à relevância da atividade cacaueira no passado e ao conteúdo simbólico, que historicamente definiram esta região. Na última divisão regional da Bahia, elaborada pelo IBGE em 1989, foi substituída a designação Microrregião Cacaueira pela denominação Microrregião Geográfica Ilhéus-Itabuna, a qual abrange 41 municípios, praticamente os mesmos da “antiga” Microrregião Cacaueira. Tal regionalização se baseou, não mais apenas na produção do cacau propriamente, mas levou em consideração também a distribuição e consumo da produção. Neste trabalho adotaremos a denominação de Região Cacaueira, considerando que o cacau ainda permanece como uma forma geográfica herdada.

exploração de uma monocultura exportadora, com maciça presença humana e lógica econômica e políticas consolidadas.

Figura 1 – Localização da Mesorregião Sul Baiano, Microrregião Ilhéus Itabuna (Região Cacaueira) e o município de Ilhéus



As influências das forças dinâmicas que a atividade cacaueira proporcionou à economia regional podem ser vistas como forças dos pólos dinâmicos internos, aos quais Santos (1993, p. 26) faz referência ao analisar a organização do território brasileiro em arquipélagos “formados por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações derivadas do mundo exterior”.

Enquanto outros pólos dinâmicos são quebrados pelas mudanças, tanto nos sistemas de engenharia como no sistema social, no caso da Região Cacaueira, a mola propulsora de toda a dinâmica regional do Sul da Bahia foi e continuou sendo a exploração do cacau, mercadoria que, enquanto monopólio da região orquestrou o ordenamento espacial da atividade. A dinâmica da produção de cacau se manteve como atividade econômica hegemônica na Região Sul da Bahia até o final dos anos 1980.

Mas embora o crescimento econômico tenha consolidado a atividade cacauífera como sustentáculo da formação regional, as disparidades, as desigualdades persistem e até mesmo vão se aprofundando e, mesmo que o Estado tenha viabilizado a instalação de sistemas técnicos eficazes que deram suporte para a reorganização, especialização da produção e incremento da produtividade, a atividade cacauífera do Sul da Bahia iniciou a década de 1990 com uma expressiva diminuição da produção, traduzindo-se em crise regional, ou seja, a “crise do cacau”.

No atual período histórico da globalização, a Região Cacauífera da Bahia é conduzida a uma transição funcional de organização de sua economia. Novos sistemas de atividades são as alternativas propostas pelo Estado para o desenvolvimento econômico, com a promessa de superação da crise e das questões de pobreza e desigualdades que teimosamente persistem no território do lugar. O Estado através dos planos, programas ou políticas de desenvolvimento anuncia ideologicamente, um crescimento econômico para todos, no entanto os sistemas de ações públicas do período atual, seguindo a mesma lógica do desenvolvimento capitalista, são seletivos e só conseguem instrumentalizar o território para uso, quase que exclusivo, das grandes corporações.

O discurso cria uma psicosfera<sup>2</sup> que, mesmo avessa aos interesses da grande maioria da população, torna-se um aliado às grandes corporações e à elite política e econômica, para a difusão e aceitação do uso corporativo do território. “O discurso ideológico atual é tão violento que elimina todo o diálogo. É preciso ver que nada de diferente é possível e que o amanhã será como hoje” (SANTOS, 2000, p. 71), pois os investimentos em infra-estrutura territorial, que são anunciados como um novo período de desenvolvimento põe à disposição dos grandes investidores nacionais e internacionais um território instrumentalizado para uso das empresas e corporações.

Se o Estado funcionava como um ente político regulador em benefício dos equilíbrios territoriais e sociais, hoje, com a primazia do econômico sobre o político ele próprio, o Estado é refuncionalizado e submete a sociedade e o território a transformações súbitas aos conteúdos quantitativos e qualitativos, alterando todas as relações que poderiam manter a coesão social e territorial da nação. Assim, estamos partindo do pressuposto de que às transformações do modo do desenvolvimento do capitalismo seguem-se transformações/refuncionalizações do espaço

---

<sup>2</sup> Para Santos (2006, p. 256), o conceito psicosfera se refere ao “reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido [...] fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário”. A sua ação é local, mas se constitui “produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas”. [...] “Tecnosfera e psicosfera são os dois pilares com os quais os meios científico-técnico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contra-racionalidade, no próprio conteúdo do território”.

geográfico, quer o tomemos a escala nacional, quer o tomemos a escala dos lugares, tudo organizado em função de interesses distantes, que se dão, unicamente, em benefício dos agentes hegemônicos da economia.

Nos caminhos da pesquisa procuramos reconstituir os aspectos principais do desenvolvimento no processo histórico da formação socioespacial e das transformações na Região Cacaueira. A luz das teorias de Milton Santos, “que é ao mesmo tempo, um método e uma explicação” (KAHIL, 2009, s.p.), procuramos direcionar o foco de nosso objeto de estudo para uma reflexão que possa revelar o movimento das transformações do período atual, um movimento que tem conduzido ao aprofundamento das desigualdades sociais e fragmentações territoriais. Mas, no entanto, disfarçado pelas aparências dos índices de crescimento econômico anunciados, freqüentemente, pelos arautos da globalização. “A era da globalização, mais do que qualquer outra antes dela, exige uma interpretação sistêmica cuidadosa, de modo a permitir que cada coisa seja redefinida em relação ao todo planetário” (SANTOS, 2002, p. 153). Assim é que, considerando o processo histórico atual, estabeleceremos relações entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo; reconhecendo o espaço geográfico como sinônimo de território usado, que é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material das transformações<sup>3</sup>.

Atentos à sucessão histórica dos meios geográficos no processo de formação de Ilhéus e conseqüentemente, da Região Cacaueira da Bahia e a sua compreensão, não como uma realidade isolada, sem inter-relação com o território, mas sim, enquanto elemento constitutivo da totalidade da formação socioespacial brasileira, partimos da análise do espaço geográfico “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistema de ações” (SANTOS, 2006, p. 63), para entendermos tanto a dinâmica que transforma, como as permanências do lugar.

O lugar se define assim, como particularidade imanente ao mundo, ‘num movimento interativo no qual o mundo e o lugar se fertilizam mutuamente’ (SANTOS, 2006, p. 124). Nesta nova fase da história, o espaço geográfico é um dos mais importantes aspectos das possibilidades de realização do mundo – dado o estágio técnico-científico-informacional contemporâneo possibilitar indissociavelmente, sistemas de ação e sistemas de objetos, alcancem lugares no mundo. Ao alcançar os lugares, o mundo muda ao mesmo tempo em que uma nova dinâmica se instala no lugar. Assim, os lugares se diferenciam pelo fato de que são diversamente alcançados, seja qualitativa seja quantitativamente, pelos sistemas de ações e sistemas de objetos (KAHIL, 2009, s.p.).

---

<sup>3</sup> “Como o mundo necessita da mediação dos lugares para se funcionalizar, o território, que é a dimensão política do espaço geográfico, termina por ser a grande mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local. Daí a importância teórica e política dessa geografia renovada proposta por Milton Santos de trabalhar o território usado, sobretudo hoje, quando o espaço passa a ser instrumento da competitividade que está se tornando irresistível no processo da economia política globalizada” (KAHIL, 2009, s.p.).

Por meio das novas técnicas, os sistemas de ações passam a ser organizacionais e têm alcance planetário, são as verticalidades, um instrumento constituído por sistemas técnicos, sistemas organizacionais e, principalmente, informacionais. “A informação, sobretudo, ao serviço das forças econômicas hegemônicas e ao serviço do Estado, é a grande regedora das ações que definem as novas realidades espaciais” (SANTOS, 2006, p. 285). Mas, os lugares também podem ser fortalecidos pelas horizontalidades, a partir das ações locais, as quais são atividades políticas que alargam a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo.

Se o espaço geográfico se constitui numa ferramenta de análise do mundo, os eventos e a divisão do trabalho (motor da vida social e da diferenciação espacial) são variáveis indispensáveis para a compreensão das transformações do mundo e do lugar. “É através do evento que podemos rever a constituição atual de cada lugar e a evolução conjunta dos diversos, lugares, um resultado da mudança paralela da sociedade e do espaço” (SANTOS, 2006, p. 155).

“E são, pois, os eventos que unem, em movimento interativo, o mundo e o lugar, universalidade e particularidade, e que, empiricizando o mundo nos lugares, transformam o todo, que é uma integral, em seus diferenciais” (KAHIL, 2009, s.p.). Portanto, “o lugar não é um fragmento, é a própria totalidade em movimento que, através dos eventos, se afirma e se nega, modelando um subespaço global” (SILVEIRA, 2002a, p. 204 – 205).

Como “nosso ponto de partida é a sociedade se realizando e, esta realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso, a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições” (SANTOS, 2006, p. 54), nosso objetivo maior é discutir a dinâmica das transformações/refuncionalizações do modo do desenvolvimento capitalista na Região Cacaueira do Sul da Bahia, desde a implantação da atividade cacaueira até a situação atual, em que o espaço geográfico, mais uma vez, se reorganiza para servir como recurso, seletivamente usado pelas atividades econômicas corporativas, desta vez pelas atividades turísticas e portuárias.

A periodização é um dos elementos estruturantes do trabalho, já que evidencia os eventos capazes de causar rupturas na organização espacial, alterando, em algum sentido, as lógicas e as dinâmicas pretéritas. De acordo com Santos (1991), para procedermos a uma periodização, temos que ter claramente a “noção de regime” e a “noção de ruptura”. Regime é quando as variáveis chaves ou elementos, e a estrutura da situação analisada mantêm nexos entre si. Quando um evento modifica, transforma o regime, a organização e a relação das

variáveis, podemos dizer que estamos na presença de um momento de ruptura. Isso é possível, devido a existência de uma “organização, encarregada de impor regras de ação” (p. 82).

Deste modo, esta tese foi estruturada de forma a abranger todo o processo histórico de formação da Região Cacaueira e, conseqüentemente, de Ilhéus, cuja análise procura dar conta das variáveis-chaves e de suas coerências sistêmicas e, assim, entender as principais dialéticas que compõem a situação geográfica: a dialética do externo e do interno, do novo e do velho, do Estado e do mercado, principalmente.

Assim, procedemos a uma periodização do território, que se inicia no século XVI, com uma discussão da formação do Brasil, como uma projeção já derivada da dinâmica da economia mundial. Discutimos a gênese da implantação da atividade cacaueira e sua afirmação como base da economia regional, mas, sem deixar de assinalar, que as transformações (movimento populacional e instalação dos sistemas de engenharia) deveriam-se muito mais aos impulsos do mercado externo do que ao interno, impondo um ritmo próprio à formação socioespacial, o que lhe atribuiu à característica de um espaço derivado (Capítulo 1).

Num segundo momento procedemos a uma análise da organização do circuito espacial produtivo do cacau no conjunto das transformações das políticas de desenvolvimento econômico do país. Definitivamente, foi a partir da crise mundial de 1929, que a intervenção na economia, pelo poder público, passou a ser realizada mais efetivamente, e os gastos governamentais passaram a conduzir a divisão territorial do trabalho. Desenvolvemos a discussão em dois momentos: o momento em que os investimentos em sistemas técnicos consolidaram a região como agroexportadora, e o momento da instalação do processo industrial do cacau. Não tivemos como escapar de uma análise e discussão da formação das classes sociais na região, dada a importância do poder político-econômico e, ao mesmo tempo, sua condição de classe subordinada ao capitalismo liberal, em seus diferentes momentos (Capítulo 2).

Uma discussão da organização do sistema econômico mundial e da origem da crise global do sistema capitalista, a partir dos anos 1970, nos esclareceu como essa crise do capitalismo aparece como crise do “Estado de Bem-Estar”, justificando a ruptura com o paradigma da planificação de Estado e impondo políticas neoliberais de ajuste econômico. As transformações socioespaciais são discutidas no contexto da “crise do cacau” e na análise das formas geográficas herdadas, pois a atividade cacaueira permanece, tanto na vocação racional

das ações historicizadas e geografizadas, como na vocação originalmente técnica dos objetos que aí foram se instalando funcionalmente (Capítulo 3).

Após diversas crises e ajustes do modo de desenvolvimento capitalista chegamos ao período em que se estabelece uma nova ordem econômica internacional, uma ordem agora mais coesa e poderosa, dado ao imperativo de um meio geográfico mais denso e eficaz, técnico, científico e informacional. O período técnico-científico-informacional possibilita novos conteúdos, novos usos, muitos dos quais desfavoráveis aos lugares (SANTOS, 2006). A rigor, os novos conteúdos consistem interesses que tornam o território mais fluido aos vetores hegemônicos e desarranjam as formas pretéritas do lugar (Capítulo 4).

Por fim, discutimos as atividades turísticas e portuárias buscando compreender o sentido de tais transformações territoriais, como possibilidades do desenvolvimento econômico da Região Cacaueira da Bahia. Seja através das ações normativas (mais especificamente na compreensão da normatização ambiental como um vetor da reprodução), seja através dos investimentos em infra-estrutura, examinamos os interesses políticos e econômicos que orientam o planejamento no período histórico da globalização. Movidos por interesses corporativos e, em nome da ideologia do desenvolvimento, o território do lugar, mais uma vez, é reorganizado para servir como recurso, seletivamente, usado pelas atividades econômicas, nas quais se beneficiam os portadores das técnicas hegemônicas (Capítulo 5 e 6).

Ao estudarmos o espaço geográfico nos damos conta de que “o lugar geográfico é também o lugar filosófico da descoberta, porque nele se batem forças contraditórias. Há, de um lado, os que buscam o lucro a todo custo e se apropriam dos pontos mais vantajosos e há os demais, mais ou menos afetados por uma situação que desejam modificar para melhor” (SANTOS, 2000, p. 63). Assim, buscando compreender o sentido de tais transformações territoriais que incidem sobre realidades já existentes, evidenciamos o uso corporativo do território e, quiçá, tenhamos contribuído para compreensão, através de uma interpretação que se quis ampliada, de que é possível outros rumos políticos para o projeto de desenvolvimento da Região Cacaueira e do próprio país.

## CAPITULO 1

### FORMAÇÃO TERRITORIAL: UMA HISTÓRIA DE CONTINUIDADE

#### 1.1 - Heteronomia histórica brasileira: Ilhéus, um lugar de exploração

Se a geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada a sociedade local pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo é social (SANTOS, 1979, p. 9).

A formação do território brasileiro é um processo derivado da expansão do sistema socioeconômico da Europa, a partir do século XV, momento do processo em que os sistemas de ações, marcadamente ritmadas pelo modo capitalista mercantil, buscavam ampliar os horizontes de exploração de mercadorias, as quais seriam comercializadas vantajosamente no mercado europeu.

No movimento de conquistas e partilha das novas terras entre as economias hegemônicas da Europa, o domínio português sobre o Brasil impôs um uso do território como um recurso na acumulação primitiva<sup>4</sup> em escala mundial. A “exploração comercial de um território virgem se

---

<sup>4</sup> Acumulação primitiva é um conceito elaborado por Karl Marx, no sentido de explicar o enriquecimento das nações e indivíduos na origem do sistema capitalista. “A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem

deu em proveito de objetivos completamente estranhos à sua população, e em que essa população não figura senão como elemento propulsor destinado a mantê-la em funcionamento” (PRADO JUNIOR, 1974, p. 102) para a produção de excedentes, os quais se transformaram em lucros no comércio internacional, sendo apropriado, exclusivamente, pela burguesia metropolitana.

Não bastasse o uso privilegiado - a exploração do território brasileiro como recurso em benefício da expansão do mercado europeu - a ordem social se formava sob o comando de uma monarquia absolutista que, “de mera reunião de cortesões e protegidos, faz-se órgão de domínio” (FAORO, 2000, p.12) e do exercício do poder tinha como benefício a exploração de todas as possibilidades econômicas<sup>5</sup> do território.

O direito exclusivo de exploração e comercialização das mercadorias se apresentava vantajoso para o capital comercial europeu e a exploração da colônia foi posta em marcha “enquanto outras colônias se estruturavam como colônias de povoamento, portanto na retaguarda da expansão mercantil [...], o Brasil exemplarmente, nascia para o sistema na vanguarda, isto é, como lugar de produção” (OLIVEIRA, 1998, p. 206)<sup>6</sup>.

Como o único objetivo era a exploração, o interesse em relação ao território brasileiro era condicionado por fatores puramente econômicos, como a busca de fortuna rápida “que devia ser gozada mais tarde em Portugal, em quintas e castelos” (BARROS, 2004, p. 95).

---

das Índias Orientais, a transformação da África em cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. De imediato segue as guerras comerciais das nações européias, tendo o mundo por palco. [...] Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se então, mais ou menos em ordem cronológica, a saber pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. [...] Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda a velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesmo é uma potência econômica (MARX, 1894, vol.II, p. 370).

<sup>5</sup>Para Darci Ribeiro (1998, p. 101 – 115) a apropriação das possibilidades econômicas pelos grupos dominantes é um processo histórico e inicia-se no processo civilizatório que teve origem em dois processos distintos: as cidades-estados e os estados rurais artesanais, onde existia um governo central permanente que exercia o domínio da sociedade. Esse poder sempre foi exercido por uma minoria de homens de prestígio que monopoliza o uso legítimo da força para perpetuar e alargar seus privilégios mantendo os “interesses investidos, destinados a assegurar às camadas privilegiadas o gozo tranqüilo e a frutificação de suas regalias. [...] Uma vez instituídos, os Estados tendem a uma regulamentação cada vez mais restritiva das atividades sociais, em termos de preservação dos interesses dos grupos dominantes”. Assim, a defesa dos interesses dos grupos dominantes acaba atuando como incentivadoras do desenvolvimento econômico dos lugares como uma marcha do progresso, mas o benefício desse progresso não se estende à sociedade toda, ficando concentrado em mãos das classes dominantes.

<sup>6</sup> A diferença entre colônias de povoamento e de produção pode ser caracterizada por comparação entre o processo de colonização como se deu no Brasil e nos EUA. Em uma comparação histórica, os EUA e o Brasil partiram de um mesmo ponto, sendo que ambos eram dependentes de suas metrópoles e foram criados no ciclo expansivo do capitalismo mercantil, mas com dinâmicas diferentes. Os EUA foi uma colônia de povoamento e que teve dificuldades no seu início, já o Brasil foi uma colônia de produção e a sua exploração teve grande êxito inicial. Desta dinâmica inicial provêm as diferenças: o fracasso inicial dos EUA a ligará com uma extensão da economia da Europa; já o Brasil, o êxito é sinal de que a colônia é uma projeção da economia européia, mas com uma ligação apenas como fonte de recursos, o que lhe atribui – no caso de esgotar tais recursos – constantes períodos de êxitos e fracassos (OLIVEIRA, 2003b, p.88-96).

A exploração do território brasileiro se efetivou e a demanda crescente de produtos como madeira, metais, açúcar e café avivaram a cobiça dos europeus.

Novas terras, novos bens abrem-se à cobiça dos invasores. Reviva-se o ímpeto predatório e mercantil que leva a aceleração econômica da matriz em termos de uma acumulação de riqueza em geral rápida e grávida de conseqüências para o sistema de trocas internacional. Se o aumento na circulação de mercadorias se traduz em *progresso*, não resta dúvida de que a colonização do Novo Mundo atuou como um agente modernizador da rede comercial européia durante os séculos XVI, XVII e XVIII (BOSI, 1992, p. 20, grifo do autor).

Como conseqüência, o processo de expansão do sistema mercantil mundial deu origem às primeiras estruturas de atividades econômicas no território, como um sistema de exploração econômico e social baseado na relação do trabalho escravo e numa estrutura concentradora de terras. Desse modo, a formação territorial do Brasil se processou sob o signo da “fratura social<sup>7</sup>” – de um lado os europeus que formavam a classe de latifundiários e do outro os escravos como força de trabalho.

De acordo com Bosi (1992, p. 23-25) os sistemas de ação colonizadora tomaram aqui forma peculiar dominante e exploratória que condicionou e marcou profundamente a formação territorial brasileira: 1) predomínio de latifundiários vinculados a grupos mercantis europeus, principalmente de traficantes de escravos, os quais se constituíram em força de trabalho e posteriormente, numa população que se formou marginalmente ao sistema econômico e social; 2) estrutura política local amarrada aos interesses dos proprietários de terra, os quais eram subalternos a estâncias superiores (juntas da Fazenda e da Justiça compostas por funcionários reais, como: provedores, ouvidores, procuradores, intendentess etc.), comandados pelas Leis do Reino de Portugal, constituindo-se num poder absolutista; 3) dependência e obediência total ao sistema religioso de Portugal; 4) controle total da população ao acesso a alfabetização, o que resultou num divisor ou num “abismo social” entre os alfabetizados (cultura oficial) e os analfabetos (cultura popular), caracterizando-a como uma cultura arcaica, atrasada que vivia na fronteira da cultura européia.

Estabeleceu-se, assim, um circuito fechado de controle do processo produtivo e social, cujas normas rígidas comandadas pela metrópole garantiam a exploração do território brasileiro e mantinham o fluxo de mercadorias para o mercado europeu.

---

<sup>7</sup> O termo “fratura social”, segundo Arantes (2004, p. 49) é um conceito lançado em 1995 pelo antropólogo Emmanuel Todd e pelo economista Henri Guaino que significa o distanciamento do poder aquisitivo entre os estratos superiores e inferiores na sociedade. Para essa diferenciação entre classe alta, com grande propensão ao consumo devido a concentração da renda e classe baixa com precárias condições de vida e com pouca propensão ao consumo, Sampaio (2003, p. 7) usa o conceito de “abismo social”.

Para Furtado (1989, p. 15), o território brasileiro “não é fruto nem de conquistas e nem de um projeto de colonização”, mas de uma ocupação que não coube o direito de escolha no processo de formação territorial.

Desde seus primórdios, tudo se apresenta como definitivo, com os traços básicos que persistiriam por séculos. Os que chegam trazem consigo meios necessários para por em marcha uma empresa que já nasce próspera. [...] Um povo de comerciantes criava a primeira organização produtiva agrícola do hemisfério ocidental vinculada ao mercado europeu. [...] Estava lançada uma operação transcontinental de grande envergadura com o objetivo de criar um fluxo de exportação para um mercado situado a milhares de quilômetros. Dessa forma os critérios econômicos se sobrepõem a tudo. Poucas vezes na história humana uma formação social terá sido condicionada em sua gênese de forma tão cabal por fatores econômicos (FURTADO, 1989, p. 15).

Os mecanismos de exploração e controle e sua inserção no sistema econômico mundial que se seguiu, contribuíram para um processo de formação de uma sociedade e um território pouco integrados. A história da formação do território brasileiro é, assim, uma história de fragmentações, o que não é característica de apenas uma fase de nossa formação, a qual tenderia a se corrigir com o tempo, como ocorreu em países de colonização de povoamento – que, mesmo antes da Revolução Industrial inglesa, mostravam-se mais integrados e com maior capacidade de promover o desenvolvimento econômico interno – pois como um processo da expansão do sistema político-econômico e religioso-cultural da Europa, “a natureza colonial da economia brasileira se orientou essencialmente para o exterior; e é de lá, portanto, que provêm seus principais e fundamentais estímulos” (PRADO JUNIOR, 1974, p. 334).

A exploração mercantilista atribuiu importância para várias regiões do território brasileiro em diversos períodos históricos, como a cana-de-açúcar para Salvador e Recife, o café para São Paulo, o ouro para Minas Gerais, a borracha para Belém e Manaus. Em Ilhéus seguiu-se o mesmo processo de ocupação do Brasil, como um lugar de exploração mercantilista, um lugar, um território que se formou para servir de condição para êxito da expansão econômica européia.

## 1.2 – A região como espaço derivado

Na capitania de Ilhéus, como em todo o litoral brasileiro, a natureza ia cedendo lugar à produção de cana-de-açúcar e, em 1564, Ilhéus contava com oito engenhos de açúcar em plena produção (SCHWARTZ, 1988, p. 148). Ao longo dos séculos XVI e XVII, atraídos pela grande lucratividade, os beneficiários da coroa portuguesa realizaram aqui investimentos na produção de açúcar, tornaram Ilhéus, o centro dinâmico da exploração na capitania.

Depois da metade do século XVII, a atividade açucareira da colônia brasileira como um todo entrou em crise devido à mudança da estrutura de poder nos países europeus, resultado da maior concorrência no mercado açucareiro mundial (OLIVEIRA, 2003a, p. 21). Para Furtado (1977, p. 62) a crise da produção de açúcar na colônia brasileira foi também agravada pelo aumento do preço dos escravos e pelo deslocamento de mão-de-obra especializada para a exploração do ouro.

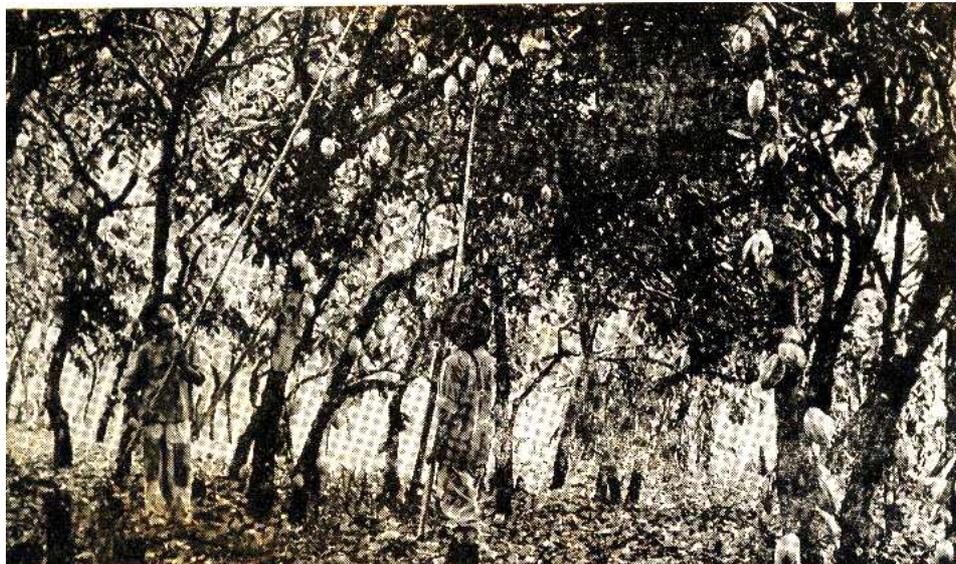
Da sucessão dessas crises na produção de cana-de-açúcar, a capitania de Ilhéus chega em 1724, somente com um engenho em funcionamento (SCHWARTZ, 1988) e, se a atividade açucareira não se apresentava mais vantajosa para a metrópole, a continuidade da sua exploração dependia de outra atividade rentável para manter o fluxo de mercadorias e os lucros para a burguesia metropolitana.

Assim, a opção da metrópole para a continuidade da exploração da Capitania de Ilhéus foi o cultivo do cacau (*Theobroma cacao*)<sup>8</sup> que, sendo originário da América Central e da América do Sul, encontrou na Mata Atlântica do Sul da Bahia as condições favoráveis e semelhantes ao seu local de origem, com solos apropriados, um clima quente e úmido e de chuvas abundantes (Figura 2).

---

<sup>8</sup> As primeiras amêndoas de cacau foram trazidas do Pará por Luiz Frederico Warneaux, as quais entregou a Antônio Dias Ribeiro, que as plantou no ano de 1746 na fazenda Cubículo localizada às margens do Rio Pardo no município de Canavieiras e somente 6 anos depois chegou ao município de Ilhéus. Existem outras datas para o início dos plantios de cacau em Ilhéus que são citadas por vários autores como: 1755 a 1760 e 1780, mas embora os índios da Amazônia utilizassem as amêndoas para fazer vinho através de sua fermentação bem antes da chegada de Cabral ao Brasil, a data oficial para o cultivo do cacau em solo brasileiro é 1679, quando a Carta Régia dessa época autorizava que os colonos do Pará plantassem as amêndoas em suas terras (VINHÁES, 2001, p. 214). No início o cultivo do cacau não teve grande êxito, mas a partir do ano de 1783 já era considerada uma cultura importante no Sul da Bahia.

Figura 2 – Cacaueiro (*Theobroma cacao*) em produção Ilhéus-BA



Fonte: LIMA, (1964, p. 12).

Inicialmente, a atividade de plantio do cacau se deu paralelamente à atividade de cultivo de cana-de-açúcar, e outras culturas como o arroz. Mas, ao final do século XVIII, com o aumento da demanda no mercado internacional<sup>9</sup>, a produção de amêndoas de cacau passou a ser considerada uma cultura importante. Em 1783, “os administradores provisórios da Bahia, não escondem seu entusiasmo pelo desenvolvimento da cultura do cacau, do qual já havia mais de 400 mil pés, de que se começa já a ver fruto, traziam progresso para a região” (SANTOS, 1957, p. 44). Para Barbosa (1994, p. 16) foi somente em 1822 que a atividade cacauera teve um novo impulso com a chegada de imigrantes alemães que se estabeleceram numa sesmaria adquirida por Pedro Weill, em Ilhéus<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> De cultivo milenar pelos povos Astecas e Incas, o cacau teve expressão no mercado a partir do seu conhecimento pelos europeus, primeiramente pelos espanhóis, que por muitos anos detinham os segredos de seu processamento, o seu uso foi difundido na Espanha, depois na França e se espalhou por toda a Europa. Em 1657 surgiu a primeira casa de chocolate em Londres. Na Holanda, o chocolate tornou-se bebida popular em 1660. Em 1728 foi instalada fabricas de chocolate em Bristol na Inglaterra, em 1756 em Steinhunde na Alemanha e nos EUA. Na França foi instalada a primeira fábrica de chocolate em 1776 (BONDAR, 1938, p. 16-17). Em 1828, o holandês Coenraad Johannes Van Houten inventou o método para extrair manteiga de cacau, originando o cacau em pó. Em 1875, formulado pelo industrial suíço Henri Nestlé e o inventor suíço (fabricante de chocolate) Daniel Peter, surgiu na Suíça o chocolate ao leite, que popularizou o seu consumo (COSTA, 2008, p. 39-43). Todos esses eventos contribuíram para o aumento da demanda de amêndoas de cacau nos EUA e na Europa.

<sup>10</sup> Pedro Weill obteve terras, localizadas à margem esquerda do rio Cachoeira em Ilhéus, da coroa portuguesa em 1818, onde se instalaram 161 colonos alemães em 1822. Esses estrangeiros não chegaram ao Sul da Bahia como consequência da substituição do braço escravo, como aconteceu nas fazendas paulistas e fluminenses de café, mas sim vieram em busca de fazer fortuna. Em 1875 o número de colonos alemães em Ilhéus passou para 400 (ADONIAS FILHO, 1978, p. 69). O interesse desses imigrantes, na atividade cacauera, pode ser atribuído à herança da racionalidade econômica adquirida na expansão do sistema político e econômico na Europa. Mas vale ressaltar que o fracasso comercial inicial das colônias de povoamento da Inglaterra e França e a desarticulação da

Não se pode negar a contribuição de imigrantes, no entanto, a expansão do cacau ocorreu devido a dois eventos predominantes: a decadência da atividade canavieira e o aumento da demanda e do preço das amêndoas de cacau no mercado internacional em consequência da difusão das técnicas de processamento do cacau em chocolate e da criação das casas de chocolate, o que avivou a cobiça dos imigrantes<sup>11</sup>. A cada necessidade imposta pelo sistema europeu em vigor, a resposta foi encontrada, nos países subdesenvolvidos, pela criação de uma nova região ou a transformação das regiões preexistentes (SANTOS; SILVEIRA, 2005).

A atividade cacauera se expande, então, por toda região e, já em 1825, Ilhéus exporta 26.805 kg. (447 sacos) para a Inglaterra, obtendo ótima rentabilidade (BONDAR, 1938, p. 27). Em 1867 os cacauicultores participam da Exposição Universal de Viena e o cacau brasileiro recebeu menção honrosa, consolidando-se no mercado mundial. (ADONIAS FILHO, 1978, p. 68).

Com o aumento das exportações, a atividade cacauera se afirmou como base da economia regional e assim é que a dinâmica do mercado internacional, com suas variações de preços e demanda, passou a determinar também a dinâmica e o movimento populacional na região, dando origem aos primeiros núcleos urbanos da Região Cacauera e a instalação de um sistema de engenharia como o porto, estradas de ferro e rodovias. Contudo, havia uma desconexão com outras regiões, todos os sistemas de engenharia estavam orientados para favorecer o fluxo de mercadorias para satisfazer as necessidades além dos mares.

Assim é que o processo de formação de Ilhéus se caracterizou pela inserção na economia mundial como um “espaço derivado<sup>12</sup>” (SANTOS, 1978, p. 104), ou seja, a formação territorial de Ilhéus teve como vetor principal uma ordem forânea, que sobrepuja à ordem local, o que tem lhe outorgado constantes e contraditórios períodos de crescimento econômico e crise<sup>13</sup>.

---

agricultura européia, como resultado das guerras napoleônicas, haviam proporcionado oportunidades e experiência de imigração do povo europeu.

<sup>11</sup> No início do século XIX foi grande a participação estrangeira na exploração e desbravamento no Sul da Bahia, com alemães, suíços, belgas, franceses, poloneses e austríacos. “A verdade é que, dentre as experiências de colonização européia no sul da Bahia, mesmo não relacionadas com o cacau, foi a de Ilhéus a única que realmente progrediu” (ADONIAS FILHO, 1978, p. 70).

<sup>12</sup> Milton Santos criou o conceito “espaço derivado” a partir de Maximilien Sorre no livro *L’Homme sur la terre* (1961). “É a Maximilien Sorre que se deve a denominação paisagens derivadas. Desde que ele adotou para as regiões dos países subdesenvolvidos, tentou mostrar as relações entre a história dos países industriais e a dos países subdesenvolvidos”. Na releitura desse conceito Milton Santos faz uma diferenciação na mudança da palavra *paisagem* para *espaço*, pois ele está se referindo não apenas as formas derivadas, mas ao espaço como instância, isto é, as funções, os processos e as estruturas. “Pode-se dizer que nos países subdesenvolvidos o espaço é derivado, aberto, incompletamente organizado, descontínuo, não integrado, instável, diferenciado e seletivo” (SANTOS, 1978, p. 104).

<sup>13</sup> Tomamos para o termo crise o conceito de Milton Santos (2005, p. 33), isto é, momentos em que a ordem estabelecida entre as variáveis, mediante uma organização, é comprometida e introduz um princípio de desordem.

A cada necessidade imposta pelo sistema em vigor, a resposta foi encontrada, nos países subdesenvolvidos, pela criação de uma nova região ou a transformação das regiões preexistentes. É o que chamamos de *espaço derivado*, cujos princípios de organização devem muito mais a uma vontade longínqua do que aos impulsos ou organizações simplesmente locais. Pelo fato de serem derivados, estes espaços se organizam e se reorganizam em relação a interesses distantes: sua organização é função de necessidades exógenas e depende de parâmetros importados, tomados de empréstimos aos sistemas representativos desses interesses distantes (SANTOS, 1978, p. 104, 105, grifo do autor).

Todos os períodos de transformação da Região Cacaueira aparecem tanto na vocação racional das ações historicizadas e geografizadas, como na vocação originalmente técnica dos objetos que aí vão se instalando intencionalmente e funcionalmente. “A ação é tanto mais eficaz quando os objetos são mais adequados” (SANTOS, 2006, p. 94). Desde a ocupação portuguesa da região, os sistemas de objetos e de ações indissociavelmente estruturam um meio geográfico favorável ao fluxo de exportação de matéria-prima para abastecer mercados distantes, os quais determinaram a formação da região como um espaço derivado.

### 1.3 – O sistema de produção do cacau no Sul da Bahia: gênese da formação de um espaço derivado

As condições fisiográficas favoráveis e um mercado externo em expansão despertaram o interesse dos agricultores na exploração da atividade cacauera no Sul da Bahia e a Mata Atlântica começou a receber os primeiros cultivos do cacau sob a forma de cabruca<sup>14</sup> (Figura 3).

Figura 3 – Aspecto do cultivo de cacau em associação com a Mata atlântica no sistema cabruca, Ilhéus-BA.



Extrato superior:  
árvores da Mata  
Atlântica

Extrato inferior:  
aspecto da planta  
do cacauero

Fonte: [http://www.ceplac.gov.br/album/indice/index\\_Tour\\_roca\\_cacau.htm](http://www.ceplac.gov.br/album/indice/index_Tour_roca_cacau.htm)

No momento em que a atividade cacauera ainda se dava ao ritmo lento e descontínuo, imposto pelas variáveis naturais, as dificuldades eram superadas pelos estímulos e expectativas de acumulação de capital. Nesse momento em que a natureza e as expectativas de acumulação eram as variáveis chaves da dinâmica local, a formação territorial era a “base de uma produção fundada na criação de um meio técnico muito mais dependente do trabalho direto e concreto do homem do que da incorporação de capital à natureza” (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 35),

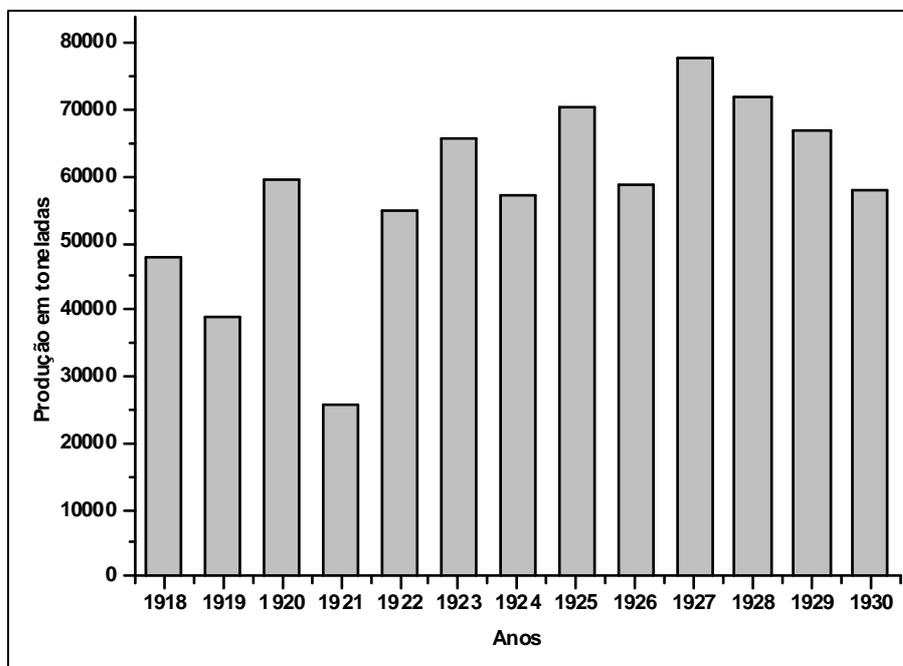
A partir de meados do século XIX, a atividade cacauera passou a produzir, em média, 15 toneladas por ano, quantidade essa que possibilitou estabelecer um fluxo de exportação contínua e, ao ritmo crescente das cotações e da demanda internacional, alcançou uma produção média de 50 mil toneladas/ano em 1920.

Com o crescimento da produção de amêndoas (Gráfico 1), a atividade cacauera tornou-se o suporte econômico regional, impondo um ritmo próprio a formação sócio-espacial<sup>15</sup>, o que a

<sup>14</sup> O cacau de cabruca tem origem nos primeiros plantios que a, grosso modo, cabrucavam (retirada das árvores mais finas da mata e deixavam as mais altas para sombrear) para plantar as amêndoas de cacau.

caracterizou como Região Cacaueira da Bahia. No ano de 1904, o cacau chegou à liderança da pauta estadual de exportação, posição que conseguiu manter até o final da República Velha<sup>16</sup>, colocando o Brasil na posição de principal produtor mundial.

Gráfico 1 – Produção de amêndoas de cacau no estado da Bahia (1918 a 1930).



Fonte: Santos (1957, p. 112). Elaboração: Jorge Chiapetti.

Com a produção voltada para o mercado externo, exigiu-se a instalação de equipamentos técnicos que tornassem a atividade cacaueira mais eficaz. Nesta época, as ferrovias eram os equipamentos mais importantes de integração nacional. Assim, em 1904, o coronel Bento Berilo de Oliveira conseguiu uma concessão do governo do Estado para construir e operar por 50 anos uma ferrovia que ligaria a cidade de Vitória da Conquista, localizada no Sudoeste da Bahia, ao Porto de Ilhéus.

<sup>15</sup> O romancista Jorge Amado, que nasceu e viveu por muitos anos em Ilhéus, produziu importantes obras que narram a ordenação deste território e as históricas lutas pela posse da terra e pelo poder: Os livros: **Cacau** (1933) e **Terras do Sem Fim** (1943), se referem ao processo de formação das cidades cacaueiras; **São Jorge dos Ilhéus** (1944), trata do poderio urbano dos coronéis do cacau e **Tocaia Grande** (1984), no qual aborda o processo de conquista e desbravamento das terras da região.

<sup>16</sup> A República Velha foi o período da história política e econômica do Brasil que se estendeu da proclamação da República em 15 de novembro de 1889, até a revolução de 1930.

Com a garantia da exploração, o coronel fez uma associação com a empresa inglesa (*The State of Bahia South Western Railway Company Limited*) e, em 1913, foi inaugurado um trecho de 59 quilômetros entre Ilhéus e Itabuna, transportando 16.030 toneladas de amêndoas de cacau, pela primeira vez. Em 1915, foram construídos mais 35 quilômetros de ramais, mas não em direção à Vitória de Conquista e, sim, passando pelas áreas mais expressivas de produção cacauzeira, localizadas nas bacias dos rios Almada, Água Preta (Uruçuca) e Mucambo (Ubaitaba) (VINHÁES, 2001, p. 194).

A ferrovia nunca chegou a Vitória da Conquista e a idéia de integração não se realizou, mas o seu pequeno trecho operou no transporte de cargas e pessoas de Itabuna a Ilhéus até 1964<sup>17</sup>, ano em que foi desativada por determinação do governo federal.

O movimento de capitais e de homens na atividade cacauzeira desencadeou uma série de outros movimentos que resultaram numa redistribuição da população e dos capitais para lugares mais distantes da faixa litorânea, e foi esse movimento que mobilizou a sociedade para a geração de renda, emprego e divisas para o país, que acabou por criar inúmeras vilas e cidades na região<sup>18</sup>.

Se em São Paulo foram as frentes pioneiras do café, nas décadas de 1940/50 e depois a industrialização na década de 1960, que aumentava o número de municípios, na Região Sul da Bahia, foi o cacau que proporcionou uma nova divisão territorial com o surgimento de novas unidades administrativas (Quadro 1).

Contudo, a especialização e o crescimento da economia regional da monocultura cacauzeira não permitiram uma integração da região com o restante do país, pois as vias de transporte eram quase inexistentes e o isolamento era quebrado apenas pelas relações que a região estabelecia com o exterior, via transporte marítimo.

Para Silva e Cocco (1999), o papel histórico dos portos representa a ligação de quase todas as grandes cidades com o exterior. Portas de entrada dos colonizadores e dos escravos, de um lado, e portas de saída das riquezas produzida nos diferentes ciclos econômicos brasileiros.

O movimento portuário de Ilhéus teve início com o Porto do Arraial do Banco da Vitória, um pequeno ancoradouro as margens do rio Cachoeira no Arraial denominado Banco da Vitória, atual bairro de Ilhéus, localizado no km 07 da Rodovia Ilhéus/Itabuna. Desse ancoradouro era enviado, em pequenos barcos e canoas, o cacau e outros produtos que chegavam de vários lugares

---

<sup>17</sup> Segundo Vinhaes (2001) a construção da estrada de ferro foi realizada com o objetivo de transportar amêndoas de cacau, tanto que um único vagão destinado ao fluxo das pessoas, inicialmente não continha bancos para se sentar e o bilhete de passagem continha um aviso para trazer cadeiras para as senhoras.

<sup>18</sup> O período do desbravamento e da conquista da região cacauzeira atraiu um grande número de pessoas, deslocadas pelas secas e por uma estrutura agrária extremamente inigualitária, que chegou a estagnar o crescimento da população na cidade de Salvador no período entre 1920 a 1940 (SANTOS, 1993, p. 28).

transportado nos lombos dos animais para o Porto da Foz do Rio Cachoeira, também conhecido como Porto de Ilhéus, Porto do Cais ou Porto Fluvial (NUNES, 2001).

Quadro 1 – Evolução da divisão territorial e administrativa da Microrregião Ilhéus-Itabuna. 1534 a 2000

Período	Povoados	Municípios	Denominação (ano de criação)
1534 a 1900	12	7	- Vila de São Jorge dos Ilhéus (1534) - Vila de N. Senhora da Assunção de Camamú (1693) - Vila da Barra do Rio de Contas (1732) - Vila de Santarém (1758) - Vila de São Sebastião de Marauí (1761) - Imperial Vila de Canavieiras (1833) - Santo Antônio da Barra de Una (1890)
1901 a 1940	25	11	Itabuna (1906); Uruçuca (1929); Itacaré (1931); Ubaitaba (1933); Ipiaú (1938); Una (1938)
1941 a 1984*	5	33	<b>Década de 1940</b> Ibirataia (1943) <b>Década de 1950</b> Coaraci (1952); Ibicarai (1952); Ubatã (1952); Gandu (1958); Itagibá (1958); Buerarema (1959) <b>Década de 1960</b> Itapitanga (1960); Aurelino Leal (1961); Barra do Rocha (1961); Camacan (1961); Ibirapitanga (1961); Itapé (1961); Almadina (1962); Barro Preto (1962); Gongogi (1962); Floresta Azul (1962); Itaju do Colônia (1962); Itajuípe (1962); Itamari (1962); Mascote (1962); Pau Brasil (1962); Santa Cruz da Vitória (1962); Teolândia (1962); Wenceslau Guimarães (1962)
1985 a 2000	-	41	Arataca (1985); Jussari (1985); Santa Luzia (1985); Nova Ibiá (1989); São José da Vitória (1989)

\* Durante o período de governo do regime militar (1964/85), dado ao controle rígido do sistema de governo, foi proibido a criação de novos municípios. A partir de 1985, com o fim do regime militar e com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte (Emenda Constitucional nº 26 de 27/11/1985) tem início a formação de novos municípios. Para maiores detalhes do processo de criação e instalação de novos municípios ver Cataia (2001, cap. 5, 6, 7 e 8).

Fonte: SEI (2001). Elaboração: Jorge Chiapetti

O Porto de Ilhéus, localizado inicialmente na baía do Pontal, recebia navios desde os tempos da navegação à vela, constituindo-se na única vinculação da região com o território brasileiro e, ao mesmo tempo, com o mundo, atribuindo a Ilhéus um papel econômico central regional.

A especialização e o aumento da produção da atividade cacaeira requeriam constantes investimentos na infra-estrutura portuária, para melhorar o fluxo de embarque das amêndoas de cacau. Então, em 1911, o Porto foi equipado com cais para melhorar a atracação das embarcações, com armazéns e vários serviços de dragagem no canal da baía (Figura 4).

Figura 4 – Antigo porto de Ilhéus, na baía do Pontal, Ilhéus-BA.



Fonte: <http://www.r2cpres.com.br/?q=node/3621>

O historiador Carlos Alberto de Oliveira (OLIVEIRA, 2006), estudando a vida portuária e o desenvolvimento urbano de Ilhéus na década de 1920, comenta que a primeira exportação direta para o exterior, efetuada por navios estrangeiros de grande porte aconteceu em janeiro de 1926 quando o cargueiro *Falco* da Suécia embarcou 3.000 toneladas. O historiador cita que na edição de 09 de fevereiro de 1926, o jornal “Correio de Ilhéus” publica a seguinte notícia:

#### **O Falco Seguiu**

Após sete dias de permanência em nosso porto, recebendo grande carregamento do nosso principal producto, o cacão, zarpou a 6 do corrente, com destino a New York o cargueiro Sueco “Falco”, que iniciou a linha direta deste a portos consumidores, no estrangeiro.

O serviço de carregamento foi regularissimo e irrepreensível, em nada deixando a desejar dos outros portos, mostrando-se a nossa estiva sempre habil e competente. O “Falco” passou garbosamente pela barra, calando 17 pés, sem nenhum entrave, o que bem patenteou a eficiência das ultimas obras effectuadas, a cargo da Companhia Industrial, levando no seu bojo 47.150 saccos de Cacão, sendo 18.000 de Wildberger & Cia., 12.500 de Hugo Kaufmann & Cia., 7.150 de Correa Ribeiro & Cia., 7.000 de Agenor Gordilho e 2.500 de F. Stevenson & Cia., com destino a New-York e Boston.

Com o porto em funcionamento, tanto as exportações como as importações aumentaram. O cacau era o seu principal produto de exportação, mas também se exportava piaçava, óleo de copaíba, madeiras, aguardente, couros, cocos, farinha de mandioca e peixes. As importações incluíam várias mercadorias como: louças, ferragens, vinhos, carne do Rio Grande do Sul, queijos, biscoitos, chocolates, drogas e medicamentos, cervejas, instrumentos musicais etc. (BARROS, 2004, p. 131).

Com o aumento do fluxo, principalmente das exportações, em 1970, foi construído novo porto em mar aberto e dotado de equipamentos modernos, que possibilitavam a atracação de grandes embarcações para o carregamento de amêndoas e derivados do cacau (Figura 5). Foi,

portanto, no litoral, pelas intensas atividades do Porto, que a cidade de Ilhéus ganha um novo aspecto, recebe mais investimentos e equipamentos e a vida urbana se torna aí mais dinâmica.

De toda forma, o dinamismo desse urbanismo, podemos concordar, é “um urbanismo de fachada que reflete a condição de dependência de sua economia ao mercado externo” (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 34). As aglomerações urbanas que surgiam no entorno de Ilhéus, em direção ao interior, não recebiam os mesmos investimentos em equipamentos urbanos, nem gozavam socialmente das riquezas da produção cacaueteira. Tais investimentos eram exclusivamente para o exercício da atividade agrícola, indispensável à expansão do modelo agro-exportador, o qual direcionava as ações e os investimentos territoriais, tudo conforme os interesses de uma classe social privilegiada e conforme os interesses e demandas do mercado internacional.

Figura 5 – Porto do Malhado, atual porto de Ilhéus, Ilhéus-BA.



Fonte: [www.transportes.gov.br/bit/portos/ilheus/.htm](http://www.transportes.gov.br/bit/portos/ilheus/.htm)

A iluminação elétrica, condição essencial para a fase industrial do modo de produção capitalista, chegou a Ilhéus em 1911<sup>19</sup>, com a construção de uma barragem no rio Almada<sup>20</sup>, cujas possibilidades técnicas de transmissão apenas serviam às residências e à iluminação pública e, ainda, com constantes períodos de interrupção no fornecimento de energia. Mesmo com a riqueza produzida pela atividade cacaueteira, nas três primeiras décadas do século XX, a ampliação e a regularização do fornecimento de energia elétrica em Ilhéus e região somente aconteceram em 1962, com a construção da hidroelétrica do Funil no rio Das Contas.

<sup>19</sup> Segundo Santos; Silveira (2005, p. 37) a primeira instalação de iluminação elétrica no país foi feita na cidade do Rio de Janeiro em 1879.

<sup>20</sup> Como a estrada de ferro, a barragem foi construída através de uma concessão para o engenheiro Evandro Pinho explorar por 30 anos, posteriormente essa concessão foi transferida para a Companhia Luz e Força (VINHÀES, 2001, p. 233).

As três primeiras décadas do século XX foram consideradas a fase da *formação da região* porque naquele período se organizou a base econômica, a monocultura cacaueteira, possibilitadora da formação de uma sociedade que definiu sua estrutura e seus interesses, numa estrutura política para a manutenção daquela organização econômica e uma estrutura ideológica para a reprodução da sociedade regional (DINIZ, 1983, p. 37).

Como no restante do país, as relações sociais de produção cacaueteira na região Sul da Bahia foram “tão rigorosamente caracterizadas que se pode falar, a exemplo da civilização paulista e fluminense do café, ou da nordestina da cana-de-açúcar e do couro, em uma civilização baiana do cacau” (ADONIAS FILHO, 1976, p. 14).

Sem tanto exagero, é possível afirmar que, tanto as expansões da produção agrícola e da exploração mineral foram a base de um povoamento e de uma criação de riquezas, redundando na ampliação da vida de relações, em que, a classe dos proprietários de terra e de capital, que sempre teve representação no exercício do poder político, destacou-se como classe hegemônica. A classe hegemônica da produção cacaueteira recebeu a denominação de “coronéis do cacau”<sup>21</sup>.

O poder dos coronéis vai se ampliando com as concessões das obras públicas, da posse das terras devolutas e com a expropriação de terras dos pequenos agricultores e extrativistas, através da exploração do trabalho pago em produto, renda-produto<sup>22</sup>.

Na medida em que a classe hegemônica da atividade cacaueteira, formada pelos agentes da produção e da comercialização de amêndoas de cacau, associou-se ao poder público, ampliou o seu poder e passaram a obter, no plano jurídico ou material, compensações e vantagens no uso do território e, assim, comandaram o processo de desenvolvimento econômico regional.

O desenvolvimento econômico defende exclusivamente interesses das classes hegemônicas e entende-se que, nem sempre as preocupações econômicas demonstram sua verdadeira intencionalidade. Somente um exame detalhado do processo histórico pode

---

<sup>21</sup> O coronel tem sua origem nos primeiros desbravadores ou pequenos comerciantes, homens que se destacaram pelo trabalho direto com a mata na formação dos cultivos de cacau e pela sua astúcia na comercialização e expropriação de terras.

<sup>22</sup> Renda Produto é uma forma de exploração da força de trabalho em que o proprietário da terra não precisando adiantar salário, sem dispor de capital variável, paga os trabalhadores, no caso da formação dos cacauais, em produto da primeira safra da produção. É bom lembrar que a planta do cacau só produz depois de 5 anos de plantio, e não é a safra mais produtiva. Para essa discussão ver Kaustsky, K. *Questão Agrária*. São Paulo: Gráfica Editora, 1968. Na introdução do livro de Saboia Ribeiro, (**Contos do Cacau**, 1966), o autor relata as diversas formas de exploração das lavouras formadas pelos pequenos agricultores pioneiros, os burareiros (denominação regional de pequenos produtores). Como exemplo uma delas. “O pequeno lavrador fazia a sua compra, acertava pagar com o cacau, é bom saber, só dá colheita depois de cinco anos. Então, aos primeiros frutos, aquela conta já havia crescido bastante, com juros e tudo. De modo que o burareiro, ao estrear como produtor, é já um endividado” (p. 9).

mostrar, com maior precisão, se as intenções, os planos e os projetos, que se materializam em um sistema de objetos como em um sistema de ação, resultam de um debate democrático com a sociedade ou atos deliberados por uma classe em benefício próprio.

## **CAPÍTULO 2**

### **A FORÇA DAS POLÍTICAS DO ESTADO FEDERAL E A ORGANIZAÇÃO DO CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DO CACAU**

#### **2.1 – O Estado nacional e a divisão territorial das atividades agrícolas e industriais**

O espaço geográfico se define como união indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas, nos indicam como o território é usado: como, onde, por quem, por quê, para quê (SANTOS; SILVEIRA, 2005. p. 11).

No processo de formação do Brasil, o início de século XX foi marcado por significativas mudanças nas políticas de desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, nas dinâmicas regionais, com a transição da hegemonia do poder da classe dos proprietários de terras para a classe burguesa industrial. A revolução de 1930<sup>23</sup> marca o fim de um período e o início de outro na economia brasileira.

---

<sup>23</sup> A revolução de 1930 não foi um acontecimento político único, mas sim o resultado de uma série de acontecimentos anteriores em defesa da nação, como os levantes militares iniciados em 1922 e, posteriormente, apoiado pelas populações urbanas, como a burocracia militar e civil e a elite industrial, que reagiram contra o excessivo predomínio da elite cafeeira e de seus aliados da finança internacional nas decisões políticas e econômicas da nação (FURTADO, 1977). O desfecho foi um movimento armado liderado pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba que culminou com o golpe de Estado, quando Getúlio Vargas assumiu o governo. Esse fato encerra a Primeira República (1889 a 1930) que era comandada pelas oligarquias agrárias, principalmente a do café.

Sob as influências da crise de 1929 e aliado agora à nova classe burguesa-industrial, o Estado passou a planejar a divisão territorial do trabalho e a se responsabilizar pelas políticas reguladoras do mercado, instrumentalizando o território com um sistema de engenharia e um sistema de normas técnicas para o controle do sistema produtivo como um todo<sup>24</sup>.

Mesmo que Estado tenha ganho nova configuração política administrativa ao aliar-se à classe burguesa-industrial, isso não eliminou as influências da antiga classe hegemônica, a agrário-exportadora, pois sendo a nova classe originária desta, não houve uma ruptura em termos de transformação no sistema de classes sociais, apenas um re-arranjo entre as classes. As duas classes participavam da condução das políticas econômicas do país, de acordo com seus interesses em extrair maior rentabilidade.

Todo e qualquer período histórico se afirma como um elenco correspondente de técnicas que o caracterizam como uma família correspondente de objetos. [...] Em realidade, não há apenas novos objetos, novos padrões, mas, igualmente, novas formas de ação. Como um lugar se define como um ponto onde se reúnem feixes de relações, o novo padrão espacial pode dar-se sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar. É que cada padrão espacial não é apenas morfológico, mas, também, funcional. Em outras palavras, quando há mudança morfológica, junto aos novos objetos, criados para atender a novas funções, velhos objetos permanecem e mudam de função (SANTOS, 2006, p. 96).

Ainda que a atividade agrícola tenha deixado de ser atividade principal do novo modo de acumulação, continuou a ser uma atividade que cumpriria um papel vital para a expansão do sistema econômico nacional. Essa nova função foi exercida de várias formas: como fornecedora de produtos exportáveis; como fornecedora de produtos baratos para o consumo interno para as massas crescentes das populações urbanas; no fornecimento de matéria-prima no processo de industrialização e no fornecimento de contingentes de força de trabalho, o “exército de reserva”, para as novas atividades industriais urbanas. Em contrapartida ao exercício e cumprimento dessas novas funções, o sistema agrário-exportador tinha a garantia da posse da terra (o que permitiu a continuidade histórica de uma estrutura agrária de latifúndios) e da manutenção de baixíssimos padrões do custo de produção agrícola (devido ao não enquadramento da atividade agrícola na

---

<sup>24</sup> Para Oliveira (2003), o Estado assumiu a sua função planificadora promovendo mudanças em várias frentes: quer seja na criação das leis trabalhistas, as quais foram decisivas para o novo modo de acumulação, pois com a diferença do salário mínimo entre o trabalho no campo e na cidade a população fluiu para a cidade e transformou-se num “exército de reserva” (p. 35); ou na regulação dos fatores na esfera econômica (fixação de preços, distribuição de ganhos e perdas entre classes, confisco cambial, subsídios etc.), resultando num confisco dos lucros parciais e num aumento do custo do dinheiro para as atividades agrário-exportadoras em detrimento ao custo (mais baixo) para as atividades industriais. Todas essas ações caracterizaram uma nova etapa de crescimento econômico para o país. Segundo o referido autor, essa ampliação das funções do Estado serviu principalmente à classe industrial e perdurou até os anos Kubitschek (1956 – 1961).

legislação trabalhista), permitindo a atividade manter seu padrão de “acumulação primitiva” baseada numa alta taxa de exploração da força do trabalho (OLIVEIRA, 2003, p. 42-47).

Embora se possa analisar e caracterizar as ações do Estado, quanto a sua intencionalidade, entende-se que essas ações não se encontram acima das classes, mas atravessadas por vários interesses de classes, por vezes antagônicos, que se articulam em alianças constituindo um bloco hegemônico no poder (GRAMSCI, 1968, p. 49-50). Para se legitimar no poder, o bloco hegemônico, atua em prol de outros setores e grupos sociais para a satisfação de suas necessidades e interesses. Esta é a forma de exercício e perpetuação do poder, que conjuga mais os interesses de grupos econômicos privados do que os dos grupos sociais menos favorecidos.

Se os sistemas de normas técnico-políticas elaboradas pelo Estado Federal impuseram uma nova lógica econômica e uma nova dinâmica regional ao território nacional, a sua intenção, inicialmente, como afirma Furtado (1961, p.237 - 244; 1972, p. 23; 1977, p.196 - 198), era defender a economia agrário-exportadora da desvalorização do preço do café e não incentivar o processo de industrialização do território<sup>25</sup>. “A marcha para a industrialização foi realizada sem que existisse no país uma clara compreensão das modificações que se estavam operando na estrutura econômica”. Só a partir da guerra, na década de 1940, é que se começaria a tomar “consciência do caminho percorrido pela industrialização” (FURTADO, 1961, p. 244).

Para Ianni (1965), as transformações dos sistemas de organização econômica e do território, além de ser uma tendência derivada dos países centrais, nos quais a industrialização proporcionava maiores e mais rápidos ganhos de capitais, tiveram no território nacional, dois vetores como marco viabilizador: a perda do lucro devido às constantes crises do sistema agrário-exportador e a ascensão ao poder pela nova classe burguesa industrial. Com a diminuição do lucro do sistema agrário-exportador, novos mecanismos de defesa do capital foram viabilizados em setores complementares, isto é, unidades artesanais e fabris destinadas a produzir para o mercado interno que, além de garantirem lucro, mostravam-se essenciais à preservação e viabilização da economia agrário-exportadora.

É assim que, a partir dos anos 1940, se inicia um novo modo de acumulação através da expansão das atividades industriais ligadas ao mercado interno. Celso Furtado (1977, cap. 32, p. 195-203) se referiu à essa mudança como sendo uma mudança do rumo da economia nacional que passaria do “modelo de crescimento para fora” ao “modelo de crescimento para dentro”; o qual mudava, também, a divisão territorial da riqueza, substituindo o projeto econômico agrário-

---

<sup>25</sup> Como o café era o principal produto da economia brasileira, ocorreu um desequilíbrio no balanço de pagamentos e na arrecadação de impostos, desencadeando uma pressão para a superação da crise e a manutenção da renda das classes hegemônicas. A desvalorização da moeda brasileira para enfrentar a crise da economia agro-exportadora encareceu as importações e, portando, certamente, ocasionou um efeito protecionista em favor a indústria nacional.

exportador pela variável endógena de investimento, isto é, a industrialização intencional da nação seria o novo centro dinâmico dos sistemas de organização econômica e do território.

A atividade industrial sempre foi considerada como o caminho a ser seguido para o desenvolvimento econômico, quer de um país ou de uma região. Para Furtado (1985), os estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)<sup>26</sup> deram grande contribuição nesse sentido e afirmavam categoricamente que “a industrialização não seria propriamente uma opção, era a única saída para prosseguir com o desenvolvimento” (p. 103); com a ressalva de que, freqüentemente, “a ação do Estado concentrava-se em promover as mudanças estruturais requeridas e em definir os espaços dentro dos quais atuariam os empresários privados” (p. 132).

As novas políticas vindas do poder público federal permitiram estabelecerem-se uma nova lógica econômica e de integração territorial, tendo em vista a ampliação do mercado interno. Dessa nova lógica, o Estado de São Paulo se beneficia comercialmente pela existência, ainda que incipiente, de uma rede de transportes mais moderna, que possibilitava um fluxo de relações de trocas, aproximando lugares e mercados, condição essa, embrionária da formação de uma região polarizada (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 42).

Entre as normas criadas pelo Estado, duas foram determinantes para estabelecer a nova lógica econômica territorial: as políticas que diminuíram as importações de produtos manufaturados<sup>27</sup> e as políticas de transferência de capitais do setor agrário-exportador para financiar as atividades industriais ligadas ao mercado interno. Os investimentos diretos e indiretos realizados pelo Estado beneficiaram a instalação de importantes complexos industriais em vários setores como o da mineração, do petróleo, do setor elétrico, da siderurgia, da química básica e de produtos agrícolas. Muitas indústrias instalavam-se com tecnologias superadas, “não raro máquinas que haviam sido usadas antes em países industrializados mais avançados”, para atender às necessidades domésticas de consumo (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 51).

Ao final dos anos 1960 e início dos anos 1970, no período do chamado “milagre brasileiro” a produção industrial e as exportações de produtos manufaturados foram crescendo, iniciando a segunda fase da industrialização pesada no território, marcada pela modernização e

---

<sup>26</sup> Na conferência de Montevideu (1949), a CEPAL apresentou um estudo das 4 maiores economias da América Latina (Argentina, Brasil, México e Chile) o qual trazia, implícita, a mensagem baseada no pensamento de Prebisch “de que os governos deveriam assumir a orientação do processo de desenvolvimento. Nas condições internacionais que prevaleciam, este não seria um processo espontâneo. Tratava-se de uma corrida de obstáculos a ser cuidadosamente monitorada” (FURTADO, 1985, p. 85).

<sup>27</sup> As políticas monetárias e fiscais acabaram beneficiando o mercado interno, embora seu objetivo se voltasse ao equilíbrio orçamentário e do balanço de pagamentos como ocorreu com a criação da Lei 262 de 23/02/1948 que regulou o licenciamento das importações dos bens essenciais para equilibrar os déficits do comércio exterior. As reservas cambiais eram distribuídas entre categorias de bens, os mais essenciais recebiam 75% da disponibilidade de câmbio, a segunda categoria 20% e a terceira 5%. Essa política foi mantida, com algumas variações, até 1957 e após, reduzidas gradativamente (PORTUGAL, 1994, p. 235-238).

internacionalização da indústria brasileira. Nesse processo, a modernização dos sistemas de transporte permitiu um movimento mais abrangente e veloz, atendendo às exigências da nova divisão do trabalho no território. Novos e melhores sistemas de engenharia compunham uma materialidade indispensável às novas exigências de movimento da economia do território. A circulação, como afirma Sorre (1984, p. 112), permitia a participação de cada lugar em uma vida mais geral, fazendo nascerem novos modos de existência.

Na medida em que o território se torna fluido, há uma distribuição das atividades econômicas no território, que passam a unir vários pontos sob uma mesma lógica particular. A instalação no território de equipamentos para integrá-lo, a criação de normas e a expansão do consumo em formas diversas, constituir-se-iam em condição para uma nova divisão territorial do trabalho que, a cada movimento, atribui “um novo conteúdo e uma nova função aos lugares” (SANTOS, 2006, p. 131).

O território abriga, portanto, “uma dialética entre diversas divisões particulares do trabalho” que disputam o seu uso (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 290) e que, sobrepostas, compreendem a totalidade da situação geográfica de cada lugar e de sua respectiva formação socioespacial.

A diversificação da natureza é processo e resultado. A divisão internacional do trabalho é processo cujo resultado é a divisão territorial do trabalho. [...] Os recursos do mundo constituem, juntos, uma totalidade.[...] Também os recursos de um país formam uma totalidade. [...] Mas, de fato, nenhum recurso tem, por si mesmo, um valor absoluto. [...] O valor real de cada um não depende de sua existência separada, mas de sua qualificação geográfica, isto é, da significação conjunta que todos e cada qual obtêm pelo fato de participar de um lugar. Fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concreto que pareçam, são abstrações. [...] Por isso a formação socioespacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país (SANTOS, 2006, p. 132).

Assim, partindo da análise do espaço geográfico “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistema de ações” (SANTOS, 2006, p. 63) é que podemos entender a dinâmica que transforma o lugar. É no resultado conjunto desse sistema que é possível interpretar o processo de formação espacial evidenciando “através de suas formas híbridas, as técnicas, que nos indicam como o território é usado: como, onde, por quem, por quê, para quê” (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p.11).

### 2.1.1 – A produção agrícola do cacau no Sul da Bahia: estrutura e função na divisão territorial do trabalho

A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 21).

Nas três primeiras décadas do século XX, a Região Cacaueira se afirmou na divisão territorial do trabalho como região produtora de riquezas, seguindo o modelo de exploração agrário-exportador, modelo este que comandava e dinamizava o sistema econômico do país. Mas, a partir dos anos 1930, um período de crise econômica mundial, exige transformações econômicas também do Brasil e uma nova divisão regional do trabalho vai se instalando no território nacional, estruturando algumas regiões e desestruturando atividades e funções em outras, como é o caso da Região Cacaueira.

Com a crise de 1929<sup>28</sup>, registrou-se a primeira queda de preço das amêndoas de cacau no mercado internacional, trazendo conseqüências não só para a região, mas atingindo o governo federal e estadual, os quais “engordavam” seus orçamentos em grande parte com os impostos referente às exportações de cacau. Santos (1957, p. 7) assim se referiu à importância do cacau na economia da Bahia: “tem o cacau, na economia do Estado, um papel de relevo, já que de sua cultura, direta ou indiretamente, beneficia-se o erário com muito mais de metade de seu orçamento, constituindo, por si só, o sustentáculo de sua vida econômica”.

Contudo, os preços elevados das amêndoas de cacau, nos anos anteriores à crise, levaram os cacaucultores a contraírem empréstimos com juros elevados, na expectativa de que a rentabilidade das próximas safras possibilitaria pagar os juros e amortizar o capital. Mas, a queda dos preços das amêndoas de cacau causou retrocessos na rentabilidade da atividade, impondo-lhe dificuldades financeiras (BONDAR, 1938).

Os problemas que a atividade cacaueira enfrentava não eram apenas os decorrentes do mercado, mas também do baixo conhecimento das técnicas de cultivo, do envelhecimento das plantações, e do próprio esgotamento da fertilidade dos solos pela ausência das técnicas de reposição de nutrientes. Além disso, a falta de estradas que ligassem a Região Cacaueira a outros

---

<sup>28</sup> Os efeitos da crise de 1929 afetaram diretamente a atividade cacaueira brasileira, “uma vez que a maior parte de nosso cacau era comprado pelos EUA”. A importância do cacau para os EUA se revelou pelo evento da criação da Bolsa de Cacau de Nova York, no ano de 1925 (GARCEZ, 1979, p. 62). A fundação da *New York Cocoa Exchange*, em 1925, foi um marco no processo de formação de preço de amêndoas de cacau. Ela tinha como objetivo regular o preço e negociar contratos futuros. O contrato futuro permite negociar preços entre compradores e vendedores e serve de referência para o mundo. É importante ressaltar que a abertura da Bolsa de Nova York ocorreu após grandes oscilações do preço do cacau em 1921. O surgimento das Bolsa de Mercadoria seguem a seguinte ordem cronológica: Bolsa de Chicago (*Chicago Board Of Trade*) em 1848; Bolsa de Nova York 1870 com algodão, 1882 com café, 1914 com açúcar e 1925 com cacau.

lugares, ou a precariedade da rede de transporte existente, dificultava ainda mais o desempenho da atividade, pois não restava outra alternativa ao produtor a não ser transportar as amêndoas para a cidade de Ilhéus.

Diante dessas dificuldades, no início dos anos 1930, a elite cacauera reivindicou a intervenção do Estado. A importância econômica da atividade como geradora de divisas impôs não só a necessidade de uma modernização produtiva, mas também de normatizações comerciais e financeiras, segundo também os interesses econômicos do Estado, conjugados com os da elite cacauicultora.

Assim, o modelo de “modernização” exigiu do Estado brasileiro a instalação, no território, de um sistema de ações (científica e instrumental) e um sistema de objetos eficazes (de engenharia e de transporte) para dar suporte à atividade cacauera. Coube a Ignácio Tosta Filho elaborar um projeto para recuperar a produção de amêndoas de cacau. Então, em 1931, foi criado através de Decreto Federal, a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada – Instituto do Cacau da Bahia (ICB), o primeiro sistema de ações intermediário entre o Estado e a elite do cacau<sup>29</sup>.

O ICB representou o primeiro sistema técnico-científico de organização e de defesa da atividade cacauera, intervindo no sistema de atividades agrícolas oferecendo: a) carteira hipotecária, com crédito de longo prazo e juros subsidiados; b) carteira comercial que intervinha diretamente no mercado, estabelecendo normas para garantir os preços, eliminando a especulação generalizada do comércio exportador e resguardando, assim, os interesses da atividade produtiva; e também interferindo nos sistemas de engenharia do meio geográfico, com obras públicas, como: construção de estradas, de armazéns para estocagem de amêndoas, de agências de fomento, de estação experimental e de uma empresa de transporte de passageiros, a Viação Sul Baiano SA.

Num primeiro momento, o ICB serviu e atendeu às necessidades e interesses da classe produtora e seus novos impulsos permitiram estabelecer uma nova lógica produtiva que resultou no aumento da produção regional de amêndoas de cacau nos anos seguintes (Gráfico 2).

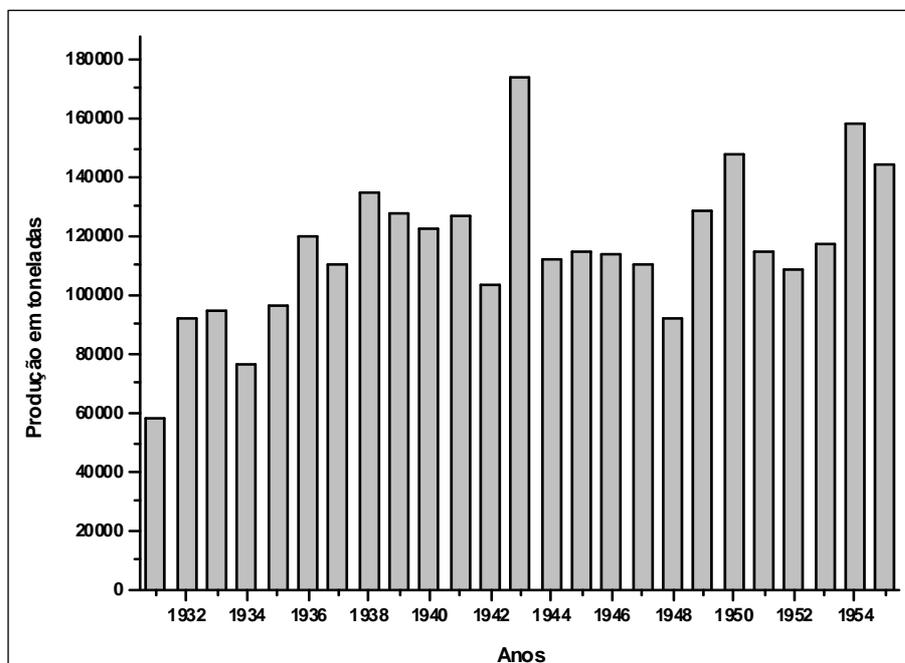
A modernização iniciada pelo ICB e a crescente expansão do consumo no mercado internacional, além de um aumento da produção, proporcionaram um aumento da área cultivada. Porém, com os conseqüentes problemas no mercado internacional no período que durou a Segunda Guerra e as possíveis ameaças de uma nova redução do preço, a classe de produtores fez reivindicações as quais foram atendidas novamente pelo Estado através da normatização da

---

<sup>29</sup> Da mesma forma que o ICB, outros órgãos como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e o Instituto Brasileiro do Café (IBC) constituíram-se em um sistema de ações e objetos do Estado favoráveis não só à produção agro-exportadora, mas também de transferência de recursos para o nascente setor industrial brasileiro. Para maiores considerações sobre o ICB ver Diniz (1983).

comercialização<sup>30</sup>, o que minimizou os efeitos da queda de preço, frente aos concorrentes mundiais.

Gráfico 2 – Produção de amêndoas de cacau no estado da Bahia (1931 a 1955)



Fonte: Santos (1957, p. 112). Elaboração: Jorge Chiapetti.

Na medida em que se prolongava o período da Guerra, ocorreu a suspensão das exportações para a Europa, sobrando apenas o mercado Norte Americano. Além disso, ocorreu uma queda dos preços na Bolsa de Nova York<sup>31</sup>, fazendo a atividade cacaeira se desestruturar novamente. Por sua vez, o Estado, na defesa dos interesses da classe de produtores rurais, realizou sua segunda intervenção na comercialização da amêndoa de cacau, estabelecendo definitivamente seu controle com a criação, em 1943, da Portaria nº 63 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), o que atribuiu o monopólio da comercialização ao ICB.

Esta Portaria favoreceu, principalmente, o pequeno produtor, que antes era obrigado a vender a safra aos intermediários ou partidistas<sup>32</sup>. Mas, esse processo não interessa aos grandes produtores, pois alguns exerciam também a atividade de compra de amêndoas de cacau e, como

<sup>30</sup> Essa normatização foi realizada em 1940, através da Resolução nº 2 da Comissão de Defesa da Economia Nacional, a qual instituiu a Carteira Comercial e possibilitou ao ICB operar diretamente no controle dos preços internos e nos embarques juntamente com as empresas exportadoras, mantendo o preço favorável ao produtor.

<sup>31</sup> Nesse período, os EUA continuaram importando a mesma quantidade de amêndoas, mas “impuseram um preço-teto (*ceiling-price*) para o cacau”, desestimulando o produtor (LIMA, 1964, p. 163).

<sup>32</sup> Partidistas eram compradores ambulantes de cacau, livres ou a serviço das casas comissárias (estabelecimentos comerciais intermediários), que atuavam na região e estavam subordinadas às exportadoras.

essa classe produzia mais de 50% da produção do estado baiano (Tabela 1), tinham maior poder de influenciar as políticas da atividade cacaeira.

Tabela 1 – Distribuição da produção de amêndoas de cacau entre diferentes extratos de produtores no ano de 1943

Quantidade produzida	Número de Produtores	% de produtores	% do total anual produzido
Até 500 @	20.091	87,0	23,32
500 a 1.500@	1.906	8,2	22,48
Acima de 1.500@	1.097	4,8	54,20
Total	23.094	100	100

Fonte: (GARCEZ 1979, p. 73). Elaboração: Jorge Chiapetti.

Em 1946, a Portaria 63 foi revogada por resolução do Conselho Federal de Comércio Exterior, que passou a controlar a distribuição de cotas de exportação entre o ICB, as Cooperativas e as firmas exportadoras. Tal situação, de controle e regulação das cotas, teve curta duração e logo se instalou o regime de comércio livre, que fortaleceu e aumentou o número de empresas exportadoras.

Com o fim da fase monopolista, o ICB perdeu a efetividade no comando e regulação do sistema das atividades cacaeira. Para Santos (1957, p. 93-94), a atuação do ICB começou a se agravar também quando passou a misturar a “sua função específica com a política partidária”.

A ingerência política partidária se tornou mais presente no ano de 1941, no momento em que o ICB foi transformado em autarquia estadual, aumentando a disputa de poder entre as classes de produtores e de comerciantes de cacau. Entretanto, este “novo” ICB não interessou aos comerciantes e, nem mesmo sucessivas estruturas reivindicadas pelos produtores<sup>33</sup>, nos anos seguintes, trouxeram de volta a sua efetividade inicial (RAMOS, 1992).

No início dos anos 1950, o cacau continuou sendo produto importante na pauta de exportações, sendo terceiro produto das exportações brasileiras e o primeiro das exportações da Bahia. Mas, um novo período de baixa cotação de preços do cacau no mercado internacional, desta vez pelo aumento da produção mundial, levou novamente a uma situação de dificuldades financeiras para a atividade.

<sup>33</sup> Uma das reivindicações dos produtores era a transferência da sede do ICB de Salvador para Ilhéus e, ainda, que o ICB voltasse a ser o responsável pela comercialização. O projeto de transferência do ICB feito no governo Antonio Balbino (1955/59) foi aprovado pela Assembléia, mas vetado pelo vice-governador, Orlando Moscoso Barreto de Araújo, em exercício, numa clara demonstração de interesse das empresas comerciais em manter influência direta no ICB, já que o vice-governador era, também, diretor de uma das maiores empresas exportadoras (GARCEZ, 1979, p. 91).

Em 1956, a crise da atividade cacaueteira se acentuou com o baixo preço das amêndoas de cacau e o aumento do endividamento dos produtores, atingindo toda a região. O momento exigiu novamente uma rearticulação dos diversos setores em busca do apoio do Estado: “Os setores mobilizam-se em protesto, exigindo a reformulação do ICB, a solução imediata para o problema das dívidas da lavoura e a regularização do mercado externo” (RAMOS, 1992, p. 61). Como autarquia estadual, o ICB teve sua atuação limitada e as reivindicações foram direcionadas novamente para a esfera federal.

Na nova reestruturação da atividade, coube novamente a Ignácio Tosta Filho (mesmo autor do projeto de criação do ICB) elaborar um plano de recuperação econômico-rural para a atividade cacaueteira, criando em 1957 a Comissão Executiva para o Plano da Lavoura Cacaueteira (CEPLAC).

A CEPLAC foi criada, inicialmente, para servir à elite cacaueteira, renegociando e prolongando as dívidas e fornecendo crédito subsidiado aos produtores<sup>34</sup>. Num primeiro momento, os problemas de endividamento foram solucionados e tanto os produtores como as empresas exportadoras foram beneficiadas. Então, estes mesmos produtores passaram a fazer constantes apelos pela modernização da produção, o que levou o Estado a investir na criação de um órgão que modernizasse o cultivo do cacaueteiro.

Em 1962, a CEPLAC fortaleceu suas atividades com a implantação do Centro de Pesquisa do Cacau (CEPEC) (Figura 6), do Centro de Extensão (CENEX) e da Escola Média de Agropecuária da Região Cacaueteira (EMARC), tornando-se uma das principais referências de pesquisa e desenvolvimento sobre o cacau no mundo. Assim, o cacau “embarcou” definitivamente na Revolução Verde<sup>35</sup> e a condução da atividade se deu com um conteúdo, cada vez mais

---

<sup>34</sup> A CEPLAC foi criada pelo Decreto nº 40.987 de 20 de fevereiro de 1957, com os seguintes objetivos: a) a execução das medidas necessárias à restauração da lavoura, ampliação, melhoria e racionalização, nas fazendas e nos centros regionais, das condições de colheita, armazenagem, preparo, beneficiamento e criação de meios para o combate às pragas e doenças e assistência técnica, através de trato cultural e extensão agrícola, visando ao aumento da produtividade do cacau, pela redução dos custos de sua produção e elevação da produção unitária; b) a assistência financeira aos cacauicultores, cujos débitos provenientes de despesas de custeio e investimentos de melhoria se elevem acima da queda dos preços do cacau, desde que, no interesse da produção e da recuperação da lavoura, examinado em cada caso, nos termos das instruções específicas que serão baixadas, se torne imprescindível o amparo oficial. Os recursos para a criação da CEPLAC foram viabilizados através do Fundo de Modernização e Recuperação da Lavoura Nacional (Fundo dos Ágios) (LIMA, 1964, p. 169-170). A produção de receitas para o Estado era tão expressiva que a CEPLAC ficou subordinada ao Ministério da Fazenda até 1974 e depois passou a pertencer ao Ministério da Agricultura. A CEPLAC foi constituída por representantes do Ministério da Agricultura, Banco Central do Brasil, Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), Governos da Bahia, Espírito Santo, Rondônia e Pará e o Conselho Nacional de Produtores de Cacau.

<sup>35</sup> Todos esses equipamentos técnicos criados em benefício da atividade cacaueteira tinham estreita relação com o relatório da ONU de 1951 intitulado: *Measures for the economic development of underdeveloped countries*, preparado por uma comissão de especialistas norte-americanos da economia do desenvolvimento pós-guerra e publicado pelo Departamento de Assuntos Econômicos da ONU. As orientações seguiam um padrão geral e pré-concebido para todas as economias ditas desenvolvidas e subdesenvolvidas, em que “as autoridades devem garantir as condições externas gerais imprescindíveis à existência de uma economia de mercado moderna”. Para

crecente, de ciência, de técnica e de informação. “O processo de integração e cooperação entre a ciência e a técnica, e destas com a atividade agrícola, representou uma mudança qualitativa no processo de modernização da agricultura brasileira” (KAHIL, 1997, p. 39).

Embora a CEPLAC tenha sido criada, inicialmente, com recursos federais, logo assumiu uma posição nova na condução da atividade cacauceira, cujos recursos para a execução de seus programas provinham da própria atividade cacauceira, através da criação do “Fundo do Cacau<sup>36</sup>”. Inicialmente, esse Fundo tinha uma taxa de retenção anual de 20 % do valor da receita cambial do cacau exportado em amêndoas e 5 % sobre a exportação de produtos derivados. Posteriormente, a taxa de retenção sobre as amêndoas passou para 15 % e mais tarde foi reduzida a 10 %. Em 1983 essa taxa foi transformada em imposto de exportação e, em 1989, a taxa foi reduzida à zero.

Figura 6 – Vista de parte do Centro de Pesquisa do Cacau (CEPEC), Ilhéus-BA



Fonte: [http://www.ceplac.gov.br/album/indice/index\\_Tour\\_panoramicas.htm](http://www.ceplac.gov.br/album/indice/index_Tour_panoramicas.htm).

Da mesma forma que aconteceu com o ICB, a criação da CEPLAC foi uma demonstração de poder da elite cacauceira, no comando das políticas públicas para a solução das crises conjunturais e das crises de caráter estrutural. Foi a partir da instalação, no território, dos recursos técnico-científicos e, em particular, dos recursos de crédito, somados ao uso privilegiado desses

---

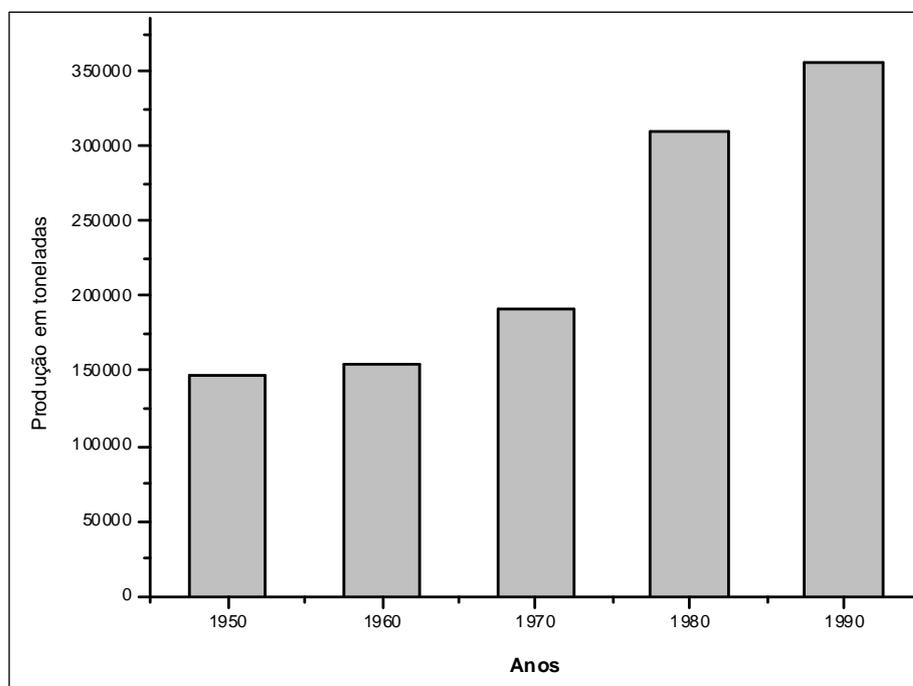
isso, os governos deveriam investir nas infra-estruturas básicas, como a construção de estradas, meios de comunicação, saúde, educação, institutos dedicados à informação e pesquisa, implantação de indústrias públicas em setores pioneiros ou de lucratividade duvidosa, criação de instituições financeiras ágeis para captar e canalizar poupança etc. Para as economias subdesenvolvidas, as orientações incluíam ainda uma política de reforma agrária que proporcionasse à propriedade da terra uma função social útil (MORAES, 2006, p. 72).

<sup>36</sup> O Fundo do Cacau foi instituído pelo Decreto Federal n. 539 de 23 de janeiro de 1962. Esse fundo foi insistentemente contestado pelos produtores que viam nele mais um custo do que um investimento compulsório cujo processo de retorno viesse permitir a reincorporação, de uma parcela de suas rendas, à atividade cacauceira (GARCEZ, 1978, p. 52-54).

mesmos recursos, que a atividade cacaueteira, tendo em vista o aumento da produtividade (Gráfico 3) passou a participar ativamente na composição da economia nacional.

Segundo Virgens Filho et al. (1993, p. 11), entre os anos de 1963 e 1986, a produtividade do cacau passou de 300 para 700 kg/ha/ano. Em 1979, as exportações do cacau em amêndoas e derivados alcançaram a cifra de US\$ 1 bilhão, chegando a representar 35 % da pauta de exportações do Nordeste e 70 % da Bahia, além de participar com 6 % na composição do PIB nacional. Em 1985, a produção de cacau participou com 14 % da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) da Bahia, posicionando o Brasil como segundo produtor mundial, com 400 mil toneladas/ano (NASCIMENTO et al., 1994).

Gráfico 3 – Produção de amêndoas de cacau no estado da Bahia (1950 a 1990)



Fonte: Fundação CPE (1992, p. 59); CEPLAC (2005); Hartmann (2008). Elaboração: Jorge Chiapetti.

A partir da década de 1970, a atividade cacaueteira encontrou seu momento de maior dinamismo, ritmado pelas novas técnicas de cultivo e pela elevação dos preços no mercado internacional<sup>37</sup>. Ao ritmo do mercado internacional, os produtores brasileiros expandiram suas áreas de cultivo passando de 392 mil hectares em 1975, para 670 mil hectares em 1985 (Tabela 2).

<sup>37</sup> A partir de 1975, o preço da tonelada de cacau teve uma grande valorização e chegou a alcançar 4.000 dólares na safra 1977/78, mantendo-se acima de 2.500 dólares até o início dos anos 1980 (MENEZES, 1993, p. 14)

Tabela 2 – Área cultivada com cacau em 1985, no Brasil, na Bahia, no Sul da Bahia, e na Microrregião Ilhéus-Itabuna (em hectares e percentagem da área cultivada total)

Brasil		Bahia		Sul da Bahia		Ilhéus/Itabuna	
ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
670.000	100	550.000	82,0	480.000	72,0	420.000	63,0

Fonte: IBGE (1985). Elaboração: Jorge Chiapetti.

Contribuiu para esta expansão os constantes e generosos subsídios e incentivos agrícolas, a exemplo daqueles disponibilizados através do Plano de Diretrizes para Expansão da Cacaucultura Nacional (PROCACAU) em 1976<sup>38</sup> (Tabela 3), e a instalação, na região de importantes sistemas de engenharias para garantir maior eficiência das atividades agrícolas e comerciais, bem como pela criação de organizações como a Cooperativa Central dos Produtores de Cacau (COOPERCACAU)<sup>39</sup>.

Tabela 3 – Indicadores e resultados do Programa PROCACAU (1976 a 1985).

Indicadores	Resultados
Produção	Aumento de 53,7 %
Produtividade	Aumento de 28 %
Volume exportado	Aumento de 42,1 %
Área ocupada	Aumento de 39 %
Área em produção	Aumento de 197 %
Empregos gerados	100 mil permanentes e 30 transitórios (estimativa).
Receita cambial	Aumento de 226,2 %. Entre 1977-79 gerou cerca de 2,4 bilhões de dólares. Recorde de US\$ 913 milhões em 1979/80.

Fonte: Vieira (2002). Elaboração: Jorge Chiapetti.

<sup>38</sup> O PROCACAU foi aprovado no ano de 1976 em conjunto pelo Presidente da República, pelos Ministros do Planejamento, da Agricultura, da Indústria e Comércio, pela Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), pelo Banco Central e pelos representantes dos cacauicultores do estado da Bahia e Espírito Santo. Cabe ressaltar que neste momento o país já vinha sentindo os efeitos da primeira crise do petróleo de 1973, a qual desencadeou, junto com a segunda crise do petróleo (1979), a elevação da taxa de juros dos empréstimos externos. Assim é que, a exportação de *commodities* passou a ser uma alternativa no equilíbrio das contas externas do país.

<sup>39</sup> Para esse assunto ver: MESQUITA, Augusto Sávio. Cooperativismo, cacaucultura e crise: uma análise da COOPERCACAU Central no contexto da crise do *agribusiness* do cacau na Bahia. Cruz das Almas, BA:UFBA, Escola de Agronomia. 1998. Dissertação. COSTA, José Fialho. Conjuntura Cacaueira do Sul da Bahia. 1992.

Analisando os dados até agora apresentados, podemos concluir que a transformação da cacauicultura no Sul da Bahia foi significativa, incorporou novas terras, absorveu mais mão-de-obra, instalou infra-estrutura e elevou a produtividade e a rentabilidade.

Porém, estimulados pela conjuntura de preços internacionais elevados<sup>40</sup>, pela abundância de créditos, e pelos generosos subsídios, a melhoria das técnicas de produção como a meta de renovação e adensamento dos plantios, previsto pelo PROCACAU, ficaram em segundo plano, frente a prioridade dada à expansão da área plantada. Para Dias (1992), dos 150 mil hectares de renovação previsto, apenas 39 mil foram renovados, “enquanto foram incorporados mais de 160 mil hectares de áreas de novos plantios e com estímulo direto do programa, geralmente em solos pobres, ou em áreas que apresentam deficiência hídrica” (p. 49).

Assim, um novo período se iniciou na atividade cacauceira. Mas, se por um lado a disponibilidade de crédito e preços elevados garantiu à atividade uma posição de destaque na economia regional, por outro, a cooperação entre a ciência e a técnica deixou de ser prioridade das políticas de desenvolvimento da atividade produtiva, optando-se por uma política preferencialmente de liberação do crédito e aumento da área<sup>41</sup>.

Nesse período, os técnicos da CEPLAC não eram vistos, pela atividade produtiva, como agentes de assistência técnica, portadores do um novo padrão modernizador do campo, característico das décadas de 1960/70. Os técnicos eram vistos, na maioria das vezes, como agentes portadores de crédito, pois a sua liberação dependia de um projeto elaborado e assinado por técnicos da CEPLAC.

As transformações, provocadas pela grande disponibilidade de crédito, reafirmaram a vocação agrícola original da região como produtora de amêndoas de cacau. Tudo estava em perfeita ordem na atividade cacauceira: os produtores tinham o capital à sua disposição, em qualquer fase do cultivo; as empresas exportadoras e as indústrias tinham grande oferta de matéria-prima e o Estado, as receitas para as reservas cambiais.

A Região Cacaueira viveu um período próspero, em que se exaltavam as virtudes de ser cacauicultor. A classe dos proprietários de terra e de capital, que sempre teve representação no exercício do poder político, afirmou-se novamente como classe hegemônica política e econômica, na vanguarda do desenvolvimento econômico regional. Mas, sem proporcionar uma redefinição do poder econômico que representasse uma mudança nas relações sociais e na vida material da

---

<sup>40</sup> Na safra de 1977/78 os preços internacionais alcançaram a média de 3.622 dólares/tonelada, o que estimulou a expansão da área cultivada e o aumento da produção no Brasil e demais países produtores (CEPLAC, 2009, p. 5).

<sup>41</sup> Segundo Dias (1992), a pressão expansionista “forçou” a CEPLAC a distribuir sementes sem conclusão do ciclo de pesquisa que visava ao melhoramento genético das plantas, que mais tarde se confirmaram variedades de baixa produtividade.

sociedade, apenas confirmou-se para a região a vocação histórica de um espaço derivado, isto é, a consolidação de uma situação geográfica favorável ao fluxo de exportação de matéria-prima para abastecer mercados distantes e contribuir com o aumento dos fluxos financeiros para o reforço das reservas cambiais.

É assim que, com a criação de organismos técnico-normativos, como o ICB e depois como a CEPLAC – que tinham como objetivo principal uma política de apoio e desenvolvimento da economia agrário-exportadora – estavam dadas as oportunidades de ganhos de capital para a elite econômica, a qual definiu os rumos da economia regional.

A Região Cacaueira, como todas as regiões brasileiras, teve sua inserção no sistema de divisão internacional do trabalho como um lugar essencialmente agroexportador com base no monocultivo de cacau. As normas estabelecidas pelo Estado (como créditos, impostos, tarifas etc.) exerceram um papel de controle sobre as atividades econômicas primário-exportadoras e não encontraram resistência na elite econômica e política. Ao contrário, a normatização do Estado estava na base de suas próprias reivindicações. Desta forma, o apoio das políticas estadual e federal assegurou, numa troca de interesses mútuos entre a elite econômica e a elite política, a harmonia da reprodução e a defesa dos seus próprios interesses.

Organizado assim, o sistema de ações, econômico e político, e o sistema técnico produtivo do cacau, também muito subordinado aos determinantes (de preço e demanda) dos mercados internacionais – toda dinâmica regional acompanha, ao mesmo ritmo, a dinâmica do processo de formação sócio-espacial brasileiro – ou seja, um processo marcado muito mais pela dinâmica externa (regida pelo mercado e divisão internacional da riqueza) que pela dinâmica regional do país (regida pelas históricas tensões resultantes também da injusta distribuição da renda).

## 2.1.2 – O processo de industrialização do circuito espacial de produção do cacau

O termo *industrialização* não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamentos do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (SANTOS, 1993, p. 27, grifos do autor).

O processo de industrialização que se seguiu no Brasil, muito baseado nas matérias-primas fornecidas pela agropecuária e que fez surgir os estabelecimentos agro-processadores, não ocorreu na Região Cacaueira. Embora a atividade cacaueira tenha gerado excedentes que poderia dinamizar a industrialização do cacau no território brasileiro, a produção tinha como destino o comércio internacional das amêndoas de cacau, tudo de acordo também com as diretrizes normativas do Estado.

As normas estabelecidas pelo Estado (como créditos, impostos, tarifas etc.) priorizavam os investimentos nas atividades industriais e agrárias, com possibilidades de exportação. Essa orientação encontrou apoio da elite econômica e política regional, conduzindo os rumos da atividade cacaueira e reforçando a sua função na divisão territorial do trabalho como uma região agrário-exportadora.

A hegemonia do capital comercial na atividade de produção de amêndoas - como já demonstrado na tabela 1 (item 2.1.1) - nos órgãos de representação e na política partidária, bem como a associação do capital comercial com o capital internacional<sup>42</sup>, comandou o processo de formação regional de acordo com seus interesses em extrair maior rentabilidade e, nesse caso, a exportação das amêndoas de cacau se apresentava mais favorável<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> Um exemplo dessa ligação com o capital internacional é a atividade de exportação desenvolvida pelas famílias suíças na Região Cacaueira. Essa atividade teve início com a implantação da Nestlé (empresa de capital suíço) nos EUA, no final do século XIX, e que necessitava de matéria-prima para a sua unidade de processamento. Assim, os suíços, incentivados de um lado pela oferta de cacau na região e, de outro, pela garantia da demanda pela Nestlé, começaram a chegar à região, predominantemente em Ilhéus e Itabuna, e começaram a exportar cacau. Até hoje são comuns os nomes de Wildberger, Kaufmann, Manz, Weber, Neeser, Schneider (CASTRO, 2002, p. 20). Além de privilégios na comercialização, os suíços contavam com uma desorganização social e política e grande dependência de capital financeiro dos produtores, e ainda se beneficiavam da política agrícola brasileira com a liberação de créditos para as empresas exportadoras.

<sup>43</sup> No ano de 1965, atuavam na Região Cacaueira 32 empresas exportadoras, que concentravam toda a comercialização das amêndoas de cacau, além de que, muitas dessas empresas exerciam também a atividade de cultivo do cacau (GARCEZ, 1979, p. 73).

Autorizava esse processo de afirmação como uma região agroexportadora o estudo feito, em 1979, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), denominado “Rumos da Industrialização do Cacau no Brasil”, que recomendou a opção pelo incentivo à exportação de amêndoas de cacau em detrimento ao incentivo à industrialização na região, pois os custos sociais dos subsídios e a perda de divisas excediam os benefícios da industrialização para o Estado. Além disso, o parque de processamento estava localizado nos países importadores de amêndoas e era subsidiado, o que traria problemas de competitividade para a indústria nacional na produção de derivados<sup>44</sup>. Além do mais, o processo de industrialização pensado para o Brasil pela FGV, tratava apenas da produção de derivados, uma primeira fase do processamento industrial do cacau de baixo valor agregado, na qual a relação de preços de amêndoas e derivados poderia ser facilmente regulada pelas empresas produtoras de chocolate localizadas na Europa e EUA (BAIARDI, 1984).

A manobra de equiparar preços dos derivados de cacau com o preço das amêndoas, sempre foi o mecanismo de regulação utilizado pelas empresas internacionais. Além dessa prática, as empresas internacionais contavam ainda com proteção, através da política fiscal dos países importadores de amêndoas, os quais praticavam diferentes taxas para os diversos produtos de cacau (amêndoas e derivados), demonstrando claramente a posição de subordinação que caberia ao Brasil na divisão internacional do trabalho, quanto à atividade cacauceira (Tabela 4).

Tabela 4 – Taxas de importação de amêndoas de cacau e derivados praticadas nos principais países importadores em 1962

Países	Amêndoas	Manteiga	Torta	Massa	Pó
EUA	livre	6,25 %	0,75 cents. p/ lb. de peso	0,625 cents. p/ lb. de peso	0,75 cents. p/ lb. de peso
Holanda	livre	6 %	10 %	10 %	10 %
Bélgica	livre	6 %	10 %	10 %	10 %
Itália	livre	25 %	21 %	21 %	22 %
França	3%	22,5 %	22,5 %	22,5 %	22,5 %
N.Zelândia	livre	3 %	30 %	30 %	30 %
Suíça	1 franco p/ 100kg	50 francos p/ 100kg	50 francos p/ 100kg	50 francos p/ 100kg	50 francos p/ 100kg
Canadá	0,01 p/ lb. peso	0,0225 p/ lb. Peso	0,03 p/ lb. peso	0,03 p/ lb. peso	22,5% p/ lb. peso

Fonte: Lima (1964). Elaboração Jorge Chiapetti.

<sup>44</sup> O processamento industrial do cacau é dividido em duas fases: a primeira fase é considerada uma pré-industrialização, na qual se realiza apenas a moagem das amêndoas do cacau e sua transformação em produtos semi-industrializados (massa ou liquor e em pó) e de seus derivados (manteiga e torta), de baixo valor agregado, que serão utilizados, numa segunda fase, na fabricação de chocolates e outros produtos.

Esse mecanismo de regulação, imposto pelos países importadores, resultava em benefício para suas próprias empresas, numa clara política de protecionismo, pois nas normas de importação, apenas as amêndoas estavam livres de taxas, sendo que os produtos industrializados chegavam a ter, como na Suíça, 50 % de taxaço, o que inviabilizava a competitividade das empresas brasileiras de processamento de amêndoas.

As empresas multinacionais se estruturaram de maneira monopólica, regulando a concorrência, isto é, desestimulando a primeira fase da industrialização nos países produtores de amêndoas, pois assim estaria assegurando o monopólio de processamento, dificultando a implantação da segunda fase, a produção do chocolate. Consolidou-se, assim, uma desigual repartição do trabalho na atividade cacaeira mundial, na qual as vantagens em termos de excedentes econômicos são apropriadas pelas empresas multinacionais.

Além das empresas dos países do primeiro mundo serem favorecidas pelas normatizações de seus países sedes, são ainda mais favorecidas com a revolução técnico-científica em curso, em que a ciência e a tecnologia foram colocadas a serviço das suas atividades produtivas, possibilitando as mesmas lançarem a “semente da dominação do mundo” (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 47).

Atualmente, a regulação e a subordinação se aprofundam com o processo de integração vertical das atividades. Ou seja, há uma centralização do comando de todo circuito espacial de produção do cacau, circuito no qual as empresas multinacionais só não participam da atividade de maior risco, que é o cultivo de amêndoas, de resto, participam de todo o processo de transformação, comercialização e distribuição do chocolate. Sob o comando das empresas multinacionais chocolateiras, a apropriação da riqueza gerada se concentra enquanto alargam e se aprofundam a divisão do trabalho no circuito espacial produtivo do cacau.

Menezes (1993, p. 174), mostrou a desigualdade na relação de trocas dentro do sistema mundial de cacau, quando confrontou os valores da produção mundial de amêndoas de cacau dos cinco maiores países produtores no ano de 1989/90, somando um valor de U\$ 1,78 bilhão, enquanto que, na mesma data, todo o produto gerado pelas cinco maiores indústrias de chocolate foi de U\$ 35,9 bilhões.

Seguindo *pari passu* o modo de desenvolvimento do capitalismo mundial, a montagem do circuito espacial de produção do cacau se fez sob fortíssima concentração de capital das empresas industriais e comerciais dos países da Europa e dos EUA. Tal acumulação de riqueza consente poder de comando para orquestrarem o ritmo de produção para todo o circuito – inclusive ao momento da produção propriamente dita (a produção da amêndoa). Soma-se, ainda, ao poder das empresas multinacionais as facilidades políticas que encontraram em territórios de países subdesenvolvidos, como o Brasil.

Assim é que o processo de industrialização do cacau no Brasil se deu lentamente, num ritmo muito derivado das disposições do capital, do mercado, do investimento, internacionais. A periodização do processo de industrialização do cacau no Brasil mostra essa realidade.

O primeiro período (1927 a 1940), do processo de industrialização de amêndoas de cacau na Bahia, iniciou-se com a montagem da Usina Vitória pela empresa comercial Hugo Kauffmann & Cia<sup>45</sup> em Ilhéus. No ano de 1938, foi instalada, em Salvador a Cia. Bhering para a fabricação de chocolates, mas que logo em seguida passou para a produção de apenas derivados.

Neste período, a industrialização das amêndoas não proporcionou mudanças significativas na estrutura produtiva agrícola da região Sul da Bahia, pois foram apenas iniciativas isoladas de alguns empresários mais progressistas, fortalecidos pela atividade comercial. A capacidade de processamento foi pouco representativa em relação à produção total de amêndoas de cacau, em torno de 2%, e só vai aumentar no decorrer dos anos, chegando a 20 % do total da produção no ano de 1944 (SANTOS, 1957, p. 97).

Assim, o segundo período é marcado pelo aumento da capacidade de industrialização das amêndoas no território brasileiro e vai de 1940 até 1970. Dois eventos foram decisivos para a instalação das empresas processadoras no território, notadamente em Salvador. O primeiro foi com a instituição das portarias nº 2 da Comissão de Defesa da Economia Nacional em 1940, e da portaria nº 63 de 1943 (já discutida no item 2.1.1) que, ao defenderem os interesses da classe de produtores, normatizou a comercialização, atribuindo ao ICB o monopólio das exportações. Com a eliminação da função comercial de exportação pelas empresas, não restou alternativa aos empresários exportadores de amêndoas senão, reorientarem seus investimentos para a industrialização<sup>46</sup>. O segundo evento diz respeito aos problemas ocorridos com a Segunda Guerra, como: a destruição do parque industrial europeu, principalmente o holandês, e o bloqueio do fluxo de mercadorias pelo exército alemão, o que

---

<sup>45</sup> Em 1943 a Hugo Kauffmann & Cia passou a se denominar Cacau Industrial e Comercial AS; e no ano de 1957 o mesmo grupo inaugurou, em Itabuna, outra fábrica de derivados de cacau, a Usina Helvética (BRANDÃO; ROSÁRIO, 1970, p. 234).

<sup>46</sup> A título de exemplo, podemos citar os grupos comerciais locais que eram exportadores de amêndoas e se tornaram industriais do cacau como: Grupos Barreto de Araújo e Wildberg (Brahem& Wildberg) (GUIMARÃES, 1982). É o que afirma Furtado (1961, p. 237 a 244; 1972, p. 23; 1977, p. 196 a 198), quando discute o processo de industrialização do Brasil. Afirma o autor que, se as normas do Estado proporcionaram uma nova lógica econômica do território através da industrialização, a sua intenção, inicialmente, era defender a economia agrário-exportadora da desvalorização do preço do café (no caso da Região Cacaueira era o preço do cacau) e não incentivar o processo de industrialização. Como afirmou Gramsci (1968, p. 49-50), as ações do Estado não se encontram acima das classes, mas atravessadas por vários interesses de classes, por vezes antagônicos, que se articula em alianças, constituindo um bloco hegemônico no poder e que age em benefício próprio.

dificultava o suprimento de amêndoas para outras indústrias da Europa. É o que afirma Santos (2006, p. 94, citando Hagerstrand, 1991, p. 113) “as ações intencionadas podem conduzir a resultados não intencionados, característica, alias, muito comum no processo de mudança social ou de mudança espacial”.

A partir da conjunção destes eventos, o processamento de amêndoas de cacau no Brasil passou a ser uma oportunidade vantajosa para o capital nacional e internacional. A escolha de Salvador, um local distante da região produtora, para a instalação das empresas processadoras de cacau ocorreu devido à quantidade e qualidade dos equipamentos urbanos, como fornecimento de energia elétrica regular e água tratada e, ainda, a disponibilidade de outros sistemas técnicos como porto, agências financeiros e comerciais.

Passado o período da Guerra, que marcou a fase não-intencional da industrialização do cacau pelo Estado, as relações entre as empresas processadoras e o Estado se consolidam, o que possibilita ganhos de capitais extraordinários para as empresas. Assim, a industrialização do cacau passou a ser intencionalmente organizada pelo Estado e “considerada como um bom negócio e gozando de favores especiais da parte dos governos, admite-se que possa atribuir balanços bem compensadores aos donos das fábricas. Em 1948, houve uma usina que obteve o lucro de 72,88 % sobre o capital empregado” (SANTOS, 1957, p. 99).

Certamente, as ações governamentais autorizaram os empresários vinculados à atividade cacaeira, quer individualmente ou em associação com capital internacional, a redirecionar seus investimentos e, assim, seguiu-se a instalação de várias empresas processadoras de amêndoas de cacau, como: a Atlântica Óleos Vegetais Indústria e Comércio, a Chadler S.A, a Joanes Industrial S.A., a Barreto de Araújo Produtos de Cacau, Ceras e Óleos da Bahia Ltda e a Oleífera Piatan S.A. (LIMA, 1964), consolidando um parque industrial de moagem na capital baiana, cujo objetivo era a exportação dos derivados do cacau.

O terceiro período de industrialização do cacau iniciou-se a partir dos anos 1970, com a instalação de empresas processadoras de amêndoas de cacau no Sul da Bahia. Esse período coincide com a progressiva instalação de um meio técnico-científico-informacional (Santos, 1994), na qual a constituição material e política do território brasileiro sofreriam transformações significativas.

Para Santos (1994) na medida em que a interdependência entre a ciência e a técnica desenha e delega as características dos espaços contemporâneos em todos os aspectos da vida

social, caracteriza um novo período histórico, que se estende para os países do Terceiro Mundo em diferentes proporções, a depender de cada país.

O Mundo está marcado por novos signos, como: a multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto; a generalização do fenômeno do crédito, que reforça as características da economização da vida social; os novos papéis do Estado em uma sociedade e uma economia mundializadas; o frenesi de uma circulação tornada fator essencial da acumulação; a grande revolução da informação que liga instantaneamente os lugares, graças aos progressos da ciência (SANTOS, 1994, p. 123).

Segundo Souza (1995, p. 64), ocorreu “dinamização de uma etapa nova da divisão internacional do trabalho, que no Brasil, implicou na aceleração do processo de industrialização e internacionalização ou transnacionalização da economia”.

Para Santos (1993, p. 39), foi nessa fase histórica do território, principalmente após o ano de 1964, que o número de fluxos se multiplicou, criando “as condições de uma rápida integração do País a um movimento de internacionalização que parecia como irresistível, em escala mundial”. Antigas e novas variáveis difundiram-se seletivamente pelos lugares, graças ao “encontro entre possibilidades latentes e oportunidades preexistentes ou criadas” (SANTOS, 1994, p. 44).

Nesse período, a Região Cacaueira começou a receber novos equipamentos técnicos, como o Porto do Malhado em Ilhéus e a pavimentação asfáltica da rodovia federal BR 101, o que possibilitou maior fluidez na circulação do cacau. Por sua vez, o Estado ofereceu incentivos fiscais para as indústrias através do Fundo para Investimento no Nordeste (FINOR)<sup>47</sup>. Com efeito, as inovações técnicas e normativas e as finalidades que as presidem promoveram uma reorganização das empresas processadoras de cacau e muitas que estavam localizadas na capital do Estado, foram sendo transferidas para Ilhéus.

No início dos anos 1990, as empresas processadoras de amêndoas de cacau alcançaram uma capacidade de moagem de 250.000 toneladas/ano (Tabela 5), constituindo-se predominantemente por subsidiárias de empresas multinacionais (NASCIMENTO, et al., 1994).

---

<sup>47</sup> A indústria de processamento de amêndoas da Nestlé, na época uma das maiores processadoras de cacau, foi instalada em 1980 na cidade de Itabuna, através dos incentivos fiscais do FINOR.

Tabela 5 – Relação das empresas industriais baianas, capacidade de moagem, quantidade processada de amêndoas de cacau e taxa de utilização para a safra 1991/92

Empresas	Capacidade Moagem anual (ton.)	Moagem (ton.)	Taxa de utilização da capacidade (%)
Barreto de Araújo S.A.	79.200	14.900	20,1
Berkau Industrial Ltda	27.360	20.900	76,4
Cargill Industrial Ltda.	48.000	41.100	85,6
Chadler Industrial da Bahia	34.560	34.200	100
Itaisa-Itabuna Industrial Ltda.	15.000	2.100	14,0
Joanes Industrial Ltda.	31.680	40.600	128
Nestlé (Caprodal)	18.000	22.700	126
<b>Total</b>	<b>253.800</b>	<b>178.500</b>	<b>70,3</b>

Fonte: NASCIMENTO et al. (1994).

A consolidação de um parque industrial baiano de processamento de cacau alterou, nos anos 90/2000, o perfil da Região Cacaueira, só então tendo mudado sua função de exportadora de amêndoas para exportadora de derivados do cacau, como manteiga, liquor e outros (Tabela 6). A refuncionalização da região, quanto ao produto exportado, teve também como determinante, no mesmo período, a eliminação das taxas de exportação nos principais países importadores praticados para os produtos derivados de cacau

Tabela 6 – Participação do cacau nas exportações baianas das amêndoas e dos derivados, 1989 a 2006

Ano	Produto	Participação (%)
1989	Amêndoas	57
	Derivados	43
1996	Amêndoas	34
	Derivados	66
2006	Amêndoas	0
	Derivados	100

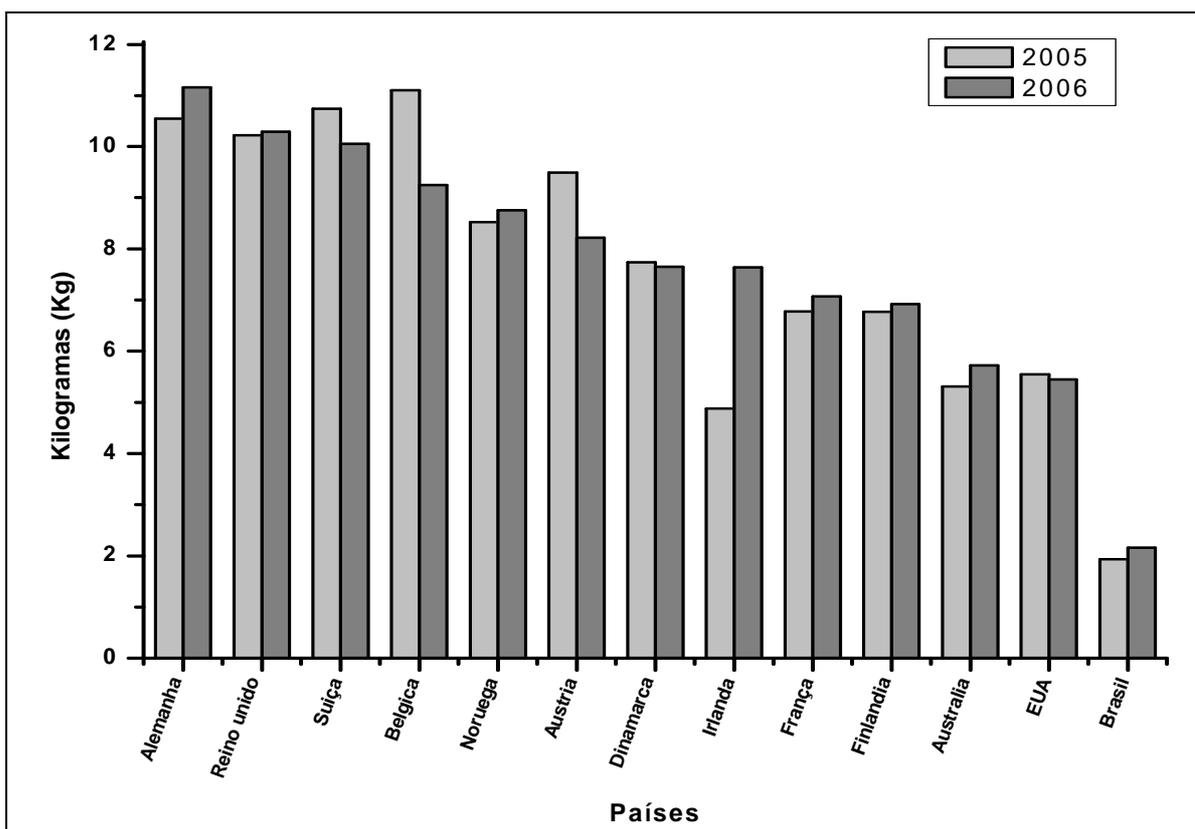
Fonte: CEPLAC (2008). Elaboração Jorge Chiapetti.

Mesmo com o estabelecimento da industrialização das amêndoas de cacau no Brasil, a parte importante do processo de transformação do cacau (a produção do chocolate, p.ex.) permanece sob o domínio e controle das empresas multinacionais com sede na Europa e EUA,

reforçando o papel de subordinação da Região Cacaueira na divisão internacional do trabalho – assim, subordinada ao comando e decisões externas, a região fica à deriva quer do mercado internacional, quer do mercado nacional.

Quanto ao mercado nacional de chocolate, pode-se afirmar, ele é bastante elástico (pois há demanda, ainda muito reprimida pela baixa renda da população brasileira) mas, devido mesmo à baixa renda da sociedade brasileira – o mercado de chocolate (à despeito de ser uma alimento) é ainda considerado supérfluo. O consumo médio per capita de chocolates no Brasil, é em torno de 2,5 quilos por habitante, e o que poderia representar maior possibilidade de inter-relação da região com o mercado interno do país, não se efetiva, pois é uma média ainda muito baixa, principalmente se tomarmos em relação ao consumo mundial (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Consumo per capita de chocolates nos principais países do mundo 2005/2006



Fonte: ICCO, 2008.

O sistema de atividade cacaueteira está marcado por gritantes desigualdades quanto à apropriação da renda: de um lado a exploração das empresas moageiras e as empresas de comercialização, atualmente sob o comando do capital internacional concentram toda a renda

da atividade; de outro lado, a atividade propriamente de produção da amêndoa, não dispendo de capital de investimento, se realizam através de relação do trabalho familiar.

Portanto, a evolução e a ampliação do circuito espacial de produção do cacau, que se processou a partir da instalação de grandes empresas de transformação e comercialização, refuncionalizam a região, a qual passa de exclusivamente exportadora de amêndoas para uma região também exportadora de mercadorias com maior valor agregado. No entanto, a distribuição desta riqueza produzida é ainda mais desigual e, a região mais dependente do capital internacional.

## **2.2 – Num espaço derivado: a subordinação das classes sociais**

O espaço não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização qualificada (SANTOS, 2006, p. 126).

A consolidação da atividade cacaeira como atividade econômica, que dinamiza uma região, ocorreu a partir do início do século XX, no momento em que as amêndoas de cacau chegaram à liderança na pauta estadual de exportação. Dinamismo esse que atraiu grande número de imigrantes para Ilhéus<sup>48</sup>. Contudo, os imigrantes – em sua grande maioria, “gentes brasileiras” fugidas das secas do Nordeste – dispendo somente de raquítica força de trabalho, chegam à região de Ilhéus a aí, são a força maior de constituição e formação, do que viria a ser o mais importante Região Cacaueira do país.

A história da implantação do cultivo dos cacaeiros, foi uma história de “luta direta com a mata” e, às vezes, com tribos indígenas, e pode ser pensada não só como uma história de bravura – em que o desbravador<sup>49</sup> enfrentou e venceu o ambiente hostil, a fome e toda sorte de doenças e privações – mas também pode ser considerada uma história de violência, cujos desdobramentos deram a Ilhéus e região a fama de um lugar onde a única lei conhecida era a do mais forte, a única

---

<sup>48</sup> No período de implantação da atividade cacaeira, o município de Ilhéus teve a sua população aumentada de 11.474 habitantes em 1890, para 111.351 no ano de 1920. (IBGE).

<sup>49</sup> Desbravador é a denominação para os primeiros cacauicultores da região que entravam na mata pelas margens dos rios e iam abrindo suas roças de cacau. Os primeiros desbravadores foram os estrangeiros e, após o seu sucesso, foram seguidos por brasileiros que migravam do Norte da Bahia e de Sergipe.

ética era a do mais inescrupuloso e o único direito era o da posse da terra, adquirida pela astúcia ou tomada à força (ADONIAS FILHO, 1978)<sup>50</sup>.

O processo de expropriação da terra termina por produzir na região a histórica estrutura fundiária do país, ou seja, a formação de grandes latifúndios. A produção em propriedades de grande extensão se fazia a única forma de garantir a renda, já que não havia disponibilidade de capital – nem para adoção de técnicas de produção, nem para investimentos em infra-estruturas que viabilizassem a comercialização. Todo o processo produtivo, portanto, ficava subordinado aos ditames do mercado internacional.

As ações de subordinação se ampliaram com a concentração de renda nas mãos de alguns produtores, grandes proprietários que associados aos comerciantes, exportadores, passaram a comandar um sistema de adiantamento e financiamento com juros elevados, “que acabaram por se transformar em instrumento de pressão e autofagia interna à classe, com a eliminação dos produtores mais fracos” (GARCEZ, 1979, p. 30).

Essa associação organizacional da classe capitalista efetiva a hegemonia da burguesia cacaueteira que, virtuosamente, passa a financiar e endividar os pequenos proprietários produtores que terminam por perder suas terras – tudo contribuindo para o processo de concentração fundiária e de poder da classe capitalista. É assim que, na implantação e exploração da atividade cacaueteira, instaurou-se uma divisão de classes sociais bem demarcadas a partir da divisão social da terra e da renda, formando uma classe dominante – composta por grupos que passaram a controlar os meios de produção e se apropriar dos excedentes econômicos – e uma classe de trabalhadores subordinados, composta por pequenos produtores, meeiros, parceiros e assalariados.

Para Goldmann (1979, p. 93) uma “classe social se define por: a) função na produção; b) relações com os membros de outras classes e c) consciência possível que é uma visão do mundo”. Tomando essa definição, podemos interpretar que a formação de uma sociedade está diretamente ligada ao processo histórico de formação das classes sociais, isto é, suas lutas, equilíbrio e coerência das suas ações e do próprio fortalecimento das solidariedades orgânicas<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> Nesse período da implantação da lavoura cacaueteira, surgiram tipos sociais como o desbravador, o coronel, o alugado, o jagunço, o contratista, bem como formas peculiares de expropriação da terra, a exemplo do caxixe (uma forma de fazer negócios idôneos). O caxixeiro era um tipo de falsário que induzia pequenos agricultores a assinarem notas promissórias, as quais eram alteradas em seus valores e depois entregues para advogados que obtinham, através da justiça, a posse das terras. “Esse personagem foi um precursor do grileiro de hoje” (ROCHA, 2008, p. 140). Todos esses personagens foram muito bem caracterizados nas obras literárias de vários escritores, mas principalmente dos escritores Adonias Filho e Jorge Amado. Para uma descrição de cada personagem ver: Sabóia (1966, p. 115); Adonias Filho (1978, p. 39-55); Rocha (2008, p. 130-163).

<sup>51</sup> Em seu livro **Da Divisão do Trabalho Social**, Durkheim esclarece que a existência de uma sociedade está baseada no consenso entre indivíduos o qual denomina de “solidariedade”, originada da divisão social do

O processo de formação das classes sociais dominantes na atividade cacaueteira constituiu-se, especialmente, de uma poderosa burguesia, cujo poder estava baseado, de um lado, no controle da terra e do capital comercial e na circulação dos excedentes produzidos pelo cacauete e, de outro, na objetivação de relações, tanto ao nível dos próprios grupos hegemônicos, quanto em relação à classe trabalhadora. Mas, essa objetivação foi negada na aparência e o discurso da classe hegemônica foi tributária de valores ideológicos de que a atividade cacaueteira, com seus problemas e sua política, interessava à sociedade como um todo, tanto aos que detinham os meios de produção e de comercialização, quanto àqueles que viviam marginalizados das vantagens e do poder que a atividade assegurava (DINIZ, 1983, p. 35).

Todas as formas de consciência de classe são ideológicas; mas algumas, por assim dizer, são mais ideológicas que as outras. O que há especificamente ideológico na burguesia é sua incapacidade de apreender a estrutura da formação social como um todo, em virtude dos efeitos calamitosos da reificação. A reificação fragmenta e perturba nossa experiência social, de modo que, sob sua influência, esquecemos que a sociedade é um processo coletivo. Em vez disso, passamos a vê-la meramente como tal ou qual objeto ou instituições isolados (EAGLETON, 1996, p. 181).

É assim que, na defesa dos interesses econômicos formados por um sistema de “classes assentadas na propriedade privada ou em outras formas de apropriação e de acumulação do produto do trabalho social” (DARCY RIBEIRO, 1998, p. 95), criou-se um pensamento hegemônico que se perpetua como um devir, de que vivemos num mundo racional, coerente e que funciona a partir de uma lógica única condicionada por considerações de ordem econômica.

Para Santos (1987, p. 37), a orientação específica pela ordem econômica é que conduz a um processo de alienação do homem. “Nesse quadro de vida, a existência é vivida não tanto para a consagração dos valores, mas para a busca das coisas, o produtor se tornando submisso ao objeto produzido. É o produto que ganha em poder, enquanto o trabalhador se despoja do seu próprio poder”.

---

trabalho. Para Durkheim há dois tipos de solidariedade: a mecânica e a orgânica. A “solidariedade mecânica” é regida pela correspondência de valores que asseguram a coesão social onde os indivíduos se identificam através da família, da religião, da tradição e dos costumes, como em relação aos interesses materiais necessário a subsistência do grupo. Nesse caso a divisão do trabalho tem uma forma rudimentar tipo das sociedades pré-capitalistas. A “solidariedade orgânica” ao contrário assegura uma maior diferenciação individual e social unindo os indivíduos pela necessidade de troca de serviços e pela sua interdependência, são diferentes e necessário como os órgãos de um ser vivo que atuam de maneira autônoma, mas obedecem ao sistema nervoso central numa relação de complementaridade. Quanto mais a sociedade se diversifica, quanto maior a divisão do trabalho, maior são os laços que unem um indivíduo a outro, fazendo com que se sintam parte de um todo. Para Santos (2006, p. 165-168) a solidariedade não tem conotação moral e se refere a “realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum”.

A partir das relações de subordinação e exploração das classes dominantes, e da sua própria subordinação ao mercado internacional, o processo de formação da atividade cacauera e, por conseguinte, da própria região, se caracterizou por ações individuais que inibiram ações de cooperação do lugar.

A região e a sua população, ao longo de sua história, como um vestígio transmitido das fases de exploração anteriores, continuaram figurando apenas como elementos dinamizadores da atividade produtiva destinada a um fim distante. Nessa perspectiva, a população e a própria região são transformados em recursos no processo de exploração econômica – única que conta afinal.

Tanto Milton Santos em sua obra “Zona do Cacau” (1957), como Josué de Castro em “Geografia da Fome” (1957), já denunciavam o desinteresse pelas questões regionais, o absenteísmo e a falta de consciência de classe entre os cacauicultores da época:

De fato, grande parte dos fazendeiros vive em Ilhéus, Itabuna e demais cidades da zona, na capital do estado e até na da República, fruindo calmamente as rendas que lhe advêm. [...] A maioria, porém, não dirige os seus estabelecimentos. Essa é tarefa entregue a um administrador, a quem ficam confiadas todas as tarefas da exploração agrícola, cabendo-lhe dar contas de período em período, ao proprietário distante (SANTOS, 1957, p. 106).

Trata-se de um tipo de agricultura mercantil, com seus donos preocupados exclusivamente com o máximo de lucro, sem o menor interesse de beneficiar a terra ou melhorar as condições de vida locais, e disso temos um documento insofismável no *absenteísmo* dos donos do cacau. A verdade é que são eles negociantes e não agricultores, vivendo sua vida de nababos nas cidades e mesmo na Capital da República, à custa das sementes de cacau que continuam funcionando em seus esquemas econômicos como moeda corrente, como no império Asteca, dos tempos de Montezuma. [...] Sobre este aspecto de desamor à plantação, de absoluta indiferença pelo futuro da terra, a monocultura do cacau é ainda mais aviltante do que a do açúcar, em cuja área os senhores de engenho sempre se mostraram bem mais interessados pela vida de seus canaviais, pela marcha de trabalho de seus engenhos (CASTRO, 1957, p. 156, grifo do autor).

Tamanha a falta de comprometimento dos grandes proprietários e capitalistas da atividade cacauera que não os encontramos, a não ser representados, nas instituições políticas de governo (não participam declaradamente de partidos políticos, nem se elegem para formar bancada nas Assembléias, Câmaras ou Congresso) (GARCEZ, 1979).

Então, de um lado, a burguesia participa só indiretamente (através de representantes) das discussões políticas, ou seja – a classe burguesa está preocupada apenas em garantir a

continuidade de seus gordos privilégios – e a classe trabalhadora, de outro lado, mal consegue organizar-se para garantir algum direito (social, político, civil, entre outros).

Esta história de alienação regional é um momento da também histórica alienação das classes sociais no Brasil e a também histórica inarticulação entre classes sociais em países periféricos são, entre outros, os fatores responsáveis pela incapacidade de construção de um projeto nacional (FIORI, 2007).

O não reconhecimento pela elite econômica de sua condição de classe social – dotadas de consciência de classe e de organização política na qual podem se constituir no principal agente de transformação social – foi responsável pela fragilidade das iniciativas empresariais nacionais, em relação às oportunidades geradas nos diversos momentos do processo de modernização do país (FURTADO, 1985). Desde a Era Vargas<sup>52</sup>, tal modelo de modernização implementou o desenvolvimento econômico via a instrumentalização do território, dotando-o, portanto, de sistemas técnicos de engenharia, de comunicações e de sistemas de informação. A cada vaga de implantação dessas infra-estruturas territoriais, no mais das vezes sistemas técnicos científicos e informacionais importados, os empresários brasileiros investiam, sim, na produção, mas muito em função do enriquecimento próprio e privado, ao invés de se orientarem por um projeto de desenvolvimento que permitisse a emancipação do país, emancipação que pode ser entendida como capacidade e autonomia para produzirmos nossos próprios sistemas técnicos e autonomia e liberdade para decidirmos sobre os rumos da nação.

Em um país como o nosso, o discurso político é sempre tributário de fórmulas moldadas no Exterior. O desenvolvimento material é quase necessariamente imitativo, dado que os empresários industriais têm, à sua disposição, processos produtivos comprovados pela experiência de economias mais adiantadas, entre os quais faz a sua escolha. Mas a problemática do desenvolvimento abarca todo o processo social e político, razão pela qual a política de desenvolvimento terá que ser inventada localmente (FURTADO, 1985, p. 161).

Oliveira (2003, p. 74-75) também interpretou o Brasil, mostrando que além do modo de desenvolvimento do capitalismo nacional ser um modo imitativo do desenvolvimento do

---

<sup>52</sup> A Era Vargas é a denominação do período em que Getúlio Vargas governou o Brasil (de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954). Com amplos poderes na condução do país, o seu governo iniciou uma política de modernização do Brasil com a criação, por exemplo, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; do Ministério da Educação e Saúde e continuou com a política de valorização do café, criando o Conselho Nacional do Café e o Instituto do Cacau. As transformações sociais e econômicas deste período são consideradas um divisor na história política e econômica do Brasil.

capitalismo internacional é, também, “resultado concreto do tipo e do estilo da luta de classes internas”, isto é, o resultado da industrialização, base da formação sócio-espacial brasileira, foi um ato de planejamento pensado “pelas classes dirigentes como medidas destinadas a ampliar e expandir a hegemonia destas na economia brasileira”. Até hoje, seguimos insistindo com essa experiência brasileira de associação econômica e política do empresariado nacional com o capital internacional.

O modo de desenvolvimento adotado pelas elites econômicas do país, muito mais associado ao capital internacional, ao invés de exercer uma possível hegemonia de classe sobre a sociedade brasileira, portanto, longe de contribuir com o projeto de transformação social, aprofundou as desigualdades sociais e, conseqüentemente, promoveu a fragmentação territorial entre as regiões brasileiras.

Sem um projeto de nação, corremos o risco de continuarmos condenados à histórica dissociação entre as lutas sociais regionais e a unidade territorial, a dissociação entre povo e nação – face principal de nossa fraqueza, isto é, a incapacidade de encontrarmos nosso lugar no mundo, de elevarmos o nosso povo à condição de sujeitos da história (KAHIL, 2005, p. 511).

Desde a criação do ICB, em 1930, até o encerramento do PROCACAU, em 1985, todos os sistemas técnicos e os sistemas de ações tinham como objetivo assegurar a estrutura de produção e comercialização de amêndoas de cacau, em favor da elite econômica da região. Portanto, todo esse investimento e esforço para desenvolver o sistema de atividade cacauceira não resultou em desenvolvimento, no sentido “forte” da palavra, ou como se refere Celso Furtado, desenvolvimento em que “uma sociedade satisfaz de forma apropriada às necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso a educação e ao lazer e a um mínimo de bens culturais” (FURTADO, 1992, p. 38).

Dados da CEPLAC de 1976, mostram-nos que, embora a região tenha melhorado em termos de equipamentos urbanos e infra-estrutura econômica, devido à expressiva produção e comercialização de amêndoas de cacau, isso não representou distribuição de renda, pois as desigualdades sociais acentuaram-se a ponto de 80 % das famílias deterem apenas 31 % da renda regional, enquanto 20 % das famílias detinham 69 % da renda produzida na região (BAIARDI, 1984, p. 66).

A distribuição de renda é parte fundamental e não uma condição de hipótese no crescimento econômico, isso sim seria uma contribuição efetiva na construção de uma nação democrática no Brasil. A idéia de desenvolvimento passa pela restituição de seu conteúdo político-valorativo (FURTADO, 1982, p. 132).

Se de um lado a atividade cacauera não promoveu distribuição de renda, por outro, muito menos possibilitou uma emancipação das classes sociais – a burguesia regional vantajosamente se aliou ao capital internacional e a classe trabalhadora, expropriada da terra e dos seus direitos, não conseguiu encontrar um elo de solidariedade que a levasse a emancipação, ou seja, reafirma-se na região o processo de formação de um espaço derivado.

Constantemente nos deparamos com depoimentos da condição de alienação da classe produtora nas discussões dos caminhos desejados para a atividade cacauera, como por exemplo, alguns pronunciamentos no Fórum de Discussão sobre a atividade cacauera, denominada “lista do cacau”:

Numa reunião em 1988, com o Ministro da Fazenda Bresser Pereira com o setor do cacau e com outras organizações representativas das atividades agropecuárias, o setor do cacau perdeu uma grande oportunidade de requerer suas reivindicações, pois a reunião foi sem objetividade e os representantes do cacau discutiram apenas suas razões. (Enfim, o que iriam requerer não foi exposto e o objetivo só foi conseguido pela força de outro setor) (Paulo Roberto Peixinho Lima, [cacau-1@listas.unicamp.br](mailto:cacau-1@listas.unicamp.br), 26/10/2006).

Há uns quinze anos, numa reunião, em Ilhéus, entre a Aliança dos Produtores de Cacau e o pessoal do Itamaraty, foi sugerido pelo Itamaraty que, quando houvesse reunião fosse na cidade de Porto Alegre, pois as nossas representações não tinham objetivos definidos (Paulo Roberto Peixinho Lima, [cacau-1@listas.unicamp.br](mailto:cacau-1@listas.unicamp.br), 26/10/2006).

Há pouco tempo, em uma reunião com um representante do Ministério da Fazenda, para tratar da questão do cacau, ouvi o seguinte: "quanta diferença do setor do cacau para a soja, o café, a carne. Lá sim eles são profissionais, objetivos. Sabem o que querem e fazem a política certa. Já o cacau..." (Gonçalo Guimarães, [cacau-1@listas.unicamp.br](mailto:cacau-1@listas.unicamp.br), 26/10/2006).

Estes são exemplos da histórica inarticulação e falta de comprometimento da classe cacauicultora com os caminhos desejados para a atividade e, por conseguinte, para a Região Cacaueira . A falta de solidariedade entre os próprios cacauicultores se evidenciou também pela dificuldade na formação e condução de organizações representativas de seus interesses, bem como, na falta de uma complementaridade entre essas organizações. E foi exatamente esta falta de solidariedade entre os próprios produtores que contribuiu para a dissolução ou perda de função das associações ou instituições como o ICB, a maior parte dos sindicatos de produtores, a

COOPERCACAU<sup>53</sup> e todo o seu complexo industrial e comercial, o Conselho Nacional dos Produtores de Cacau (CNPC), a Comissão de Comércio de Cacau da Bahia (CONCAUBA), a Associação de Apoio à Recuperação da Lavoura Cacaueira (COMACAU), a Associação Brasileira de Cacaucultores (ABC), etc.

A situação regional se fragiliza ainda mais hoje, diante da força e do poder das grandes empresas de capital internacional que aí se instalam (ADM, Barry Callebaut, Cargill e Nestlé/Delfi), assumem o comando e determinam o ritmo da produção cacaueira no país. Atualmente, a produção de amêndoas de cacau brasileiro dos estados da Bahia, Rondônia, Pará e Espírito Santo são praticamente todo comercializado no mercado interno pelas quatro principais indústrias processadoras de cacau do Brasil (CEPLAC, 2008). Para Furtado (1992, p. 53) essa é uma advertência que deve ser analisada no plano político, pois:

Em um país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional.

Com efeito, num país com profundas desigualdades sociais e regionais, “a especialização geográfica da produção é responsável por uma massificação do capital que tende a aumentar as taxas de lucro e a reduzir o valor do trabalho, com repercussões novas sobre o capital total e sua distribuição no espaço total” (SANTOS, 2003, 145). Portanto, a dependência histórica da atividade cacaueira aos preços internacionais e, agora sob as ordens das empresas transnacionais produz e reproduz, tanto “uma alienação regional, como uma alienação do homem-produtor” (p. 145). A alienação tem um efeito desintegrador e dificulta a construção das solidariedades orgânica local, justamente na medida em que as ações que aí se realizam correspondem a interesses estranhos a totalidade da vida que a região encerra.

---

<sup>53</sup> Como exemplo de sua importância na atividade cacaueira, a COOPERCACAU estava estruturada em uma central, onze cooperativas, trinta escritórios recebedores de cacau, uma misturadora de fertilizantes (COPERFÉRTIL), uma fábrica de calcário dolomítico (COPERCAL) e uma unidade de processamento de amêndoas de cacau (ITAISA). Tinha em seu quadro de associados produtores rurais dedicados à cacaucultura, cafeicultura, olericultura e pecuária leiteira (CEPLAC, 1987, p. 87).

## CAPÍTULO 3

### O CONTEXTO DE UMA CRISE ANUNCIADA: A FRAGILIDADE DE UM ESPAÇO DERIVADO

#### 3.1 – A fragilidade do projeto político do Brasil e do projeto de desenvolvimento econômico para a região Sul da Bahia

Em nenhum momento da nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser (FURTADO, 1999, p. 26).

O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do planeta (CASTRO, 1973).

O sistema econômico mundial como conhecemos hoje começa a se estruturar no pós-guerra (1945) dividido em dois subsistemas e sob a cobertura de uma confrontação ideológica, que conforma o sistema internacional moderno<sup>54</sup>. De um lado, o bloco sino-soviético com a bandeira do socialismo, que transforma o Estado em motor da sociedade e, do

---

<sup>54</sup> Para Wallerstein (2002, p. 117), o sistema internacional moderno do ponto de vista ideológico, tem no ano de 1917 o seu marco inicial. Wallerstein se refere, de um lado, ao discurso do presidente dos EUA Woodrow Wilson que pediu declaração de guerra contra a Alemanha para garantir a segurança da democracia mundial e, de outro, a revolução dos bolchevistas que tomaram o palácio de Inverno em nome da revolução dos trabalhadores. A partir desse momento nasce a “antinomia ideológica” do mecanismo de desenvolvimento nacional, o *wilsonismo versus leninismo*.

outro, o conjunto das nações de regime capitalista sob a tutela dos EUA, abrindo um novo ciclo de desenvolvimento do capitalismo (FURTADO, 1989). Tanto um bloco como o outro lançaram as bases para um novo período de desenvolvimento, redentor dos males do presente e com a promessa da equidade social.

Na perspectiva do sistema capitalista, a criação das instituições multilaterais reguladoras, sob a denominação de sistema *Bretton Wood*<sup>55</sup>, influenciou o surgimento de um novo sistema de economia internacional, que comandaria a reestruturação econômica do pós-guerra e garantiria a hegemonia dos EUA. Com uma posição de liderança, os EUA impuseram a criação de “uma moeda capaz de garantir uma ancoragem efetiva para as transações internacionais” (CHESNAIS, 1996, p. 249). A estabilidade do sistema capitalista estava dada pela política monetária internacional, quando o dólar ficou atrelado ao ouro por uma taxa de conversão fixa e passou a ser referência das demais moedas, na determinação da taxa de câmbio.

Foi elaborada pelas instituições do sistema *Bretton Woods* uma “política de ajuda” aos países periféricos do sistema capitalista para impulsionar o desenvolvimento econômico e afastar uma aproximação com o bloco soviético. Para Moraes (2006, p. 56) foi neste quadro que surgiu, o que “se convencionou chamar de ‘teoria da modernização’, um extraordinário montante de reflexões que buscava caracterizar o estado de subdesenvolvimento e os modos de superá-los” (grifos do autor), isto é, os caminhos que deveriam ser seguidos para estimular o crescimento econômico e o progresso político e social nos países periféricos<sup>56</sup>.

Bem ou mal, o sistema financeiro e monetário internacional, com base no atrelamento do dólar ao ouro, permitiu a formação de um sistema econômico, no qual as “autoridades estatais dotadas de instrumentos que lhes possibilitavam controlar a criação de crédito e assegurar a relativa subordinação das instituições financeiras e do capital de empréstimos às necessidades do investimento industrial” (CHESNAIS, 1996, p. 250).

---

<sup>55</sup> O Sistema *Bretton Woods*, cujo nome foi emprestado da cidade americana que foi cenário do acordo de 1944, foi assinado por 45 países mais industrializados, denominados de aliados, definindo um sistema de regras, instituições e procedimentos para regular a política econômica mundial. Sob a tutela dos EUA foram criadas instituições de regulação como: Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (mais tarde dividido entre o Banco Mundial e Banco para Investimentos Internacionais), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização das nações Unidas (ONU).

<sup>56</sup> Importantes contribuições sobre as questões do subdesenvolvimento e desenvolvimento econômico dos países da América Latina foram dadas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada pela ONU em 1948. Raul Prebisch e Celso Furtado realizaram importantes contribuições teóricas sobre as estruturas do subdesenvolvimento, bem como os caminhos para superá-los. Para esse tema ver: Celso Furtado. A fantasia organizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

A partir do período pós-guerra até os anos de 1980, a economia brasileira se desenvolveu com acentuado crescimento econômico, período em que o Estado, por meio da política de substituição de importações, coordenou e acelerou o processo de industrialização, urbanização, modernização da agricultura, financiando e, muitas vezes, assumindo os investimentos necessários para implantar algumas atividades consideradas estratégicas, como o caso da siderurgia, do petróleo e da energia, ainda que esses processos tenham acentuado os desequilíbrios regionais<sup>57</sup>.

Para Souza (2006, p. 26), “com todas as suas crises, deformações, corrupções, a República no Brasil, apenas em 50 anos (de 1930 a 1980) possibilita o crescimento da economia brasileira a 7 % ao ano”.

Mas, este dinamismo econômico modificou-se a partir das transformações estruturais da economia internacional iniciada a partir dos anos 1970. Estas transformações não só ocasionaram graves conseqüências para a política de financiamento da economia nacional, como impuseram novas relações de subordinação do Brasil no sistema econômico.

A primeira conseqüência diz respeito ao fim da “poupança externa” com taxas de juros baixas. A partir das modificações da política monetária originada do sistema *Bretton Woods*, mais precisamente em 1971<sup>58</sup> e da primeira crise do petróleo em 1973, quando o barril saltou de 2 para 12 dólares e, depois, na segunda crise em 1979, o Banco Central dos EUA (*Federal*

---

<sup>57</sup> As disparidades regionais foram um tema de grande relevância nos estudos teóricos e práticos de Celso Furtado. “Se, pela metade do século, a economia brasileira havia alcançado um certo grau de articulação entre as distintas regiões, por outro a disparidade de níveis regionais de renda havia aumentado notoriamente. Na medida em que o desenvolvimento industrial se sucedia à prosperidade cafeeira, acentuava-se a tendência à concentração regional de renda” (FURTADO, 1977, p. 237-238). Ajudar no processo de industrialização e deter o processo de crescentes disparidades regionais foram as frentes de luta de grande empenho e, como nordestino, contribuiu na prática com a “Operação Nordeste, um considerável esforço para mudar o rumo da história da região” (FURTADO, 1989, p. 11). Para melhor entendimento desta operação ver: Celso Furtado, *A Fantasia Desfeita*. (1989).

<sup>58</sup> Como determinante da política monetária mundial, o sistema *Bretton Wood* atrelou a taxa de câmbio das moedas dos países membros ao dólar, com uma taxa de variação de +/- 1%, e o dólar ficou atrelado ao ouro. No início dos anos 1970, os EUA tiveram um aumento da dívida federal, conjugada a um déficit crescente na balança de pagamentos que, com dificuldades no financiamento dos seus déficits, em uma decisão unilateral, mudou a política monetária. Em agosto de 1971, as taxas de câmbio foram liberadas, passando a flutuar, surgindo o novo sistema monetário internacional – dólar flexível – lastreado pelo poder americano e nos seus títulos da dívida pública. O fim do sistema *Bretton Woods*, que desvinculou o dólar do ouro, acabou por iniciar um novo período na economia internacional com grande instabilidade financeira. “É verdade que a mercadoria-moeda desapareceu com o desmantelamento do sistema *Bretton-Woods* e a “desmonetarização” do ouro. Mas sua substituição por uma “moeda de crédito” – que é certamente uma “moeda de espírito”, portanto produção humana – não subtraiu a moeda do “mercado auto-regulador”. Pelo contrário, permitiu-lhe exercer, no campo financeiro, uma tirania sem igual” (CHESNAIS, 1996, p. 43, grifos do autor). Da mesma forma Paulani, (2007, p. 1-2) discute a instabilidade financeira e mostra que “com a desvinculação que Nixon promove entre o dólar americano e o ouro, o dinheiro mundial, ou como Marx também o chama, o meio de pagamento internacional geral, encarna, também ele, num objeto que é uma moeda puramente fiduciária, ou seja, dinheiro inconversível, dinheiro de papel, dinheiro sem remissão, sem vínculo algum a qualquer mercadoria de verdade”, que o redima de sua condição de pura “abstração” (grifos da autora).

*Reserve*) elevou a taxa de juros do país a quase 20 % ao ano (Tabela 7). Esta elevação da taxa de juros tinha como objetivo manter a valorização do dólar, o que ocasionou uma retração do crédito no sistema financeiro internacional de capitais. “Com a súbita elevação das taxas de juros, os países latino-americanos se veriam na possibilidade de honrar o serviço de suas dívidas externas, serviço que passou a requerer, em média, a utilização de mais de 80 % de suas receitas de exportação” (BATISTA, 1994, p. 18). Para o Brasil, isto significou um bloqueio da sua poupança externa, isto é, o fim do cenário externo de financiamento especialmente favorável, o que comprometeu o processo de crescimento econômico.

Tabela 7 - Taxas de juros praticadas pelos EUA no mercado financeiro internacional no período de 1968 a 1996, (% a.a.)

Período	Taxa	Período	Taxa	Período	Taxa	Período	Taxa	Período	Taxa
1968	6,75	1974	10,25	1980	20,18	1986	7,50	1992	6,00
1969	8,50	1975	7,25	1981	15,77	1987	8,75	1993	6,00
1970	6,75	1976	6,00	1982	11,50	1988	10,50	1994	8,50
1971	5,25	1977	7,75	1983	11,00	1989	10,50	1995	8,83
1972	5,75	1978	11,75	1984	11,24	1990	10,00	1996	8,32
1973	9,75	1979	12,88	1985	9,50	1991	7,21		

Fonte: Cerqueira (2003). Elaboração: Jorge Chiapetti

A crise do financiamento internacional foi seguida por um período de inflação, que acabou se transformando numa hiperinflação e desestruturou a idéia de sistema econômico nacional, isto é, os mecanismos que até então viabilizavam o crescimento da economia brasileira perderam sua eficiência.

A segunda conseqüência diz respeito às mudanças do sistema financeiro mundial. A partir do fim da hegemonia dos EUA nos financiamentos internacionais, houve uma integração dos sistemas financeiros da Europa e, novas formas de subordinação foram impostas aos países dependentes de crédito que, de acordo com Furtado (1992, p. 29), desestruturou todo o sistema econômico nacional.

A perda do controle dos fluxos de liquidez internacional pelos bancos centrais e a rápida integração dos sistemas monetários e financeiros deram origem a uma situação nova em que a própria idéia de sistema econômico nacional passou a ser apresentada como anacronismo.

Para Chesnais (1996, p. 252), esta integração teve início a partir do enfraquecimento do poder de intervenção da política monetária dos bancos centrais, pela eliminação dos entraves que condicionavam a criação de créditos, como: limites para descontar títulos

emitidos; controle sobre o câmbio e o movimento de capitais. Com o enfraquecimento do poder dos bancos centrais se estabeleceu um mercado privado interbancário que, sem reservas obrigatórias, proporcionou uma “milagrosa multiplicação do crédito”. Para os países do terceiro mundo, em que os créditos internacionais eram os únicos recursos de capital, restou como alternativa buscar créditos no mercado de capital rentista europeu<sup>59</sup>.

Essa situação submeteu os países do terceiro mundo, ainda mais, às “políticas de ajuste de corte neoliberal<sup>60</sup> impostas pelos credores, pelos organismos internacionais e pelos governos centrais, em troca da renegociação de suas dívidas e do retorno ao sistema financeiro internacional” (FIORI, 2007, p. 51).

A verdade é que, quando em 1982 estourou a crise da dívida do Terceiro Mundo, com a incapacidade do México de cumprir os pagamentos, não houve nenhuma crise bancária. [...] Assistimos então, entre 1982 e 1984, à constituição de “comitês de credores”; à elaboração de planos de reescalonamento das dívidas; à criação de um mercado secundário da dívida estatal [...] Por fim, para ficarmos no essencial, à prescrição de uma parte do capital produtivo nacional das nações devedoras, sob a forma de aquisição de empresas públicas privatizadas, para permitir a conversão da dívida em títulos de propriedade entregues aos credores. No total houve uma espetacular inversão de fluxos (CHESNAIS, 1996, p. 252 a 256).

Com efeito, diante destas reestruturações impostas pelos agentes internacionais, o Brasil passa por uma crise sem precedentes na sua história e, na década de 1980, sua dívida externa quadruplica, passando de 3.4 bilhões de dólares, em 1964, para 70,98 bilhões em 1980

---

<sup>59</sup> Para Chesnais (1996, p. 251), “os euromercados internacionalizaram a economia de endividamento, verdadeiro câncer da economia mundial. Sua formação é o primeiro passo, sem dúvida o mais decisivo, de um processo que colocou, primeiro os países do Terceiro Mundo, e hoje o sistema mundial como tal, à mercê do capital rentista”. Afirma ainda que, a partir da queda da rentabilidade do capital investido na indústria, buscaram-se outras formas de valorização puramente financeiras e a formação dos euromercados ofereceu possibilidades de rentabilidade sem precedentes.

<sup>60</sup> As premissas da visão neoliberal, na década de 1980, eram de que as causas do subdesenvolvimento, da pobreza, da inflação, do conflito social, do autoritarismo e da estagnação econômica na periferia seriam o caráter arcaico, autárquico, estadista, corporativista, populista e terceiro-mundista dos sistemas econômicos e políticos daqueles Estados periféricos. Assim, a culpa pelos seus males seriam deles mesmos e jamais do colonialismo, do imperialismo velho ou novo, dos oligopólios internacionais, das relações desiguais de troca, do protecionismo dos países desenvolvidos e das oligarquias vinculadas aos interesses do capital monetário e produtivo estrangeiro. “No período que vai da chamada ‘crise da dívida’ até o início da década de 1990, cerca de meio milhão de programas de ajuste foram aplicados a meia centenas de países” (MORAES, 2006, p. 12). Para Chesnais (1996, p. 299) as premissas da visão neoliberal podem ser analisadas na dívida privada do Terceiro Mundo, que “somente depois que foi forjada, juntamente com o mercado de eurodólares, uma liberdade de ação quase total em relação ao enquadramento do crédito pelos bancos centrais, é que o sistema bancário internacional pôde incentivar os países em desenvolvimento a contraírem junto a esse mesmo sistema, a partir de 1975, uma enorme dívida privada. O endividamento agravou, de forma qualitativa, a incapacidade desses países de se contraporem aos fatores que, de resto, iam ao sentido de sua ‘desconexão’ do sistema internacional de intercâmbio comercial”.

(BATSITA, 1983), o que ocasionou os mais altos índices inflacionários e, conseqüentemente, uma grave crise financeira do setor público, imposta pelos encargos da dívida.

Como medidas de contenção, o governo cortou despesas e subsídios, aumentou os impostos e elevou a produção de produtos exportáveis. O corte das despesas governamentais refletiu no desempenho da economia e, como indicador desse desempenho, o PIB alcançou um crescimento de apenas 2 %, muito aquém dos 7 % da década de 1970. Esta crise, que teve sua origem nas relações externas, econômicas e financeiras, estendeu-se para o plano político que, entre outras determinantes, contribuiu com o fim do regime militar<sup>61</sup>.

A decisão de elevar e voltarmos a investir na produção de produtos exportáveis tem uma relação direta com a atividade cacaeira, pois como uma *commodity* de exportação, mesmo diante da crise mundial, que já dava sinais de mudança do padrão de desenvolvimento<sup>62</sup>, o sistema de atividade cacaeira foi amplamente beneficiado com a implantação do Programa PROCACAU (1976 a 1985), recebendo volumosos empréstimos subsidiados.

Não podendo mais contar com a facilidade dos empréstimos externos para compor o capital nacional com vistas ao financiamento dos setores público e privado, o governo iniciou, sob forte influência do pensamento neoliberal (BATISTA, 1998), a elaboração de planos emergenciais para reordenar a economia frente a crise que agora se torna uma crise prolongada e permanente (Quadro 2).

A elaboração desses planos foi acompanhada de crises múltiplas “em várias dimensões: econômica (sem crescimento), social (esgarçamento e sem direção de propósitos coletivos) e política (sem soberania)” (BRANDÃO, 2007, p. 149).

---

<sup>61</sup> Em 1985, termina o regime militar e assume o primeiro presidente da República, José Sarney, o vice-presidente que substituiu Tancredo Neves, impedido de assumir por razões de saúde.

<sup>62</sup> Em 1974, o ciclo de crescimento da economia brasileira começou a se encerrar quando os empréstimos internacionais se tornaram mais escassos e caros. Huertas (2007, p. 131) sintetizou esse momento transcrevendo uma análise do professor Wilson Nascimento Barbosa: “O governo Geisel (1974-79) agiu como se a crise mundial não existisse e mandou tocar o motor da economia, subestimando a capacidade exportadora nacional ao não enxergar o contexto mundial e pegando o máximo possível de dinheiro emprestado, para tentar produzir o máximo, sem pensar no amanhã”.

Quadro 2 – Resumo das principais medidas dos planos de ajustes econômicos brasileiros elaborados na década de 1980.

Nome/ano	Governo/ autor	Principais medidas
Plano Cruzado Fevereiro de 1986	Governo José Sarney (1985 a 1990)  O plano foi idealizado pelo ministro da Fazenda Dilson Funaro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Congelamento de preços de bens e serviços;</li> <li>- Reforma monetária, alterando a moeda que passou a se chamar cruzado;</li> <li>- Congelamento dos salários pela média de seu valor dos últimos seis meses e do salário mínimo em Cz\$ 804,00;</li> <li>- Criação de uma tabela de conversão para transformar as dívidas contraídas em uma inflação muito alta em dívidas contraídas em uma economia de inflação praticamente nula;</li> <li>- Criação de um tipo de seguro-desemprego para quem fosse dispensado sem justa causa ou em virtude do fechamento de empresas;</li> <li>- Os salários passam a ser reajustados pelo chamado gatilho salarial, que estabelecia o reajuste automático dos salários sempre que a inflação alcançasse 20 %.</li> </ul>
Plano Bresser Julho 1987	Governo José Sarney  O plano foi idealizado pelo ministro Luiz Carlos Bresser Pereira	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instituição do congelamento dos preços dos aluguéis e dos salários;</li> <li>- Criação da UPR, que serviu como referência monetária para o reajuste de preços e salários;</li> <li>- Desativação do gatilho salarial;</li> <li>- Aumento dos impostos;</li> <li>- Corte dos subsídios para os financiamentos agrícolas;</li> <li>- Suspensão da moratória e volta da negociação com o FMI.</li> </ul>
Plano Verão Janeiro de 1989	Governo José Sarney  O plano foi idealizado pelo ministro da fazenda Mailson da Nóbrega	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Modificação do índice de rendimento da caderneta de poupança;</li> <li>- Congelamento dos preços e dos salários;</li> <li>- Criação de uma nova moeda (cruzado novo);</li> <li>- Paridade da moeda com o dólar.</li> </ul>

Elaboração: Jorge Chiapetti.

As dimensões da crise da dívida e seus determinantes, principalmente com cancelamento do financiamento externo, levaram muitos autores a afirmar ter chegado o momento do “fim do Estado”, afirmações que mais tarde serviriam de instrumento aos discursos de convencimento e aceitação das políticas neoliberais. Mas de fato, as políticas sociais de Estado é que são reduzidas e o patrimônio público privatizado, enquanto as decisões dos rumos da economia nacional passam para as mãos de gestores do mercado.

As estratégias de administração monetária adotadas no Brasil para enfrentar essa grave situação, ao longo da década de 1980, conseguiram evitar a explosão imediata da hiperinflação ou a ocorrência de uma crise de liquidação de ativos. Mas isso foi feito mediante uma monumental socialização dos prejuízos, e mais que isso, uma ampla socialização dos riscos (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002, p. 18).

Para Singer (2001, p. 115-116), neste período “o Brasil se transformou num gigantesco laboratório de experimentos macroeconômicos”, com a elaboração de sucessivos planos de estabilização, “alguns extravagantemente cruéis, como o Collor I, o qual seqüestrou as reservas líquidas” de pessoas físicas e jurídicas.

Para a economia da Região Cacaueira, historicamente formada segundo o modelo econômico agro-exportador, na qual o crédito subsidiado sempre foi tomado como fundamento das relações de produção<sup>63</sup>, a alteração dos mecanismos de financiamento favoráveis e a conseqüente queda na oferta de crédito agrícola, no final da década de 1980, transformaram-se num “duro golpe” para a economia regional.

A atividade cacaueira, nesta fase, passou por grandes transformações, pois desde o período denominado de “revolução verde”, o aumento da produção se dava com a adoção de tecnologias produtivas denominadas “modernas”, mas dependentes de insumos estratégicos, como os adubos e os praguicidas químicos – insumos que compunham o “pacote tecnológico”, um conjunto de técnicas inovadoras como correção de solo, fertilizantes, combates a pragas e uso de máquinas modernas. Tudo isto muito viabilizado pelo crédito rural<sup>64</sup>, amplamente acessível e subsidiado desde o Programa de Metas do presidente Juscelino Kubitschek. A partir da década de 1970, diante do aumento da taxa de juros dos créditos internacionais e da dificuldade da obtenção do mesmo devido à crise do financiamento internacional, o governo brasileiro se viu obrigado a equilibrar seu *déficit*, obtendo maior ganho possível de divisas, com o aumento de exportações das *commodities*.

Toda essa conjunção de mecanismos internacionais e interesses do Estado no exercício das políticas econômicas reafirmaram o crédito, como um fundamento básico na condução da atividade cacaueira.

Historicamente, os cacauicultores conduziram seus negócios acostumados ao crédito fácil e subsidiados, o que vantajosamente lhes permitiam uma superacumulação. Isto sem

---

<sup>63</sup> O crédito agrícola, desde a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil em 1937, sempre foi um instrumento de fomento da produção e da modernização das atividades agrícolas.

<sup>64</sup> É importante e oportuno salientar que a liberação de crédito para as atividades agrícolas, como uma “orientação” das agências internacionais, estava condicionada a aquisição, pelo produtor, dos insumos do “pacote tecnológico”, independente da necessidade de sua utilização ou não. Cabe ressaltar que todos os insumos eram produzidos, ou sua patente estava sob o domínio das empresas multinacionais. Portanto, por trás da “Revolução Verde” estavam poderosos interesses políticos-econômicos ligados a expansão das grandes empresas multinacionais do setor, que já estavam a caminho da transnacionalização. “A substituição de uma agricultura tradicional por uma agricultura modernizada representava a abertura de importantes canais para a expansão dos negócios das grandes corporações econômicas, tanto no fornecimento de máquinas e insumos modernos, como na comercialização mundial e nas indústrias de transformação dos produtos agropecuários, sem esquecer os financiamentos aos países que aderissem ao processo de modernização” (BRUM, 1988, p. 61). A difusão e financiamentos dos programas de pesquisa e extensão agrícola no Brasil ficaram a cargo da fundação Rockefeller.

contar com as vantagens trazidas pelas políticas de Estado que viabilizavam o território com recursos favoráveis ao sistema de atividade cacauífera<sup>65</sup>.

Mas esta situação mudou a partir de meados dos anos 1980, com a “crise da dívida” e a conseqüente diminuição da oferta de crédito externo, o que culminou com o “esgotamento do padrão de crescimento e o desmonte dos mecanismos articuladores do processo de desenvolvimento” (BRANDÃO, 2007, p. 151), tirando a “autonomia” aparente do Estado na condução da economia nacional como provedor de crédito. Esta nova situação interrompeu o crescimento econômico até então planejado para a Região Cacaueira.

A questão da perda de soberania financeira reforça o conceito de “espaço derivado” (SANTOS, 1979, p. 104), em que a formação territorial tem como vetor principal uma ordem forânea que sobrepõe à ordem local impondo transformações na circulação e acumulação de capital, culminando em uma alternância de períodos de acumulação e de crises.

Assim, mesmo o Estado viabilizando a instalação no território de um sistema de ações (científica e instrumental) e um sistema de objetos (de engenharia e de transporte) eficazes, que deram suporte para a reorganização, especialização da produção e incremento da produtividade, a atividade cacauífera do Sul da Bahia<sup>66</sup>, que na safra de 1984/85 contribuiu para que o Brasil alcançasse a posição de segundo produtor mundial com 400 mil toneladas, iniciou a década de 1990 com uma expressiva diminuição da produção (Tabela 8).

Tabela 8 – Produção de amêndoas de cacau, no Brasil, no Norte, no Sudeste, na Bahia, no Sul da Bahia, e na Microrregião Ilhéus-Itabuna (em ton.) e variação percentual

Local	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	Variação 1990/2006
Brasil	356,0	328,6	330,6	256,8	280,8	196,8	174,8	196,0	212,3	(-) 67 %
Norte	49,7	50,6	51,0	37,9	40,5	46,9	51,7	52,6	53,7	(+) 8 %
Sudeste	6,8	12,7	7,0	14,2	4,6	11,3	11,8	7,0	9,5	(+) 39 %
Bahia	298,0	263,6	271,9	204,2	235,0	137,6	110,2	136,2	148,7	(-) 100 %
Sul da Bahia	260,4	237,1	241,0	178,1	213,1	115,4	91,4	116,4	125,1	(-) 100 %
Ilhéus-Itabuna	229,5	204,9	210,5	152,0	175,9	87,8	70,4	95,0	101,0	(-) 127 %

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Elaboração: Jorge Chiapetti.

<sup>65</sup> Além da instalação no território de um sistema de ações científica e instrumental eficaz, como foi o caso do ICB e da CEPLC, outro exemplo das intervenções do Estado em favor dos produtores de cacau foi a complementação dos preços em 1965, quando uma safra frustrada na Bahia coincidiu com uma queda vertiginosa dos preços mundiais e o Governo interveio, pagando aos produtores a diferença entre um valor base estipulado e o preço efetivo da venda do cacau às empresas comercializadoras.

<sup>66</sup> O estado da Bahia é responsável por 85 % das áreas cultivadas com cacau do país. Com menos expressão, a produção nacional de cacau complementa-se nos estados do Pará, Rondônia, Espírito Santo, Amazonas e Mato Grosso (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, 2007).

A expressiva diminuição da produção de amêndoas de cacau na Região Cacaueira da Bahia, a partir dos anos 1990, causou grande desemprego na área rural, reduzindo também o ritmo e a dinâmica das atividades urbanas ligadas ao circuito espacial produtivo do cacau: sistema de transportes, empreendimentos da construção civil, o próprio comércio urbano e o consumo, a circulação de dinheiro e conseqüentemente, a arrecadação municipal. Toda a vida de relação tendem a romper e fragmentar a ordem regional. Assim é que iniciou mais um período de crise regional, denominada de “crise do cacau”.

### 3.1.1 - O contexto da crise do cacau

A análise da diminuição da produção de amêndoas de cacau, que se traduziu em crise regional, é complexa e não pode ser analisada de forma unidirecional. Ela faz parte de vários momentos do processo histórico da formação de um território derivado, que sob o comando de uma ordem forânea, vem mediando e impondo as transformações locais. A análise pode ser realizada a partir de determinados eventos, que acabaram provocando transformações no ordenamento regional.

O primeiro evento ocorreu com a diminuição dos preços do cacau no mercado internacional, a partir do início da década de 1980<sup>67</sup>. Segundo, os efeitos decorrentes da adoção e imposição de uma política neoliberal, os consecutivos planos nacionais de ajuste econômico e as suas conseqüentes reorganizações territoriais internas como os arranjos e especializações produtivas etc. Outro evento foi um período de condições climáticas desfavoráveis (falta de chuva) durante as safras de 1987 e 1992, que causou a morte de grande quantidade de cacauais, comprometendo a produção, inclusive nos anos subseqüentes. Somese a todos estes eventos, o aparecimento e alastramento de um fungo devastador causador da doença “vassoura-de-bruxa” (VB) (*crinipellis pernicioso*) a partir de 1989, que apodrece o fruto do cacau, diminuindo a produção<sup>68</sup>.

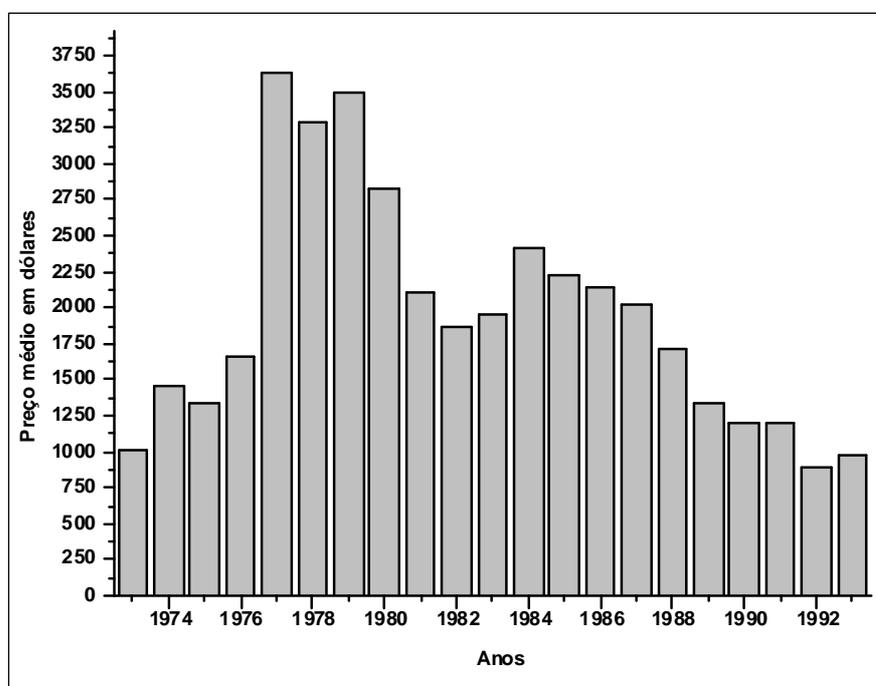
---

<sup>67</sup> O preço da tonelada de cacau, que chegou a alcançar 4.000 dólares na safra 1977/78 diminuiu para 2.000 dólares em média na década de 1980 e caiu para 1.200 dólares em média na década de 1990 (as safras de 1991/92 tiveram a menor cotação de preço: 900 dólares/ton.) (MENEZES, 1993, p. 14).

<sup>68</sup> Após o aparecimento das primeiras lavouras infectadas em 1989, no final de 1995 esse fungo contaminou 85 % dos 640 mil hectares de área plantada de cacau na Bahia, agravando ainda mais a crise da economia cacaueira (SEAGRI-BA, 1999). A VB, como praga dos plantios de cacau é conhecida desde o século XVIII, quando o naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira em seu “Diário de Viagem Phylosófica” pela Capitania de São José de Rio Negro, em 1785, identificou a doença em áreas de cultivo de cacau da Amazônia, registrando com o

Mas foi a partir da conjunção entre a queda da cotação dos preços do cacau no biênio 1988, os quais ficaram abaixo de 2.000 dólares/tonelada<sup>69</sup> (Gráfico 5) e, principalmente, da diminuição da oferta de crédito subsidiado e da elevação da taxa de juros, os principais eventos que condicionaram as transformações da atividade. Com a falta de crédito para a atividade cacauaieira e os altos preços dos insumos técnicos, os produtores suspenderam a aplicação do “pacote tecnológico”, recomendado pela CEPLAC ou mesmo abandonaram os cultivos<sup>70</sup>. Como consequência, houve uma diminuição da produtividade dos cacauais, bem como maior suscetibilidade às pragas e doenças, como foi o caso do ataque e disseminação da VB.

Gráfico 5 – Preço médio (em dólares) da tonelada de cacau exportado no período 1972 a 1993



Fonte: Menezes (1993). Elaboração: Jorge Chiapetti.

nome de “Lagartão” (COSTA, 1992, p. 282). Existem várias suposições para a contaminação dos plantios na região cacauaieira, até então imune a esta praga. Os produtores apontam para uma inoperância da pesquisa da CEPLAC em buscar genótipos resistentes e, com isso, se antecipar à chegada do patógeno da VB, ou mesmo fiscalizar melhor o tráfego de pessoas, partes das plantas do cacauaieiro e equipamentos entre estas duas áreas. Especula-se também, que o fungo foi introduzido na região criminosamente por técnicos da CEPLAC, motivados por lutas ideológicas contra a hegemonia da elite do cacau no comando da política regional. Rocha (2008) faz uma ampla discussão dos problemas e consequências que envolveram a contaminação da atividade cacauaieira do Sul da Bahia pela VB, bem como, das várias ações levadas a efeito pela pesquisa agrônômica para controlar os efeitos da VB.

<sup>69</sup> Para Santos Filho et al. (2008) no período de 1975 a 1989, o preço médio da arroba, em valor atualizado para agosto de 2005, era comercializada a R\$ 175,18, diminuindo para R\$ 59,50 no período de 1990 a 2005.

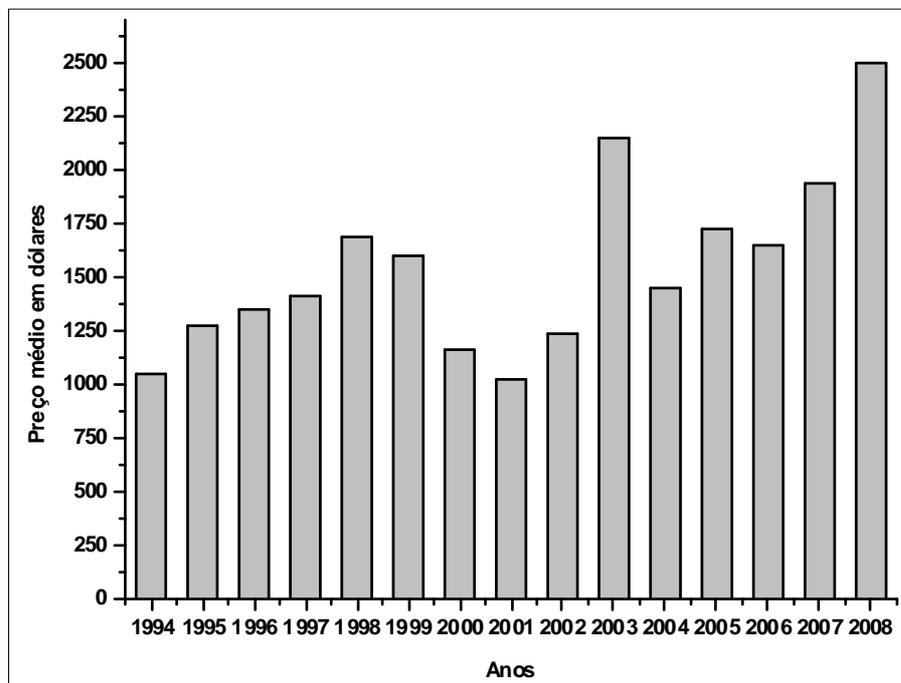
<sup>70</sup> “Alegando que os preços recebidos pela venda do cacau não compensavam seus custos de produção, fazendeiros ou empresários rurais dispensam mão-de-obra. Torna-se regra geral a diminuição da utilização de insumos e de tratamentos culturais rotineiros, o que prejudica as colheitas” (DEMÉTER, 1997, p. 181).

A queda da cotação do preço do cacau, que se iniciou no final dos anos 1980 e se prolongou até meados da década de 2000 decorreu, para além da conjuntura do mercado interno nacional, de modificações na estrutura global de oferta de cacau. A alta cotação do cacau na década de 1970 fez com que vários países da Ásia e África incentivassem o plantio, ocorrendo uma elevação da oferta mundial de cacau e, conseqüentemente, dos estoques mundiais.

No final da década de 1970, o estoque mundial encontrava-se com 276 mil toneladas, quantidade suficiente apenas para abastecer as indústrias por 2,3 meses, um nível de estoque considerado crítico para as indústrias. Na safra de 1976/77, os preços se elevaram para 3.622 dólares/tonelada (preços médios) e voltaram a incentivar o aumento da produção em nível mundial. O Brasil, a Malásia e a Costa do Marfim aumentaram a produção fazendo com que a produção mundial passasse de 1.342 mil toneladas em 1976/77 para 2.506 mil toneladas em 1990/91. Com este aumento, o estoque mundial passou para 1.663 mil toneladas, quantidade suficiente para abastecer as indústrias por 8,6 meses, elevando a margem de segurança da indústria de processamento e ocasionando uma redução do preço para 1.193 dólares/tonelada. Esta situação permaneceu por muitos anos até que na safra de 2006/07 houve novamente um *déficit* de 255 mil toneladas, diminuindo mais uma vez a margem de segurança das indústrias para 5,2 meses, o que acarretou elevação do preço para 1.854 dólares/tonelada. Atualmente, o mercado opera com previsão de *déficit* de 41 mil toneladas e os preços estão girando em torno de 2.500 dólares/tonelada (ZUGAIB, 2008, p. 44).

Como a dinâmica das regiões produtoras deriva de ritmos comandados pela alta ou baixa dos preços no mercado internacional, períodos de alta de preço fazem com que a produção aumente. Assim ocorreram nas safras de 2002/03 em que os preços obtiveram uma alta de 73 %, passando de 1.243 dólares/tonelada em 2002, para 2.151 dólares/tonelada em 2003 (Gráfico 6). Com a elevação dos preços, o produtor respondeu prontamente e a produção passou de um pouco mais de 100 mil toneladas da safra 2003 para 135 mil toneladas em 2003/04. Essa produção não foi mais expressiva pela dificuldade de obtenção de crédito financeiro pelos produtores.

Gráfico 6 - Preço médio (em dólares) da tonelada de cacau brasileiro exportado no período 1993 a 2008



Fonte: Zugaib (2008, p. 47). Elaboração: Jorge Chiapetti.

Se nos períodos, anteriores às rígidas normas neoliberais de ajustes de gastos do Estado, os créditos subsidiados para a agricultura foram importantes para a modernização da atividade, a diminuição da produtividade ocorreu exatamente a partir do período em que houve uma diminuição da utilização de crédito (Tabela 9). Esta diminuição da utilização do crédito ocorreu a partir do momento que os financiamentos agrícolas passaram a ser corrigidos pelos índices inflacionários adotados pelo governo a partir de 1983. A partir do segundo semestre de 1990, as dificuldades de negociação da dívida externa do Brasil, resultaram na interrupção do fluxo dos recursos externos e na elevação do seu custo.

Tabela 9 – Porcentagem de crédito rural nacional concedido para o custeio do cacau

Ano	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000
Percentual	1,41	0,92	1,02	0,73	0,11	0,02	-

Fonte: (BACHA, 2004, p. 164). Adaptado por Jorge Chiapetti.

Com a submissão do país às políticas de ajuste de corte neoliberal, como a elaboração dos vários planos de ajuste econômico, impostos pelos credores (organismos internacionais e governos dos países centrais), o governo passou a modificar a correção dos financiamentos

para as atividades agrícolas que, desde 1965 até o ano de 1983, eram nominais e sempre tiveram correção menor que os índices inflacionários (Tabela 10).

Tabela 10 – Taxa de juro anual e correção monetária dos empréstimos das atividades agrícolas brasileiras no período de 1983 a 1992

Período	Taxa de juro anual	Correção monetária
1983	3 a 5 %	85 % da Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), chegando a 100 % em 1985
1986	10 % (custeio) 6 % (investimento)	ORTN
1989/91	12 %	Bônus do Tesouro Nacional (BTN)
1992	9 a 18,5 %	Taxa Referencial Diária (TRD)

Fonte: NASCIMENTO et al. (1994). Elaboração Jorge Chiapetti.

Devido aos altos índices inflacionários da época, que elevou as taxas de juros e de um prolongado período de baixa cotação ao preço do cacau, os produtores começaram a sentir os efeitos da falta de liquidez para investimentos no custeio da atividade, conseqüentemente, há uma diminuição na produtividade e na produção geral.

Após o fim do PROCACAU, em 1985, a utilização do crédito para o cultivo do cacau foi muito pequeno. A retomada da utilização do crédito ocorreu com o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira (PRLC), a partir de 1995, quando o produtor de cacau voltou a ter acesso ao crédito, mas apenas para investimento, ou seja, limitado ao plano emergencial de recuperação da produtividade e de controle da doença VB.

A conjunção de preço e, principalmente, de crédito desfavorável à atividade cacaueira soma-se a elementos também desfavoráveis na condução da atividade, como a baixa especialização técnica dos agentes da produção agrícola, tanto do proprietário, como da força de trabalho e, à herança do intervencionismo estatal, agravando ainda mais a situação de crise. Intervencionismo esse que nos momentos de crises anteriores da atividade, sempre se fez presente, provendo sistemas técnicos, o que garantiu o crescimento e manutenção da atividade.

Fato é que o Governo Federal foi sempre solicitado a intervir de forma paternalista, fosse resolvendo problemas decorrentes da seca (ou excesso de chuva) até atrelando mecanismos de comercialização externa (taxas, frete, consumos...) passando pelo crédito, apóio técnico e financiamento. [...] Existia um superdimensionamento das possibilidades de intervenção do Estado, o que logicamente determinava uma redução de responsabilidades

por parte das forças produtivas, principalmente da burguesia cacauífera, pródiga na defesa de seus interesses, baseada no sagrado direito da livre iniciativa e da força do mercado (GARCEZ, 1979, p. 84, 86).

Ainda que a elite cacauífera tenha intervindo nas políticas de Estado, as crises que acometeram a atividade se apresentaram como responsabilidade, inoperância ou incapacidade de intervenção apenas do Estado. Como uma herança dos períodos anteriores da atividade cacauífera, para a maioria dos cacauicultores o intervencionismo estatal ainda se mantém como a principal ação na solução dos problemas da baixa produtividade e rentabilidade da atividade.

Vimos que a cada período da condução da atividade cacauífera, o movimento de transformação ocorreu no sentido da especialização na exploração de uma monocultura sob o comando do Estado: primeiro, com o ICB que organizou, principalmente, a comercialização em favor do produtor; e segundo com a orientação da CEPLAC, que reorganizou a produção com técnicas modernas, elevando vantajosamente a produção e a produtividade. Sobre isto, são apropriadas as palavras de Braudel (1989, p. 53): “Entre o passado, mesmo longínquo, e o presente nunca há ruptura total, descontinuidade absoluta ou, se se preferir, uma não-contaminação”.

Atualmente, como tentativa de resolver seus problemas de endividamento, os grandes e médios produtores, os quais tiveram “prejuízos” na lavoura cacauífera e hoje estão inadimplentes, entraram na justiça reclamando uma ação indenizatória do Estado responsabilizando-o pela “indução” na adoção de tecnologias de combate à praga causadora da doença VB, que não produziram resultados eficientes<sup>71</sup>. A ineficiência das técnicas de combate à praga é apontada pela maioria dos produtores como uma das causas dos seus endividamentos e da conseqüente diminuição da produção e, portanto, da crise regional.

A associação da crise regional, acometida pela diminuição da produção de amêndoas de cacau, com o início da disseminação da VB na região é um debate que tem prevalecido na sociedade regional. Tanto os jornais impressos como os televisivos regionais veiculam a idéia

---

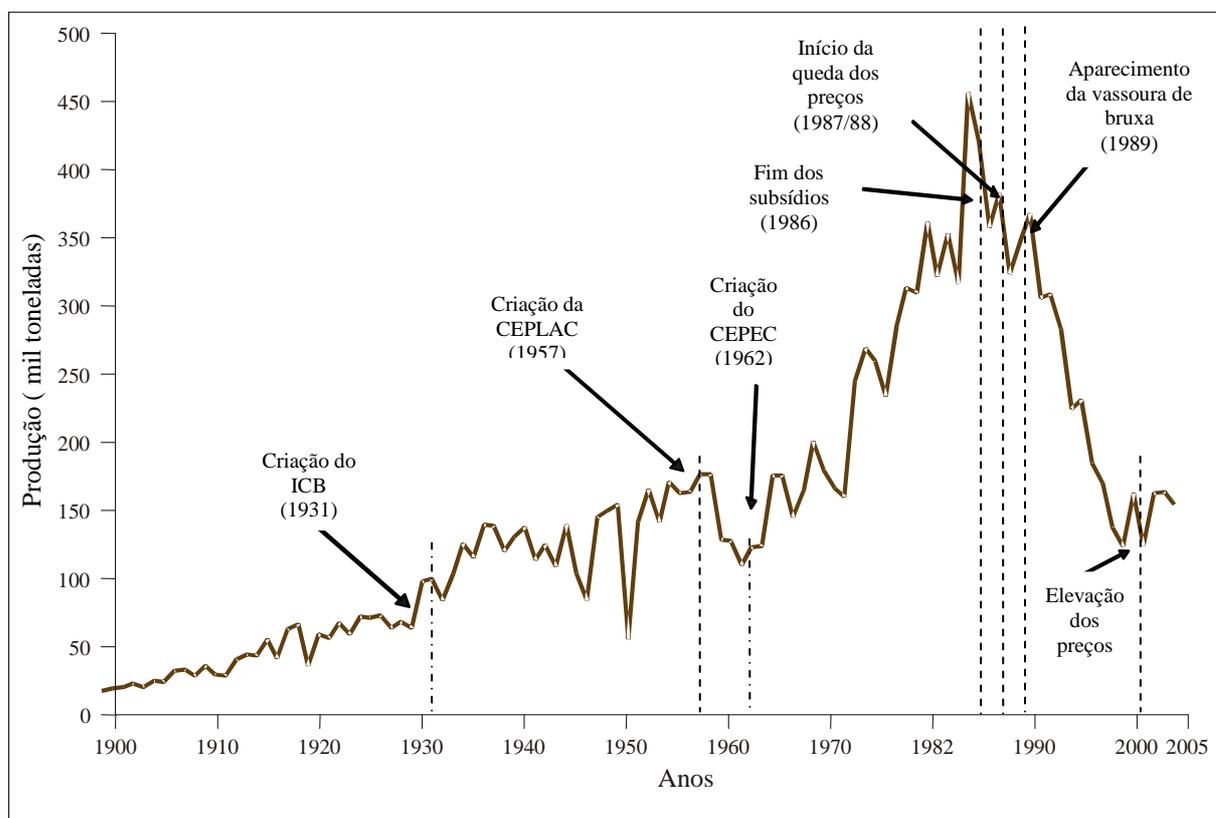
<sup>71</sup> Embora a VB tenha sido detectada na Bahia em 1989, começou a causar prejuízos a partir de 1994/95. Nessa época a CEPLAC iniciou o Programa de Recuperação da Lavoura Cacauífera da Bahia (1995). As duas primeiras etapas do Programa financiavam duas práticas agrícolas: a poda fitossanitária (corte dos galhos infectados pelo fungo e queima) e o rebaixamento das copas, as quais eram acompanhadas por fiscais da CEPLAC e do Banco do Brasil para a liberação das parcelas do financiamento. Na terceira e quarta etapa, o financiamento priorizou a renovação genética através de clones resistentes ao fungo. Estas práticas são apontadas como causa da diminuição da produção da lavoura cacauífera e do endividamento. Na reclamação judicial, os produtores alegam que as duas primeiras práticas não foram eficientes no combate a doença e os primeiros clones fornecidos pela CEPLAC eram de baixa produtividade e suscetíveis ao fungo, o que causou um endividamento dos produtores (HARTAMANN, 2008a).

de que a doença ou a inoperância do Estado são os principais motivos da crise regional. Rocha (2008, p. 117) fez um levantamento das manchetes dos principais jornais regionais no período de abril a dezembro 1989 e apontou 57 manchetes que fazem referência da relação da crise com a VB.

Não resta dúvida que a VB foi importante para agravar a situação dos produtores de cacau, mas não menos que a mudança da política de financiamento para a atividade e a situação do modelo primário/exportador que, historicamente subordinado ao mercado internacional, e sob o comando das empresas transnacionais, produziu riquezas, mas os excedentes, em forma de lucros e impostos, foram drenados para fora da região e do próprio País.

No Gráfico 7 representamos a evolução da produção brasileira e todos os momentos de instalação no território dos sistemas técnicos que deram suporte à organização e ao incremento da produtividade, bem como as ações que desestruturaram a atividade cacauceira do Sul da Bahia.

Gráfico 7 – Evolução da produção brasileira de amêndoas de cacau e os momentos de instalação dos sistemas técnicos e eventos que promoveram transformações da atividade – 1900 a 2005



Fonte: Zugaib et al (2006). Elaboração: Jorge Chiapetti.

### 3.2 – O fim da hegemonia da atividade cacauera do Brasil

Com a diminuição da produção de amêndoas de cacau e com o aumento da produção em outros países, a partir dos anos 1990 o Brasil passou a ocupar o sexto lugar no ranking dos maiores produtores mundiais, participando com apenas 5 % na produção mundial.

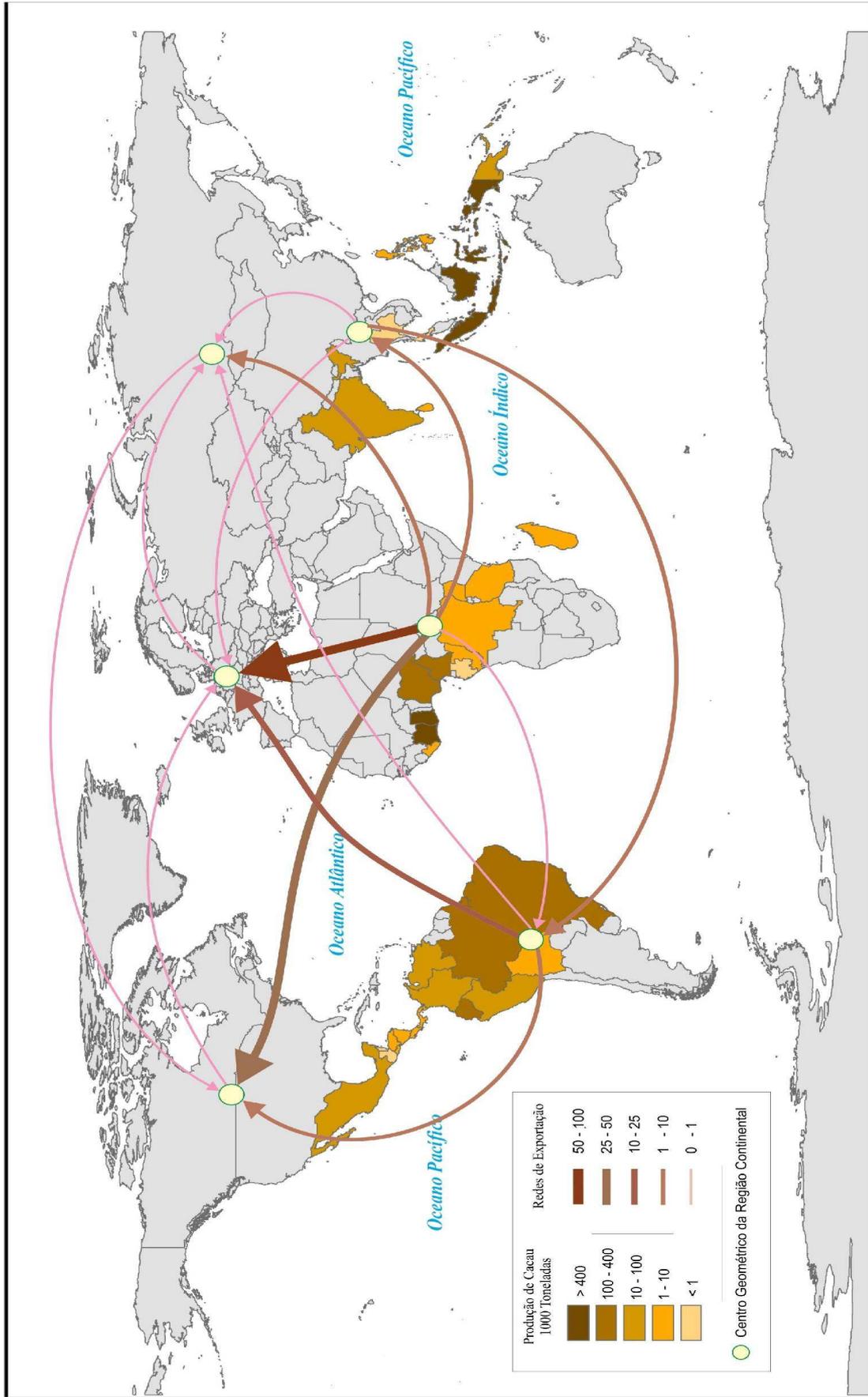
A produção mundial de amêndoas de cacau na safra 2005/06 alcançou 3,4 milhão/t, somadas a produção da África (70 %), Ásia e Oceania (16,3 %) e a produção da América Central e do Sul (13,7 %). A Tabela 11 mostra os países, por continentes, que participam da produção de amêndoas de cacau e sua respectiva produção. Ajuda-nos compreender a dinâmica do mercado mundial do cacau, a Figura 7 que indica os dados de produção e a rede mundial de importação e exportação de amêndoas de cacau.

Tabela 11 – Produção mundial de cacau por continente e país em 2005/06 (mil toneladas)

África	Produção	América	Produção	Ásia e Oceania	Produção
Costa do Marfim	1.320,0	Brasil	170,0	Indonésia	445,0
Gana	550,0	Equador	116,0	Papuan N. Guine	48,0
Nigéria	200,0	Rep. Dominicana	40,0	Malásia	30,0
Camarão	190,0	México	38,0	Filipinas	5,6
Togo	50,0	Colômbia	36,5	Ilhas Salomão	4,8
Guine	10,0	Peru	18,0	Tailândia	2,0
Serra Leoa	8,5	Venezuela	15,0	Sri lanka	1,6
Uganda	6,0	Costa Rica	4,5	Índia	0,8
Madagascar	5,0	Haiti	4,0	Vantu	0,4
Tanzânia	4,5	Cuba	2,5	Ilhas Fugi	0,1
Guine Equat.	3,0	Bolívia	2,4	Outros	2,0
Libéria	3,0	Honduras	2,0		
S. T. Príncipe	2,5	Nicarágua	1,8		
Rep. Dem. Congo	1,7	Trinidad	1,2		
Congo	1,0	Tob.			
Gabão	0,3	Panamá	1,1		
Benin	0,1	Guatemala	0,8		
		Jamaica	0,5		
		Granada	0,1		
		Dominica	0,1		
		Belize	0,1		
		Outros	0,1		
<b>Total</b>	<b>2.355,6</b>	<b>Total</b>	<b>454,07</b>	<b>Total</b>	<b>547,5</b>

Fonte: ICCO (2006). Elaboração: Jorge Chiapetti.

**Figura 7** PRODUÇÃO E REDE MUNDIAL DE IMPORTAÇÃO/EXPORTAÇÃO DE AMÊNDOAS DE CACAU POR CONTINENTE (2005/06)



Fonte: ICCO (2008)  
Base Cartográfica - ESRI  
Org: CHIAPETTI, J.  
Elab: PEREIRA, L. H.

Como a diminuição da produção de cacau não conseguia suprir nem mesmo a demanda interna das indústrias processadoras da Bahia<sup>72</sup>, as empresas passaram a importar cacau, mudando a característica da região brasileira, historicamente exportadora para importadora de cacau.

Foi no ano de 1992 que se iniciaram as primeiras importações de amêndoas de cacau pelo Porto do Malhado de Ilhéus, o qual neste mesmo ano tinha exportado 80 mil toneladas de amêndoas. A partir de então, o Brasil passou a exportar cada vez menos e, no ano de 1999, encerrou seu período virtuoso de exportação de amêndoas de cacau e passou à condição de importador (Tabela 12).

Tabela 12 – Quantidade de amêndoas de cacau importada pelas empresas processadoras da Região Cacaueira do Sul da Bahia (1992 – 2008)

Ano	Importação (ton.)	Ano	Importação (ton.)
<b>1992/93</b>	<b>2.171</b>	2001/02	32.996
1993/94	1.402	2002/03	75.461
1994/95	8.278	2003/04	40.100
1995/96	259	2004/05	47.303
1996/97	29.501	2005/06	53.695
1997/98	23.765	2006/07	74.714
1998/99	20.886	2007/08	69.643
<b>1999/00</b>	<b>85.102</b>	2008/09*	30.681
2000/01	60.865		

Fonte: CEPLAC (2005); Zugaib (2008). \* Posição em 25/01/09. Elaboração: Jorge Chiapetti.

Para atender à demanda de processamento das empresas moageiras, a produção brasileira passou a ser complementada pelas importações de outros países produtores (Tabela 13). Esta importação passou a ser possível através de mecanismo de comércio exterior, o *drawback*<sup>73</sup> - um mecanismo de importação de matérias-primas livre de taxas e de tributos,

<sup>72</sup> No Brasil, existem cinco indústrias de processamento (moagem) de cacau com capacidade conjunta instalada de 280.000 t. Na Bahia, estão localizadas quatro indústrias e, em São Paulo, uma.

<sup>73</sup> O *drawback* é um regime aduaneiro especial, instituído pelo Decreto Lei nº 37, de 21/11/1966, que consiste na suspensão ou eliminação de tributos incidentes sobre insumos importados para serem utilizados na fabricação de produtos exportados. Existem três modalidades de *drawback*: isenção, suspensão e restituição de tributos. Na modalidade isenção, que é o caso das amêndoas de cacau, é concedido o Drawback para Reposição de Matéria-Prima Nacional, que consiste na importação de mercadoria para reposição de matéria-prima nacional utilizada em processo de industrialização de produto exportado, com vistas a beneficiar a indústria exportadora ou o fornecedor nacional e, para atender a conjunturas de mercado.

com o objetivo de suprir a demanda de amêndoas de cacau para serem processadas pelas indústrias da região e depois exportar o produto elaborado. Assim é que as indústrias garantem sua competitividade e seu lucro, enquanto aos produtores da amêndoa, o subsídio e os preços do crédito, (juros) são proibitivos.

Tabela 13 – Importação de amêndoas de cacau pelo Brasil (2006 a 2008)

País de origem	Quantidade (toneladas)		
	2006	2007	2008
Costa do Marfim	22.056	29.587	40.873
Indonésia	44.620	64.208	30.402
Gana	-	700	4.374

Fonte: PROMO (2009). Elaboração: Jorge Chiapetti

Se por um lado o regime aduaneiro *drawback* beneficiou as indústrias importadoras de cacau com o não pagamento de impostos, “exportando o produto final correspondente, gerando emprego, melhorando o *blending* do cacau na indústria nacional, [por outro] pôde também trazer pragas e doenças na importação, além de baixar o preço no mercado interno” (ZUGAIB, 2005, p. 4), deixando a região produtora do Sul da Bahia à deriva desses eventos e vetores estabelecidos de fora do território nacional.

---

<http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/Drawback/regime.htm>).

### 3.3 – A crise e as transformações do lugar

Vimos que a cada período da atividade cacaeira, o movimento de transformação se dera no sentido de cumprir com as determinações, tanto do Estado, como do mercado internacional. A partir do momento que eventos e vetores se instalam, se criou uma situação de crise da atividade cacaeira que desorganizou a economia regional. O primeiro impacto das transformações se deu com a eliminação dos postos de trabalho, pois com um modelo de desenvolvimento econômico baseado hegemonicamente na monocultura cacaeira, é a atividade que emprega o maior número de trabalhadores rurais (Tabela 14).

Tabela 14 – Pessoal ocupado na Microrregião Ilhéus/Itabuna por grupo de atividades da agropecuária em 1996, (números absolutos e relativos)

Grupo de atividade econômica	Número de pessoas	%
Lavoura temporária	8.067	5,13
Horticultura e produtos de viveiro	1.834	0,01
Lavoura permanente (cacau)	121.983	77,53
Pecuária	15.524	9,87
Produção mista: pecuária e lavoura	7.342	4,67
Silvicultura	2.590	1,65
Total	157.390	100

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=321&u=6251&z=t&o=4&i=P>

Elaboração: Jorge Chiapetti.

Com a diminuição dos postos de trabalho, os trabalhadores rurais migraram para as periferias das maiores cidades da região, piorando as condições de habitação, de saúde e de educação que já eram bastante precárias. As Tabelas 15 e 16 mostram a variação do tamanho da população urbana e rural no período de 1980 a 2000.

Tabela 15 – População urbana nas principais cidades da Região Cacaueira nos anos de 1980, 1991 e 2000 e taxa percentual de crescimento por período

Municípios	Ano			Taxa de crescimento da população urbana por período (%)		
	1980	1991	2000	1980-1991	1991-2000	1980-2000
	Urbana	Urbana	Urbana			
Almadina	4.797	6.028	5.416	25,66	-10,15	12,90
Belmonte	9.994	10.860	10.806	8,67	-0,50	8,12
Buerarema	10.197	15.959	16.249	56,51	1,82	59,35
Camacan	14.997	16.364	24.282	9,12	48,39	61,91
Canavieiras	14.668	20.658	26.343	40,84	27,52	79,60
Coaraci	16.353	21.659	23.269	32,45	7,43	42,29
Floresta Azul	6.727	7.766	7.548	15,45	-2,81	12,20
Gandu	13.346	19.597	22.060	46,84	12,57	65,29
Ilhéus	80.831	144.232	162.125	78,44	12,41	100,57
Ipiaú	27.410	36.408	37.924	32,83	4,16	38,36
Itabuna	137.724	177.561	191.184	28,93	7,67	38,82
Itacaré	3.005	4.275	7.951	42,26	85,99	164,59
Itajuípe	12.840	15.972	16.123	24,39	0,95	25,57
Pau Brasil	8.742	9.279	8.740	6,14	-5,81	-0,02
Una	7.233	5.347	15.274	-26,07	185,66	111,17
Uruçuca	9.571	9.040	14.158	-5,55	56,62	47,93
<b>Total</b>	<b>495.038</b>	<b>691.548</b>	<b>801.743</b>	<b>39,70</b>	<b>15,93</b>	<b>61,96</b>

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popBA.def>.

Elaboração Jorge Chiapetti

Tabela 16 – População rural nas principais cidades da Região Cacaueira nos anos de 1980, 1991 e 2000 e taxa percentual de crescimento por período

Municípios	Ano			Taxa de crescimento da população rural por período (%)		
	1980	1991	2000			
	Rural	Rural	Rural	1980-1991	1991-2000	1980-2000
Almadina	4.349	3.976	2.446	-8,58	-38,48	-43,76
Belmonte	12.562	11.210	9.226	-10,76	-17,70	-26,56
Buerarema (a)	14.678	4.880	2.869	-66,75	-41,21	-80,45
Camacan	25.503	20.659	6.773	-18,99	-67,22	-73,44
Canavieiras(b)	27.454	12.361	8.979	-54,98	-27,36	-67,29
Coaraci	11.059	9.405	4.583	-14,96	-51,27	-58,56
Floresta Azul	11.709	6.174	4.066	-47,27	-34,14	-65,27
Gandu (c)	15.924	6.864	5.100	-56,90	-25,70	-67,97
Ilhéus	50.625	79.518	60.002	57,07	-24,54	18,52
Ipiaú	11.665	8.837	5.697	-24,24	-35,53	-51,16
Itabuna (d)	15.615	7.716	5.491	-50,59	-28,84	-64,84
Itacaré	10.202	14.156	10.169	38,76	-28,16	-0,32
Itajuípe	12.146	8.959	6.388	-26,24	-28,70	-47,41
Pau Brasil	10.034	6.900	4.308	-31,23	-37,57	-57,07
Una (e)	30.368	18.410	15.987	-39,38	-13,16	-47,36
Uruçuca	12.365	21.723	6.165	75,68	-71,62	-50,14
<b>Total</b>	<b>441.293</b>	<b>438.594</b>	<b>294.445</b>	<b>-0,61</b>	<b>-32,87</b>	<b>-33,28</b>

a – Em 1980 Buerarema tinha o distrito rural de São José com 5.866 habitantes, que se emancipou e originou, em 1989, o município de São José da Vitória, que em 2000 tinha 6.210 habitantes.

b – Em 1980 Canavieira tinha o distrito rural Jacarandá com 15.741 habitantes, que se emancipou e originou, em 1985, o município de Santa Luzia, que em 2000 tinha 15.503 habitantes.

c – Em 1980 Gandu tinha o distrito rural Nova Ibiá com 5.862 habitantes, que se emancipou e originou, em 1989, o município de Nova Ibiá, que em 2000 tinha 7.166 habitantes.

d – Em 1980 Itabuna tinha o distrito rural de Jussari com 9.059 habitantes que se emancipou e originou, em 1985, o município de Jussari, que em 2000 tinha 7.556 habitantes.

e – Em 1980 Una tinha o distrito rural de Arataca com 11.363 habitantes que se emancipou e originou, em 1985., o município de Arataca, que em 2000 tinha 11.218 habitantes.

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popBA.def>. Elaboração Jorge Chiapetti.

Embora a população rural diminua 33 % entre os anos 1980 e 2000, neste período não houve desemprego na atividade cacaueira devido à mecanização, como aconteceu em outras atividades agrícolas, com a introdução, principalmente, do trator. Na atividade cacaueira, a mecanização é difícil por ser um cultivo em associação com a mata e para a realização dos tratamentos culturais como poda, roçagem, adubação e colheita, é utilizada grande quantidade de mão-de-obra, portanto, como não houve uma diminuição da área cultivada com cacau (Tabela

17), a diminuição da população rural representou a diminuição dos tratos culturais e conseqüentemente, dos postos de trabalho, o que agravou ainda mais a desigualdade social de “uma pobre região rica<sup>74</sup>” (GASPARETTO, 1986, p. 9).

Tabela 17 – Área cultivada com cacau no Brasil, nas regiões Norte e Sudeste, no estado da Bahia, na região Sul da Bahia, e na microrregião Ilhéus-Itabuna no período de 1990 a 2007

Localização	1990		2000		2007	
	ha	%	ha	%	ha	%
Brasil	668.800	100	707.487	100	685.003	100
Norte*	93.746	14,0	74.850	10,6	103.497	15,1
Sudeste*	22.585	3,4	21.468	3,0	20.984	3,1
Bahia*	549.538	82,2	608.299	86,0	559.884	81,7
Sul da Bahia**	479.714	87,3	539.105	88,6	487.128	87,0
Ilhéus-Itabuna***	418.635	87,3	440.570	81,7	409.190	84,0

\* Porcentagem em relação a área do Brasil. \*\* Porcentagem em relação a área da Bahia. \*\*\* Porcentagem em relação a área do Sul da Bahia.

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Elaboração: Jorge Chiapetti.

Enquanto os trabalhadores rurais migraram para as cidades, que já vinham criando os seus excluídos, agora com a “crise do cacau” essa tendência é acelerada. A dificuldade do acesso à terra pelos trabalhadores rurais se perpetua na histórica resistência do país em promover a reforma agrária<sup>75</sup>, mantendo, portanto a persistente e injusta estrutura fundiária do país, e que talvez seja a mais importante justificativa do movimento migratório expressivo das áreas rurais em direção à periferia dos centros urbanos da região.

A crise que inviabilizou os cacauicultores favoreceu os movimentos que lutam pela Reforma Agrária e, em certa medida, viabilizou alguns assentamentos na Região Cacaueira. Conforme dados da Tabela 18, a maioria dos assentamentos foi realizada na década de 1990,

<sup>74</sup> Para Gasparetto,, em sua obra “Cacau, mitos e outras coisas mais” (1986), a frase “pobre região rica” expressa a sua condição de uma “frase de efeito” reveladora da situação de contradição social, isto é, o aumento das desigualdades entre as classes sociais e dos desníveis de renda em que se encontra a Região Cacaueira mesmo tendo prósperos períodos de produção.

<sup>75</sup> “A reforma agrária clássica – que represente a democratização do acesso à terra, sua vinculação ao mercado interno e um processo de combate à pobreza no campo – ainda não foi realizada no Brasil, como nos países ditos desenvolvidos. No Brasil, a reforma agrária poderia ter sido feita quando terminou a escravidão, em 1888. Outra oportunidade foi na Revolução de 1930, quando foi iniciado o processo de industrialização e depois na década de 1960 durante a crise desse modelo ou na redemocratização formal em 1985, com a elaboração do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que foi abortado pelos parlamentares. No momento em que o governo privilegia o modelo econômico neoliberal onde subordina a economia ao capital financeiro e as grandes empresas, a possibilidade de uma reforma agrária clássica está bloqueada” (STEDILE, 23/04/2008).

período em que, tanto as amêndoas de cacau como a terra, tiveram a menor cotação de preço, ao ponto que para alguns produtores de cacau, a desapropriação de suas terras ao preço pago pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), se apresentava vantajoso frente a baixa cotação do preço da terra no mercado regional.

Tabela 18 – Assentamentos nos municípios da Microrregião Ilhéus-Itabuna a partir de 1986

Município	Imóvel	Área (ha)	Famílias assentadas	Data do assentamento
Aurelino Leal	Fazenda Cascata/Ipiranga	597,9	48	04/08/1998
Coaraci	Fazenda Pedra Dourada	3.373,20	30	24/09/1996
Ibicaraí	Fazenda Vila Izabel	496,0	33	24/12/1998
	Fazenda Conjunto Santana	518,3	40	25/09/2001
Ilhéus	Fazenda Nova Diva	542,3	30	28/06/1999
	Fazenda Conceição	261,5	20	06/12/1995
	Fazenda Fortaleza	230,0	25	07/08/2001
	Bom Gosto III	484,0	45	29/09/1999
	Dois Irmãos	426,5	25	10/11/1999
	Fazenda Oregon	648,0	40	12/08/1996
	Dois Rios, Conj. Conceição	423,9	30	08/10/1996
	Conjunto Ressurreição	538,4	42	21/11/1997
	Fazenda São José	180,8	22	21/11/1997
	Fazenda Bom Gosto	393,4	47	08/12/1998
Itabuna	Boa Lembrança	315,0	40	26/08/1999
	Fazenda Paraíso	368,8	32	19/09/2000
Itacaré	Fazenda Nova Esperança	843,6	48	23/06/1997
	Laranjeira e Floresta do Sul	927,0	22	14/01/2000
	Fazenda Marambaia	809,6	32	01/09/1986
Itajuípe	Fazenda Helvécia	603,9	55	10/11/1999
	Loanda	408,4	50	05/09/1995
Ubaitaba	Faz. Cruzeiro do Sul	909,9	60	10/06/1999
	Fazenda Cachoeira Bonita e Conceição	1.025,20	60	26/08/1999
Uruçuca	São José/são Jorge	557,4	52	01/09/1998
	Fazenda santa Luzia e outros - Conjunto Tijuipe	1.110,60	55	27/04/1988
	Fazenda Vavá	157,8	10	20/03/2002
Total		17.151,4	993	

Fonte: INCRA-BA (2004).

Quer em períodos de crise, quer nos momentos de maior rendimento da atividade cacauera, a classe trabalhadora se acha subordinada e explorada, percebendo baixos salários ou sendo obrigada a migrar (Tabela 19). Em 1980, um dos “períodos áureos do cacau”, 58,2 % das pessoas economicamente ativas recebiam até 1 (um) salário mínimo (SM) e em 2000,

em plena “crise do cacau”, a situação dos trabalhadores não mudou, pois 57 % das pessoas continuavam ganhando até 1 (um) salário mínimo, o que nos mostra que a atividade cacauzeira não conseguiu internalizar e nem distribuir as riquezas geradas, tornando-se uma região, além de concentradora de riquezas, exportadora também de riquezas para outros lugares.

Tabela 19 – Valor do rendimento médio mensal das pessoas economicamente ativas residentes na Microrregião Ilhéus/Itabuna (1980 e 2000)

Valor do rendimento	1980		2000	
	Nº de pessoas	%	Nº de pessoas	%
Até 1/4 de SM	11.101	3,9	11.489	2,7
Mais de 1/4 a 1/2 SM	41.036	14,3	27.618	6,4
Mais de 1/2 a 1 SM	114.074	40,0	206.570	47,8
Mais de 1 a 2 SM	65.523	22,9	96.881	22,4
Mais de 2 a 3 SM	21.269	7,4	28.934	6,7
Mais de 3 a 5 SM	15.284	5,3	28.870	6,7
Mais de 5 a 10 SM	8.810	3,1	20.714	4,8
Mais de 10 a 15 SM	4.381	1,5	5.185	1,2
Mais de 15 a 20 SM	2.450	0,8	2.596	0,6
Mais de 20 a 30 SM	-	-	1.536	0,3
Mais de 30 SM	-	-	1.998	0,4
Total	283.928	100	432.365	100

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1991&z=t&o=4&i=P.>, Demeter (1997),  
Elaboração: Jorge Chiapetti.

A precariedade das condições salariais é mais evidente quando analisamos os rendimentos dos trabalhadores da atividade rural para o ano de 2000, pois 71,3 % das pessoas economicamente ativas recebiam até um salário mínimo (Tabela 20).

Esta situação de precariedade e injustiça dos trabalhadores rurais da atividade cacauzeira não está presente apenas nos baixos níveis salariais, mas também presente nas condições de moradia, nas relações de trabalho e no próprio acesso aos serviços sociais. Os dados mostram que o trabalho assalariado “livre” é a falsa aparência de que o trabalhador tem o domínio sobre si mesmo e sobre o que produz, quando na realidade está ainda mais subordinado ao sistema capitalista, tornando-se um indivíduo limitado num mercado livre. Assim é que, pode-se afirmar que para a grande maioria da população, ou nunca houve crise, ou a crise do lugar é permanente.

Tabela 20 – Valor do rendimento médio mensal dos trabalhadores rurais na Microrregião Ilhéus/Itabuna (1980 e 2000)

Valor do rendimento	2000	
	Nº de pessoas	%
Até 1/4 de SM	1.927	2,0
Mais de 1/4 a 1/2 SM	5.367	5,5
Mais de 1/2 a 1 SM	62.160	63,8
Mais de 1 a 2 SM	20.863	21,4
Mais de 2 a 3 SM	5.839	6,0
Mais de 3 a 5 SM	2.024	2,1
Mais de 5 a 10 SM	942	1,0
Mais de 10 a 15 SM	193	0,2
Mais de 15 a 20 SM	131	0,1
Mais de 20 a 30 SM	77	0,07
Mais de 30 SM	56	0,05
<b>Total</b>	<b>97.558</b>	<b>100</b>

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1991&z=t&o=4&i=P>.

Elaboração: Jorge Chiapetti

A discussão sobre a crise do lugar deve orientar uma discussão no sentido das necessidades da sociedade como um todo, em que a grande maioria tenha acesso à educação, moradia, saúde, trabalho, cultura e lazer, pois a reprodução do capital constitui apenas uma das etapas – ainda que central – do processo de desenvolvimento. Como nos fala Milton Santos: é preciso considerar todas as pessoas e todas as instituições, e não apenas continuar selecionando, de tudo que existe, um quinhão a ser beneficiado – até porque esses beneficiados são transitórios (ADORNO, 1996) – pois afinal “o território é onde vivem, trabalham, sofrem e sonham todos os brasileiros” (SANTOS, 2002, p. 48).

### 3.3.1 – As reflexões das crises...

Assim é que, na análise dos eventos estabelecidos de fora do território nacional que contribuíram para a crise do cacau, várias crises devem ser consideradas ao mesmo tempo: a crise internacional do cacau, a crise financeira de caráter recessivo do Brasil e a crise permanente do lugar.

As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar.[...] Muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra. Isso que estamos vivendo no presente momento histórico, em virtude desse distanciamento e dessa esquizofrenia no processo criador dos eventos, é o que se poderia chamar de alienação regional ou alienação local (SANTOS, 2006, p. 80).

O lugar se fragiliza quando a sociedade perde a sua capacidade de decidir sobre os caminhos a serem seguidos. “No passado, os objetos revelavam propósitos de cada sociedade e eram os seus meios próprios à realização dos seus próprios fins. Já no mundo de hoje, as ações chamadas racionais tomam com freqüência esse nome a partir da racionalidade alheia” (SANTOS, 2006, p. 81).

Para Furtado (2001), é preciso reafirmar o compromisso com a construção de um projeto nacional, que deve ser urgentemente retomado, no sentido de transformar o país, a nação em uma sociedade mais justa. “Temos o dever de nos interrogar sobre as raízes dos problemas que afligem o povo e repudiar posições doutrinárias fundadas num reducionismo econômico” (p. 423).

A dissociação entre esfera econômica e esfera política está na base da gestão neoliberal que no período atual, como de resto nos últimos decênios, são responsáveis pela crise permanente a que está sujeita a sociedade mundial. É mais que urgente anunciarmos que as crises são as manifestações mais objetivadas das contradições do sistema capitalista que não cessam de mostrar o esgotamento desse modo de operar a política (gestão, segundo os arautos da globalização). Mais do que nunca, é necessário retomarmos a reflexão a respeito das decisões políticas<sup>76</sup>, pois “a política é a discussão dos caminhos que desejamos para a sociedade. Ela nos reúne em torno de um projeto cujo debate público e escolhas das metas para a coletividade é coisa das mais importantes numa sociedade” (KAHIL, 2005, p. 505).

Nos vários estudos sobre a atividade cacauera e desenvolvimento regional, existem diversas afirmações em que os sistemas de ações e sistemas de objetos, ora são reivindicações de interesses de classe, ou seja, da elite econômica, ora são de interesses do Estado. Mas, desde que o liberalismo econômico reduziu o indivíduo a uma síntese de interesses materiais e colocaram na base de desenvolvimento da sociedade, as relações mercantis de troca, todas as

---

<sup>76</sup> Para Horkheimer (1976, p. 28): “Em sua origem, a constituição política foi ideada como uma expressão de princípios concretos fundados na razão objetiva; as idéias de justiça, igualdade, felicidade, democracia, propriedade, todas se proclamavam corresponder à razão, emanar da razão. Posteriormente, o conteúdo da razão foi arbitrariamente reduzido a ser simplesmente uma parte desse conteúdo, em sua extensão, e apenas a um de seus princípios, na sua composição; o particular tomou o lugar do universal. [...] A razão tornou-se algo inteiramente aproveitado no processo social. Seu valor operacional, seu papel no domínio dos homens e da natureza tornou-se o único critério para avaliá-la”.

ações são atos pensados com base em elementos e fatores econômicos, como afirma Horkheimer (1976, p. 150):

O princípio do liberalismo conduziu ao conformismo através do princípio nivelador do comércio e das trocas que manteve unida a sociedade liberalista. A mônada, símbolo setecentista do indivíduo econômico atomístico da sociedade burguesa, tornou-se um tipo social.

Assim, as decisões políticas, isto é, as regras, os nexos, as lógicas de transformação do lugar devem depender mais do jogo de interesse, do grau de mobilização e da tomada de consciência dos grupos sociais envolvidos e não apenas e, exclusivamente, dos grupos econômicos. De acordo com Kahil (2005, p. 508) “a força e a dinâmica de tais transformações escapam à análise rigorosamente econômica e estão a exigir um entendimento da esfera política de decisões quanto ao uso do território nacional”.

A questão que se torna primordial, então, para o entendimento das “crises do cacau” e dos caminhos possíveis para se alcançar autonomia, integração e cooperação regional, diante das transformações mundiais do período neoliberal, é a própria discussão da questão estrutural que desencadeou a crise, pois a crise revela “contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas que atuam positivamente para conservar e defender a própria estrutura esforçam-se para saná-las dentro de certos limites” (GRAMSCI, 1968, p. 46). Tais limites são determinados exatamente pela força (também oligárquica) dos vetores verticais da economia mundial que subordinam todo o sistema de ações no lugar, configurando-se em um desequilíbrio e uma desorientação da força política do lugar (classes, ordens, atividades).

As crises sucedem-se e se tornam estruturais e sistêmicas e nesse sentido é preciso encontrar a justa relação entre o que é a natureza conjuntural (ocasional) e estrutural (orgânica) da crise<sup>77</sup>. “Os fenômenos de conjuntura dependem, é claro, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia-a-dia, que investe as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder” (GRAMSCI, 1968, p. 45), daí a força de persuasão – tomando a idéia de crise como força e forma de continuidade e conservação do próprio poder – é o que se denomina de ideologia.

---

<sup>77</sup> As variáveis da “crise conjuntural” podem ser classificadas como: altas e baixas dos preços internacionais das amêndoas de cacau; variações das políticas econômicas e fiscais; fatores climáticos e fitossanitários. Já a “crise estrutural” diz respeito a: dependência do preço das amêndoas de cacau cotado no mercado internacional; baixa especialização técnica dos produtores e ineficiência na agregação de valor à produção de amêndoas de cacau e herança do intervencionismo estatal.

Sob a batuta dos vetores internacionais e da submissão dos governos federal e estadual ao ordenamento econômico dos mercados mundiais, as “crises” regionais se sucedem e como a riqueza produzida não beneficia a vida da sociedade local, a perda da autonomia, tanto da Região Cacaueira como do País, se aprofunda. Assim, ao ritmo das crises internas, a Região Cacaueira se subordina ainda mais às dinâmicas do mercado internacional.

Não há dúvida que houve um período do processo de formação sócio-espacial brasileira em que a Região Cacaueira do Sul da Bahia recebeu maior atenção do Estado, devido à importância da atividade agrícola primário-exportadora como solução para o equilíbrio das contas externas do país, como no longo período de 1930 até início de 1980.

Até 1989, quando a atividade cacaueira entrou em declínio, a formação sócio-espacial regional atraiu força de trabalho, única responsável pelo valor e riqueza produzidos. Neste período, marcado pela crise, essa mesma força de trabalho foi excluída do que restou da atividade produtora de cacau e condenada a viver nas periferias das cidades e na periferia dos novos sistemas de atividades urbanos, da Região Sul da Bahia. Aqui, nas periferias transformam-se em reserva de mão-de-obra barata, buscando sobrevivência no mais das vezes, no circuito inferior da economia regional, ou seja, em formas de produção não-capital intensivo que, ligadas aos conteúdos do meio geográfico no qual se localizam, são ocupações temporárias, de baixa remuneração e especialização e, portanto instáveis, tanto nas atividades de serviços como de comércio (SANTOS, 2004a).

O circuito inferior é, cada vez mais, a estrutura que acolhe as pessoas expulsas do campo; ele aparece, portanto, com um papel social e econômico inegável. [...] de perpetuador da pobreza, servindo de coletor da poupança popular, canalizada em seguida para o circuito superior por intermediários de todos os tipos (p. 368).

As desigualdades, que na verdade se constituem em vantagem para o capital, ainda é posta ideologicamente como um problema a ser resolvido, embora por muito tempo se arraste o debate acadêmico em torno da natureza da desigualdade, como um resultado efetivo do próprio modo de desenvolvimento adotado, isto é, do próprio capitalismo – um modo de produção baseado na concentração e centralização ilimitada da riqueza e da renda.

### **3.4 – A força das formas geográficas herdadas: as rugosidades do território no Sul da Bahia**

As formas asseguram a continuidade do tempo, mas o fazem através da sucessão dos eventos, que mudam o seu sentido. O objeto tem autonomia de existência, devida à sua existência corpórea, mas não tem autonomia de significação (SANTOS, 2006, p. 156).

O longo passado histórico da atividade cacaeira exerceu um papel duradouro na formação da região e foi responsável por produzir rugosidades sócio-espaciais, entendidas aqui como formas materiais e socioculturais herdadas de períodos anteriores que permanecem cristalizadas no espaço. “Em cada lugar, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas” (SANTOS, 2006, p. 140).

Estas estruturas são articuladas e subordinadas às lógicas políticas e econômicas do período atual, participando ativamente dos novos usos do território; são heranças que ora funcionam como resistência, ora em cooperação.

O processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas. Uma plantação, um porto, uma estrada, mas também a densidade ou a distribuição da população, participam dessa categoria de prático-inerte, a prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas (SANTOS, 2006, p. 140).

Como forma material e de organização herdada, a CEPLAC também é uma rugosidade, pois foi responsável por toda a dinâmica da atividade cacaeira. É ela que determina, ainda hoje, os caminhos a serem seguidos, tanto na condução de pesquisas sobre o cacau e outras atividades que possam participar da composição produtiva regional, bem como na orientação técnica dos produtores.

A atividade cacaeira aparece tanto na vocação racional das ações historicizadas e geografizadas, como na vocação originalmente técnica dos objetos que foram se instalando funcionalmente aos interesses capitalistas. A CEPLAC (1957) e depois o CEPEC e o CENEX (1962), foram criados a partir das necessidades técnicas da atividade cacaeira e permanecem interferindo na condução da atividade e na política de desenvolvimento regional.

A CEPLAC detinha recursos que provinham da própria atividade, angariados através do Fundo do Cacau – o que lhe atribuía uma situação de independência do orçamento federal – e sob o comando da elite cacaeira, atuou no fomento da atividade e implantação de infra-estruturas, como estradas, escolas, redes de comunicação etc. Os reflexos causados pela sua

atuação foram explícitos, pois assumiu posição chave frente às prioridades político-econômicas de ordem interna que até isentou o Estado de suas obrigações com a região.

Diante de tamanha influência e mesmo dotada de um orçamento elevado, segundo Menezes (1993, p. 26), “a CEPLAC não conseguiu superar os desafios, porque a elite técnica e dirigente: tinha ótica míope e equivocada sobre o que é desenvolvimento; ou seja, tornou a região uma reserva de domínio”. A CEPLAC não permitiu a ação de outros órgãos estaduais e nacionais de desenvolvimento e nem mesmo “integrou a região, com projetos próprios, no circuito ou no fluxo de capitais nacional e internacional”.

O impacto da CEPLAC é indiscutível quando se analisa a modernização tecnológica que elevou a produção e produtividade dos cultivos de cacau nas décadas de 1960/70/80, embora seja uma “modernização conservadora”, pois não promoveu mudanças na estrutura social regional, apenas seguiu a racionalidade econômica, orientando e fortalecendo a produção de matéria-prima para a exportação e para as indústrias de processamento.

A CEPLAC, ainda hoje, (ano de 2009), é uma instituição que atua fortemente na dinamização da economia agrícola regional, mesmo que tendo uma orientação distinta daquelas que assumiu nas décadas de 1960/70/80, quando sua preocupação foi o incremento da produtividade através das inovações químicas e mecânicas preconizadas pela “revolução verde”. Atualmente, ela participa não só da atividade cacauzeira, mas da política local. Por ter sido criada como um órgão da atividade, ela se comporta como um componente básico da política regional, fornecendo técnicos para exercer cargos públicos e também, como autarquia federal, serve aos propósitos das políticas de desenvolvimento propostas pelo governo em exercício.

Na atualidade, a CEPLAC passa por uma refuncionalização de suas atividades. Em novembro de 2008 foi criado pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento um Comitê Temporário *Ad Hoc* de Apoio à Reorientação Institucional da CEPLAC, com o objetivo de apoiá-la no encaminhamento das ações de fortalecimento institucional. As ações desenvolvidas pelo referido Comitê constam no documento “Proposta para o Fortalecimento e Reorientação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC”.

No atual período da globalização, um período de incertezas em que a autonomia nacional é posta em xeque (OLIVEIRA, 2008) é natural que os programas estatais passem por uma reorientação, como no caso da CEPLAC, uma tradicional entidade de desenvolvimento regional. Contudo, embora a CEPLAC tenha desempenhado um papel decisivo na condução da atividade cacauzeira, fracassou na condução das pesquisas, tanto de melhoramento

produtivo como de agregação de valor para a atividade. Mas, como uma autarquia federal que obedece às diretrizes políticas federais, em vez de a CEPLAC atuar no período auge da atividade cacauera - através de políticas de investimentos em mais pesquisas, principalmente na área da biotecnologia, para tornar a atividade mais competitiva - seguiu as orientações do programa federal de aumento das exportações e insistiu na dinâmica expansionista, favorecida pela oferta abundante de crédito e preços favoráveis. Com isso, somado ao fim do crédito e da queda da cotação do preço do cacau, a CEPLAC entrou em crise junto com a crise do cacau.

Entre todos os momentos da crise, mesmo havendo uma significativa redução da produção de amêndoas de cacau, isso não foi suficiente para dismantlar de forma generalizada o sistema de produção agrícola do Sul da Bahia. Dados do censo agrícola de 2007 mostram que, passadas mais de uma década e meia da “deflagração” da crise de produção, o cacau ainda é o principal produto agrícola regional, ocupando em média 87 % da área plantada nos 43 municípios da Microrregião Ilhéus/Itabuna.

Em alguns municípios, o cultivo do cacau chega a ocupar 95 % da área agrícola (Tabela 21). O longo passado histórico da atividade cacauera especializou o trabalho e o lugar. “É o império, no lugar, de um saber-fazer ancorado num dado arranjo de objetos destinados à produção”, que mostra o lado mais ativo da divisão territorial do trabalho (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 135).

Tabela 21 – Relação da área total agrícola e da área cultivada com cacau nos principais municípios da Microrregião Ilhéus/Itabuna em 2007

Municípios	Área cultivada total	Área cultivada com cacau	%
Almadina	4.593	4.248	92,5
Belmonte	13.422	10.916	81,3
Buerarema	8.241	8.091	98,2
Camacan	14.905	13.915	93,4
Canavieiras	11.357	8.782	77,3
Coaraci	8.694	7.950	91,4
Floresta Azul	5.868	5.317	90,6
Gandu	11.055	8.294	75,0
Ilhéus	59.415	56.391	94,9
Ipiaú	10.265	9.569	93,2
Itabuna	12.014	11.825	98,4
Itacaré	17.425	16.028	92,0
Itajuípe	18.421	17.251	93,6

Continuação...

Municípios	Área cultivada total	Área cultivada com cacau	%
Pau Brasil	8.154	8.063	98,9
Una	31.451	22.471	71,4
Uruçuca	19.523	18.978	97,2
Total (Ilhéus/Itabuna)*	470.832	409.190	86,9

\* O Total corresponde aos 43 municípios que compõem a Microrregião Ilhéu/Itabuna.

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1613&z=p&o=22>

Elaboração: Jorge Chiapetti.

Se o sistema cacau não é mais alvo de investimento vantajoso do Estado e das próprias empresas, para os produtores de cacau resta continuar produzindo, usando o território que ainda se constitui em uma natureza favorável à produção do cacau e que foi, historicamente, instrumentalizado para tanto (armazéns, galpões, barcaças, sistema de circulação, etc.).

A hegemonia do plantio de cacau, como principal atividade agrícola dos municípios do sul da Bahia, preserva-se exatamente pelas heranças do passado num território constituído de condições naturais, técnicas e sociais, ou seja, condições ambientais de uma região de Mata Atlântica (já que o cacau é plantado em associação com a floresta), condições técnicas científicas e informacionais especializadas para a produção e um sistema de ações (trabalho) especializado. “Os lugares assim constituídos passam a condicionar a própria divisão do trabalho, sendo-lhe, ao mesmo tempo, um resultado e uma condição, senão um fator” (SANTOS, 2006, p. 133).

Submetida agora às transformações impostas por vetores ainda mais incisivos da política econômica nacional e mundial, a produção de amêndoas de cacau passa agora por um período de crise financeira e de submissão às novas leis ambientais. Em 1998, o Decreto nº 240 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) proibiu o desmatamento no Sul do estado da Bahia, inibindo o crescente extrativismo madeireiro, a derrubada da mata e a abertura de áreas para a implantação de outras culturas. O cacau permaneceu sob a força da lei e da tradição, em associação com a mata<sup>78</sup>, formando uma paisagem associada à preservação ambiental.

As diversas escalas do poder público também concorrem por uma organização do território adaptada às prerrogativas de cada qual. As

<sup>78</sup> Devido à associação com a floresta, o comportamento vegetativo do cacau permite que mesmo abandonado pelos produtores, não ocorra grandes danos às plantas. Estas permanecem convivendo em perfeita harmonia com a mata à sua sombra e a espera de uma nova intervenção do homem para retornar a plena produção.

modalidades de exercício da política do poder público e da política das empresas têm fundamento na divisão territorial do trabalho e buscam modificá-la à sua imagem (SANTOS, 2006, p. 135).

Se de um lado a preservação da mata, também por força da lei, se apresenta como uma rugosidade e impede a implantação de outras atividades agrícolas, do outro, a mata ainda associada à produção do cacau, agora se torna alvo de investimento de capitais, nacionais e internacionais, para viabilizar o novíssimo empreendimento turístico.

A presença de quatro empresas de beneficiamento de amêndoas de cacau na Região Cacaueira, as mesmas que dominam as moagens de cacau no mundo, também agem como uma rugosidade, um fator da manutenção da atividade. Hoje, no entanto, ao invés do Estado são as indústrias, que garantem aos produtores, o fornecimento de crédito e de insumos para a produção.

Mas, ao mesmo tempo em que as indústrias se colocam como uma força de manutenção da atividade cacaueira frente à crise buscam, também no mercado externo, amêndoas de cacau com melhores preços, o que faz com que o preço da produção local seja definido por estas indústrias, com base nos preços das amêndoas adquiridas em países que possuem uma relação de produção muito diferente do Brasil, principalmente os Africanos. Estes, por sua vez, como o Brasil das décadas passadas, buscam maior ganho possível de divisas através das exportações de *commodities*. Para tanto, utilizam ainda subsídios nos financiamentos da atividade, o que reduz o custo de produção e conseqüentemente o preço final.

É assim que se constituem as grandes organizações no nível mundial. São elas que comandam as técnicas hegemônicas da produção da informação e da finança, por intermédio das quais ganham o comando do tempo hegemônico e realizam a mais-valia hegemônica. Esse controle tanto se dá por intermédio da produção direta, quanto através dos seus dados não necessariamente técnicos, isto é, dos aspectos políticos da produção, os quais se encontram no âmbito da circulação, da distribuição e do consumo (SANTOS, 2006, p. 211).

Esta lógica de buscar produtos no mercado internacional mostra os interesses privatísticos do Estado e das empresas. “Trata-se de uma racionalidade privada obtida com recursos públicos. Em outras palavras, tal racionalidade representa sempre uma drenagem de recursos sociais para a esfera do setor privado” (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 306).

Assim, o território do lugar fica subordinado às dinâmicas ou aos “humores” do mercado e das estratégias de acumulação das grandes empresas. “As crises atuais são, em

última análise, uma resultante da aceleração contemporânea, mediante o uso privilegiado, por alguns atores econômicos, das possibilidades atuais de fluidez” (SANTOS, 2005a, p. 125).

Em um país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase necessariamente à tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional (FURTADO, 1992, p. 35).

“Desde que somente algumas firmas podem se beneficiar, na totalidade ou em grande parte, da estrutura técnico-produtiva característica de um espaço, ocorre a diminuição da rentabilidade social e o aumento dos custos” (SANTOS, 2004, p. 85). Atualmente, a respeito do crescimento econômico da Região Cacaueira, as desigualdades sociais e territoriais são recorrentes, como de resto, em todo o país.

A atividade cacaueira ajudou a enriquecer o país, consolidou a ocupação regional, criou uma população de trabalhadores permanentes e formou uma elite local, mas este foi um processo histórico também de produção e reprodução de desigualdades. Em países subdesenvolvidos – em que pese o desenvolvimento econômico – as desigualdades na distribuição da riqueza persistem ou se aprofundam, e não há quem duvide que a desigualdade seja um produto do capitalismo que perpetua as calamidades.

Enquanto atividade agrícola, o cacau (vista como uma forma geográfica herdada ou rugosidade espacial) permanece, inclusive com importância grande na definição da especialização produtiva agrícola regional. A estrutura de poder regional, a elite vinculada à atividade, está perdendo seu poder de comando da vida política e econômica regional. Isto ocorre muito em função dos novos vetores econômicos ou produtivos que se instalam na região e que juntos vão trazer novos agentes produtivos e estes, sim, vão se constituir os novos sistemas de ações hegemônicos regionais.

De um lado as formas herdadas atuam em cooperação com os novos sistemas técnicos e de ações, por outro lado, outras lógicas e novos usos das formas geográficas herdadas se estabelecem na região. Sob uma nova ordem estabelecida a cada momento, ao presente é atribuído novas funções. O novo transforma e ao mesmo tempo, se adequa à condição presente.

As formas materiais herdadas, criadas inicialmente para servir à logística de estocagem e de distribuição, hoje, face à baixa produção e à inexistência da demanda destes serviços, são refuncionalizadas e cooperam com o desenvolvimento de novas atividades. Mas,

até que ponto estas rugosidades materiais foram importantes para a chegada do novo? Foi uma estratégia do poder público para otimizar um novo uso dos espaços ou as elites buscam uma nova viabilização econômica e política?

Tradicionalmente, no Nordeste, a oligarquia resiste à chegada do novo (CASTRO, 2002a)<sup>79</sup>, mas no caso do cacau o seu papel torna-se hoje reduzido, em parte, pela crise estabelecida no final dos anos 1980 e, em parte, pela chegada dos novos sistemas de atividades dos anos 1990, sistemas mais técnicos e empreendedores da atividade turística e da indústria de informática; sistemas portadores de uma nova racionalidade empresarial, do mais novo espírito do capitalismo.

Boa parte das infra-estruturas que serviam à atividade cacauzeira (galpões, armazéns, estradas, casarões, palacetes, fazendas, etc.) são hoje utilizada por novas funções. As formas herdadas acabam sendo submetidas a novas lógicas e novos usos e transformam-se numa base material de outras atividades, as quais integram a região em um também novo momento da divisão do trabalho.

No movimento complementar e contraditório de reorganização do território, novos equipamentos produzem novas ordens territoriais mais permissivos do processo de acumulação capitalista. Encerra-se um período virtuoso de acumulação e se iniciam outros, sem questionamentos sobre a excessiva acumulação da riqueza, ou seja, sem levar em conta a produtividade social do espaço. Para Santos (2004), existem duas linhas de ações para favorecer à produtividade social do espaço, em contrapartida da ótica racional da produtividade econômica:

Em primeiro lugar, será preciso dar a todos os homens o direito a um emprego e uma acessibilidade igual a todos os bens e serviços considerados essenciais. Em segundo lugar, ao lado de uma política de consumo e de uma política de produção coordenadas, de uma política de preços audaciosa e de uma política de criações novas não subordinada a qualquer preocupação de contabilidade capitalista, precisa-se, igualmente, uma política de ordenamento do espaço (p. 74).

É assim que “vamos produzindo um mundo sob o signo da desigualdade” (BRAUDEL, 1989, p. 83), uma desigualdade territorial que é também desigualdade social.

---

<sup>79</sup> Ver Castro et al (2002a) artigo: *Seca versus seca: novos interesses, novos territórios, novos discursos no nordeste* (p. 283 a 323).

## CAPÍTULO 4

### NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS: A REFUNCIONALIZAÇÃO DOS LUGARES

#### 4.1 – O estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional e os caminhos para o desenvolvimento nacional

Cada época tem suas verdades e cria os seus mitos. A época atual é, por definição, mitológica e dificulta o encontro da verdade (SANTOS, 2002, p. 87).

Progressivamente e, cada vez mais, o alargamento do sistema capitalista se mundializa através de um processo sucessivo de economias-mundo<sup>80</sup>. A cada período da história econômica mundial, um centro de comando, denominado de “economia-mundo”, sucessivamente, vai impondo transformações em todo o sistema econômico mundial. Quanto mais distantes do centro de comando, as zonas periféricas, mais subordinadas e dependentes são seus sistemas econômicos. Nos períodos de hegemonia de uma economia-mundo, existe uma aparente estabilidade, mas o histórico deslocamento do centro de comando das

---

<sup>80</sup> Para Fernand Braudel (1989), o *conjunto do mundo* como unidade no sistema econômico mundial vai se esboçando entre os séculos XV e XVIII. Braudel estabelece uma distinção fundamental entre os conceitos de “economia mundial” e “economia-mundo”. Por economia mundial entende-se a economia do mundo globalmente considerado. Economia-mundo refere-se à economia de uma porção do planeta que comanda economicamente impondo as suas próprias regras no jogo econômico em uma determinada época. Essa hegemonia define-se a partir de 3 realidades: “ocupa um determinado espaço geográfico; submete-se a um pólo e a um centro e se divide em zonas sucessivas: zonas em torno do centro, zonas intermediárias e zonas vastíssimas” (p. 85-87).

economias-mundo não se fazem sem “sucessivas lutas, de confrontos e de crises econômicas fortes” (BRAUDEL, 1989, p. 83).

Diante da crise dos anos 1970 e 1980, o sistema econômico mundial busca novas alternativas e mecanismos de expansão, alargando a sua possibilidade de exploração econômica, agora não somente através de uma subordinação da esfera técnico-econômica, mas mais fortemente através da criação de uma psicosfera invasiva da vida cotidiana, da cultura e, conseqüentemente, da vida política.

Para Harvey (2005), as novas alternativas para continuar a expansão do sistema econômico mundial tiveram origem na “crise de superacumulação”, a qual desencadeou um novo conjunto de possibilidades que modificou as relações da economia-mundo e, conseqüentemente, das pessoas.

A crise de superacumulação iniciada no final dos anos 60, e que chegou ao auge em 1973, gerou exatamente esse resultado. A experiência do tempo e do espaço se transformou, a confiança na associação entre juízos científicos e morais ruiu, a estética triunfou sobre a ética como foco primário de preocupação intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas, a efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre verdades eternas e sobre a política unificada e as explicações deixaram o âmbito dos fundamentos materiais e políticos-econômicos e passaram para consideração de práticas políticas e culturais autônomas (p. 293).

Assim é que, dando seqüência às políticas neoliberais, elaboram-se novos discursos políticos e econômicos, buscando traçar novas alternativas e novos caminhos para o desenvolvimento das nações, mas agora sob a égide de um mercado global. A idéia de um mercado “global” começou a ser difundido no início dos anos 1980, a partir dos artigos publicados entre os pesquisadores das grandes escolas de administração dos EUA, como: Harvard, Columbia, Stanford etc. e foi popularizado mundialmente através “da imprensa econômica e financeira de língua inglesa e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal” (CHESNAIS, 1996, p. 23).

A mundialização é o resultado de *dois* movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas *distintos*. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan (p. 34, grifos do autor).

O movimento de ampliação do espaço político necessário para a emergência de um mercado global é delineado pelo poder e interesse das forças econômicas dos países do Grupo dos Sete (EUA, Canadá, Japão, França, Alemanha, Reino Unido e Itália), principalmente pela “intervenção política ativa dos governos Thatcher e Reagan e também do conjunto dos governos que aceitaram não resistir a eles” (p. 34). Da falaciosa liberalização das fronteiras e apoiados pela intensa produção científica de grupos de intelectuais que anunciam a emergência de uma nova era, há uma valorização das forças do mercado e uma imposição para o mundo se adaptar ao novo modo de acumulação, agora global<sup>81</sup>. Esta adaptação é divulgada como um processo benéfico e necessário<sup>82</sup>, mesmo que ainda a exploração das desigualdades se apresente como oportunidade de acumulação e esteja no centro do pensamento original do sistema econômico, isto é, do capitalismo. “O que se impõe, com força avassaladora, é a realidade da fábrica da sociedade global, altamente determinada pelas exigências da reprodução ampliada do capital” (IANNI, 2003, p. 19).

Para Furtado (1996), a emergência de um mercado global vem também da dependência crescente das atividades econômicas dos EUA por matérias-primas não renováveis, consideradas estratégicas para manter o ritmo do crescimento econômico interno, essenciais para a economia e para a segurança norte-americana. Esta dependência “está na base da política de crescente *abertura* da economia dos Estados Unidos e de fortalecimento das grandes empresas capazes de promover a exploração de recursos naturais em escala planetária” (p.11, grifo do autor).

Da mesma forma, Chesnais (1996, p. 216) afirma que “a principal preocupação econômica das potências, que vão conquistando um espaço imperial de colônias ou semicolônias (caso dos EUA), é justamente controlar reservas de matérias-primas estratégicas”.

O processo de expansão da economia dos países do Grupo dos Sete, principalmente dos EUA e a criação de organizações mundiais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT),

---

<sup>81</sup> Em sua obra “Teorias da Globalização”, Otávio Ianni (2003) realiza um mapeamento das principais teorias da globalização e lança luz, não só nas condições sob as quais se forma a sociedade global, mas também os desafios que se criam para as sociedades nacionais.

<sup>82</sup> Para Chesnais (1996, p. 25) a expressão *se adapte* é a palavra-de-ordem deste novo período. A globalização passa a ser imposta como uma ideologia no cotidiano das pessoas e a frase: “agora que o mundo é global...” (grifos meus) é repetida em todos os discursos como uma indicação de atualização nos conceitos do período atual e torna-se uma premonição como única alternativa viável no futuro. Ele ainda mostra que “a extensão indiscriminada e ideológica do termo, tem como resultado ocultar o fato de que uma das características essenciais da mundialização é justamente integrar, como componente central, um duplo movimento de polarização, pondo fim a uma tendência secular, que ia no sentido da integração e da convergência” (p. 37).

Comunidade Econômica Européia (CEE) e Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), para intermediar a política dos Estados em benefício das empresas, foram recursos utilizados para o contínuo processo de internacionalização da economia (CHESNAI, 1996, p. 212).

Para Santos (2006, p. 191) a internacionalização neste período atual torna-se mais fácil com a emergência das técnicas de comunicação, que auxiliam ultrapassar as fronteiras.

O surgimento de numerosos Estados nacionais, a criação de organismos supranacionais, a entrada em cena da informação e do consumo como denominador comum universal, tudo isso trabalha para facilitar o triunfo das técnicas baseadas na informação e que iriam revolucionar doravante a economia e a política, antes de incluir a cultura no processo global das mudanças (SANTOS, 2006, p. 191).

A derrocada do “socialismo real”, em 1989, teve papel importante na neoliberalização das economias, principalmente do terceiro mundo, representado simbolicamente pela queda do muro de Berlim e pelo “desmanche” da União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS). Assim, como sistema único e fortalecido, o sistema capitalista fez valer os princípios do fundamentalismo econômico do mercado global. Um novo período do liberalismo, agora sob uma nova roupagem, o neoliberalismo, se expandiu como uma onda de modernização a serviço do desenvolvimento. A nova “proposta modernizadora”, normatizada pelo Consenso de Washington<sup>83</sup> encontrou ressonância nas classes dos dirigentes dos países do terceiro mundo, os quais passaram a adotar as receitas de reformas neoliberais, como um novo “sopro” para os históricos problemas econômicos e sociais (BATISTA, 1994).

Assim é que, a formação socioespacial brasileira vai acompanhando, à sua maneira, o movimento do mundo, convivendo com o que lhe é solicitado. Se “ontem, foi o planejamento

---

<sup>83</sup> O Consenso de Washington é a denominação de um conjunto de medidas técnicas e políticas em favor da economia de mercado imposto pelo governo norte-americano, Banco Mundial e o FMI. As medidas abrangem dez áreas: 1) disciplina fiscal; 2) priorização dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento direto estrangeiro; 8) privatizações; 9) desregulamentação e 10) propriedade intelectual (BATISTA, 1994, p. 26). Estas políticas foram formuladas pelo economista norte-americano John Williamson e se tornaram políticas oficiais do FMI, recomendadas a partir dos anos 1990 para os países “em desenvolvimento”. Os objetivos de tais políticas eram eliminar a inflação, alcançar o equilíbrio fiscal, estabilizar a taxa de câmbio, cumprir todos os compromissos com credores e, assim, criar um ambiente favorável ao capital estrangeiro que realizaria novos investimentos, transferiria e geraria tecnologias, modernizaria as estruturas produtivas, geraria emprego, criaria plataformas exportadoras etc. Com a garantia da lucratividade dos capitais, os investimentos estrangeiros ampliariam a poupança doméstica, a qual se transformaria em investimentos no país e se reduziria a crônica evasão de divisas. Assim, caso os países aceitassem serem modernizados pelas forças dinâmicas do centro do sistema mundial e para tal adotassem as políticas que os livros recomendavam – desde Adam Smith e David Ricardo – como essenciais ao funcionamento de qualquer economia, em síntese, o livre jogo das forças de mercado e a total desregulamentação estatal resolveriam os problemas do subdesenvolvimento e isto possibilitaria o ingresso dos países em desenvolvimento no primeiro mundo (GUIMARÃES, 2008).

estatal com substituição de importações; hoje, é o ajuste estrutural (ou terapia de choque) e a especialização do mercado voltada para a exportação” (WALLERSTEIN, 2002, p. 174).

Para Arantes (2004), o Brasil está sempre correndo ao encontro de um futuro promissor, de um milagre redentor de todos os males. As crises nada mais são do que “síndromes de um encontro marcado” com os mitos dos “milagres brasileiros”. Foi assim na crise de 1970 e novamente na de 1980. “O novo eclipse desse mítico futuro sobreveio logo adiante, com a chamada (para abreviar) crise da dívida, e nele estamos mergulhados há duas décadas [...] um futuro que teima em não comparecer ao encontro marcado” (p. 28).

Para o Brasil, para quem o ano de 1992 foi apontado como o ano mais crítico do período da crise, em que o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou decréscimo de -1 %, sempre de acordo com as premissas do pensamento neoliberal, vários planos de ajustes econômicos continuaram sendo elaborados na tentativa de equilibrar a economia (Quadro 3), mas agora sob a batuta do Consenso de Washington, que preconiza, por um lado, o Estado mínimo, minando o conceito de Nação e por outro, a total abertura para a importação de bens e serviços e capitais de risco (BATISTA, 1994).

Para Batista (1998, p. 124), os planos traçados sob a influência das idéias delineadas pelo Consenso de Washington se caracterizam como uma “agenda da integração subordinada”. Assim, os novos planos consolidam-se a partir da imposição dos atores hegemônicos que usam o território e, em cada momento histórico, combinam um arranjo técnico-político de acordo com suas teorias e oportunidades para a reprodução do capital<sup>84</sup>.

---

<sup>84</sup> Para Batista (1998, p. 124), “a agenda da integração subordinada passou pela negociação de acordo para a dívida externa nos governos Collor e Itamar. Eles permitiram levantar a moratória que vinha da década de 1980, aceitando-se as regras estabelecidas para as negociações com os bancos comerciais – o chamado Plano Brady – e com o Clube de Paris. Nos primeiros anos da década de 1990, antes mesmos da conclusão dos acordos, o Brasil voltou a ter acesso aos mercados financeiros externos, depois de um período de seca. Isso aconteceu porque a liquidez internacional se expandiu, as taxas de juros externa caíram e o Brasil pôde abrir um novo ciclo de endividamento. Refinanciou com capitais novos as obrigações externas já existentes e, nesse contexto, adotou a agenda do Consenso de Washington”.

Quadro 3 – Resumo das principais medidas dos planos de ajustes econômicos elaborados a partir dos anos 1990 no Brasil

Nome/ano	Governo/ autor	Principais medidas
Plano Collor (Brasil Novo) Março de 1990	Governo Fernando Collor de Melo (15.03.1990 a 02.10.1992)  Este plano foi idealizado por uma equipe de economistas composta por Zélia Cardoso de Mello, Antônio Kandir, Ibrahim Eris, Venilton Tadini, Luís Otávio da Motta Veiga, Eduardo Teixeira e João Maia. A proposta era combinar a liberação fiscal com a financeira	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Substituição do Cruzado Novo pelo Cruzeiro;</li> <li>- Congelamento de 80% dos bens privados por 18 meses;</li> <li>- Taxas elevadas em todas as transações financeiras;</li> <li>- Indexação das taxas;</li> <li>- Fim da maior parte dos incentivos fiscais;</li> <li>- Preços reajustados por entidades públicas;</li> <li>- Câmbio flutuante;</li> <li>- Abertura da economia para o comércio exterior;</li> <li>- Congelamento temporário dos salários e preços;</li> <li>- Extinção de agências do governo para a redução de gastos públicos;</li> <li>- Estímulo à privatização e início da remoção da regulamentação da economia.</li> </ul>
Plano Collor II Fevereiro 1991	Governo Fernando Collor de Mello	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Continuidade de medidas no mercado financeiro para tentar reverter a situação inflacionária que atingiu, no final de 1990, o índice de 1.198 %.</li> <li>- Elevação da taxa de juros;</li> <li>- Novo congelamento de preços e salários;</li> </ul>
Plano Real Junho de 1993	Governo Itamar Franco (1992 a 1994)  Este plano foi implantado em três etapas, sendo iniciado no governo Itamar Franco, pelo ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso e tendo continuidade no então governo de Fernando Henrique Cardoso.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Combinação de medidas políticas e econômicas para conter a hiperinflação.</li> <li>- Criação da Unidade Real de valor (URV), uma nova moeda que depois passaria a se chamar de Real;</li> <li>- Elevação da taxa básica de juros, que chegou a 50 % ao ano;</li> <li>- Redução de gastos públicos;</li> <li>- Intensificação do processo de privatizações;</li> <li>- Diminuição das alíquotas de importação de diversos produtos;</li> <li>- Assinatura de novo acordo com o FMI, em 1998, que impunha duras obrigações a serem cumpridas;</li> <li>- Eliminação de bandas cambiais, deixando a taxa de câmbio flutuante (livre).</li> </ul>

Elaboração: Jorge Chiapetti

#### 4.2 – Políticas de Estado ou política das empresas: a reestruturação econômica e o uso corporativo do território

A liberalização da economia brasileira foi retomada com grande força, durante os dois mandatos de governo Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995 a 1998 e 1999 a 2002) que, seguindo as orientações do Consenso de Washington, conduziu a política econômica do país, no sentido da desregulamentação dos mercados (financeiro, do trabalho, da produção e do consumo), da condução de uma reforma do Estado com privatizações de toda ordem.

Seguindo a risca todas as premissas do Consenso de Washington, o governo brasileiro passou a ter acesso novamente a sua poupança externa, o mercado internacional de crédito. “O excesso de liquidez no mercado financeiro internacional, agora globalizado, permitiu, em 1994, a implementação do Plano Real. Com entrada maciça de recursos externos de curto prazo, engessamos o câmbio, abrimos a economia e multiplicamos as importações, freando a subida dos preços: nosso mais recente milagre” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 648). Mas, este novo “milagre” modificou radicalmente o papel do Estado na condução do país, o qual, dando preferência aos capitais privados externos nos investimentos estatais, foi transformando, cada vez mais, o território brasileiro “num espaço nacional da economia internacional” (SANTOS, 1994, p. 53). O uso corporativo do território intensificou-se e os sistemas de engenharias criados foram liberados para uso muito mais das empresas e quase proibitivos à maior parte da população.

Se a atividade agrícola cacauera passou por um período de dificuldades com as diferentes taxas e índices de correção e a suspensão do crédito, o mesmo ocorreu com as empresas exportadoras de cacau (comerciais e industriais). A partir do segundo semestre de 1990, as dificuldades de negociação da dívida externa do Brasil resultaram na interrupção do fluxo dos recursos externos, obrigando o governo a modificar as regras do mecanismo de financiamento das exportações na forma do Adiantamento de Contratos de Câmbio (ACC).

Este crédito, até meados dos anos 1990, era tomado pelas empresas até seis meses antes de efetuar o embarque do cacau e garantido pelo valor a ser exportado. O custo deste empréstimo era igual à desvalorização cambial, somado à taxa de juros anuais de 6 a 8 %. Altamente vantajoso, os recursos emprestados viravam capital de giro para as empresas que compravam o cacau dos produtores e realizavam as exportações de acordo com o vencimento do ACC.

A partir do segundo semestre de 1990, os empréstimos bancários passaram a ser liberados após dois dias do embarque do cacau, causando uma crise financeira para as empresas, já que o empréstimo funcionava como um adiantamento do capital de giro, o qual, muitas vezes, era utilizado para financiar outras atividades da empresa. “Algumas empresas tradicionais buscaram a diversificação de suas atividades, utilizando recursos do giro da comercialização do cacau” (NASCIMENTO, et al. 1994, p. 80).

Em uma atividade, cuja natureza do capital é predominantemente mercantil, em que o lucro é garantido pela associação da empresa com o sistema financeiro do Estado, e este, ao

retirar sua função provedora no fornecimento de crédito de longo prazo, aliado à diminuição da produção de cacau, gerou muitos pedidos de concordata<sup>85</sup>.

Embora sejam importantes as questões técnicas administrativas na condução de uma empresa, as articulações políticas para o acesso ao crédito parecem ser o atributo fundamental para o desempenho econômico das empresas de exportação de cacau<sup>86</sup>, pois as transformações das políticas de crédito para a atividade cacauceira, no período de liberalização da economia brasileira, se tornaram políticas ainda mais seletivas e, com isso, iniciou-se um processo de desestruturação do parque nacional de processamento e exportação de cacau.

Para a atividade cacauceira, detentora há muito tempo de uma organização produtiva operando em nível mundial, as possibilidades técnicas e organizacionais deste período, promoveram uma redivisão do trabalho dotando a região de uma nova dinâmica espacial, derivada da concentração das atividades industriais de processamento de amêndoas de cacau pelas empresas multinacionais. Até o final dos anos 1990, todas as empresas de capital nacional encerraram suas atividades ou foram adquiridas por multinacionais<sup>87</sup>.

A partir de então, passaram a existir cinco empresas processadoras de amêndoas no Brasil e, destas, quatro – Archer Daniels Midland Company (ADM), Barry Callebaut Brasil S/A (Barry Callebaut), Cargill Agrícola S/A (Cargill Cacau) e Delfi Cacau Brasil Ltda (Delfi/Nestlé)<sup>88</sup> – são empresas multinacionais e estão instaladas em Ilhéus e Itabuna (Quadro 4).

---

<sup>85</sup> Neste período de alteração do prazo da ACC, as empresas tradicionais exportadoras como: Grupo Chaves (CBE), Manuel Joaquim de Crvalho, José Ferraz & Cia, Correia Ribeiro e Fritas S/A, Braz Bartilotti entraram com pedido de concordata ou deixaram de operar.

<sup>86</sup> O estudo de Mota de Lima (2004, p. 33), analisando as atas de reunião da diretoria do Banco de Fomento do Estado Baiano (BANFEB), entre os períodos de 1960 e 1963 mostra que os comerciantes de cacau (amêndoas e derivados) constituíam-se nos principais favorecidos com os empréstimos. “Nota-se, por exemplo, a presença de nomes relacionados à comercialização do cacau, como os de Arnold Wildberg e de Manuel Joaquim de Carvalho, proprietários/responsáveis por empresas do comércio de cacau, principal segmento da economia estadual a usufruir os recursos do banco nos seus primeiros anos de vida”.

<sup>87</sup> As processadoras Chadler S A e a Joanes Industrial S A foram adquiridas pelas multinacionais Barry Callebaut e ADM, respectivamente. Para Brandão (2007, p. 159), no período de 1991 a 1997 foram realizadas 515 transações de fusões/aquisições, sendo que 54 % destas empresas foram transferidas para o capital estrangeiro.

<sup>88</sup> A fábrica da Nestlé foi arrendada, em 2003, pela empresa Delfi Cocoa da Indonésia, que passou a operar no Brasil.

Quadro 4 – Caracterização das empresas de processamento de amêndoas de cacau no Brasil

Nome	Origem	Início Brasil	Características
Cargill Agrícola S.A	1895 - EUA	1979 - Ilhéus	Fundada em 1965 por W.W.Cargill em Iowa nos EUA. Na fundação, era uma empresa de compra, estocagem e venda de grãos. Atualmente, sua sede é em Minneapolis (Minnesota), EUA. Atua em 59 países com comercialização, processamento e distribuição de produtos agrícolas, alimentícios, financeiros e industriais. Possui 97 mil funcionários. Está presente no Brasil desde 1965 e atua nos mercados agrícola, de alimento, financeiros e industriais. Em 2007, iniciou a produção de chocolate industrial e <i>compound</i> , em uma unidade construída em Porto Ferreira – SP. Com isso tornou-se a primeira processadora de cacau do Brasil, produzindo chocolate industrial.
Barry Callebaut	1996 – Zurich /Suíça	1999 - Ilhéus	Foi fundada em 1996, numa fusão entre a fabricante de chocolate Belga, <i>Callebaut</i> e a processadora de amêndoas de cacau Francesa, <i>Barry</i> , formando a nova empresa <i>Barry Callebaut</i> . Com sede em Zurich, atua em 20 países da Europa, África, América Latina, América do Norte e Ásia Pacífica. É a líder mundial na fabricação de derivados de cacau, chocolates e confeitos. Em 2002, a <i>Barry Callebaut</i> adquiriu o grupo Alemão <i>Stollwercke</i> e representa hoje um conglomerado de 150 empresas de produção de derivados de cacau e chocolate.
Nestlé (Delfi)	1867 – Suíça	1980 – Itabuna	Foi fundada por Henry Nestlé, em 1867, na Suíça, para produzir farinha Láctea. Presente no Brasil desde 1921, a Nestlé é a maior empresa mundial na área de alimentação, atuando em 81 países, com 468 fábricas e 229.765 empregados. Em 1971, construiu uma fábrica de chocolates em Caçapava – SP e, em 1980, construiu uma unidade de processamento de cacau em Itabuna-BA, com recursos do Fundo para Industrialização do Nordeste (FINOR). Em 1998, a Nestlé adquiriu a unidade da Cargill na Argentina. Em 2003, arrendou a sua unidade de processamento de cacau para a <i>Petra Foods</i> (Delfi) da Indonésia, a quarta maior empresa processadora de cacau.
Delfi (Petra Foods)	1968 Indonésia	2003 – Itabuna	Com sede em Singapura, o grupo <i>Petra Foods</i> possui duas divisões comerciais. Uma de derivados de cacau (Delfi) e outra de doces e chocolates. Atua em 30 países. Seus principais clientes de derivados são grupos internacionais de alimentos e bebidas, empresas como a Nestlé, Cadbury, o Grupo Marte, Arnot's, AB Foods, Barry Callebaut e do Grupo Meiji. Possui seis unidades de processamento de amêndoas de cacau (Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia, Brasil e México) e duas indústrias de produção de chocolate (Indonésia e Filipinas), totalizando mais de 4.000 funcionários.
Indeca	1969 – São Paulo	1969 – São Paulo	A empresa foi fundada em 1969, na cidade de Embu das Artes, São Paulo. Produz derivados de cacau e atua no mercado nacional, fornecendo produtos para fabricantes de chocolates, balas, doces e alimentos matinais. No mercado externo, atua, principalmente, na América do Norte e em países do MERCOSUL.
ADM	1923 Illinois/EUA	1997 - Ilhéus	Iniciou suas atividades no Brasil em 1997, quando adquiriu as unidades de processamento de soja e derivados da Sadia, passando a comercializar as marcas do óleo de soja Sadia, Corcovado e Concórdia. No mesmo ano, adquiriu a processadora de cacau Joanes Industrial SA em Ilhéus.

Fonte: <http://www.cargill.com.br>; <http://www.barry-callebaut.com>; <http://www.nestle.com>; <http://www.adm.com>; <http://www.indeca.com.br>; [www.petrafoods.com](http://www.petrafoods.com); Elaboração: Jorge Chiapetti.

Estas empresas possuem as mesmas unidades fabris em outros países produtores de cacau, sendo as atuais líderes no mercado mundial de processamento de cacau. Apenas a Indústria e Comércio de Cacau Ltda. (INDECA) é de capital nacional e está instalada no estado de São Paulo. A capacidade conjunta de processamento dessas empresas é da ordem de 280.000 toneladas ao ano (CEPLAC, 2008).

Os últimos anos do século XX foram emblemáticos, porque neles se realizaram grandes concentrações, grandes fusões, tanto na órbita da produção como na das finanças e da informação. Esse movimento marca um ápice do sistema capitalista, mas é também indicador do seu paroxismo, já que a identidade dos atores, até então mais ou menos visíveis, agora finalmente aparece aos olhos de todos (SANTOS, 2005a, p. 46).

Segundo Kahil (1997, p. 74), “a crescente internacionalização do capital e o aumento da articulação capitalista contemporânea contribuem para acentuar a tendência à concentração e a centralização do capital”. A concentração das empresas de processamento de amêndoas de cacau fica evidente: encontramos em Ilhéus e Itabuna as mesmas empresas que lideram o processamento mundial. Juntas, a Cargill, a ADM, a Barry Callebaut e Nestlé e a Petra Foods, comandam o sistema de atividade cacauzeira mundial, pois processam 52 % da produção mundial de amêndoas de cacau (Tabela 22).

Tabela 22 – Participação das empresas processadoras de amêndoas de cacau no mercado brasileiro e mundial

Mercado brasileiro		Mercado mundial	
Empresa	Participação no mercado (%)	Empresa	Participação no mercado* (%)
Cargil Agrícola S.A	35	Cargil Agrícola S.A	15
ADM	25	ADM	14
Barry Callebaut	25	Barry Callebaut	13
Nestlé (Delfi)	9	Petra Foods**	7
Indeca	6	Nestlé	3
		Cadbury Schweppes	3
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>55</b>

Fonte: Zugaib (2006, p. 15); ICCO (2008, p.41). Elaboração Jorge Chiapetti.

\* Dados referentes a 2006/07. \*\* A empresa Delfi Cocoa faz parte do conglomerado da Petra Foods.

Atualmente, a capacidade mundial de processamento de cacau é de 3.423.076 mil toneladas e está distribuída da seguinte forma: a Holanda detém 14 % da capacidade de moagem com 445 mil toneladas; os EUA (13 %) com 410 mil toneladas; a Costa do Marfim (9 %) com 305 mil toneladas; a Malásia e Indonésia (9 %) com 300 mil toneladas; a Alemanha (6,5 %) com 224 mil toneladas e o Brasil (6 %) com 202 mil toneladas (ZUGAIB, 2006).

A concentração e reorganização das empresas fazem parte da reestruturação e do ajuste ao período neoliberal, em que novas formas de relações se estabeleceram por intermédio de expansões, fusões ou megafusões entre as empresas de processamento de amêndoas e fabricação de chocolates, que dominam o mercado mundial. Com as fusões, as empresas asseguram a defesa de sua rentabilidade expandindo a sua atividade sem imobilizações significativas de capital.

A busca da mais valia global como nova estratégia das empresas, fica evidente no processo de expansão e fusões da *Petra Foods*, em que faz parte a *Delfi Cocoa*.

Em 1984, foi criado o grupo *Petra Foods Pte Ltda* que, em 1987, passou a distribuir várias marcas de chocolates na Indonésia. Em 1989, este grupo iniciou suas atividades nas Filipinas e na Tailândia, adquirindo processadoras de amêndoas de cacau. Em 2001, realizou uma *joint venture* com a *Meiji Seika Kaisha* do Japão para a fabricação dos produtos com a marca *Meiji* na Indonésia. Em 2002, estabeleceu uma *joint venture* com a *SD Holdings Berhad*, uma empresa de processamento de amêndoas da Malásia. Em 2003, adquiriu 100 % da sua filial *Ceres Sime Marketing*, uma empresa de distribuição na Malásia e iniciou sua participação na América Latina (Brasil e México) com a aquisição/arrendamento de duas indústrias de processamento de amêndoas da Nestlé, quando passou a ser a principal fornecedora de derivados de cacau para as fábricas de chocolate da própria Nestlé.

Com o estabelecimento de uma unidade de negócios nos EUA, a *Petra Foods* amplia sua participação na rede mundial e fica entre as maiores produtoras de derivados de cacau e chocolates. No Quadro 5, apresentamos um resumo das atividades da *Petra Foods*.

Quadro 5 – Localização e atividade da empresa *Petra Foods (Delfi Cocoa)* no mundo – 1968 a 2003

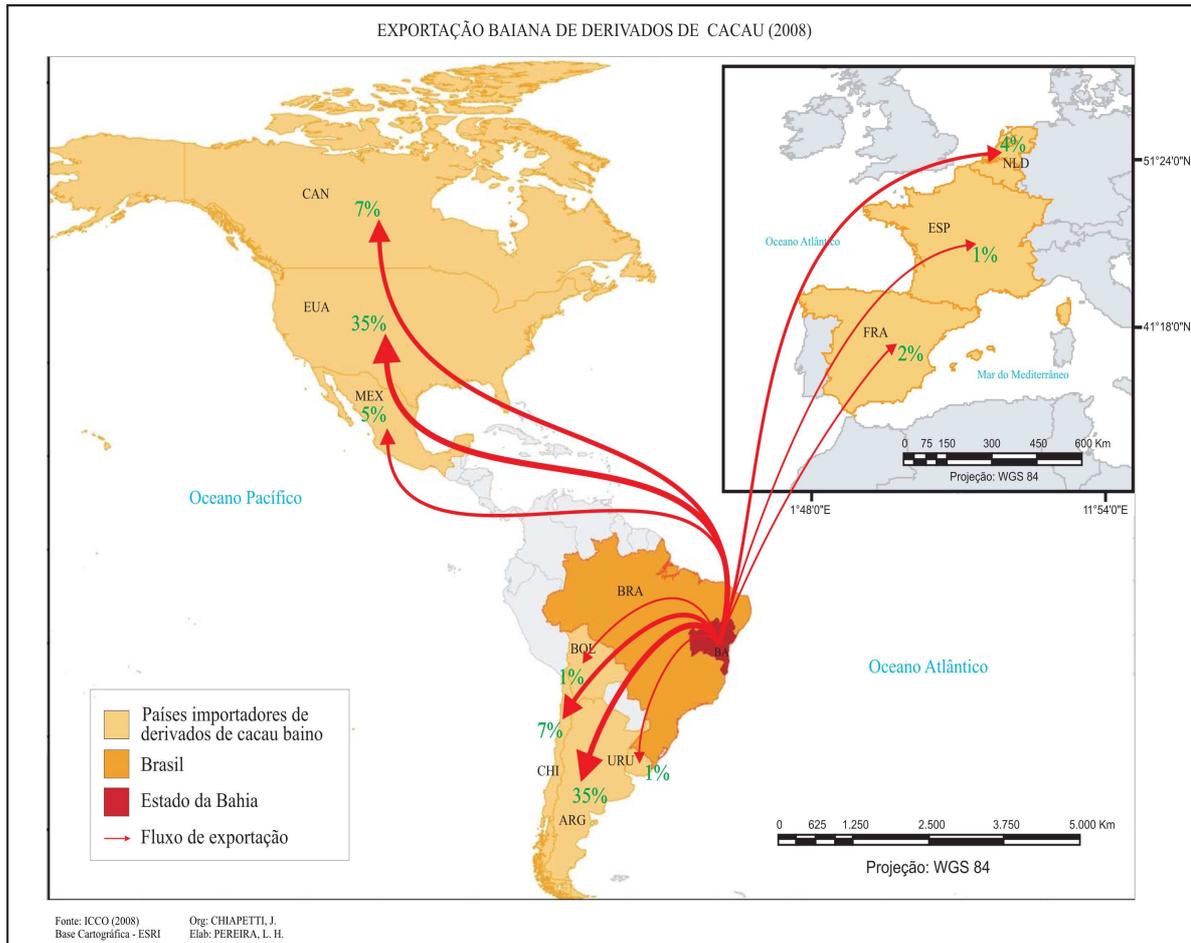
Ano	Localização	Atividade
1968	Indonésia	Processamento de amêndoas
1984*	Singapura	Sede corporativa
1989	Tailândia	Processamento de amêndoas
1989	Filipinas	Processamento de amêndoas
2002	Malásia	Processamento de amêndoas
2003	Brasil	Processamento de amêndoas
2003	México	Processamento de amêndoas
2003	EUA	Vendas e marketing

\* Em 1984 foi criado o Grupo Petra Foods que assumiu a marca Delfi

Fonte: <http://www.delficocoa.com>. Elaboração: Jorge Chiapetti.

O processo de reorganização e concentração das empresas processadoras de cacau, de um modo geral, não representou mudanças para o sistema de produção de amêndoas de cacau na Região Cacaueira da Bahia, pois a transformação primária das amêndoas de cacau em produtos semi-industrializados (massa ou liquor e em pó) ou de seus derivados (manteiga e torta) não se constituiu em novas relações econômicas, sociais e políticas para a atividade agrícola. O que mudou com o estabelecimento em definitivo das políticas ultra-liberais, foram as normatizações das políticas comerciais, isto é, suprimidas as taxas para exportação de derivados de cacau, as empresas industriais passaram a comandar a comercialização, tanto para o mercado interno como para o externo. Na Figura 8, estão os principais destinos das exportações baianas de derivados de cacau.

Figura 8 – Destino das exportações baianas de derivados de cacau em 2008



A dependência da Região Cacaueira e do país continuou ou se aprofundou diante da nova reorganização das empresas e das próprias determinações do mercado mundial, pois como *commodity*, as cotações de preços e transações comerciais das amêndoas de cacau ocorrem na bolsa de Nova Iorque e Londres, o que contribui para que as grandes empresas multinacionais obtenham vantagens no fechamento de contratos no mercado futuro<sup>89</sup>, regulando, de acordo com seus interesses, o preço das amêndoas de cacau.

Talvez por isso, os projetos das grandes empresas, impostos pelas tiranias das finanças e trombeteados pela mídia, acabam, de um jeito ou de outro,

<sup>89</sup> Os mercados futuros, organizados como instituição por produtores agrícolas e grandes comerciantes, surgiram em 1848 com a fundação da Bolsa de Chicago (*Chicago Board of Trade*). A operação de cacau em mercados futuros iniciou-se em 1925 na Bolsa de Nova Iorque e, em 1928, na bolsa de Londres, depois seguiu a operação em outros centros comerciais da Europa, como Amsterdã na Holanda, Hamburgo na Alemanha e Paris na França. Os preços das amêndoas de cacau, praticados no mercado internacional, seguem principalmente as bolsas de Nova Iorque e Londres, cotados diariamente em dólares e libra esterlina. Os preços são cotados, em maior proporção, em preços futuros com a entrega do produto em prazo combinado e, também, em preço *Spot* (contra entrega do produto) que, nesse caso, é cotado com preço superior ao preço futuro.

guiando a evolução dos países, em acordo ou não com as instâncias públicas freqüentemente dóceis e subservientes, deixando de lado o desenho de uma geopolítica própria a cada nação e que leve em conta suas características e interesses (SANTOS, 2005a, p. 155).

No atual período de políticas neoliberais, todo o processo produtivo fica assim, subordinado aos ditames reguladores das grandes empresas e de instituições internacionais. Disfarçada pelo termo “gestão”, a política<sup>90</sup> das grandes empresas de um lado tudo organiza no território para alcançar suas próprias finalidades (a competitividade, rendimentos vantajosos, concentração de poder etc.); de outro lado, desorganiza toda a vida ou o território nos lugares onde se instalam.

A prática do neoliberalismo acarreta mudanças importantes na utilização do território, tornando esse uso mais seletivo do que antes e punindo, assim, as populações mais pobres, mais isoladas, mais dispersas e mais distantes dos grandes centros produtivos. O neoliberalismo conduz a uma seletividade maior na distribuição geográfica dos provedores de bens e de serviços, levados pelo império da competitividade a buscar, sob pena de seu próprio enfraquecimento, as locações mais favoráveis. A tendência à concentração econômica agrava essa tendência (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 302).

Diante da nova ordem econômica “ultraliberal”, a busca dos caminhos para o desenvolvimento nacional, impõe uma divisão territorial da riqueza mais uma vez concentrada. “Tudo, pois, conspira para que a organização do espaço se perpetue com as mesmas características, favorecendo o crescimento capitalista e as suas distorções” (SANTOS, 2004, p.73).

Assim é que, investimentos externos são realizados sim, mas mais uma vez, tão somente para viabilizar os sistemas de ações hegemônicos – tudo fazendo crer, ser esta forma de investimento o caminho para alcançarmos o desenvolvimento – tudo também justificado pelo clichê que abusivamente se repete, fazendo crer também ser a única forma de “gerar empregos” e de reduzir as desigualdades sociais em regiões e países periféricos<sup>91</sup>. Certamente,

---

<sup>90</sup> Para Santos (2005a, p. 67-68), “a política, por definição, é sempre ampla e supõe uma visão de conjunto. Ela apenas se realiza quando existe a consideração de todos e de tudo. Quem não tem visão de conjunto não chega a ser político. [...] a política tem de cuidar do conjunto de realidade e do conjunto de relações. [...] Nas condições atuais, e de um modo geral, estamos assistindo à não-política, isto é, à política feita pelas empresas, sobretudo as maiores. [...] mediante o discurso oficial, tais empresas são apresentadas como salvadoras dos lugares e são apontadas como credoras de reconhecimento pelos seus aportes de empregos e modernidade”.

<sup>91</sup> A questão de associar desenvolvimento econômico com criação de empregos vem de um estudo conduzido, em 1951, pelo Departamento de Assuntos Econômicos da Organização das Nações Unidas (ONU). O relatório denominado de *Measures for the economic development of underdeveloped countries*, menciona o “desemprego disfarçado” como causa do subdesenvolvimento. Neste sentido, era preciso “deslocar para ocupações socialmente rentáveis pessoas que na verdade simulam produzir [...] E o desabrochar desse embrião (abortado ou

o caminho para a superação das desigualdades requer uma política de desenvolvimento que conduza ao bem estar geral e não apenas o fornecimento de empregos pagos com baixos salários<sup>92</sup>. E esta é uma das mais perversas idéias normatizando a psicosfera social e que tem levado à incrível mudança de foco de qualquer movimento de organização dos trabalhadores que, ao invés de lutarem para aumento dos seus salários – lutam para que o sistema tenha sucesso, garanta ao menos seu emprego e até para que, no mercado de capitais, as ações dos fundos de pensão se valorizem.

Neste sentido, nunca foi tão importante que o Estado volte a tomar rédeas da política no delineamento de um sistema econômico nacional. Para Furtado (1992, p. 30), “um sistema econômico nacional não é outra coisa senão a prevalência de critérios políticos que permitem superar a rigidez da lógica econômica na busca do bem estar coletivo”. A subordinação do Estado às políticas de ajuste neoliberais tem deixado a lógica econômica conduzir as políticas nacionais de desenvolvimento. O Estado transformou-se em aparelho técnico-administrativo das atividades comandadas, agora, por classes dominantes em escala mundial, para as quais os governantes locais se revelam simples funcionários (IANNI, 2000).

Assim é que, fundada em uma política de mão única, as políticas de Estado acabam, sim, por instrumentalizar o território, acudir os empreendimentos em crise etc., mas não eliminam a desigualdade social.

---

inibido em ambiente hostil) pode ser acelerado por medidas legais e administrativas” (MORAES, 2006, p. 68-69).

<sup>92</sup> A questão salarial como uma relação social de subordinação e de privação da posse, bem como o início e toda a trajetória da sociedade salarial é discutido por Robert Castel (1998, cap. VII).

### 4.3 – Da ordem global à desordem regional

Neste mundo globalizado, a competitividade, o consumo, a confusão dos espíritos constituem baluartes do presente estado de coisas. A competitividade comanda nossas formas de ação. O consumo comanda nossa forma de inação. E a confusão dos espíritos impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmo (SANTOS, 2005a, p. 46).

Diferentemente de outros períodos da nossa história<sup>93</sup>, o fantástico desenvolvimento do fenômeno técnico, alcançado no século XX, possibilitou chegarmos ao momento em que o “sistema técnico se torna comum a todas as civilizações, todas as culturas, todos os sistemas políticos, todos os continentes e lugares” (SANTOS, 2006, p. 192), ao que também podemos chamar de momento auge da internacionalização da economia – ou globalização.

Chegamos a um momento em que “a unicidade da técnica”, principalmente a técnica da informação permite a comunicação entre as diversas técnicas antes isoladas, o que assegura a simultaneidade das ações; “a convergência dos momentos”, possibilita acessarmos (via também os sistemas informacionais) todos os lugares a todo o momento; “a cognoscibilidade do planeta” possibilitando o conhecimento do planeta em todas as suas dimensões e particularidades; e “a existência de um motor único na história” possibilita a realização da mais valia em escala mundial (SANTOS, 2005a, p 23 a 33).

Então chegamos a essa idéia de mundo-mundo, de uma verdadeira globalização da Terra, exatamente a partir dessa comunidade mundial, impossível sem a mencionada unicidade das técnicas, que levou a unificação do espaço em termos globais e à unificação do tempo em termos globais. O espaço é tornado único, à medida que os lugares se globalizam. Cada lugar, não importa onde se encontre, revela o mundo (no que ele é, mas também naquilo que ele não é) já que todos os lugares são suscetíveis de intercomunicação (SANTOS, 1994, p. 43).

---

<sup>93</sup> Milton Santos (2006, p. 233-241) concebe a história do meio geográfico em 3 períodos distintos de estruturação espacial no desenvolvimento da humanidade: o meio natural – quando a natureza e sua dádiva são a base material da existência dos grupos; o meio técnico – quando surge a mecanização que triunfa sobre a natureza, e assim, ocorre a diferenciação dos espaços, das regiões, dos países; o meio técnico-científico-informacional – um terceiro período, que se inicia após a segunda guerra mundial, quando a ciência e a técnica interagem, principalmente com o advento da fluidez das estruturas de comunicação. Todo o entendimento da estrutura do mundo no período atual deve ser realizado sob a ótica de um novo período, em que o espaço se torna mais fluído e aproxima os lugares virtualmente.

Este momento da globalização constitui-se pelas possibilidades de união de forças conjugadas, que ao mesmo tempo tornaram-se uma tendência dominante, impondo uma dinâmica diferenciada das relações entre lugares, em que as tecnologias mudaram radicalmente, não só a dimensão temporal, mas também a dimensão espacial da reprodução do capital. “A globalização pode ser entendida como um período histórico no qual a ciência, a técnica e a informação vêm comandar a produção e o uso dos objetos, ao mesmo tempo que impregnam as ações e determinam as normas” (SILVEIRA, 2003, p. 408).

Para Kahil (1997, p. 57), os espaços da globalização se constituem em “espaços onde o evento, como momento que unifica sistemas de objetos e sistemas de ações ao processo atual de modernização, chega como vetor hegemônico que, no momento do impacto, no momento mesmo do encontro com as determinantes históricas do lugar, assimila e impõe mudanças de direção e governa o lugar”.

É assim que os lugares, neste novo período, se tornam condição e suporte, cada vez mais, das relações globais e se transformam quanto à forma e conteúdo. Sempre são a promessa de um novo acontecer, de um novo período de crescimento econômico para aumentar a riqueza e o bem estar da população. No período atual, tudo leva à crença de que os países serão salvos pela instalação mais rápida possível das empresas de porte gigantesco em todos os setores. Mas, conforme Santos (2005a, p. 64-65) nos alerta:

A globalização marca um momento de ruptura nesse processo de evolução social e moral que se vinha fazendo nos séculos precedentes. É irônico recordar que o progresso técnico aparecia, desde os séculos anteriores, como uma condição para realizar essa sonhada globalização com a mais completa humanização da vida do planeta. Finalmente, quando esse progresso técnico alcança um nível superior, a globalização se realiza, mas não a serviço da humanidade.

As inovações tecnológicas do atual período não alcançam, no entanto, todos os lugares e nem estão à disposição para serem usados universalmente. Ao contrário, a instalação dos novos meios técnicos e o uso destes meios são seletivos e servem aos agentes hegemônicos da economia e da política mundial<sup>94</sup>. Assim é que se impõe também uma nova

---

<sup>94</sup> Para Dowbor (1998, p. 31-32), atuam no mercado global com extrema liberdade cerca de 500 a 600 grandes empresas transnacionais que comandam 25 % das atividades econômicas mundiais, e controlam cerca de 80 a 90 % das inovações tecnológicas. Estas empresas pertencem aos Estados Unidos, Japão, Alemanha, Grã-Bretanha e poucos mais, e constituem um poderoso instrumento de comando e elitização da economia mundial. Para este tema ver também Chesnais (1996, cap. 4, 5, 6, 7 e 8).

divisão social e territorial do trabalho para atender aos interesses “dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política” (SANTOS, 2006, p. 239).

A dinâmica que impõe a nova divisão do trabalho, na economia de cada país, depende das relações estabelecidas entre as influências externas e a estrutura interna de cada formação territorial.

Para os países subdesenvolvidos, o resultado é claro: produção sem relação com as necessidades reais; exportações e importações nocivas à economia nacional; superutilização dos recursos sociais em homens e matérias-primas, em benefício das grandes firmas mundiais; subutilização da força de trabalho e dos recursos efetivamente indispensáveis à sobrevivência. No plano do Estado, endividamento crescente, distorção na destinação dos recursos, proteção, tornada indispensável às atividades que sustentam o “crescimento” e o comércio exterior, com o conseqüente empobrecimento do Estado. No plano social, agravamento do não emprego, da pobreza, das condições de *habitat*, educação, saúde e alimentação. Empobrecimento relativo e absoluto (SANTOS, 2004, p. 20).

Nos países subdesenvolvidos, o novo modo de desenvolvimento do capitalismo - que têm como objetivo diminuir custos de produção e elevar a taxa de lucro das grandes firmas - é introduzido primeiramente como uma ideologia<sup>95</sup>, como um projeto moderno em que está fortemente contemplada a perspectiva e pretensão do crescimento econômico, tão necessário ao lugar.

A ideologia do crescimento, no nível da nação e do Estado, e a ideologia do consumo, no nível dos indivíduos, são o motor da introdução de novas formas de produção. [...] as transformações econômicas podem ser obtidas, a princípio, a partir de manipulações ideológicas, antes mesmo que a presença mais maciça do capital de produção ou do capital comercial seja necessária (SANTOS, 2004, p. 21-22).

A dinâmica do território brasileiro, neste período de globalização, está subordinada às ordens da economia das grandes corporações e instituições mundiais, criando uma interdependência do processo produtivo à economia mundial, que tende a criar novas classes entre países e entre as regiões de um país. Esta nova dinâmica tira a autonomia política dos lugares, a qual fica subordinada aos ditames econômicos mundiais.

---

<sup>95</sup> O termo se refere a um processo de racionalização dos interesses de uma classe dominante como se fosse o interesse de toda a sociedade, permitindo com isso evitar os conflitos e exercer a dominação. Para Santos (2006, p. 126) a partir do fim do século XX, a ideologia “que é, ao mesmo tempo, um dado da essência e um dado da existência” está em toda parte, na estrutura do mundo e também nas coisas, toma um caráter de símbolos que são criados para fazer parte da vida real, tomando a forma de objetos e se constitui num fator da história presente.

Assim, na Venezuela de Chaves, na Argentina de Kirchner ou no Brasil de Lula não são, como nos fazem crer, as crises econômicas que desestabilizam e põem em risco a integridade social e territorial, mas a força econômica conjugada à novas estratégias de uso dos territórios nacionais que se sustentam num verdadeiro rearranjo das estruturas de poder no interior da própria classe empresarial (KAHIL, 2005, p. 7199).

As forças econômicas hegemônicas podem obter consentimento para o uso do território por meios ideológicos, mas também podem fazê-lo removendo as barreiras das limitações jurídicas ou alterando-as de maneira que sejam favoráveis à “construção”, dos novos espaços de reprodução do capital. Para Cataia (2001), tanto as manipulações ideológicas, como a remoção das barreiras jurídicas são facilitadas quando as grandes corporações se beneficiam das técnicas e dos instrumentos mundiais de comunicações. Além de seu uso privilegiado, existe a facilidade de comunicação entre os agentes que compõem a rede informacional.

A partir do momento que as corporações adquiriram as facilidades de comunicação em rede, a linguagem pode ser distorcida de sua forma comunicativa original pelos interesses das corporações e, quando a comunicação é sistematicamente distorcida, ela tende a apresentar a aparência de normatividade. Assim, uma rede informacional, sob o domínio das grandes corporações, coopta o apoio das políticas dos Estados e esvazia parcialmente o espaço formal de poder das políticas nacionais sobre a base técnica e também sobre sua base não material do território, o que reforça e permite o uso corporativo do território (CATAIA, 2001).

Se, por um lado, as mudanças das formas e das normas territoriais podem ser compreendidas e analisadas no contexto da globalização, em que “as normas de mercado tendem a configurar as normas públicas” (SANTOS, 2006, p. 252), por outro, sendo a região uma construção histórica modelada pelos agentes de maior influência – a elite econômico-administrativa – é incontestável o papel do discurso ideológico, tanto na definição das políticas regionais, como na projeção de sua imagem como um “novo” lugar vantajoso para o capital.

A idéia de história, sentido, destino é amesquinhada em nome da obtenção de metas estatísticas, cuja única preocupação é o conformismo frente às determinações do processo atual de globalização. Daí a produção sem contrapartida de desequilíbrios e distorções estruturais, acarretando mais fragmentação e desigualdades, tanto mais graves quanto mais abertos e obedientes se mostrem os países (SANTOS, 2005a, p. 155).

Das normatizações ao discurso ideológico hegemônico, constitui-se uma psicosfera que se afirma no respaldo mútuo entre órgãos governamentais (nacionais e supra-nacionais) e

as empresas e antecede a chegada das normas e das formas sobre as relações das vidas dos lugares. Este convencimento assume, muitas vezes, a função anteriormente realizada pela expropriação e pela coerção física, mas tudo é democraticamente justificado por uma “democracia de mercado”, de que fala Santos (2006a), e não por uma democracia, fundada em debate público, pensamento universal, projetos políticos.

O discurso hegemônico do pensamento único, que parece central à própria idéia de democracia de mercado, na verdade é uma forma de totalitarismo que encobre “relações econômicas implacáveis e exige obediência imediata, sem a qual os atores são expulsos da cena ou permanecem escravos de uma lógica indispensável ao funcionamento do sistema como um todo” (SANTOS, 2005a, p. 45).

Assim, a partir de um sistema de idéias, que divulga a ideologia de que “o mundo é global”, criou-se outra ideologia de que os lugares, que antes não foram “contemplados” pelo Estado, o qual era o principal articulador das políticas de desenvolvimento econômico, através de mecanismos diretos e indiretos de distribuição de recursos e de cooptação social, agora podem ser “contemplados” com a transferência das responsabilidades sociais e econômicas para o setor privado.

#### **4.3.1 – Refuncionalização dos lugares: o discurso do desenvolvimento na constituição de uma psicosfera e os novos arranjos locais para uso corporativo do território**

No decorrer da história das civilizações, as regiões foram configurando-se por meio de processos orgânicos, expresso através da territorialidade absoluta de um grupo, onde prevaleciam suas características de identidade, exclusividade e limites, devidas à única presença desse grupo, sem outra mediação. [...] Podemos dizer que, então, a solidariedade característica da região ocorria, quase que exclusivamente, em função dos arranjos locais. Mas a velocidade das transformações mundiais deste século, aceleradas vertiginosamente no pós-guerra, fizeram com que a configuração regional do passado desmoronasse (SANTOS, 2006, p. 246).

As subseqüentes transformações que ocorreram, na órbita financeira, política e produtiva, nos anos 1970/80, acabaram por modificar os mecanismos que viabilizaram o projeto de desenvolvimento brasileiro. Neste período, seguiram-se as políticas de ajustes econômicos internos, com a elaboração de consecutivos planos econômicos, sempre de acordo

com as premissas da política neoliberal. Mas, é a partir dos anos 1990, (período do governo Collor, 1990 a 1992)<sup>96</sup>, que se iniciou com grande impulso, a liberalização da economia brasileira. Liberalização esta que já vinha sendo adotada, ainda que de forma incipiente, pelos governos militares dos anos 1964/85<sup>97</sup>.

Podemos mesmo afirmar que o período de crise se prolonga e se aprofunda, também para a região de Ilhéus, a partir da conjugação das normas Constitucionais da Carta Federal de 1988 e da adoção consensual das idéias neoliberais. Todo o território se refuncionaliza a partir de então e se torna referência, ou recurso para uso privilegiado das atividades econômicas mundiais.

Conjugando as normas rígidas do consenso econômico e impondo políticas de contenção fiscal, as normas de descentralização política da Constituição Federal de 1988 aprofundam as desigualdades regionais, desencadeando uma verdadeira “crise do pacto federativo” (CATAIA, 2001, p. 156). O postulado central da “crise do pacto federativo” está na descentralização fiscal e política, ocorrida a partir dos anos 1970<sup>98</sup> e consolidada na Constituinte de 1988. A Constituição estabeleceu a descentralização da política fiscal, atribuindo poderes aos municípios, o que modificou a sua posição de subordinação em relação à Federação<sup>99</sup>.

---

<sup>96</sup> O governo Collor foi impedido de levar adiante seu plano liberal pelo *impeachment*. Mas, a liberalização da economia nacional foi executada à risca pelos próximos governos, principalmente na dupla gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995/98 e 1999/2002).

<sup>97</sup> O processo de liberalização da economia brasileira, que mais tarde culminou nas privatizações, iniciou-se no ano de 1974, quando o ex-Ministro da Fazenda Eugênio Gudin, um conhecido liberal, foi escolhido como “Homem do Ano” pela revista *Visão*, uma publicação muito influente na época (Lamounier; Moura, 1983). Na ocasião, Gudin observou: “vivemos, em princípio, num sistema capitalista. Mas o capitalismo brasileiro é mais controlado pelo Estado do que o de qualquer outro país, com exceção dos regimes comunistas”. Depois deste discurso, O Estado de São Paulo, um dos mais importantes jornais do Brasil, publicou uma série de 11 artigos sobre ‘O Caminho para a Estatização’. A comunidade empresarial organizou, então, diversos protestos públicos, que ficaram conhecidos como “Campanha contra a Estatização” (PINHEIRO; GIAMBIAGI, 2000, p. 16 - 17).

<sup>98</sup> Cataia (2001, p. 128), analisando os dados de Dória (1992), mostra que no período do regime militar foi promovida uma reforma tributária altamente centralizadora, elevando a receita de impostos do governo federal de 18,4 % do PIB em 1963, para 26,3 % em 1968. Aos municípios restaram dois impostos: o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e ISS (Imposto Sobre Serviços), os quais mesmo assim tiveram suas importâncias de arrecadação reduzidas, a ponto de em 1980, os municípios brasileiros receberem apenas 1,2 % das receitas públicas. Esta centralização do poder pelos militares foi de fundamental importância para evitar a oposição política, pois não havendo eleições no âmbito federal e estadual, estava dado o controle político às únicas unidades político-administrativas que tinham seus governantes eleitos (p. 130).

<sup>99</sup> “O termo federação relaciona-se com a “união”, “pacto”, articulação das partes (entre estados e municípios e destes entre si) com o todo (União) através do governo federal. Nos EUA, país onde nasceu o federalismo, as ex-colônias, tornadas Estados de numa Confederação, uniram-se para formar uma federação. No Brasil, a federação foi montada pelo governo central, isto é, o governo central precedeu as esferas subnacionais e o que hoje chama-se de *estados* nunca foram Estados; na verdade foi simplesmente uma mudança de nome, de província passaram a se chamar, a partir de 1891, estados” (CATAIA, 2001, p. 156, grifo do autor).

Com a diminuição da capacidade financeira da união de se articular com as esferas subnacionais, há uma diminuição súbita de eficiência do planejamento econômico nacional, “fazendo com que a opção de integração nacional cedesse lugar às integrações do subnacional com o exterior, com todos os riscos de acionarmos forças centrífugas em oposição às antigas forças centrípetas de articulação nacional” (CATAIA, 2001, p. 156 – 157).

Antes da promulgação das normas de descentralização da política fiscal, a disputa por recursos, para atender as demandas econômicas e sociais, era atribuição dos municípios e dos estados requererem tais recursos da União. Atualmente, a disputa por recursos se dá numa disputa entre os municípios e entre os Estados. Com a descentralização administrativa promovida pela Constituição de 1988, atribui-se “autonomia”, aos municípios e aos Estados, para que elaborem suas próprias leis de condução do desenvolvimento territorial e social<sup>100</sup>, o que resultou, também, em perda da capacidade e poder de regulação do governo central sobre os entes subnacionais da federação.

Além desses motivos – que caracterizam uma *normatização do território* – a abertura do território brasileiro a economia internacional jogou um papel de destaque. Ao enfraquecimento do Estado Nacional frente a uma economia globalizada invasora correspondeu uma nova forma de organização do território por parte dos governos locais, tentando preencher uma lacuna de poder deixada pelo governo federal (CATAIA, 2001, p. 160, grifos do autor).

Com a “crise socioterritorial” (CATAIA, 2001, p. 161), todos os problemas sociais e territoriais passam a ser vistos, pela elite econômica e política, pela ótica da economia e do curto prazo. Os projetos de desenvolvimento nacional perderam força, deixando os lugares, as regiões à deriva dos vetores externos, normas, políticas e capitais que os governos locais tomam como novas alternativas econômicas para compensar as perdas das receitas tributárias. Esta busca de alternativas forçou a concorrência e a competitividade entre os lugares, transformando a “guerra fiscal” em guerra “entre os lugares”. Uma guerra, no sentido literal, que passou a ser travada entre Estados e municípios para a atração de novos empreendimentos.

---

<sup>100</sup> A possibilidade dos municípios criarem suas próprias leis está amparada pela Constituição Federal, conforme o previsto no Artigo 21, Inciso IX; no Artigo 43, Inciso IV e no Artigo 48, os quais autorizam os municípios a criarem suas normas de: igualdade de tarifas, fretes e seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do poder público; linhas de crédito especiais para o financiamento das atividades prioritárias; subsídios, remissões, isenções reduções, deferimento temporário de tributos federais, devidos por pessoas físicas ou jurídicas, ou outros incentivos fiscais concedidos para o fomento de atividades produtivas e outros benefícios com tratamento fiscal diferenciado.

A guerra fiscal é, na verdade, uma guerra global entre lugares. Por isso, as maiores empresas elegem, em cada país, os pontos de seu interesse, exigindo, para que funcionem ainda melhor, o equipamento local e regional adequado e o aperfeiçoamento de suas ligações mediante elos materiais e informacionais modernos. Isso quanto às condições técnicas. Mas é necessária também uma adaptação política, mediante a adoção de normas e aportes financeiros, fiscais, trabalhistas etc. É a partir dessas alavancas que os lugares lutam entre si para atrair novos investimentos, os quais, entretanto, obedecem a lógicas globais que impõem aos lugares e países uma nova medida do valor, planetária e implacável. Tal uso preferencial do território por empresas globais acaba desvalorizando não apenas as áreas que ficam fora do processo, mas também as demais empresas, excluídas das mesmas preferências (SANTOS, 2002, p. 88).

A guerra entre lugares se acirra, então, a partir da descentralização do poder e das garantias de receitas aos territórios municipais através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Os gestores públicos ficam à vontade para produzir suas próprias leis e conduzir seus planos de desenvolvimento econômico e social, pois o critério para o repasse dos recursos é realizado pelo número de habitantes e não pelo que arrecadam ao governo federal. É assim que, com a crise do pacto federativo, ocorreu uma “entrega do território a economia, ou seja, os lugares estão entregues a uma lógica econômica que foge ao seu controle e que não responde pelos seus anseios” (CATAIA, 2001, p. 169).

Subsistema do mesmo processo de formação do território brasileiro, a região “é, ao mesmo tempo, receptáculo de eventos do mundo e produtora, também a partir do que já existe, da história concreta” (SILVEIRA, 2003, p. 410). Se a Região Cacaueira do Sul da Bahia anteriormente participava da formação socioespacial brasileira, possibilitando já um uso seletivo do território, com as sucessivas crises do cacau, não só a economia, mas toda a infra-estrutura que servia a essa produção acaba por se refuncionalizar.

Assim, da conjugação entre a crise da atividade cacaueira e “crise do pacto federativo”, criou-se no cotidiano regional, uma psicoesfera, um “reino das idéias, crenças, paixões e lugar de produção de um sentido” (SANTOS, 2006, p. 256), que preparou a sociedade para aceitar, como se fossem novas, as mesmas concepções políticas e econômicas que historicamente vem expropriando, explorando e subordinando a classe trabalhadora. Subsumidas aos propósitos do capitalismo globalitário, as contradições se instalam e as crises se reproduzem sucessivamente. “Um incessante processo de entropia desfaz e refaz contornos e conteúdos dos subespaços, a partir das forças dominantes, impondo novos mapas ao mesmo território” (SANTOS, 2006, p. 285).

Assim é que, nas edições dos jornais de Ilhéus, pudemos levantar quão constante é o uso do termo “crise do cacau”, o que nos parece difundir propositalmente o ideário de convencimento, para justificar ideologicamente, de modo funcional, os investimentos em novos sistemas de objetos e ações ou exigir a própria refuncionalização dos já existentes no lugar (Quadro 6).

Quadro 6 – A crise do cacau no Sul da Bahia e a viabilização de novos empreendimentos econômicos. Notícias extraídas do jornal de Ilhéus: Diário da Tarde no ano de 1995/96

<b>INFORMÁTICA</b>
[...] as ações objetivando encontrar <u>caminhos para a saída da crise</u> não param por aí. Em 16 de maio passado o governador Paulo Souto, assinou vários documentos que vão beneficiar a indústria, autorizando a implantação da empresa Bahia Tecnologia (BAHIATEC) no Distrito Industrial local, dando início, dessa forma, à instalação de um pólo de informática que agregará empresas de eletrônica, telecomunicação e informática. [...] (ed. 17.233, p. 01, 28/06/1995).
<b>A INDÚSTRIA DO TURISMO E O PRÓXIMO MILÊNIO</b>
[...] Quando começará verdadeiramente a entender o empresariado local e o governo que o turismo é uma arma poderosa para criar prosperidade? [...] <u>Se a economia local e regional encontra-se em frangalhos</u> , mais do que nunca é imperativo que se vá buscar os meios de realizar em outras plagas. Cabe, pois ao poder público buscar parcerias, atrair investimentos externos, incentivando-os.[...] (ed. 17.240, p. 02, 09/06/95).
<b>ILHÉUS QUER TRAÇAR ESTRATÉGIA INTEGRADA</b>
<u>Em virtude das dificuldades enfrentadas pelo município</u> , o presidente da ILHEUSTUR – Empresa Municipal de Turismo, Joyara Sampaio anunciou que vai promover uma reunião com os vários segmentos da comunidade, ainda este mês, para traçar uma estratégia conjunta que visa promover o turismo. [...]
<b>ENCONTRO DISCUTE OPÇÕES ECONÔMICAS PARA A REGIÃO</b>
O encontro técnico para discutir as opções econômicas para a região de Ilhéus termina hoje [...] “Conseguimos atingir nosso objetivo atraindo a atenção da região e do Brasil para mostrarmos de forma concreta <u>que temos condição de sobreviver a crise do cacau</u> ”. Destacou a amplitude da agenda dos debates que inclui uma avaliação sobre a questão da vassoura de bruxa [...] (ed. 17.325, p. 01 10/11/95).
<b>AGROPECUÁRIA E TURISMO SÃO AS NOVAS OPÇÕES PARA A REGIÃO CACAUEIRA</b>
O crescimento da economia da Região Cacaueira passa pela diversificação de sua cultura, alternativa em que o governo do estado começa a investir com prioridade, desenvolvendo uma serie de ações para incrementar a agropecuária, a fruticultura, a pesca e sobretudo o turismo, onde há um grande potencial a ser explorado. [...] Em entrevista ao programa Vily Modesto, o governador Paulo Souto anunciou diversas obras para a região: “as obras ajudam, é verdade, elas levam o desenvolvimento e nova infra-estrutura, mas o problema que nós temos é de natureza econômica, que já está sendo resolvido e cujos resultados virão a médio prazo. Ainda teremos um certo tempo <u>para vencer essa crise na região do cacau</u> , mas tenho certeza que vamos conseguir”. [...] (ed. 17.335, p. 03, 26/11/95).
<b>IV FEIRA DE MODA E TURISMO SERÁ INAUGURADA ESTE MÊS</b>
[...] Segundo o presidente da AICAI, Eriton Rios, “ <u>a crise econômica regional</u> obrigará os expositores da feira a capricharem na confecção de seus produtos, tentando atrair a atenção do maior número de consumidores”. [...] (ed. 17.381, p. 001, 07/01/1996).
<b>NOVOS INVESTIMENTOS IMPULSIONAM O TURISMO</b>
Enquanto os pessimistas sentam e lastimam da <u>grave crise econômica que se instalou na região</u> , os mais otimistas preferem arregaçar as mangas e buscam alternativas para o soerguimento da economia regional [...] (ed. Especial, p. 02, 28/06/1996).
<b>PESQUISA DIZ QUE O TURISMO CRESCEU 16 % NO SUL DA BAHIA</b>
Somente a organização do empresariado em torno de objetivos comuns, aliado a política governamental definida e a segmentação da atividade turística, principalmente do setor de congressos e eventos, pode alavancar o desenvolvimento do turismo no Sul da Bahia.[...] Conforme dado da BAHIATURSA, o turismo cresceu 16 % em volume de receitas no ano passado nos principais pólos do interior baiano [...] (ed. 17.269, p. 001, 20/08/1995).

Fonte: jornal Diário da Tarde, Ilhéus-BA, (1995/96). Elaboração: Jorge Chiapetti.

A situação de crise regional é tomada para justificar, ideologicamente, os novos projetos de rearranjo e uso do território pela classe capitalista. Mais que subordinada, a sociedade se vê subsumida pelas promessas de crescimento econômico, agora promessa fundada nas necessidades de maior fluidez e competitividade. Ou seja, o fundamento ideológico das classes hegemônicas nem sequer escondem mais seus interesses privativos no uso privilegiado e seletivo da coisa pública, do território. Se de um lado os interesses da oligarquia capitalista quer nacional, quer internacional são capazes de regular as expectativas e disposições sociais, do outro lado o Estado, no mais das vezes cooptado também pelas idéias neoliberais que aparecem como única saída das situações de crise, adota políticas, medidas técnicas que, afinal, só resultam em benefício e poder da mesma classe capitalista.

O fato dos seus próprios interesses serem quase sempre bem atendidos por uma tal política apenas oferece mais uma ilustração da verdade do fato de que as classes conseguem se aproveitar, desproporcionalmente, daqueles mesmos serviços que parecem prestar à comunidade como um todo (POLANYI, 2000, p. 221).

As populações ficam de fora, condenadas a assistir a esses processos. Não são consideradas parte do país em movimento. No limite, a própria idéia de população é eliminada. Toda a discussão se resume ao déficit público e às demais categorias relacionadas a um equilíbrio macroeconômico que depende daqueles agentes que operam de forma desterritorializada. O resultado é uma desordem social crescente. O discurso da nossa incorporação à globalização serve para mascarar isso. Santos (1998a, p. 91-92),

O processo de refuncionalização do lugar é um elemento privilegiado da análise geográfica, pois retrata os conflitos sociais na instalação das novas atividades. A refuncionalização do lugar para poucos significa a desordem para muitos. Então, os interesses de alguns são anunciados, ao mesmo tempo como interesse de todos – uma situação de anomia em que todas as crises, a crise de legitimidade, a crise urbana, a crise de segurança, a crise do cacau, todas se resolverão quando, nos lugares, se instalarem sistemas técnicos e normativos favoráveis ao crescimento econômico.

Esta psicoesfera que acompanha as propostas tecno-regulatórias das ações do mercado é uma normatividade contrária à autonomia da vida política nos lugares. Assim é que, o que parece bom para o capitalista, aparece como única saída para a sociedade e o Estado – os negócios capitalistas aparecem como um bom negócio para todos (Figura 9).

Figura 9 – Cartaz de divulgação do 3º Fórum de Turismo da Costa do Cacau. Ilhéus-BA, dez. 2007



Foto: CHAPETTI, J.

Desde 1990, a prática política e administrativa de oferecer incentivos, subsídios e isenções fiscais, pelo Estado e municípios, tem atraído para a Região Sul da Bahia grandes empresas do setor de calçados, vestuários, eletroeletrônicos e turismo.

Em Itabuna, as novas indústrias do setor de calçados e vestuários, implantadas no final da década de 1990, são de capital internacional como: Têxtil Ltda., Tri Fil Indústria de Calçados Itabuna, Kildare, Cambuci S/A e Penalty (Oliveira, 2001), entre outras que compõem o circuito espacial produtivo destas empresas manufatureiras cujos comandos, muitas vezes, estão também no exterior.

Em Ilhéus, a política de incentivos fiscais viabilizou a criação de um Pólo de Informática, Eletroeletrônicos e Telecomunicações<sup>101</sup> a partir de 1995. Em 2003, o pólo contava com 67 empresas ativas e um faturamento bruto de R\$ 916 milhões, gerando cerca de 1.400 empregos diretos em suas linhas de montagem (BAHIAINVEST, 2007a). Quanto à origem das empresas, Oliveira (2001, p. 74) afirma que “a maioria dos investimentos ligados ao setor de informática é exógeno, cujas sedes estão localizadas em regiões distantes, como no exterior ou em outras cidades nacionais, como São Paulo e Brasília”.

Como parte do processo de integração e cooperação entre a ciência e a técnica, e destas com as empresas do Pólo de Informática e, também, como uma tentativa de manter as

<sup>101</sup> A implantação do Pólo de Informática se deu através de um Decreto Estadual nº 4.316, de 19 de junho de 1995, criou a lei estadual de incentivos às indústrias de Informática, Eletroeletrônica e Telecomunicações. Incentivos estes válidos até o final de 2003 e posteriormente prorrogados até 2009. As empresas receberam também incentivos fiscais federais, concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

empresas após o fim dos incentivos fiscais, foi criado, em 2001, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Informática e Eletro-eletrônica de Ilhéus (CEPEDI) uma associação civil sem fins lucrativos, gerenciado pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), com o objetivo de realizar pesquisas, desenvolver projetos, sistemas e produtos, oferecer treinamento e consultoria em Tecnologia da Informação, visando ao desenvolvimento e à inovação no setor, sob os incentivos fiscais da Lei de Informática.

No entanto, a criação do CEPEDI não tem representado uma mudança no processo de permanência das empresas no Pólo de Informática de Ilhéus. Como as empresas do pólo basicamente trabalham como linhas de montagem de produtos eletrônicos e não de desenvolvimento de produtos, mesmo o CEPEDI tendo já desenvolvido projetos de pesquisa e desenvolvimento, através dos recursos que a lei de informática obriga as empresas destinarem para esse fim, observa-se uma dificuldade na captação destes recursos junto às empresas, pois as mesmas preferem aplicar os recursos, que são obrigados por força da lei, nos locais sede das matrizes ou em entidades de sua preferência, como as universidades particulares do Centro-Sul.

Em março de 2008, de acordo com a Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC), o Pólo contava com 58 empresas ativas, gerando 1.983 empregos na montagem de 66.000 computadores e outros equipamentos eletrônicos por mês. Entretanto, desde a sua implementação, existe uma grande rotatividade de abertura e fechamento de empresas o que indica uma fragilidade do Pólo, que pode ser justificada pela “guerra fiscal” entre os Estados, pelo próprio comportamento do mercado de eletroeletrônicos e pela política econômica do país, principalmente na condução de sua política macroeconômica que interferem nas importações dos produtos de informática<sup>102</sup>.

Se a normatização conseguiu viabilizar a implantação do Pólo de Informática, ainda fazem parte da pauta de reivindicações das empresas e dos trabalhadores do distrito industrial onde está instalada a maioria das empresas que compõe o Pólo de Informática, os serviços fundamentais como segurança, iluminação pública, transportes, sistema aduaneiro, enfim, vários serviços públicos fundamentais a consolidação e funcionamento do pólo.

---

<sup>102</sup> Algumas empresas instaladas no pólo de informática em Ilhéus são apenas empresas de fachada. Possuem uma sede apenas para emitir notas fiscais para se beneficiar da lei de incentivo fiscal. A mercadoria importada apenas faz uma parada estratégica no município e segue em direção as matrizes das empresas, localizadas nos principais centros consumidores do país. Esta prática é possível pela facilidade de cumprir a lei que concede os incentivos fiscais, pois ela tem como pressuposto básico a geração de empregos, mas sem especificar a quantidade.

Muito ao contrário do Pólo de Informática, que foi criado através de uma normatização, para o sistema de atividade turística, os atrativos “sol e praia” sempre constituíram uma alternativa naturalmente vantajosa. Mas, um novo re-ordenamento da atividade começou a ser planejada pelo Estado, na década de 1990, através do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE. Este Programa, da mesma forma que o Pólo de Informática, surge para Ilhéus e região sob a ideologia de superação da história recente de crise regional e faz mais uma vez a sociedade acreditar que os novos investimentos proporcionariam no território Sul baiano, um novo período de crescimento econômico.

O PRODETUR foi criado em 1992 com o objetivo de implantar infra-estrutura de suporte para incentivar os investimentos da iniciativa privada nos negócios do turismo. O programa surgiu como uma atividade de planejamento conjunta entre o governo federal e estaduais, para as cinco regiões brasileiras: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. O Plano possui três linhas de ação: desenvolvimento institucional, obras múltiplas em infra-estrutura básica e melhoramento de aeroportos (SILVA, 2004). Para o Nordeste, o PRODETUR tem financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que repassa os recursos para o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

O Estado, então, através de programas de gestão e reestruturação econômica, viabilizou o território através da normatização e instrumentalização de novos espaços turísticos, principalmente para atrair grandes grupos de investidores. Basicamente, o Programa orientou os investimentos públicos em infra-estrutura (asfaltamento de rodovias, aeroportos e saneamento básico) e disponibilizou financiamentos para as empresas.

Para Rodrigues (2006), esta é uma forma de implantação do turismo como atividade monopolista, o qual não requer apenas inversão direta de capitais, mas de benefícios outorgados pelo Estado. Assim, a grande empresa “obtem grandes facilidades para a viabilização de seus equipamentos, tais como *resorts*, grandes hotéis, parques temáticos, aeroportos, marinas, etc.” (p. 306), sem investir em infra-estruturas básicas, apenas motivados pela valorização dos atrativos tropicais “sol e praia”. A autora segue afirmando que o Programa PRODETUR/NE está transformando o território em “novas territorialidades que se expressam na paisagem através de formas estandarizadas, atribuindo-se ocasionalmente ao Nordeste o *slogan* de ‘Caribe brasileiro’” (p. 307, grifos da autora).

Mas, se o projeto de reorganização da economia regional pode ser justificado e vinculado a uma paisagem favorável, como as praias, o sol e, especificamente no Sul da

Bahia, as matas, ele não é capaz de promover vínculos sociais fortes, ao contrário, tais projetos têm conduzido a uma degradação dos vínculos de solidariedade, fragmentando o território, os lugares, ali onde se instalam. Ou seja, esses vetores (planos, programas, normas, negócios etc.) têm efeito entrópico, responsável mesmo por toda desordem que assistem a sociedade e o território, hoje. “Essa entrega do poder de regulação do território às grandes empresas permite, no entanto, que eventualmente se fale em crescimento do produto, inclusive do “produto regional”, o que não passa de má literatura” (SANTOS, 1998a, p. 92, grifos do autor). Além do mais, esse modelo de implantação do turismo está subordinado ao que Santos (2005a, p. 106) denomina de ações verticais, isto é, um sistema reticular de fluxos adequados às tarefas produtivas hegemônicas “exigentes de fluidez e sequioso de velocidade. São atores do tempo rápido, que plenamente participam do processo, enquanto os demais raramente tiram todo o proveito da fluidez”.

É assim que Ilhéus passa a ser alvo de uma nova solidariedade, a “solidariedade organizacional<sup>103</sup>” – vinculada mais as racionalidades de origem distantes, das imposições das grandes empresas e das instituições internacionais – que passam a comandar a dinâmica regional. “Daí a premência com que hoje mudam as condições materiais, organizacionais e normativas do território para adequar-se aos novos imperativos” (SILVEIRA, 2003, p. 412). Entre as mudanças, as normas constituem-se em elementos de maior conveniência para a produtividade das empresas, pois é mais rápido modificar o arranjo jurídico do que a materialidade na viabilização do território para o uso das empresas<sup>104</sup>.

Esta força das empresas e das instituições internacionais vem da sua aptidão de fazer política junto com o Estado, atribuindo ao mesmo uma idéia de fortalecimento. O problema se agrava no atual período em que, como afirma Arantes (2007, p. 174), vivemos um “capitalismo de compadres”, onde o homem de negócio e o político se confundem e o mundo privado dos negócios se torna o lugar de ação das elites políticas.

---

<sup>103</sup> Para Santos e Silveira (2005, p. 307), “a solidariedade organizacional supõe uma interdependência até certo ponto mecânica, produto de normas presididas por interesse de modo geral mercantis, mutáveis em função de fatores de mercado. Neste último caso, os “organizadores” prosperam à custa da solidariedade interna e, freqüentemente, também à custa da solidariedade no sentido ético. Em ambos os casos, a solidariedade organizacional é paralela à produção de uma racionalidade que não interessa à maior parte das empresas nem da população”.

<sup>104</sup> A viabilidade do território ocorre através da criação de vários arranjos jurídicos, como as zonas francas, os portos secos, os regimes automotivos especiais, os leilões dos pedaços do território para concessão dos serviços públicos privatizados e as reduções de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) na concessão de terrenos e créditos. Este processo foi denominado por Milton Santos de guerra dos lugares. “Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral) [...] Sem minimizar a importância das condições naturais, são as condições artificialmente criadas que sobressaem” (SANTOS, 2006, p. 247-248).

Se por um lado vários estudos mostram as transformações, no sentido de um novo acontecer, de um novo dinamismo econômico, a preocupação continua sendo com a inserção, mais uma vez, de Ilhéus e, da própria Região Cacaueira, num projeto dito de desenvolvimento, sem considerar a formação socioespacial e a configuração territorial do lugar. “Em cada momento histórico as novas formas representam o modo usual de produção. Mas é a formação socioeconômica que lhes dá sua significação real-concreta dentro do sistema” (SANTOS, 2003, p. 200). Quando um país, uma região, um lugar deixam-se investir pelo projeto político externo, sem considerar a formação regional, criam principalmente mais desordem do que ordem.

A ordem trazida pelos vetores da hegemonia cria, localmente, desordem, não apenas porque conduz a mudanças funcionais e estruturais, mas, sobretudo, porque essa ordem não é portadora de um sentido, já que o seu objetivo – o mercado global – é uma auto-referência, sua finalidade sendo o próprio mercado global. Nesse sentido, a globalização, em seu estágio atual, é uma globalização perversa para a maioria da Humanidade (SANTOS, 2005b, p. 168).

Juntos, sistemas de ações e sistemas de objetos ordenam e comandam, segundo uma razão única, segundo uma lógica própria, enfraquecendo a autonomia política do lugar de decidir sobre o seu próprio destino. “No mundo das mercadorias, também o homem tende a ser guiado e tratado como coisa, a ser reduzido como mero apêndice da produção” (BODEI, 2000, p. 149).

## **CAPÍTULO 5**

### **ATIVIDADE TURÍSTICA: A NOVA ESTRATÉGIA DE USO DO TERRITÓRIO**

As regiões se tornaram lugares funcionais do todo, espaços de conveniências (SANTOS, 2005b, p.156).

#### **5.1 – A gênese da atividade turística na Bahia: vocação natural**

Para Silva (1996, p. 130 – 132) a atividade turística no estado da Bahia, entendida como atividade de expressão econômica e objeto de políticas públicas, pode ser compreendida em diferentes fases: a primeira fase (1951 – 1962), que marcou a “implantação da atividade” e tem como marco 3 eventos: o ano de 1951 quando a Prefeitura Municipal de Salvador criou um Plano de Divulgação e Turismo, o qual em 1953 se transformou em Diretoria Municipal de Turismo; a construção pelo governo estadual do Hotel da Bahia, em 1952, e a inclusão do turismo como uma atividade no Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia, no período de 1959 a 1962. Uma segunda fase (1963 – 1972) foi caracterizada pela “expansão do turismo baiano no cenário nacional”, quando a atividade começou a exercer uma maior influência na economia do Estado. Três eventos marcaram essa fase: a inauguração da Estação Rodoviária de Salvador em 1963; a criação do Departamento de Turismo, em 1966; e a criação da Hotéis

de Turismo do Estado da Bahia S.A.(BAHIATURSA)<sup>105</sup>, em 1968. A terceira fase compreendeu os anos de 1971 a 1990. Neste período, o governo da Bahia ampliou os Programas ligados à atividade turística, criando o Conselho Estadual de Turismo (CETUR) e, a BAHIATURSA passou a se denominar e atuar como Empresa de Turismo da Bahia S.A<sup>106</sup>.

As modificações na estrutura dos programas estatais de apoio à atividade seguiram as determinações do BID que, em 1971, começou a estruturar a atividade turística no estado da Bahia, quando orientou a execução do primeiro planejamento estadual da atividade, o Plano de Turismo do Recôncavo e, incluiu em suas proposições, a criação de uma empresa gestora do turismo no Estado, que centralizaria as funções de promoção e de planejamento da atividade (QUEIROZ, 2005).

Foi na terceira fase que ocorreu também a ampliação de infra-estruturas que vieram beneficiar a atividade turística, como o Aeroporto de Salvador, a construção de novas rodovias de acesso a áreas litorâneas, os novos centros de convenções e a criação de outros órgãos estatais, como o Empreendimentos Turísticos da Bahia (EMTUR), o qual teve como objetivo retomar a ação anteriormente desenvolvida pela BAHIATURSA, qual seja, a de fomentar a construção de hotéis no interior. Assim, o turismo começou a se destacar como atividade econômica, não só em Salvador, mas também nos municípios de Porto Seguro e Ilhéus.

A ênfase na atividade turística como vetor de desenvolvimento regional ocorreu, sobretudo, nas áreas com potencialidades naturais, como as litorâneas. Dando seqüência a reestruturação da atividade, em 1989, foi extinto o EMTUR e oficializado o comando único de fomento à atividade turística com a BAHIATURSA que, com recursos do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (DESENBANCO)<sup>107</sup> instituiu o Programa Pró-Turismo, destinado a financiar empreendimentos privados nas áreas turísticas “prioritárias”, áreas que oferecem como atrativos, tanto as praias como o patrimônio histórico.

---

<sup>105</sup> A BAHIATURSA foi e ainda é um órgão gerido pelo Estado, mas composto por uma sociedade acionária. Na sua origem, tinha como objetivo a construção e gerenciamento de uma rede hoteleira no Estado. Assim, a atividade turística começou a se expandir a partir da década de 1970, tendo o governo estadual como principal investidor.

<sup>106</sup> Atualmente, a Bahiatursa é uma empresa de economia mista, vinculada à Secretaria de Turismo, sendo responsável pela divulgação e promoção turística da Bahia, no Brasil e no exterior. É também a responsável pela administração e comercialização do Centro de Convenções da Bahia (Salvador), de Ilhéus e de Porto Seguro e dos postos de informações turísticas do Pelourinho (SAT), do Aeroporto, da Rodoviária e do Mercado Modelo.

<sup>107</sup> Em agosto de 2001, o Desenbanco foi transformado em Agência de Fomento, sob a denominação de Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A (DESENBÁHIA).

## 5.2 – A atividade turística na Bahia: reestruturação no período atual

Embora o estado da Bahia tenha montado uma estrutura de apoio à atividade turística, o que proporcionou a descentralização da atividade de Salvador para Ilhéus e Porto Seguro<sup>108</sup>, segundo Silva (1996), constatou-se que, no início dos anos 1990, a atividade turística na Bahia ainda ocupava uma posição bastante secundária com relação ao principal pólo nacional, o Rio de Janeiro. Também, tinha o problema da concorrência com outros estados do Nordeste, ou seja, em face de todo o investimento e apoio do estado da Bahia, a atividade turística ainda não produzia receitas satisfatórias e nem despertava o interesse de investidores.

A conjuntura política e econômica do período e a elaboração do Plano Nacional de Turismo (PLANTUR) pelo governo federal<sup>109</sup> sinalizaram para o governo da Bahia, uma oportunidade para buscar recursos e realizar investimentos no Estado, a partir da atividade turística. Assim, no período do governo Antônio Carlos Magalhães (ACM) (1991/94), a atividade passou a ser divulgada como uma “nova” estratégia para o desenvolvimento econômico da Bahia<sup>110</sup>.

Diante desta nova oportunidade, o estado da Bahia criou o seu Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR-BA) reproduzindo as mesmas diretrizes da política neoliberal do PLANTUR, isto é, tinha como objetivo disciplinar a atividade econômica do turismo, tanto para o setor privado – com subsídios ao planejamento e execução

---

<sup>108</sup> Antes dos anos 1980, já se fazia turismo em Ilhéus e Porto Seguro, mas com pouca expressividade econômica (SILVA, 1996, p. 136).

<sup>109</sup> Seguindo a política de liberalização da economia do Brasil e a sinalização pelas agências internacionais da disponibilidade de recursos para investimentos, foi elaborada em 1992, a política nacional de turismo através do PLANTUR. Como todo o planejamento econômico da época, a orientação dos investimentos, para dinamizar as atividades econômicas ligadas ao turismo, segue as diretrizes do BID. Os recursos são disponibilizados tanto para o setor privado, com subsídios ao planejamento e execução da atividade, quanto para o setor público, através de investimentos em infra-estruturas que favoreçam a produção de novos lugares turísticos ou a modernização dos já existentes, com o objetivo de diversificar a oferta de produtos turísticos. Segundo Rodrigues (1996), o PLANTUR – muito diferente das ações estruturantes dos planos de desenvolvimento do turismo, elaborados anteriormente pela EMBRATUR – foi concebido com duas novidades: “o apoio às parcerias público/privado e as preocupações com o meio ambiente e com o patrimônio histórico-cultural” (p. 151-156). O que para Rodrigues foi “novidade” nada mais foi do que os pressupostos da política neoliberal imposta pelas agências parceiras internacionais, o BID e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), as quais vieram fortalecer a implantação do modelo econômico neoliberal. Para Cruz (2000), o PLANTUR não saiu do papel, mas a sua elaboração serviu de base para o planejamento futuro da atividade turística, que se seguiu no Brasil.

<sup>110</sup> É oportuno salientar que mesmo em um período de crise, os recursos para os investimentos em infra-estrutura e para os financiamentos da iniciativa privada não desapareceram. As agências internacionais sinalizavam recursos disponíveis para a atividade turística e, assim, a atividade começou a ser valorizada pelo estado da Bahia como atividade econômica com potencial de crescimento e, portanto, importante na estratégia de desenvolvimento econômico da Bahia.

da atividade, quanto para o setor público – através da reconstrução ou remodelação dos produtos turísticos com o propósito de diversificar a oferta para os investidores.

Os investimentos desse período destacam-se basicamente pela construção da rodovia BA 099, entre Salvador e Aracaju, inaugurada em 1993 (Figura 10), a qual liga todas as praias no Norte do estado da Bahia; melhorias urbanas nos locais propícios as atividades turísticas (ações de saneamento e energia elétrica); ampliação do aeroporto de Porto Seguro e de Salvador; implantação da política de proteção ambiental, com a criação de Unidades de Conservação (UC) e Áreas de Proteção Ambiental (APA); e, também, o início de um trabalho de *marketing* para vender o “produto Bahia” nos principais mercados turísticos nacionais e estrangeiros.

Para uma maior identificação com o projeto de desenvolvimento da atividade turística, a rodovia BA 099, recebeu duas denominações: do trecho inicial que vai do aeroporto Internacional de Salvador, no município de Lauro de Freitas, até a Praia do Forte é a Estrada do Coco e, o trecho seguinte, até o limite com o estado de Sergipe é a Linha Verde.

Segundo Oliveira (2000), a APA do Litoral Norte do Estado da Bahia (APA-LN) com 1.400 Km<sup>2</sup> foi criada em 1992, como uma das estratégias de conservação ambiental do PRODETUR-BA, tendo em vista a necessidade de preservar os recursos naturais e culturais, ali existentes, “pressionados” pela construção da BA 099. No entanto, a regulação sob a ideologia da preservação constitui-se, também, em garantir os recursos naturais e paisagísticos, bem como, as suas tradições culturais, sociais e arquitetônicas para o uso da atividade turística.

Figura 10 – Esquema representativo dos 140 quilômetros da rodovia estadual BA099, que faz a ligação entre as praias no litoral Norte do estado da Bahia, 2009



Fonte: [www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org)

Com o investimento na rodovia e a sua normatização, que garantia a presença de uma paisagem “natural” atrativa, foi possível viabilizar a construção do primeiro equipamento turístico, o Costa do Sauípe. Este equipamento turístico é composto por cinco hotéis de luxo, com 1.500 quartos e seis pousadas, com 150 quartos<sup>111</sup>.

As ações do governo estadual na atividade turística foram reforçadas a partir da efetivação e da integração da Bahia no PRODETUR/NE, em 1995. E assim, o investimento em infra-estrutura pôs à disposição dos grandes investidores nacionais e internacionais, um território instrumentalizado para uso das grandes empresas turísticas e, além da melhoria das vias de circulação (estradas, aeroportos), através da normatização, o Estado garantiu a natureza “protegida” e um patrimônio histórico recuperado.

### **5.2.1 – Na nova reestruturação, a especialização turística dos lugares**

Com a implantação do PRODETUR/NE, foi possível dar seqüência ao projeto de reestruturação da atividade turística no estado da Bahia. Seguindo o modelo de desenvolvimento turístico nacional e para impulsionar a comercialização do produto turístico, o Estado foi dividido em sete Zonas Turísticas (ZTs): Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os

---

<sup>111</sup> O Costa do Sauípe é um complexo turístico-hoteleiro voltado para os mercados turísticos de alta renda nacional e internacional. Os recursos para a construção do complexo foram divididos entre a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), que aportou 96,7 % do valor do empreendimento, e o grupo Odebrecht S.A, com os 3,3% restantes. Este complexo é considerado o maior empreendimento de turismo, lazer e negócios da América do Sul. Está localizado nas margens da BA 099 (km 76). Ocupa uma área de 1.755 ha da Fazenda Sauípe (antiga propriedade da Odebrecht S.A), dentro da área do município de Mata de São João, situado no interior da Área de Proteção Ambiental (APA) do Litoral Norte do Estado da Bahia. Todas as obras de infra-estrutura básica, necessárias para a implantação do empreendimento, foram realizadas pelo governo da Bahia. Leandro Fortes, jornalista da revista Carta Capital, analisando o relatório parcial, no qual lista operações financeiras da PREVI, destaca documentos que mostram a interferência decisiva do senador Antonio Carlos Magalhães (ACM) e de Cezar Borges, governador da Bahia, para que o fundo de pensão PREVI bancasse a construção do complexo turístico e que hoje, representa prejuízos para a PREVI e é objeto de denúncias de desvio de recursos envolvendo ACM. Para Leandro Fortes, o sinal de irregularidades se inicia quando se analisa as pessoas que avalizaram o Protocolo de Entendimento entre o FonteCindam (banco privado), a Odebrecht e a Previ, firmado em 5 de dezembro de 1997, para a construção do complexo. Os avalistas foram ACM, na época Senador da República e Paulo Gaudenzi, na época secretário de turismo do estado da Bahia (atualmente personagem central do escândalo da movimentação irregular de 101 milhões de reais da BAHIATURSA, através de uma conta fantasma detectada pelo Tribunal de Contas do estado da Bahia). “Em outubro de 2005, a PREVI fez uma correção atuarial do investimento e chegou à conclusão de que aplicou mais de 1 bilhão de reais para colocar o complexo em funcionamento. Mesmo com a melhora na ocupação dos hotéis e das pousadas, e o sucesso recente do empreendimento, levará algumas décadas para o fundo recuperar o dinheiro. Se quisesse vender o empreendimento hoje, a fundação não conseguiria mais do que 171,9 milhões de reais” (FORTES, 2006). Atualmente, o empreendimento encontra-se em dificuldades financeiras e está sendo vendido por um valor bem abaixo do investido pela PREVI.



Enquanto vetor decisivo de viabilização da atividade, a nova reestruturação promovida pelo estado da Bahia reagrupou as ZTs em Pólos Turísticos<sup>112</sup> denominados de: Pólo do Descobrimento (formado pela Costa do Descobrimento e pela Costa das Baleias); Pólo de Salvador e Entorno (formado pela Bahia de Todos os Santos, incluindo Salvador e a Costa dos Coqueiros); Pólo Litoral Sul (formado pela Costa do Dendê e pela Costa do Cacau) e Pólo Chapada Diamantina. De acordo com o período atual, a implantação dos “pólos turísticos” regionalizados se apresenta como a principal ferramenta de gestão dos planos e projetos de desenvolvimento da atividade turística.

Segundo Cruz (2000), o modelo de pólos de desenvolvimento turísticos já constava na política nacional de turismo no final da década de 1960. Os pressupostos do PLANTUR de 1969 “previam a formação de ‘zonas turísticas prioritárias’, equivalentes aos ‘pólos de desenvolvimento’ de F. Perroux” (p. 29, grifos da autora).

A autora comenta ainda que esse modelo de concentração espacial da atividade foi criticado por Maria Adélia de Souza, pois foi baseado nos pressupostos da centralidade, da polarização e da homogeneidade, desenvolvidos por Perroux, J. Boudeville e Pe. Le Bret, os quais tiveram grande influência sobre as políticas espaciais, principalmente em países pobres. Para Souza (1988, p. 77) “o que está por trás de tudo isso é a questão da centralização na sociedade e no espaço dos benefícios do trabalho realizado por toda a sociedade”.

Quanto a Costa do Cacau, localizada ao Sul do estado da Bahia, foi formada por 5 municípios litorâneos: Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una e Canavieiras, ela está cumprindo o papel que lhe foi atribuído pelo poder hegemônico, nesta nova reestruturação da atividade turística. Estes municípios possuem, como atrativos turísticos, belas paisagens naturais como praias, manguezais e remanescentes da Mata Atlântica e, ainda, possuem um considerável patrimônio arquitetônico e cultural da ocupação do Brasil e do próprio período de produção da atividade cacauera. As áreas litorâneas da Costa do Cacau, de solos mais arenosos, não foram muito utilizadas para o cultivo de cacau. Por isso, o domínio de elementos naturais, bastante conservados, possibilitou tornar a natureza um elemento eficaz para a finalidade econômica da atividade turística. Os novos objetos e ações, viabilizados para a dinamização da atividade turística, são também difundidos como sendo necessários para alavancar um novo período de desenvolvimento econômico e estratégico para superar a crise do cacau.

---

112 Conforme já discutido no item 4.3.1 (nota de rodapé 100, p. 114), um Pólo pode ser criado pelo Poder Executivo municipal a partir de um projeto de Lei. A sua criação está amparada pela Constituição Federal, conforme o previsto no inciso IX do art. 21, no art. 43, e no inciso IV do art. 48, que autoriza os municípios a criarem suas normas.

Formalizada e normatizada, a Costa do Cacau iniciou um novo período de captação de investimentos do estado, provenientes dos recursos do PRODETUR/NE I (Tabela 23). Tais recursos foram aplicados na construção da rodovia BA 001 (trecho Ilhéus/Itacaré), na recuperação arquitetônica de casarões, museus, igrejas etc., na readequação de espaços públicos (praças, monumentos), na implantação de sistema de esgotamento sanitário e na criação de Unidades de Conservação (APAs e Parques).

Tabela 23 – Valor dos projetos executados na Costa do Cacau financiados pelo PRODETUR/NE no período de 1995 a 2005

Projetos da “Costa do Cacau”	Valor da Obra (US\$ mil)	Data de Conclusão
Rodovia Ilhéus/Itacaré	18.058	05/98
APAs Itacaré/Serra Grande, Lagoa Encantada e Parque do Conduru	783	12/03
Sistema de Esgotamento Sanitário de Itacaré	2.178	Em andamento
Total	21.799	

Fonte: SUINVEST (2005). (Extraído <http://www.setur.ba.gov.br/prodetur.asp>). Elaboração: Jorge Chiapetti.

Em um mercado cada vez mais competitivo, a ZT Costa do Cacau tenta tornar-se um produto atrativo e comercializável no mercado turístico nacional e internacional. Disseminam-se encontros, seminários, *workshops*, fóruns e também uma ampla produção científica com o objetivo de viabilizar economicamente a atividade turística na região (Figura 12).

Figura 12 – Cartaz de divulgação do 3º Fórum de Turismo, Ilhéus-BA, dez. 2007



Foto: CHIAPETTI, J.

Embora vários segmentos da sociedade e do Estado se organizem para fazer da atividade turística “um bom negócio para todos”, aproveitando-se da “dádiva de deus”, é importante ressaltar que o modelo de planejamento da atividade - conduzido pelos Programas do estado da Bahia, com investimentos prioritários para grandes obras de infra-estrutura e de normatização do território, para qualificar e oferecer lugares como recurso vantajoso ao investimento - privilegia, seletivamente, as grandes corporações de capitais nacionais e internacionais. Atropelados pelo novo período de fluidez e competitividade, os investimentos não levam em consideração as especificidades do lugar e a atividade turística passa a ser divulgada como a única possibilidade de investimentos.

### **5.2.2 – Os investimentos nas vias de circulação: rodovias e aeroportos**

A grande transformação que se impõe à atividade turística na Costa do Cacau, a partir da implantação do PRODETUR/NE, é a melhoria na infra-estrutura viária com a pavimentação da Rodovia Gabriela (BA-001). Esta rodovia está vinculada ao projeto de construção de várias rodovias que integram o litoral baiano de Norte a Sul. A rodovia Gabriela foi concluída em 1998 e seguiu o traçado viário da antiga estrada de terra que ligava Ilhéus a Itacaré, numa extensão de 65 km.

Esse eixo viário foi fundamental para o acesso às praias ao Norte de Ilhéus até o município de Itacaré. A Rodovia Gabriela rompeu o isolamento de Itacaré e permitiu novas dinâmicas turísticas e imobiliárias.

De um cenário historicamente construído, em que as áreas de praia tinham baixo valor econômico e eram freqüentadas por surfistas, pescadores e turistas “alternativos” (aquelas pessoas que buscam fazer turismo em lugares pouco explorados), começaram a ser objeto de disputa, primeiro por especuladores que se anteciparam à valorização dos imóveis, devido às obras de infra-estrutura, como a construção da rodovia, a criação das APAs e do Parque do Conduru; depois por grupos de investidores atraídos pelas oportunidades também dos incentivos governamentais.

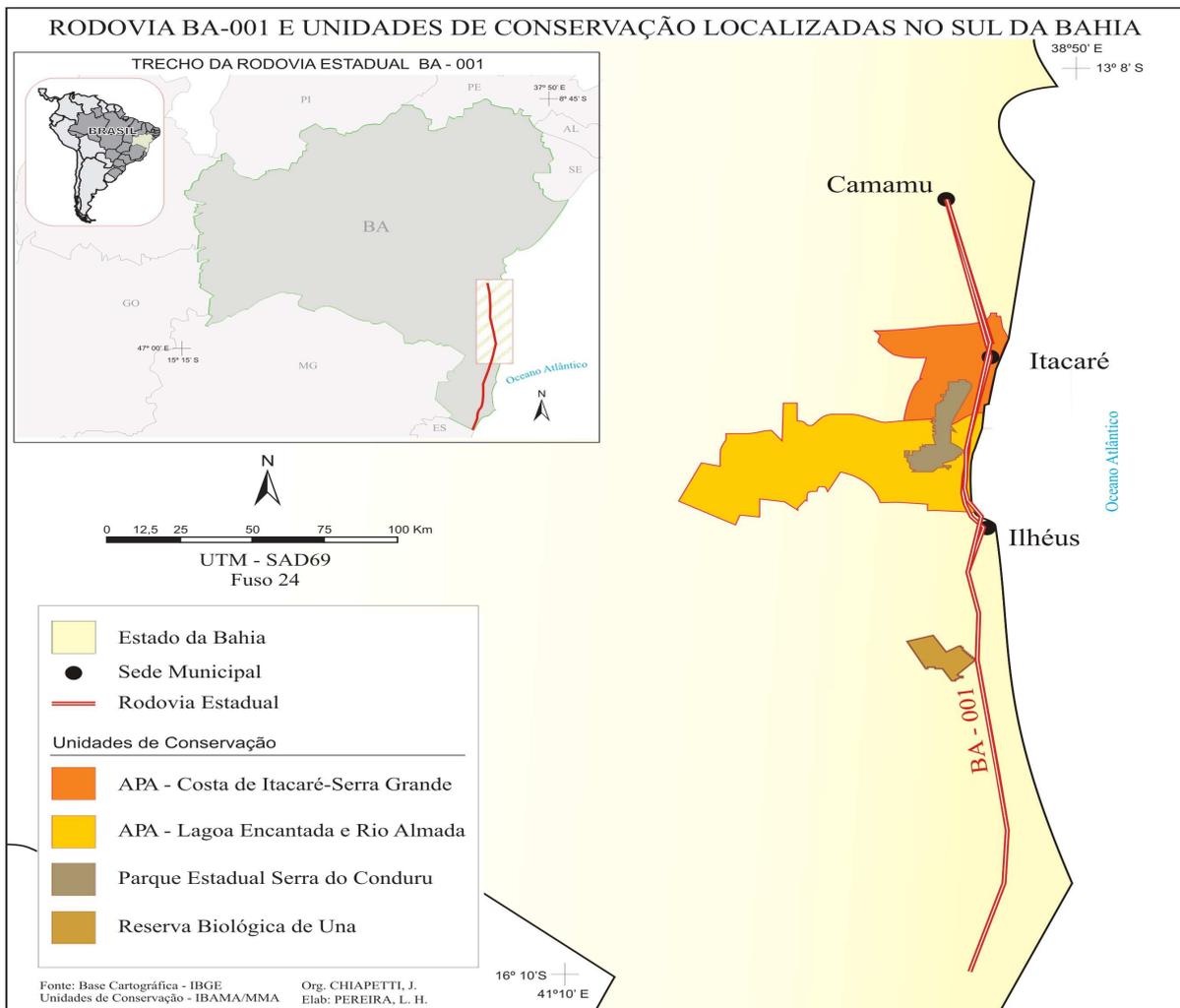
Dando seqüência aos investimentos em infra-estrutura, uma nova etapa da rodovia BA 001 está sendo concluída. É o trecho de 48 Km que dará seguimento à rodovia Gabriela e ligará as cidades de Itacaré e Camamu, ao norte de Ilhéus. Como principal objetivo da construção desta rodovia está a integração do Pólo Litoral Sul, isto é, a integração da Costa do Cacau e da Costa do Dendê (Figuras 13 e 14).

Figura 13 – Aspectos da construção da segunda etapa da BA 001, trecho Itacaré-Camamu, dez. 2007



Foto: CHIAPETTI, J.

Figura 14 – Traçado da rodovia BA 001 ligando as cidades de Ilhéus, Itacaré e Camamu



Com os investimentos e as normatizações para a atividade turística é que, desde então, os imóveis rurais e urbanos iniciam um novo período de valorização. A cada ano intensificam-se, no eixo viário, novas aquisições de áreas para a exploração da atividade turística, de atividades comerciais ou como uma reserva de capital ou para uma futura moradia, o que sinaliza uma economia em transformação. Resta, no entanto, ações de coordenação para estender os benefícios desta nova economia para a maioria da população. Caso contrário, o território se tornará uma grande reserva de valor para o interesse de apenas alguns indivíduos, que na difusão de um sistema de objetos e de um sistema de ações, criam uma euforia modernizante e a propagação de que essa nova sistematicidade está a serviço da população como um todo.

Outro investimento previsto no PRODETUR/NE, que é divulgado como mais um benefício a serviço da população, é a construção de um novo aeroporto internacional. Os fluxos aéreos em Ilhéus se iniciaram em 1939, com a construção do aeroporto do Pontal, face a dinâmica econômica da atividade cacauífera. Em 1950, ele recebeu uma camada asfáltica nos seus 1.577 metros de pista. E, depois de servir aos fluxos da dinâmica do cacau, o aeroporto teve sua função redirecionada, principalmente para a atividade turística<sup>113</sup>, passando a se denominar Aeroporto Jorge Amado. No período atual, recebe regularmente 09 pousos e decolagens por dia, com vôos para as principais capitais do país. Nele operavam, em 2008, as empresas aéreas GOL e TAM e, ainda, a operação da empresa de carga aérea VARIG LOG.

Os fluxos aéreos (Tabela 24) multiplicam-se com mais intensidade no final e início do ano com vôos fretados trazendo turistas, principalmente de São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, constituindo-se numa importante via de acesso dos turistas à Costa do Cacau<sup>114</sup>.

Como seqüência dos investimentos do PRODETUR II em infra-estrutura para dinamizar a atividade turística, um novo aeroporto está previsto para entrar em operação a partir de 2011. A sua localização será ao norte de Ilhéus, no km 11 da rodovia Gabriela (BA 001). As obras estão previstas para iniciarem em 2009 com um investimento estimado de R\$ 150 milhões. Como seu principal objetivo é servir à atividade turística, a sua pista será de

---

<sup>113</sup> Quando analisamos os dados da Infraero sobre o fluxo de passageiros, disponíveis em: ([www.infraero.gov.br](http://www.infraero.gov.br)) constatamos que o aeroporto recebe turistas o ano todo, mas nos meses de janeiro, julho e dezembro há um aumento de 30 % no fluxo de passageiros.

<sup>114</sup> [http://www.infraero.gov.br/aero\\_prev\\_hist.php?ai=55](http://www.infraero.gov.br/aero_prev_hist.php?ai=55)

3.000 metros para que possa receber aeronaves de grande porte, as quais fazem vôos internacionais.

Tabela 24 - Movimento Operacional do Aeroporto Jorge Amado, Ilhéus - BA (1996-2007)

<b>Ano</b>	<b>Passageiros</b>
1996	152.673
1997	192.731
1998	197.107
1999	185.643
2000	208.577
2001	225.675
2002	230.748
2003	179.767
2004	213.855
2005	239.193
2006	306.800
2007	397.131

Fonte: <http://www.infraero.gov.br>. Elaboração: Jorge Chiapetti.

### **5.2.3 – A natureza como instrumento do mercado turístico**

Sendo uma das principais metas do novo ordenamento da atividade turística – proposto no Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia em 1991 – uma política de proteção ambiental que associa a atividade turística ao conceito de turismo ecológico, a normatização ambiental, torna-se a base de sustentação para atrair investimentos privados nas zonas turísticas.

Mas, antes de uma política do estado da Bahia, a associação da atividade turística ao conceito de turismo ecológico era uma das exigências do BID. A liberação dos recursos do PRODETUR-NE, destinados à construção da rodovia BA 001, ficou condicionada à obrigatoriedade de realizar audiências públicas e de realizar um projeto de educação ambiental, ações fundamentais para a difusão do conceito de “ambientalmente correto”. O objetivo, também, era dar um caráter de legalidade e transparência aos investimentos públicos, para que o projeto fosse mais facilmente aceito e incorporado pela população, como um projeto de desenvolvimento econômico em benefício à todos. As audiências públicas ficaram sob a coordenação da BAHIATURSA e a educação ambiental ficou sob a

coordenação do Instituto Sócio Ambiental do Sul da Bahia (IESB), uma organização não governamental com sede em Ilhéus. Foram várias audiências públicas que acabaram possibilitando uma grande mobilização dos segmentos sociais locais e a difusão, junto com a construção da rodovia, de uma ideologia conservacionista<sup>115</sup>. Esta ideologia foi importante para a implantação das áreas de preservação ambiental, após a conclusão da rodovia BA 001.

A construção da rodovia foi acompanhada por ambientalistas que tiveram a oportunidade de opinar, desde o planejamento de seu traçado até nos planos de compensações ambientais pelos possíveis “impactos” na construção. Se esta era a estratégia do BID e muito bem “assimilada” pelo governo do estado da Bahia, o envolvimento dos ambientalistas também foi muito bem sucedido e a rodovia passou a ser identificada como uma rodovia construída de acordo com o conceito “ecologicamente correto”. Este conceito passou a ser incorporado também aos empreendimentos que se instalaram ao longo de sua margem, tanto os ligados à atividade turística como em outras atividades. Como exemplo, a Figura 15 mostra uma loja de materiais de construção denominada “Ecomaster” e a Figura 16, um canoeiro que presta serviços à atividade turística.

Figura 15 – Loja de materiais de construção na rua “Ladeira Grande”, acesso principal ao centro urbano de Itacaré – BA, dez. 2007



Foto: CHIAPETTI, J.

<sup>115</sup> A preocupação destas audiências era com os impactos ambientais em cumprimento às exigências do planejamento do estado da Bahia de atrair investimentos turísticos ligados ao turismo ecológico. Para a rodovia cogitou-se, inicialmente, o nome Estrada Parque. A idéia do nome foi proposta pelo IESB e uma das exigências era de que, na construção da estrada, adotassem os critérios internacionais de construção de estradas parques. Mas, mesmo com toda discussão e mobilização da sociedade, apenas alguns critérios foram atendidos, como algumas passarelas aéreas e canaletas para o trânsito da fauna local entre uma margem e outra e a instalação de placas educativas.

Figura 16 – Canoeiro que oferece serviços de passeios pelo rio das Contas em Itacaré-BA, dez. 2007



Foto: CHIAPETTI, J.

Da mesma forma que aconteceu com a Estrada do Coco e a Linha Verde, para maior identificação do projeto de desenvolvimento da atividade turística, a rodovia BA 001 foi denominada de rodovia Gabriela, completando assim a sua identidade, além da conservacionista, com a cultura regional – amplamente divulgada nos romances do escritor Jorge Amado. Sua construção, antes de proporcionar um melhor fluxo para a população, principalmente da cidade de Itacaré, proporcionou novas oportunidades econômicas para a atividade turística.

Assim, começou a ser difundido o discurso localista das oportunidades de investimentos para os empresários que buscavam, como atrativo de seus empreendimentos, a oferta de uma maior qualidade do bem viver (Figura 17).

A associação da atividade turística com a idéia de ecoturismo transformou as áreas litorâneas em mercadoria valiosa adquirida por grandes empresários brasileiros e por grupos internacionais, os quais construíram *resorts* e hotéis para turistas de alto poder aquisitivo.

A valorização da atividade turística não ficou limitada às praias e à mata, mas também abrangeu toda a paisagem herdada da cacauicultura, com suas fazendas e casarões. Como em todos os lugares turísticos, a arquitetura, ou o que sobrou dela, e que teve seu esplendor em outros tempos, começou a ser valorizado sob o estímulo da atividade turística e passou a ser disputado por empreendedores da atividade ou especuladores da área imobiliária (Figura 18).

Figura 17 – Placa de anúncio sobre oportunidades de negócios, em que a Mata Atlântica é um atrativo. Ilhéus-BA, dez. 2007



Foto: CHIAPETTI, J.

Figura18– Casarão com arquitetura colonial do século XIX, usado como atrativo pela atividade turística, Canavieira-BA, dez. 2007



Foto: CHIAPETTI, J.

#### **5.2.4 – A normatização ambiental do território para a produção da atividade turística: as APAS e Parques**

A normatização do território baiano, para a preservação ambiental, ocorreu por decretos e portarias federais, estaduais e municipais em que 140 UCs foram criadas. Esta profusão de UCs iniciou-se no momento em que a atividade turística passou a representar uma oportunidade para a viabilização de empréstimos aos investimentos no estado da Bahia. Assim é que, a partir de 1990, foram criadas 37 Unidades de Proteção Integral, entre as quais se incluem as Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques, Monumentos Naturais e Refúgios de Vida Silvestre, além das 94 Unidades de Uso Sustentável, identificadas por 38 APAs e 51 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) (SEI, 2006, p. 19) (Figura 19).

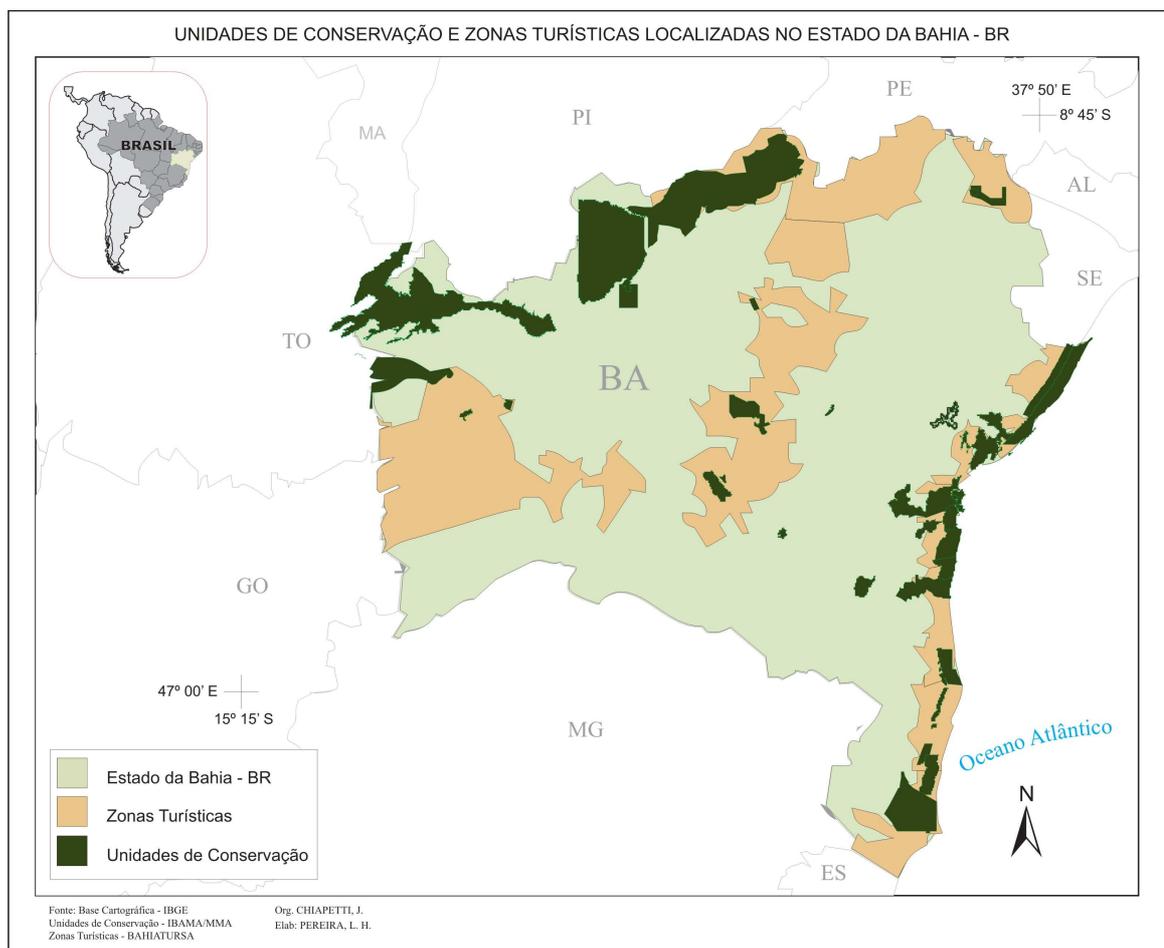
A APA é uma unidade de conservação de domínio público ou privado, em que o sistema natural é normatizado através de um Plano de Manejo Sustentado que regula a sua exploração econômica. O Plano de Manejo é composto pelo Diagnóstico Ambiental, pelo Zoneamento Ecológico-Econômico e pelo Plano de Gestão da Área. Ao contrário do que ocorre nos Parques Estaduais, nas APAs não há alteração no regime de propriedade – sua criação não requer a desapropriação de terras – apenas uma limitação do direito de propriedade relativo à ocupação, exploração e uso do solo<sup>116</sup>.

As APAs são definidas como Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UCS), (Lei nº 9.985 de 18/07/2000) e, segundo seus objetivos, são áreas destinadas a conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e a proteção dos ecossistemas locais. São instituídas pelos poderes municipais, estaduais e federais e assim, em termos político-administrativos podem abranger vários municípios e aglomerações urbanas.

---

<sup>116</sup> Ver em: <http://www.semarnh.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=APAENCAN&p=APAAPA>; Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Resolução nº 10, de 14/12/1988 (<http://www.mma.gov.br/conama/>).

Figura 19 – Localização das Unidades de Conservação e as Zonas Turísticas no estado da Bahia

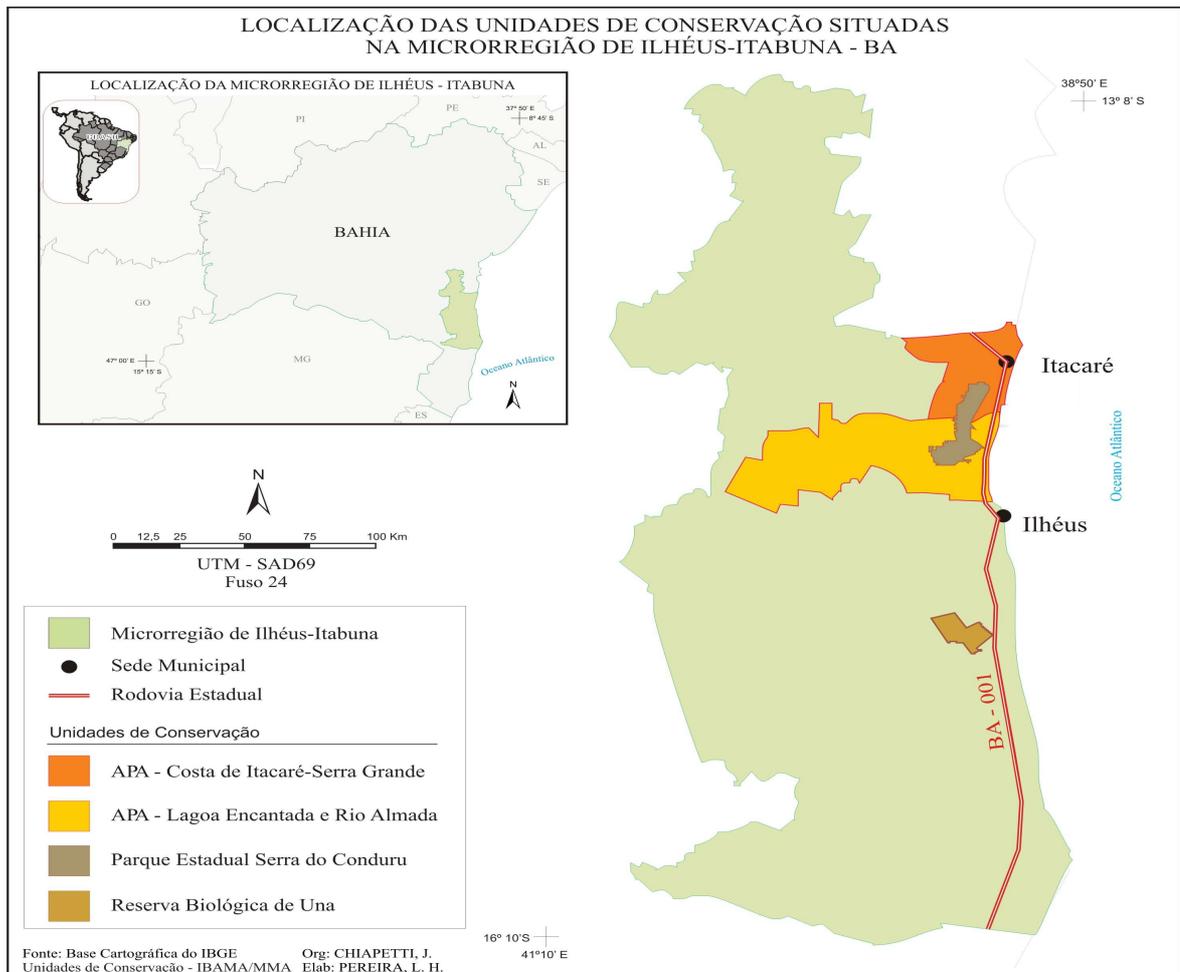


Embora conste nos objetivos da criação de uma APA, a melhoria de vida da população local, de fato, o poder público apenas regula o território para garantir uma paisagem de matas, rios e cachoeiras, na perspectiva da valorização econômica e re-encantamento da natureza, principalmente para atrair investimentos forâneos para o processo de desenvolvimento da atividade turística.

A associação entre a APA e a atividade turística pode ser facilmente compreendida quando observamos a localização da APA, bem como a sua estrutura de criação e gestão. O processo se inicia com a publicação pelo Estado do Decreto de criação da APA. A partir deste Decreto se elabora um Plano de Manejo da APA, o qual é submetido ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEPRAM) – um órgão consultivo, normativo e deliberativo do Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais (SEARA). Depois de aprovado, o CEPRAM repassa a administração da APA, ao órgão da Secretaria de Cultura e Turismo (SCULT), denominado de Coordenação de Desenvolvimento do Turismo (CODETUR), que em conjunto com órgãos federais, estaduais, municipais e ONGs, elabora roteiros para o

licenciamento dos projetos a serem implantados nas APAs. Para a dinamização da atividade turística na Costa do Cacau foram criadas duas APAs (APA Lagoa Encantada e APA Itacaré – Serra Grande) e o Parque Estadual Serra do Conduru (PESC) (Figura 20).

Figura 20 – Localização das UCs da Costa do Cacau, microrregião Ilhéus-Itabuna, estado da Bahia



A APA Lagoa Encantada (Lagoa Encantada e Rio Almada) foi criada pelo Decreto Estadual nº 2.217, de 14/07/93, e ampliada pelo Decreto Estadual nº 8.650 de 22/09/2003. Está localizada no litoral norte do município de Ilhéus (a 34 km da sede municipal) e abrange os municípios de Uruçuca, Itajuípe, Coaraci e Almadina. Sua área corresponde a 157.745 ha, fazendo parte da bacia hidrográfica do Rio Almada. A sua flora é composta de Mata Atlântica associada ao cultivo do cacau, além de manguezais e restingas. A proposta de criação da APA

foi encaminhada pelo governo municipal de Ilhéus “para ampliar e assegurar a vocação turística da cidade<sup>117</sup>”.

A APA Itacaré-Serra Grande foi criada pelo Decreto Estadual nº. 2.186, de 07/06/93 e, da mesma forma que a APA Lagoa Encantada e Rio Almada, foi ampliada em setembro de 2003. Sua área compreende a 62.960,16 ha e está localizada no norte da Costa do Cacau, abrangendo os municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré. O seu domínio contempla uma faixa litorânea de 28 km de extensão, composta por um relevo de Planalto Costeiro, coberto pela Mata Atlântica associada ao cultivo do cacau, restingas, manguezais e praias<sup>118</sup>.

Apesar de toda legislação ambiental de regulação e uso das APAs, ao verificarmos os relatórios da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), observamos que o próprio relatório cita a existência de muitas irregularidades nas APAs, como: problemas com poluição dos mananciais por esgoto e lixo, ausência de saneamento básico, pesca irregular, desmatamento, loteamentos irregulares, queimadas, caça e comercialização de madeira e animais silvestres<sup>119</sup>. Assim, essa profusão de regulação é um indicador, mais dos interesses corporativos, em jogo nas diferentes conjunturas políticas e de subordinação do estado, do que das próprias garantias de conservar a qualidade ambiental e proteger os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local.

O PESC foi criado pelo Decreto Estadual nº 6.227, de 21/02/1997, como uma UC de proteção integral. Sua área compreende 9.275 ha de remanescentes de Mata Atlântica<sup>120</sup>. Está localizado no norte da Costa do Cacau, em uma área que abrange parte dos municípios de Ilhéus, Itacaré e Uruçuca. A criação do Parque foi uma solicitação das instituições ambientalistas, como uma forma de compensação pelos danos ambientais causados na construção da Rodovia Gabriela, BA 001.

Embora o seu propósito fosse uma compensação ambiental pelos danos causados ao ambiente na construção da rodovia BA 001, a criação do parque teve grande impacto para as famílias aí residentes, principalmente para aquelas que trabalhavam a terra na condição de posseiros, pois a morosidade do estado da Bahia em regularizar a situação de posse, impede que os proprietários recebam a indenização e também que possam trabalhar em suas áreas<sup>121</sup>. Assim, a criação do PESC, antes da preservação da natureza, se caracteriza mais como um

---

<sup>117</sup> <http://www.seia.ba.gov.br/apa/apaencantada/template01.cfm?idCodigo=97>

<sup>118</sup> <http://www.seia.ba.gov.br/apa/apaitacare/template01.cfm?idCodigo=85>

<sup>119</sup> Ver em: <http://www.semarh.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=APAENCAN&p=APAAPA>

<sup>120</sup> <http://www.semarh.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=PESERRAC&p=PARQUEST>

<sup>121</sup> Segundo informação dos próprios moradores, até maio de 2009 (12 anos após o decreto), a indenização ainda não chegou a 50 % da área desapropriada.

apoio e um atrativo fundamental para a difusão da atividade turística associada à conservação da natureza.

Para os agricultores que tinham a posse regularizada, a indenização foi efetivada, mas em valores muito abaixo de suas expectativas. O depoimento de um proprietário de terra indenizado pelo Estado mostra os conflitos que uma ação desta natureza pode causar na vida das pessoas, em nome do desenvolvimento econômico:

“Trabalhei anos e anos e coloquei todas as minhas economias na aquisição de uma rocinha que ficou nos limites do parque. Vinha fazendo investimentos na área e isso era para a minha aposentadoria. Já tinha formado até uma rocinha de cacau. Agora vem o Estado e diz que eu não sou mais dono e que não posso fazer mais nada lá... e também não me paga o valor que eu acho que vale. Isso é muito duro. Todo o meu esforço se foi por água abaixo e o dinheiro que recebi, muitos anos depois, não consegui comprar mais nada na região. O sonho de ter minha propriedade para trabalhar se foi” (G. A. ex-proprietário rural da área do parque).

É assim que a decisão da preservação do meio ambiente se caracteriza como uma luta política seletiva em que, muitas vezes, as decisões técnicas possuem pouca efetividade para a maioria da população. Os chamados impactos sociais positivos, preconizados pelo e para o desenvolvimento econômico, como a geração de emprego e renda, são poucos numerosos.

A normatização do meio ambiente é justificada pelo poder público e pelos ambientalistas sob a ideologia do desenvolvimento sustentável, mas como afirma Costa (2007), a garantia da preservação do meio ambiente propicia a valorização dos lugares que, sob os desígnios do desenvolvimento sustentável são utilizados por poucos, contribuindo para uma sociedade cada vez mais excludente<sup>122</sup>.

Para que possa promover efetivamente a preservação ambiental e a melhoria de vida da população local, o conceito de desenvolvimento sustentável, da forma em que vem sendo proposto, ainda precisa ser mais discutido, em termos de custos sociais e ambientais e não apenas realizado de acordo com as ideologias de quem o define. As normatizações terão de atender aos interesses de toda a sociedade e não apenas estar subordinadas aos mandamentos das classes dominantes e do poder econômico.

---

<sup>122</sup> A partir da inclusão de cláusulas ambientais na Constituição de 1988, a sociedade civil avançou no envolvimento e competências referentes à preservação ambiental, até então de competência restrita ao Estado. Naturalmente, as ações dos ambientalistas dos anos 1990 eram exercidas sob a euforia da democratização e muitas vezes, as ações reguladoras do meio ambiente não levavam em conta as populações diretamente envolvidas com os recursos naturais, o que contribuía para a produção de mais excluídos.

### 5.3 – Os novos equipamentos turísticos: a dinamização da atividade ou novos conflitos sociais?

O que observamos como maior impacto proporcionado pelos incentivos do Estado, na viabilização de infra-estrutura para o desenvolvimento da atividade turística na Costa do Cacau é a multiplicação de equipamentos turísticos voltados para atender uma demanda de hóspedes dispostos a pagar diárias de elevado valor. Esses equipamentos são denominados como *resorts*, *condo-resorts*, *condo-hotéis*.

Para Mattos (2004), os *resorts* são caracterizados como hotéis de lazer inseridos nas categorias luxo ou luxo superior e apresentam grande capacidade de hospedagem, infra-estrutura, conforto, segurança e variedade de serviços. Sempre estão localizados em locais afastados dos centros urbanos, em ambiente de “perfil descontraído” (p. 18), tendo como um atrativo a “contemplação e o contato com a natureza” (p. 21). Seu público é formado geralmente por famílias, casais e pequenos grupos que buscam o descanso e o lazer em paisagens paradisíacas.

Os *condo-resorts* e *condo-hotéis* são empreendimentos de uso misto (residência e hospedagem) que contam com serviços de hotelaria, equipamentos de lazer e entretenimento, desobrigando o proprietário de uma residência quanto às responsabilidades de manutenção, segurança e ocupação permanente do bem, pois isto fica a cargo da empresa administradora, que se encarrega de todos os serviços de manutenção e hospedagem. Como estratégia na condução do empreendimento, a empresa reúne possíveis sócios para um “pool empresarial” coordenado por uma empresa hoteleira, que adquire uma área, geralmente com acesso à praia, vendendo parte dela para o setor privado, mas permanecendo na administração do *condo-resort*. Tanto os *condo-resorts* quanto os *condo-hotéis* têm procurado vincular suas imagens aos conceitos “politicamente corretos” do ecoturismo (COUTO, 2007, p. 254).

Segundo Gille y Fernandes (2003), nos países da Europa, o turismo-residencial vem sendo praticado há mais de 20 anos com taxas anuais de participação cada vez maiores. Existem 10,5 % de residências não permanentes em toda a Europa e deste total, a Espanha detém 32,2 %, seguido por Portugal, Grécia e Itália, principalmente nas áreas de praias. Já os países emissores da demanda de “turismo-residencial” são a Alemanha, Reino Unido e Holanda.

Seguindo uma tendência de crescimento mundial do mercado, qual seja, a segunda residência, os *condo-resorts* e *condo-hotéis* se tornaram investimentos predominantes, não apenas nos diferentes pólos turísticos do estado da Bahia, mas em toda a faixa litorânea do

Nordeste<sup>123</sup>. Na Costa do Cacau, a expansão dos *resorts*, *condo-resorts* e *condo-hotéis* teve início a partir da pavimentação da rodovia Gabriela, BA 001.

O primeiro *condo-resort* deste novo período de investimentos na atividade turística na Costa do Cacau foi o condomínio Villas de São José, construído em 1990 entre a rodovia Gabriela e a praia de São José, no município de Itacaré. Este condomínio é composto pelo Ecoresort Itacaré e o Village Itacaré, instalados numa área de 176 ha. Possui residências privadas e usa o sistema *time sharing*, no qual o turista compra um “pacote periódico”, que lhe dá direito a um determinado tempo anual de hospedagem no *resort* Village Itacaré e é também passível de troca em redes hoteleiras mundiais.

Outro empreendimento dentro do conceito *resort* e hotel residência é o *Txai Resort*, que teve início com a aquisição da fazenda Boa Sorte (100 ha), no ano de 1996, às margens da BA-001, mas só começou a funcionar no ano de 2000. Possui 20 residências privadas de alto padrão, freqüentadas principalmente por empresários estrangeiros, celebridades artísticas nacionais e internacionais, o que fez com que a região fosse divulgada nas principais revistas especializadas em turismo do mundo.

No ano de 2004, mais um hotel residência começou a ser implantado em Itacaré, na praia da Engenhoca. O empreendimento denominado de Warapuru pertence a um grupo português e é o primeiro hotel 6 estrelas da América Latina. É composto de uma estrutura de hospedagem de alto padrão e de 18 casas residências. As residências possuem áreas construídas de 700 m<sup>2</sup> e terrenos superiores a 5000 m<sup>2</sup>, sendo avaliadas em 2 milhões de dólares cada e todas já foram vendidas.

Para Couto (2007), este tipo de empreendimento, totalmente voltado ao público estrangeiro, tem atraído novos investimentos imobiliários de capital externo que serão construídos em áreas litorâneas do município de Itacaré. Dentre os novos investimentos destacam-se: o grupo sueco Nobis Administração, que em 2005 adquiriu uma área de 8 ha na praia do Rezende; um grupo português que está negociando uma área próxima à praia do

---

<sup>123</sup> O crescimento do mercado turístico-imobiliário no Brasil vem despertando interesse, tantos dos investidores como dos governos do Nordeste. O turismo-imobiliário foi tema da XI *Brazilian Hospitality Investment Conference* em São Paulo (29 e 30/11/2007), que reuniu cerca de 500 executivos de bancos de investimento, fundos de pensão, securitizadoras, instituições de crédito imobiliário, empresários, investidores e especialistas do setor, para discutir as oportunidades de investimentos no Nordeste. Participaram como palestrantes os diretores da Agência de Risco Standart & Poors e do Banco Central do Brasil, além dos governadores Cid Gomes (Ceará), Teotônio Vilela (Alagoas) e Jaques Wagner (Bahia). Esta conferência foi o maior evento da indústria da hospitalidade da América do Sul (<http://www.bsh.com.br/do/Noticias/44>).

Pontal, no norte do município de Itacaré e um grupo irlandês que pretende construir seu resort na praia de Itacarezinho, no Sul de Itacaré.

Essa é uma tendência que se observa também no município de Ilhéus. Segundo a presidente da Associação dos Empreendedores da Praia do Norte, vários empreendimentos estavam previstos com o objetivo de explorar o turismo-residencial. No Quadro 7, estão relacionados os projetos que serão implantados na Costa do Cacau.

Quadro 7 – Investimentos em equipamentos turísticos na Costa do Cacau: previstos e em andamento até 2010

Nome	Cidade	Tipo	Nº Unidades	Investimento (R\$)	Origem Capital	Estágio Atual	Previsão de funcionamento
Wondertour Bahia	Ilhéus	Resort	120	7.000.000,00	Portugal	Licenciamento Ambiental	2009
Makena Resort	Ilhéus	Resort	16	15.000.000,00	Alemão	Fase Final	2008
Invest Tur	Ilhéus	Resort / Condom.	120	51.000.000,00	Captação externa	Licenciamento Ambiental	2009
Costa do Cacau Golf Resort	Ilhéus	Resort	280	50.000.000,00	Portugal	Licenciamento Ambiental	2009
World Wide Destination	Ilhéus	Resort / Condom.	1700	50.000.000,00	Inglês	Em obra	2009
Ilha de Barra Velha Resort	Canavieiras	Resort	580	225.000.000,00	França	Em projeto	2010
Breezes Canavieiras Resort	Canavieiras	Resort	210	26.160.000,00	Brasil	Em projeto	2008
Vila Ilha Brinquinho	Canavieiras	Hotel	5	6.000.000,00	França	Em projeto	2010
Canavieiras Resort superclub	Canavieiras	Resort	210	12.000.000,00	Brasil	Em projeto	2008
Resende Beach	Itacaré	Resort	30	60.000.000,00	Suécia	Em projeto	2009

Fonte: Associação dos Empreendedores da Praia do Norte; Revista Anuário Exame – Anuário/Turismo, 2007/2008.

Elaboração: Jorge Chiapetti.

A multiplicação de equipamentos turísticos no litoral da Costa do Cacau se apresenta como uma nova economia para a Região que anteriormente tinha a produção de cacau, a pesca artesanal e a pequena produção de subsistência como ocupação principal. A partir da instalação dos novos equipamentos turísticos, uma pequena parcela da população passou a ser cooptada para a prestação de serviços na atividade, basicamente atuando através de empresas

terceirizadas na área de serviços gerais como jardineiros, camareiras, porteiros, auxiliar de garçons etc.

Outra transformação deste período de investimentos em infra-estrutura diz respeito à valorização das áreas rurais e urbanas. O preço da terra nas áreas litorâneas que não se prestavam para atividade cacauceira e nem mesmo para atividades urbanas, foram valorizadas rapidamente e submetidas a um jogo especulativo, devido os seus aspectos de “raridade e de preservação da natureza”, tomada agora como paisagem exótica.

Em meio a este jogo especulativo existe o poder público municipal que, ao invés de estabelecer ações para estender maiores benefícios às populações, diante da euforia modernizante da atividade turística, atende mais aos interesses individuais de cada administração municipal que, na maioria das vezes, é cooptada pelos interesses dos grupos de investidores, dificultando um trabalho conjunto, no sentido de aproveitar os benefícios possíveis da atividade. Assim, multiplicam-se os problemas sociais pela atividade turística, que “favorece a expulsão” de pequenos produtores rurais e de pessoas de comunidades tradicionais, os quais vão formando novos pequenos aglomerados urbanos, atraídos pelas possíveis oportunidades de empregos na atividade (Figura 21)<sup>124</sup>.

Figura 21 – Panorama do Bairro Novo Mundo: transformações urbanas que surgiram após a dinamização da atividade turística. Itacaré-BA, dez. 2007



Foto: CHIAPETTI, J.

---

<sup>124</sup> Para Cruz (2000, p. 35-36), a questão urbana representa um fator negativo no desenvolvimento da atividade turística no país e coloca duas questões importantes para os planejadores da atividade. “Um melhor desempenho econômico do turismo no Brasil depende das políticas urbanas e regionais que venham a ser levadas a cabo no Brasil. A história da atuação do poder público no Brasil, que tange ao turismo, mostra, porém, que este ignorou, sistematicamente, o complexo conjunto de relações em que a atividade está inserida. A ausência de concatenação entre políticas de turismo e políticas urbanas e regionais é exemplo claro da visão estreita que permeou a elaboração de ambas. Como desenvolver o turismo no país sem cuidar de seu espaço urbano? E como resolver a questão urbana sem mexer na estrutura social?”

Como em vários locais do Nordeste, na Costa do Cacau também está ocorrendo, além dos problemas da urbanização, a privatização dos espaços de uso comum da população, como as praias. A Figura 22 representa um exemplo de uma estrada anteriormente utilizada pela população para acesso às praias, que agora está com acesso restrito, devido a um empreendimento imobiliário exclusivamente para estrangeiros.

Figura 22 – Acesso à praia interrompido por um empreendimento imobiliário Unaba, dez. 2007



Foto: CHIAPETTI, J.

### 5.3.1 – A história repetida: a ocupação estrangeira

Além dos investimentos de empresas internacionais na construção de equipamentos turísticos, existe também a aquisição de imóveis (casas, terrenos, fazendas) por pessoas físicas, uma classe média européia e estadunidense que, diante da desorganização cartorial e facilidades da legislação brasileira, acabam se apropriando do território. A aquisição não se limita a terrenos litorâneos, mas também ao casario antigo das cidades. Inclusive já existem imobiliárias especializadas que operam apenas na compra e venda de imóveis para estrangeiros.

De acordo com a Associação dos Notários e Registradores do Brasil, as aquisições de imóveis realizadas por estrangeiros devem ser registradas separadamente no chamado “livro

vermelho”. De acordo com o Código Civil Brasileiro (Art. 10, Lei nº 5.709 de 7/10/1971), o “livro vermelho” é onde se devem constar todos os registros de imóveis urbanos e rurais adquiridos por estrangeiros nos municípios, como uma medida de controle federal sobre o território da União. Em nossa pesquisa constatamos que apenas o cartório de Itacaré possui os dados organizados e, mesmo havendo uma lei específica<sup>125</sup> que penaliza a falta da organização dos dados no “livro vermelho”, não conseguimos obter estes dados nos cartórios dos outros municípios da Costa do Cacau.

Quanto à legislação brasileira, o Art. 1 da Lei nº 5.709 concede o direito de propriedade rural somente aos estrangeiros residentes no país; o Art. 3 estabelece que a pessoa física estrangeira não poderá exceder a 50 módulos<sup>126</sup> de exploração indefinida; o Art. 5 determina que a aquisição de imóveis rurais deve ser destinada à implantação de projetos agrícolas, pecuários, industriais ou de colonização; o Art. 7 indefere a aquisição de imóvel situado em área considerada indispensável a segurança nacional, por pessoa estrangeira física ou jurídica; o Art. 11 exige que os cartórios de registros de imóveis enviem trimestralmente a relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras à Corregedoria da Justiça do Estado e ao Ministério da Agricultura e, por fim, o Art. 12 define que a soma das áreas rurais pertencentes a estrangeiros não poderá ultrapassar 1/4 da área total do município (NEGRÃO; GOUVEIA, 2006).

Apesar dos critérios que normatizam o controle do uso e apropriação de terras no território nacional, há uma negligência no cumprimento da lei, tanto em termos locais (no caso dos municípios da Costa do Cacau), quanto em termos nacionais, uma vez que esta negligência também reflete a falta de fiscalização administrativa por parte do Estado, em relação ao seu regime cartorial nos municípios, o que torna a situação ainda bem mais grave. Junta-se a essas questões a facilidade com que estrangeiros sabidamente se utilizam da estratégia matrimonial ou através de pagamento de porcentagem no negócio para um brasileiro, para conseguir a propriedade formal dos imóveis. Estas facilidades, aliadas ao baixo preço dos imóveis brasileiros comparado ao mercado europeu, justificam a especulação estrangeira em toda a extensão de nosso litoral.

Das 2.500 matrículas registradas no cartório de Itacaré, 112 são de estrangeiros, o que percentualmente indica 4,5 % de participação. Das 112 matrículas, num total de 118

---

<sup>125</sup> De acordo com o Art. 11 da lei nº 5.709, verificado a inexistência do livro para o quadro de matrículas há uma considerável negligência do cartório, passível inclusive, de drásticas retaliações pela Corregedoria da Justiça dos Estados, sob pena de perda de cargo.

<sup>126</sup> Cada município tem uma legislação específica que regulamenta os módulos rurais.

estrangeiros participantes, 80 imóveis estão situados na área urbana e 32 na área rural. As propriedades da área rural totalizam, 2.115 hectares. Quanto à nacionalidade dos compradores, estão distribuídas da seguinte forma: franceses (30 %); suíços (12 %); portugueses (11 %); norte americanos (9 %); ingleses (8,5 %); italianos (7,5 %); argentinos (4 %); holandeses (3 %); austríacos (2,5 %); espanhóis (2,5 %); irlandeses (2,5 %); belgas (2,5 %); alemães (1,5 %); chilenos (1 %); noruegueses (1 %); etíopes (1 %) e israelitas (1 %). Enquanto nos anos de 1979/80 apenas 6 % das propriedades foram adquiridas por estrangeiros, nas décadas seguintes estes percentuais tiveram grande acréscimo: 23 % na década de 1990 e 71 % na década de 2000.

Sendo assim, os sistemas de ações e sistema de objetos que conformam a atividade turística podem ser decompostos numa diversidade de eventos que transformam a economia regional. “As ações não são indiferentes à realidade do espaço, pois a própria localização dos eventos é condicionada pela estrutura do lugar” (SANTOS, 2006, p. 160). Desta forma, a “oferta” dos lugares através dos investimentos em infra-estrutura, da paisagem, das unidades de conservação, da oferta de capital para os investimentos, dinamiza a atividade turística e atrai agentes, que investem em equipamentos turísticos e propagam ideologicamente um novo período de desenvolvimento econômico, à “disposição” da população.

#### **5.4 – PRODETUR-NE e a construção da psicosfera da atividade turística**

Com efeito, o volume de investimentos realizados e principalmente, os previstos, é apropriado pelo governo do Estado como um dado concreto e passa a divulgar que os investimentos são o resultado de uma eficiente política de desenvolvimento econômico. Na apresentação do documento “Século XXI – Consolidação do turismo: estratégia turística da Bahia 2003-2020” (2005), para o governo do Estado, o sucesso do programa de desenvolvimento turístico da Bahia é uma das mais bem sucedidas políticas públicas do país, sendo hoje uma referência nacional. O governador atribui o sucesso da atividade, nos últimos dez anos, a uma continuada política de investimentos em infra-estrutura de suporte e de promoção dos destinos turísticos na Bahia, no Brasil e no exterior, o que possibilitou a Bahia

alcançar a segunda posição no *ranking* brasileiro de turismo de lazer e a terceira posição, quando considerado o resultado global da atividade (SOUTO, 2005).

A divulgação dos investimentos a serem realizados num espaço de tempo longo serve para criar mais uma euforia modernizante do que mostrar uma realidade concreta da atividade turística. É o que observamos quando constatamos a diferença entre os valores dos investimentos aplicados e previstos. Os recursos, públicos e privados, aplicados (incluindo os investimentos do PRODETUR/NE) somam o montante de 3,3 bilhões de dólares em obras de infra-estrutura. Já a previsão de investimentos para o período de 1991/2020 sinalizam um volume de 7,7 bilhões de dólares, destinados, principalmente, à implantação e à expansão da rede hoteleira (BAHIAINVEST, 2007).

A Tabela 25 mostra os investimentos públicos e privados aplicados e previstos para a Costa do Cacau. Os recursos somam, no período de 1991/2020, o montante de 1,3 bilhões de dólares, sendo que, deste total, 72 % será de investimentos privados e apenas 28 % públicos. Mas, quando analisamos os recursos concluídos ou em execução, os valores se apresentam muito diferentes, pois somando os investimentos públicos e privados, apenas 20 % foram efetivados. Resta sabermos se os recursos serão mesmo investidos na atividade turística até 2020.

Tabela 25 – Investimentos públicos\* e privados, aplicados e previstos para a Costa do Cacau no período de 1991 a 2020 (US\$ mil)

Zona Turística	Investimentos concluídos		Investimentos em execução		Investimentos em projeto		Total	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
Costa do Cacau	110.571	78.622	11.316	41.200	229.257	779.000	351.144	898.822

\* Investimentos Federal, Estadual, Municipal e PRODETUR/NE

Fonte: SUINVEST, posição em maio/2006 (Extraído da Revista Bahia invest, 2006).

Enquanto o “futuro não chega”, propagam-se estatísticas favoráveis à atividade. Silva (1996) em seu estudo publicado com o título “Geografia, Turismo e Crescimento: o exemplo do estado da Bahia” destaca a atividade turística como uma importante estratégia de crescimento no estado da Bahia:

Nota-se, com efeito, que o turismo baiano passou a representar, desde 1991, com continuidade até nossos dias, uma das mais importantes estratégias de crescimento de todo o Estado, aproximando-se do que Hirschman chamou de um projeto de impacto estruturante, ou seja, um projeto que tenha efetivas e

amplas repercussões econômicas, sociais, políticas e culturais (SILVA, 1996, p. 134).

É assim que, tanto na divulgação das ações do governo da Bahia, como nas publicações de caráter científicos, vai se construindo uma psicofera de que a atividade turística está movimentando consideráveis somas de investimentos públicos e privados, constituindo-se como parte importante na composição do PIB baiano e transformando-se numa importante estratégia de re-equilíbrio da economia e de crescimento econômico das zonas turísticas.

Muito embora todas as projeções mostrem um cenário favorável à atividade turística, quando verificamos as receitas produzidas pela atividade turística, constatamos que Salvador detém mais de 50 % destes valores. Na Tabela 26 está a composição das receitas da atividade turística baiana e dos principais destinos turísticos, bem como a participação da receita na composição do PIB baiano. Observa-se que, a partir de um crescimento no início dos anos 1990, mais precisamente em 1995, a participação da receita do turismo em relação ao PIB baiano se estabilizou em torno de 7 %.

Tabela 26 – Receita da atividade turística na Bahia e em municípios baianos, 1991 e 1995 a 2004 e a participação da receita no PIB baiano

Localidades	Receita da atividade turística (em milhões de dólares)										
	1991	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Bahia	349,41	975,43	1.122,2	1.088,8	1.024,8	904,76	954,27	844	916,63	1.041,1	1.093,1
Salvador	194,12	541,91	623,48	604,92	569,37	502,64	520,03	469,57	509,24	578,42	607,34
Porto Seguro	94,34	263,37	303,01	293,99	276,72	244,29	257,65	227,88	247,49	281,11	295,16
Ilhéus	24,46	68,28	78,56	76,22	71,74	63,33	66,8	59,08	64,16	72,88	76,52
Morro de SP / Valença	11,18	31,21	35,91	34,84	32,8	28,95	30,54	27,01	29,33	33,32	34,98
Lençóis	4,37	12,19	14,03	13,61	12,81	11,31	11,93	10,55	11,46	13,01	13,67
Outros	20,94	58,47	67,27	65,27	61,44	54,24	67,32	49,91	54,95	62,41	65,52
<b>Total</b>	<b>698,82</b>	<b>1950,9</b>	<b>2244,5</b>	<b>2177,6</b>	<b>2049,6</b>	<b>1809,5</b>	<b>1908,5</b>	<b>1688</b>	<b>1833,3</b>	<b>2082,2</b>	<b>2186,3</b>

Participação no PIB da Bahia em números absolutos e relativos, (1991-1995 a 2004)											
Valor (US\$ bilhões)	0,68	1,88	2,17	2,09	1,98	1,82	1,93	1,65	1,87	2,26	2,37
Participação (%)	3,81	6,44	6,60	6,09	5,93	7,85	7,32	7,18	8,82	9,37	7,77

Fonte: BAHIA, (2007). Elaboração: Jorge Chiapetti

Quanto aos investimentos em infra-estrutura, o que observamos a partir do final da década de 1990 é que as populações das regiões turísticas da Bahia foram favorecidas com

algum investimento, principalmente em rodovias asfaltadas, saneamento básico, energia e recuperação do patrimônio histórico.

Os lugares são preparados para oferecer uma diversificação de produtos turísticos, principalmente à mercê de decisões e de investimentos exógenos como alternativa ao crescimento econômico dos lugares. De um lado, os investimentos em *resorts*, hotéis e pousadas e outros estabelecimentos ligados à atividade turística, os quais, raramente são usufruídos pelos habitantes locais, renovam o conteúdo e as ações dos lugares que começam a vivenciar um novo período de modernidade, visando atrair os turistas nacionais e estrangeiros. Mas, por outro, os lugares começam a sofrer um crescimento populacional desordenado, com muitos processos de favelamento nas cidades e pressão nos já precários serviços públicos (Tabela 27).

Tabela 27 – Composição da população urbana dos municípios litorâneos da Costa do Cacaú, nos anos de 1980, 1991, 2000 e 2007

Município	Composição da população urbana			
	1980	1991	2000	2007
Canavieira	14.668	20.658	26.343	35.743
Ilhéus	80.831	144.232	162.125	220.144
Itacaré	3.005	4.275	7.951	24.720
Una	7.233	5.347	15.274	25.277
Uruçuca	9.571	9.040	14.158	22.070
Total	115.308	183.552	225.851	327.954

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popBA.def>. Elaboração Jorge Chiapetti.

Assim, os recursos do estado da Bahia, no lugar de servir a população, foram direcionados para obras de engenharia e equipamentos turísticos, visando à atração dos grandes investidores. Só para ilustrar, a cidade de Porto Seguro foi contemplada com um hospital para atendimento da sua população apenas no final da década de 1990, quando a atividade turística havia ganhado importância no desenvolvimento econômico do Estado e o lugar tinha passado a despertar interesses econômicos dos grandes investidores. Anteriormente, a população tinha acesso apenas ao atendimento em um pequeno posto de saúde, sendo que os casos mais graves eram encaminhados para outros centros urbanos. Este exemplo é um traço característico da “modernização conservadora”, que apenas favorecia com os investimentos, as oligarquias locais, deixando de fora a maioria da população.

Após a conclusão dos investimentos do PRODETUR-NE<sup>127</sup>, um novo programa começou a ser elaborado, sendo uma segunda versão do PRODETUR. Este Programa passou a ser chamado de PRODETUR/NE II e além de continuar financiando a infra-estrutura, foi delineado para dar conta, segundo as próprias justificativas do Programa, dos “impactos socioambientais negativos que direta e indiretamente estão associados às intervenções realizadas. Tais impactos tiveram uma repercussão negativa, além de possivelmente representarem comprometimento de parte dos resultados do Programa”. Assim, a partir de 1999, o PRODETUR/NE II<sup>128</sup> começou a ser estruturado com dois direcionamentos estratégicos definidos: “a reparação dos impactos negativos resultantes da primeira fase do Programa e a não repetição de tais impactos em sua segunda fase, por meio da incorporação dos princípios do Desenvolvimento Sustentável” (PRODETUR/NE II, 2008).

Este novo planejamento do PRODETUR/NE II pode ser visto como um reconhecimento da ineficiência deste tipo de investimentos, o qual privilegia apenas a reprodução ampliada do capital e não atende às demandas sociais mais efetivas, promovendo apenas alguns lugares em detrimento de outros e, como resultado, intensifica a concentração de renda, excluindo a grande maioria da população do processo. Mas, para Santos (2003, p. 11) um novo planejamento é uma estratégia do capital e se faz necessário para dar continuidade à difusão e à reprodução do capital que, “indiferente à sorte da grande maioria da coletividade”, novas alternativas são estruturadas de acordo com as ideologias de quem o define e são, “postas sem recato maior ao serviço exclusivo do capital”, isto é, o processo de desenvolvimento vai se adaptando a diferentes necessidades, momentos, teorias, ideologias e situações, sempre impulsionados pelo objetivo da maior acumulação.

Acompanhando e, muitas vezes, se antecipando à implantação de uma tecnoesfera, isto é, a incorporação de acréscimos científicos, tecnológicos e informacionais ao meio geográfico, cria-se uma psicoesfera, em que a atividade turística começa a ser divulgada como a “grande alternativa” para recuperar a economia dos lugares, sendo ainda “rotulada” como uma atividade econômica preservadora do meio ambiente, pois a própria natureza torna-se um recurso da atividade turística. Silveira (2002, p. 37) escreve:

---

<sup>127</sup> O PRODETUR/NE I teve a sua primeira fase encerrada no primeiro semestre de 2005. O Programa possibilitou a execução de 264 projetos, aplicando um total de 625,966 milhões de dólares entre os 9 estados do Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia). O estado da Bahia recebeu 215,011 milhões de dólares (34 % do total) (BNB, 2005).

<sup>128</sup> O PRODETUR II tem previsto um aporte de recursos de 240 milhões de dólares, oriundos do BID e 160 milhões de dólares, como contra partida, via Ministério do Turismo, dos Estados e demais órgãos executores da atividade. O prazo para desembolso e dos recursos foi previsto para 09/2007.

O que é objeto da apropriação da psicosfera, objeto de publicidade e de consumo, é a paisagem, a chamada “natureza”, como um dado simbólico. E, a um só tempo, o que realmente se vende como “natureza” são pedaços de complexos e dispendiosos sistemas de engenharia e de formas de organização. Trata-se de deslocamento terrestres, aéreos, marítimos ou fluviais apoiados em modernos sistemas de circulação, um complexo hoteleiro, um pedaço de tempo – a porosidade ociosa do calendário –, um conjunto de objetos, narrativas e imagens em um *city-tour*, uma festa regional, etc. São dados técnicos e organizacionais e, também dados de uma cultura globalmente produzida para os lugares.

Na implantação e disseminação de todos esses sistemas de objetos e ações, os quais vêm dinamizar a atividade turística, a atividade não é, no entanto e como de sempre, usada e alcançada por todos. Ao contrário, a instalação dos novos meios técnicos e o uso desses meios são seletivos e servem aos agentes hegemônicos da economia e da política mundial. Os lugares são, assim, requalificados para atenderem, sobretudo, aos interesses hegemônicos - seguindo a lógica do mercado global, que comanda e ao mesmo tempo desorganiza a ordem local.

Da mesma forma que a década de 1990, na década de 2000, o PRODETUR II tem o apoio de programas federais como o “Projeto Orla” (2004-2006), o “Plano Brasil” (2004-2007) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (2007-2010) do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010). Como exemplo, a Figura 23 mostra uma placa indicando a continuação das obras de infra-estrutura do governo Lula.

Figura 23 – Placa indicativa de obra do PRODETUR/NE II em Itacaré – BA, dez. 2007



Foto: CHIAPETTI, J.

Nas palavras de José do Carmo Rocha do Ministério do Turismo, a atividade turística é vista em grandes números: com 4,3 bilhões de receitas cambiais, a atividade turística é o 5º (quinto) produto na pauta de exportação brasileira e tomou a frente de muitas atividades tradicionais, além de expressar um crescimento de 12 % ao ano; estima-se 6 milhões de empregos formais e informais; em 2006 foram desembolsados pelas instituições financeiras oficiais 2,2 bilhões em crédito para os empreendimentos turísticos; 3,6 bilhões de investimentos hoteleiros em curso no país para implantação até 2009 e cita ainda que as 80 maiores empresas do setor faturaram 2,96 bilhões em 2006. Como conclusão desses grandes números, ele ainda comenta:

O cenário é propício para investimentos, pois hoje existe uma política para o setor e o turismo está incluído entre as prioridades do governo. O turismo tem os fatores de crescimento econômico sempre acima da média dos outros setores, é intensivo em mão-de-obra com impactos positivos na redução da violência do país. É um aporte de entrada para os jovens no mercado de trabalho. Ajuda a fortalecer a identidade do povo e contribui para a paz ao integrar culturas<sup>129</sup>.

Com a posse do governo Jaques Wagner (2007-2009) no estado da Bahia, foi implantado um novo programa, o “Viver Bahia” e a marca “Bahia” como uma nova estratégia para a atividade turística. A intenção do Governo é colocar a atividade turística da Bahia de forma competitiva nos mercados brasileiro e mundial. Para o governo da Bahia, o objetivo do programa é fazer com que a “atividade seja indutora do desenvolvimento cultural, econômico e social da Bahia” (AGECOM, 2007, p. 8). Para Domingos Leonelli, o novo secretário de turismo do estado da Bahia, o Programa faz parte da estratégia para colocar novos produtos baianos a serviço da atividade turística a exemplo do enoturismo, do turismo étnico, náutico e de golfe. Para isto, estão previstos novos investimentos em infra-estrutura para uma nova reestruturação dos aeroportos da Bahia, como a implantação de um novo aeroporto em Ilhéus e em Porto Seguro, a construção de *piers*, de marinas, de atracadouros marítimos, hidroviários e lacustres, a sinalização turística das estradas, de vias urbanas e de zonas turísticas, além de um portal do turista na internet e um posto de informações turísticas (AGECOM, 2007).

---

<sup>129</sup> Anotações da palestra de José do Carmo Rocha: “A política nacional de turismo e o programa de financiamento para a estruturação de AL’S”, apresentada na 3ª Reunião Extraordinária do Conselho de Turismo do Pólo Litoral Sul, Ilhéus, 13/12/2007.

Para Farina (2007), o estado da Bahia se encontra em um processo de investimento em escala ascendente na captação de recursos internacionais, para serem investidos em grandes equipamentos turísticos.

Mesmo havendo mudanças na ideologia política, tanto na esfera federal como na estadual, se mantiveram as diretrizes conceituais do planejamento da atividade turística, iniciadas na década de 1990, confirmando o caráter apenas econômico do planejamento, beneficiando mais os empreendimentos e não a maioria da população.

Sendo a economia apenas um dos aspectos da sociedade, isto é, corresponde a uma determinada relação social e, sendo essa a esfera da sociedade que hoje está sujeita ao comando internacional, a reestruturação da economia regional com base na atração de investimentos externos para o desenvolvimento da atividade turística vem ao encontro dos objetivos de reprodução do capital da economia mundial e não como uma alternativa para superar a histórica desigualdade social. Para Wallerstein, (2002. p. 46), este é um movimento essencial para a manutenção da taxa de lucro e da acumulação de capital.

Um território sempre é uma totalidade, por isso incorpora várias relações sociais e o processo de desenvolvimento não pode se realizar através do fortalecimento de apenas uma relação. Então, planejar um território como um espaço unidimensional e receptor de instrumentos para o uso quase que exclusivo das grandes corporações, estará servindo apenas aos interesses do crescimento econômico e não de desenvolvimento como um benefício a maioria da população. Repete-se, assim, o mesmo modelo de crescimento econômico, desde o pós-guerra, em que planos de desenvolvimento foram elaborados para reorganizar as atividades econômicas e tornar o território eficaz para um uso, que sob o capitalismo, é um uso corporativo e desigual.

A serviço do planejamento a economia perdeu seu *status* científico e se tornou simples ideologia, cujo fito é persuadir Estados e povos das vantagens daquilo que passou a ser chamado desenvolvimento: a venda da ideologia do crescimento aos Estados, a imposição de uma ideologia de sociedade de consumo às populações. Ambas combinadas induzem ao capital estrangeiro e à aceitação de um só parâmetro aplicável à economia, à sociedade, à cultura, à ética; em suma, à dependência e à dominação; a dominação através da dependência (SANTOS, 2003, p. 15).

Segundo Santos (2003, p. 21), as ações de planificação econômica são intencionais e sempre requerem a modernização de setores tradicionais e a melhoria de infra-estrutura, entre outras ações, para possibilitar a entrada e a reprodução do capital. “A localização de infra-

estruturas é resultado de um planejamento que, sobretudo, interessa aos atores hegemônicos da economia e da sociedade” (SANTOS, 2006, p. 299), portanto regulam comportamentos e selecionam atores para o seu uso. A seletividade do acesso a tais infra-estruturas caracteriza e perpetua a condição de subdesenvolvimento e esconde a intencionalidade das ações.

O conceito de subdesenvolvimento sempre foi tomado como uma ideologia necessária para as interferências políticas e de planificação econômica para o alcance do desenvolvimento de todos. “Nos tempos presentes, a competitividade toma como discurso o lugar que, no início do século, ocupava o Progresso e, no após-guerra, o Desenvolvimento. Antes, porém, o debate era filosófico, teleológico” (SANTOS, 1994, p. 35). O planejamento com base na competitividade é um mecanismo ideológico e de política econômica, conduzido pelas empresas e pelas instituições burocráticas internacionais que cooptam o Estado para difundir as acelerações da globalização.

A busca racional de vantagens econômicas, sem considerar as especificidades dos lugares, como alternativas válidas para o alcance de condições de vida dignas para a maioria da população é uma ação viabilizadora apenas das corporações. “Assim, enquanto alguns atores, graças aos recursos públicos, encontram as condições de sua plena realização (fluidez, adequação às novas necessidades técnicas da produção), os demais, isto é, a maioria não tem resposta adequada para as suas necessidades essenciais” (SANTOS, 2006, p. 308). É assim que, a produção de mais desigualdades torna-se imperativa do modo de desenvolvimento do capitalismo e se camuflam na ideologia das modernizações.

É o que escreve também Ribeiro (2007), quando afirma que a modernização enquanto presentificação se utiliza de instrumentos de convencimento, de acordo com as ideologias pertinentes de cada momento histórico, para criar uma sinonímia entre o presente e o futuro, aproximando o espaço e o tempo e reduzindo isso a um único movimento, qual seja, o movimento do presente amplificado.

Na atividade turística fica cada vez mais difícil rejuntar a relação dos sistemas técnicos e a relação social de produção, pois estamos cada vez mais, envolvidos por um universo de tecnicidade que nos impede de entender, inclusive a produção da riqueza. Na atividade turística, em grande parte, esta produção da riqueza, não vem dos investimentos forâneos, como preconiza o estado da Bahia com a sua “eficiente” política de investimentos em infra-estruturas e incentivos fiscais, mas sim da apropriação do espaço herdado e da acumulação primitiva, conforme descrita por Marx.

Então, a atividade turística representa uma forma de enriquecimento súbito para poucos, que se dá pela apropriação da riqueza historicamente acumulada da Região Cacaueira. Esta apropriação é possível através dos instrumentos da técnica que, na sua mais alta eficiência, representa um “fechamento de futuros do lugar no presente”, através de uma acumulação brutal, inclusive da venda dos lugares e da imagem dos lugares nos mercados nacionais e internacionais de alta renda<sup>130</sup>. Este é um mecanismo de transformações culturais que opera pelo uso corporativo do território, pelo favorecimento das normas e pela alienação cultural, isto é, é um processo de fechamento de futuro, até que outra crise refuncionalize o lugar.

---

<sup>130</sup> Um exemplo da venda dos lugares nos mercados nacionais e internacionais é a eficácia de captação de recursos dos dois maiores empreendimentos turísticos da região. Após terem adquirido áreas de praia com remanescente de Mata Atlântica, os empreendimentos turísticos lançaram seus projetos no mercado de capitais. O *Resort Txai* elaborou um projeto e lançou na Europa (bolsa de valores de Londres) captando 600 milhões de Euros e, atualmente, abriu seu capital na Bovespa, que se chama Investur. Da mesma forma, o empreendimento Warapuru (Harmattan e Cia Ltda) captou 90 milhões de Euros (FARINA, 2007).

## CAPÍTULO 6

### PORTO SUL: NOVAMENTE A PROMESSA DE DESENVOLVIMENTO

#### 6.1 – Novo complexo intermodal: a reestruturação da velha vocação mercantil das *commodities*

A história da humanidade parte de um mundo de coisas em conflito para um mundo de ação em conflito (SANTOS, 2006, p. 147).

Se o evento esgota as suas próprias possibilidades, jamais ele esgota ou utiliza todas as possibilidades oferecidas pelo mundo. O evento se inscreve na totalidade característica de um determinado momento, mas o faz como uma parte do todo (SANTOS, 2006, p. 160).

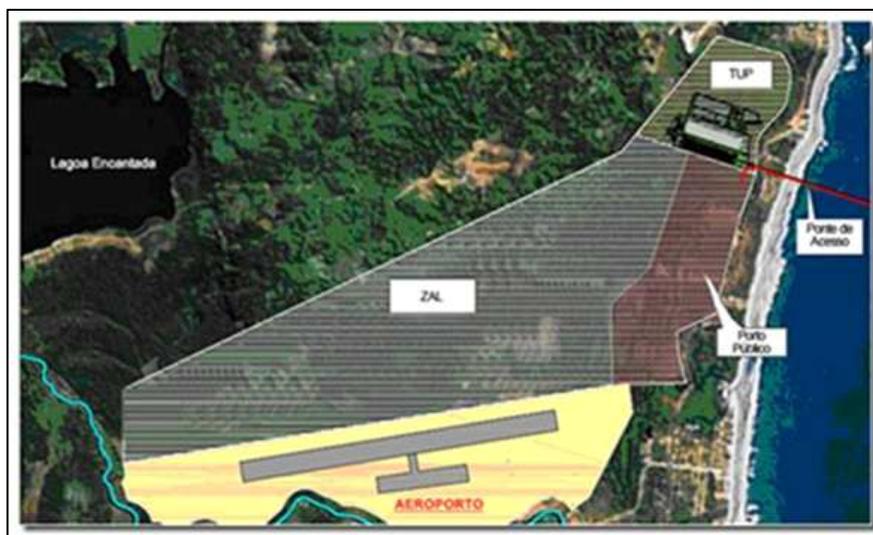
Depois da fase dos investimentos em infra-estrutura para a atividade turística, divulgada amplamente como um importante vetor do desenvolvimento econômico, o governo da Bahia começou a divulgar, com bastante ênfase, os novos investimentos, que tem como objetivo de, “novamente”, superar o longo período de crise por que passa a Região Cacaueira da Bahia e conseqüentemente Ilhéus. Um novo evento está sendo divulgado com o anúncio da

construção de obras de infra-estrutura do complexo intermodal em Ilhéus, composto pelo novo porto (Porto Sul), para a exportação de minério de ferro, pela Ferrovia de Integração Oeste-leste (que ligará os estados do Mato Grosso e de Tocantins até o litoral baiano) e pelo novo Aeroporto Internacional de Ilhéus.

Os investimentos, na ordem de 4 bilhões de reais, acompanhados pela promessa de geração de “muitos postos de trabalho”, fazem parte das obras do PAC para uma maior integração do país.

A divulgação destas obras começou com a publicação no Diário Oficial, através do Decreto Estadual nº 10.917 de 19/02/2008, da poligonal de uma área de 1.701 ha, que será desapropriada para a construção do retroporto (área necessária para servir de depósito de minério de ferro antes de ser embarcado) e do aeroporto internacional. A área localiza-se no interior da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada, às margens da BA 001, no trecho Ilhéus-Itacaré (Figura 24). A criação da poligonal é necessária para que sejam realizadas as licitações dos estudos preliminares para o processo de desapropriação.

Figura 24 – Esquema da poligonal da área que será desapropriada no município de Ilhéus, para a instalação do Porto Sul e do Aeroporto Internacional, Ilhéus – BA



Fonte: [www.acaoilheus.org.br](http://www.acaoilheus.org.br)

A principal justificativa para a construção do Porto Sul é solucionar o atual gargalo estrutural existente nas demais instalações portuárias da Bahia (Salvador, Aratu e Ilhéus). O Diário Oficial do estado da Bahia de 20 de fevereiro de 2008, traz a seguinte informação (Quadro 8):

Quadro 8 – Informação extraída do Diário Oficial da Bahia sobre as obras do novo complexo portuário: o Porto Sul, o aeroporto e a ferrovia

**Novo porto de Ilhéus fortalece estrutura intermodal na Bahia**

A Bahia vai ganhar um novo Complexo Portuário. Será instalado em Ilhéus o Porto Sul, que vai solucionar o atual gargalo estrutural existente nas demais instalações portuárias da Bahia (Salvador, Aratu e Ilhéus). O Diário Oficial publica hoje o decreto que desapropria a área onde será construído o novo porto e o Pólo Industrial de Serviços, localizado na Rodovia Ilhéus-Itacaré com aproximadamente 18 mil metros quadrados. Com o novo porto, o Estado pretende se reintegrar aos grandes eixos territoriais de desenvolvimento da produção no país fazendo a conexão de toda a Região Centro-oeste à costa atlântica, criando um novo corredor de comércio exterior (exportações e também importações) agregado a novos pólos industriais, comércio e serviços.

Reforço - O Porto vai receber ainda o reforço do novo aeroporto que será construído na mesma rodovia, no lado oposto da via. "É mais um passo importante para o processo de estruturação da Bahia", disse o secretário de Indústria, Comércio e Mineração, Rafael Amoedo. O Complexo Portuário tornará viável a exploração de minério de ferro da grande jazida localizada no município de Caetité, e completará também o projeto intermodal de construção da Ferrovia de Integração Oeste-leste, desde os Estados de Mato Grosso e Tocantins. A exploração do ferro de Caetité e a Ferrovia de Integração Oeste-leste terão um forte impacto na economia baiana. A estimativa de inversão de capital corresponde a mais de R\$ 4 bilhões, no próximo triênio 2008-2011, além da criação de muitos postos de trabalho. Ainda em sua primeira fase o Porto Sul deve receber, além do ferro de Caetité (25 milhões de toneladas anuais), volumes potenciais de outros jazimentos minerais espalhados pelo território do Estado, grãos de todo o oeste, celulose e rochas ornamentais baianas e, também, fertilizantes, que fariam o frete de retorno na ferrovia rumo oeste.

Fonte: Diário Oficial ano XCII, n. 19.631, 20 de fevereiro de 2008.

Estimativas atualizadas do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) – entidade nacional representativa das empresas e das instituições que atuam na indústria da mineração – indicam investimentos, no Brasil, de 47 bilhões de dólares em 2008, sendo 9 bilhões a mais que a previsão do final do ano passado. Segundo o IBRAM, esses investimentos dão prioridade ao minério de ferro, responsável por cerca da metade dos recursos aplicados<sup>131</sup>.

Por sua vez o BID, diante da importância dada ao Brasil para a exploração desta *commodity*, começou a disponibilizar recursos para os investimentos em infra-estrutura, elevando para 42 % a margem dos recursos do banco destinado ao Brasil. Para Luiz Alberto

<sup>131</sup> Segundo o IBRAM, a produção mineral brasileira, em 2007, atingiu o volume de R\$ 46 bilhões, com aumento de 21 % se comparado a 2006 – de R\$ 38 bilhões, excluídos Petróleo e Gás. A produção de minério de Ferro registrou um aumento acima de 12 %. Se considerarmos a indústria da mineração e da transformação mineral, o valor da Produção Mineral Brasileira deve subir para R\$ 126 bilhões, 9,57% maior do que em 2006 (R\$ 115 bilhões). O aumento dos investimentos na atividade ferrífera no Brasil é divulgado pelas agências especializadas na atividade. O último relatório do Instituto Fraser – organização canadense que anualmente divulga o *ranking* de atratividade em pesquisa mineral para 68 países – mostra o Brasil em igualdade com o Canadá e Austrália no volume de recursos investidos, tornando-se o Brasil mais atrativo que os EUA, a China, a Rússia, a Índia e a África do Sul. Já o *Metal Economics Group*, em 2008 colocou o Brasil dentre os 10 primeiros países para onde se dirigem recursos internacionais para a pesquisa mineral, ao lado da China. O Canadá apareceu com 19 % dos investimentos; a Austrália com 12 %; os Estados Unidos com 8 %; a Rússia com 6 %; o México com 5 %; o Peru com 5 %; o Chile com 4 %; África do Sul com 4 %; o Brasil com 3 %; a China com 3 %, e outros com 32 %. Disponível em: [http://www.oempreiteiro.com.br/index.php?id\\_mat=1037&home=not&tabela=materias](http://www.oempreiteiro.com.br/index.php?id_mat=1037&home=not&tabela=materias).

Moreno, presidente do BID, a elevação dos recursos é necessária para “afrouxar o gargalo de infra-estrutura que ameaça não só o país, mas todas as economias emergentes” (MORENO, 2008, p. A14). Afirma ainda que, do total de dinheiro disponível no BID, 27 % será investido no Brasil, sendo o maior destino entre os 26 países membros do BID. Ele continua:

Não há falta de dinheiro para investir em bons projetos brasileiros de infra-estrutura. Tenho começado a ver muitos investidores de portfólio procurando projetos desse tipo no país. E não há falta de projetos. O que há é muitos projeto pequeno, no qual não podemos investir, por ser uma estrada com pouco tráfego, coisa assim (p. A14).

Quanto às condicionantes para os investimentos, Moreno afirma ainda que, os projetos de investimento têm que ter, obrigatoriamente, parcerias com a iniciativa privada, as Parcerias Público-Privadas (PPP)<sup>132</sup>.

Na Bahia, a confirmação pelo empresário João Carlos Cavalcanti de uma das maiores reservas de minério de ferro do país, localizada no Sudoeste baiano, município de Caetité, bem como a elevação do preço e da demanda de minério de ferro no mercado internacional, surgiram como uma nova possibilidade de o Estado buscar recursos para investimentos, o que despertou o interesse de grandes mineradoras e fundos de investimentos internacionais<sup>133</sup>.

Os direitos de exploração de todo o cinturão ferrífero foi adquirido pela empresa Bahia Mineração Ltda (BML), que já comprovou e mapeou 1,5 bilhões de toneladas, quantidade suficiente para atrair dois grandes investidores internacionais, os indianos Pramod Agarwal (que atua na área de commodities) e C. Sivasankaran (empresário do setor de telecomunicações). Os dois empresários adquiriram 70 % dos direitos da BML, ficando 30 %

---

<sup>132</sup> Com a descentralização fiscal e política, ocorrida a partir do final dos anos 1970 e consolidada na constituinte de 1988, houve a liberação pelo governo federal da margem de manobra fiscal dos Estados, em que foi possível aumentar a capacidade de endividamento. Assim, os Estados tornaram-se clientes preferenciais do BID e de suas determinações, como a busca de parcerias privadas para os grandes projetos de investimento em infra-estrutura.

<sup>133</sup> Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2006), em 2004 o valor da produção mineral foi de R\$ 1,644 bilhão e representou 3,5 % do PIB estadual. Atualmente existem vários investimentos previstos e sendo realizados no estado da Bahia: a Vanádio (empresa do grupo canadense Largo Mineração) está investindo R\$ 216 milhões em seu complexo na cidade de Maracás – o depósito baiano é a única mina de vanádio no Brasil, com reservas estimadas em 17,3 milhões toneladas. A expectativa é de um faturamento anual de R\$ 200 milhões, quando o complexo estiver em plena produção em 2011. A BML planeja investir de US\$ 1,5 bilhão na produção de 25 milhões toneladas de ferro por ano em Caetité. A instalação deve ficar pronta até o ano de 2010, com um complexo de mineração composto de mina, unidade de concentração de minério, mineroduto e adutora de abastecimento de água, utilizada para o escoamento do minério concentrado nos dutos. Já o projeto Santa Rita, da Mirabela, responde por R\$ 700 milhões de investimentos na extração de níquel sulfetado em Itagibá. A produção inicial de 150 mil toneladas de concentrado de níquel foi iniciada no 2º trimestre de 2009, com receita anual estimada de R\$ 580 milhões em 2011. A reserva está hoje calculada em 84 milhões toneladas.

para o empresário João Carlos Cavalcanti que, desde agosto de 2005, vem fazendo trabalhos de sondagem e mapeamento geofísico das áreas de ocorrência do minério<sup>134</sup>.

Como “os eventos não se dão isoladamente, mas em conjuntos sistêmicos – verdadeiras ‘situações’ – que são cada vez mais objeto de organização: na sua instalação, no seu funcionamento e no respectivo controle e regulação” (SANTOS, 2006, p. 149), com uma lógica abrangente no apoio aos projetos da iniciativa privada - o próprio estado da Bahia, iniciou as normatizações, (Quadro 9), para viabilizar a implantação do complexo Porto Sul e das infra-estruturas necessárias para as exportações, como: abastecimento de água, estradas, formação de mão-de-obra local, desapropriação de área para o retro-porto, construção de um mineroduto e da Ferrovia com 450 quilômetros de extensão.

Quadro 9 - Cronologia das normatizações relacionadas à implantação do complexo Porto Sul

Data	Evento
02/03/2007	Governo assinou o protocolo de intenções com o indiano Pramod Agarwal. O objetivo foi a colaboração estadual privativa, a fim de explorar minério de ferro em Caetitê e criar uma logística adequada para a exportação do mesmo.
31/12/2007	Foi lançado o Edital do EIA/RIMA para a Ferrovia Oeste-Leste (n.º 06/07).
04/01/2008	O Decreto 10.812, instituiu o Grupo de Trabalho que acompanhará as atividades da mineração em Caetitê e o Porto Sul. Este grupo é composto pelas Secretarias de Planejamento, Infra-estrutura, Indústria e Comércio e de Meio-ambiente.
19/02/2008	Foi assinado o Decreto Estadual nº 10.917, tornando de utilidade pública para fins de desapropriação 1771,3 hectares dentro da APA Lagoa Encantada e Rio Almada, às margens da Rodovia BA-001, trecho Ilhéus-Itacaré.
28/02/2008	Apresentação pelo Governo do Estado sobre o projeto conceitual do Porto Sul, com informações preliminares, baseadas em estudos da BML, apontando a área pretendida ao CEPRAM, argumentando a importância de um novo projeto logístico para satisfazer a demanda mundial de ferro e resolver o gargalo portuário na Bahia e no Brasil.
14/03/2008	1.ª Reunião pública convocada pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) a pedido da Promotora Karina Querubine, com o objetivo de fazer acontecer um primeiro debate público sobre o projeto anunciado.
18/03/2008	Diário Oficial da União declarou os vencedores dos editais de licitação da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
18/03/2008	O Diário Oficial do estado da Bahia anunciou investimentos da ordem de R\$4 bilhões e 10 mil empregos para o Sul da Bahia com o Complexo Intermodal.
26/03/2008	Governo Estadual comunicou oficialmente ao Governo Municipal de Ilhéus sobre o Projeto Conceitual Porto Sul.
27/03/2008	Governo Estadual fez a 1.ª Reunião Pública com a população de Ilhéus. Foi apresentada a idéia do complexo intermodal: porto, ferrovia, aeroporto e rodovias concentrados num único local, próximo a Ponta da Tulha, no município de Ilhéus.

<sup>134</sup>Disponível em: <http://www.acaoilheus.org/arquivos/category/10-projeto-ncora?download=42%3Aprimeira-noticia-ferro-em-caetit>

Continuação...

Data	Evento
09/04/2008	Governo publicou o Decreto Estadual nº 11.003, que revoga o Decreto nº 10917 de 19/02 e mantém para fins de desapropriação a área de 1.771 hectares.
01/07/2008	Foi lançada pela Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (SEINFRA), a tomada de preço nº 030/2008 – EIA/RIMA, área do novo Aeroporto.
04/07/2008	Concorrência nº 047/2008. Objeto: contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Aerolevanteamento e Mapeamento Planialtimétrico Digital de uma área de 340 km² no município de Ilhéus.
12/08/2008	O Plenário do Senado aprovou o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 18/08, que altera a estrutura ferroviária do país. O projeto, proveniente da MP 427/08, também transforma a VALEC em empresa pública, à qual transfere a administração de algumas ferrovias.
10/09/2008	Audiência Pública da VALEC em Brasília para discutir o trecho da ferrovia Oeste-Leste EF-334.
28/10/2008	Foi assinado em Salvador o protocolo do Porto Sul e da Ferrovia Oeste-Leste pelo presidente Lula.
29/10/2008	O Governo criou o regime de concessão em portos e confirmou o novo Porto em Ilhéus.
29/10/2008	Foi assinado o Decreto nº 6.620 – Marco regulatório dos Portos.
04/11/2008	Foi lançado Edital nº 014 e 015/2008 da VALEC para contratação de empresa de engenharia para realização de serviços de consultoria de apoio técnico e administrativo à Superintendência de Projetos (SUPRO), na ferrovia de integração Oeste-Leste, trecho: Figueirópolis – Ilhéus e contratação de empresa de engenharia para realização de serviço de consultoria para a elaboração de projeto básico de infra-estrutura, de superestrutura e de estudos operacionais, para a implantação da ferrovia de integração Oeste-Leste, trecho Figueirópolis – Ilhéus.
07/11/2008	Foi lançado o Edital nº 055/2008 da SEINFRA, para contratação de consultoria com vista a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento do Complexo Porto Sul, a ser implantado pelo governo do estado da Bahia no município de Ilhéus.
27/11/2008	O Governo outorgou a implantação da ferrovia Oeste-Leste.
17/12/2008	Senado aprovou a PL 018/2000, criando o Plano Nacional de Viação (PNV) com emenda do relator, senador Eliseu Resende (DEM-MG), que garantiu, entre outras mudanças, a inclusão do futuro Porto Sul, em Ilhéus, no subsistema aquaviário federal.
05/01/2009	Foi lançado o Edital nº 001/2009 do Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA), para a contratação de empresa especializada para executar serviços de engenharia consultiva de assessoria, para implantação do Complexo Porto Sul.

Fonte: [www.acaoilheus.org.br](http://www.acaoilheus.org.br). Elaboração Jorge Chiapetti.

O Porto Sul nasce, assim, de uma oportunidade de investimentos sinalizada pelas agências de desenvolvimento, como o BID e de uma crescente demanda no mercado internacional de minério de ferro, principalmente pela China. Assim, como um espaço derivado, a vocação mercantil do estado da Bahia volta a ser valorizada com grandes investimentos em infra-estruturas para dar conta da demanda crescente de matéria-prima no mercado internacional.

## 6.2 - A nova estratégia competitiva do estado da Bahia

Com o pretexto de organizar o desenvolvimento econômico regional, o estado da Bahia subordina o lugar às suas decisões e necessidades e “impõe” uma nova modernidade no lugar. Segundo a Secretaria de Indústria Comércio e Mineração (SICM, 2008, p. 20), “o surgimento de uma nova opção portuária de grande profundidade no litoral baiano constitui uma forte estratégia para a articulação econômica da Bahia e região central do Brasil com a economia globalizada”.

Para Kahil (1997, p. 75), “nesse sentido, o vetor hegemônico é o de uma modernidade imitativa em que, à velocidade das transformações, sincronicamente às reestruturações mundiais da economia e do mercado fazem do lugar um espaço da globalização”.

As jazidas de minério de ferro no estado da Bahia são conhecidas desde os tempos do império, mas é na conjugação de interesses técnico-econômicos e políticos, que a exploração e a exportação de minério de ferro se tornam altamente produtivas e rentáveis.

A crescente demanda de matérias-primas pelos países em crescimento, como a China e a Índia, principalmente pelo minério de ferro, impõe novas dinâmicas para os países produtores desta *commodity*. A China, que é a maior produtora mundial de aço, vem fortalecendo as relações comerciais com o Brasil, na busca de mais minério de ferro, já que o seu principal fornecedor, a Austrália, vem tendo queda de produção. A mudança de fornecedor, da Austrália para o Brasil, reflete nos transportes marítimos, já que a viagem se torna três vezes mais longa, o que torna o transporte viável somente em grandes embarcações.

Para tornar o transporte viável é necessário utilizar navios graneleiros como o *Berge Stahl*<sup>135</sup>, o maior graneleiro do mundo, com capacidade de 355 mil toneladas de carga (Figura 25). Navios desse porte necessitam de no mínimo 23 metros de calado (profundidade abaixo da linha d’água). Atualmente, navios desse porte, no Brasil, só podem aportar no Porto Ponta da Madeira, no Maranhão e no Porto de Tubarão, no Espírito Santo.

---

<sup>135</sup> O *Berge Stahl*, que até 2006 realizava exclusivamente o carregamento de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) do terminal marítimo Ponta da Madeira para Roterdã na Holanda, foi adquirido pela China. De acordo com especialistas, o uso de navios de maior porte contribuirá para reduzir os custos de frete e garantirá maior eficiência nas operações de carga e descarga. Além disso, viabiliza operações de cargas compartilhadas (part-cargo), em que vários clientes poderão ser atendidos na mesma viagem. Construído em 1986, o *Berge Stahl* tem 23 metros de calado, com capacidade para transportar 355 mil toneladas de minério de ferro. Com a compra do navio graneleiro pela China, ele completa sua quarta atracação em portos diferentes: Ponta da Madeira, em São Luis; Porto de Roterdã, na Holanda; Porto de Tubarão, no Espírito Santo e, agora, o Porto de Majishan, na China.

Figura 25 – Navio graneleiro da China, *Berge Stahl*

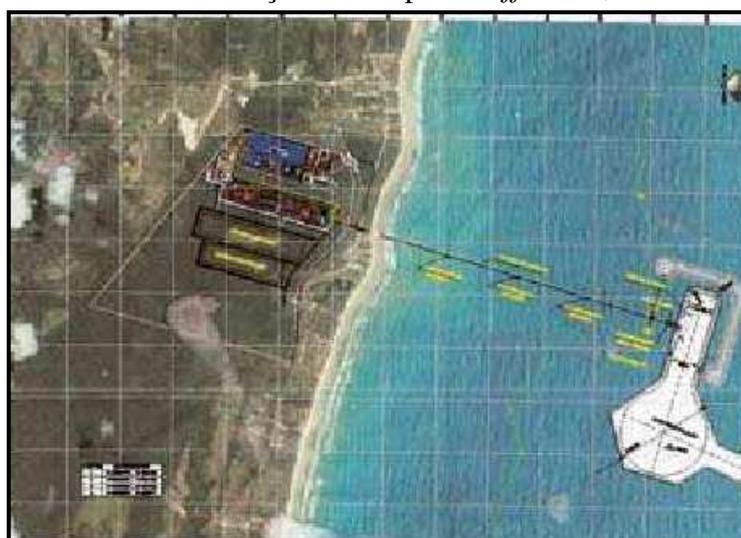


Fonte: [www.acaoilheus.org.br](http://www.acaoilheus.org.br)

Assim é que, para atender a nova dinâmica dos transportes marítimos, um novo porto se faz necessário. Segundo o governo do estado da Bahia, o Porto Sul será um porto estadual *off-shore* (distante da costa marítima). O seu atracadouro se localizará a 3 quilômetros da praia, para que possa ter uma profundidade de mais de 30 metros (Figura 26).

Para a construção do Porto Sul foram pesquisadas cinco áreas no litoral Sul da Bahia, sendo que a área localizada ao norte da cidade de Ilhéus (dentro da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada, às margens da BA 001, trecho Ilhéus-Itacaré), apresentou as melhores condições técnicas, como: “menor custo das obras civis em relação aos outros locais, melhor condição de acesso rodo-ferroviário, maior disponibilidade de área plana para implantação do retroporto industrial” (SICM, 2008, p. 34).

Figura 26 – Modelo de construção de um porto *off-shore*, como será o Porto Sul



Fonte: <http://www.r2cpress.com.br/?q=node/1325>

A intenção de construir um novo porto com tais dimensões se apresenta como uma alternativa vantajosa aos fluxos econômicos e evidencia a lógica de um território instável, em que o uso é cooperativo, já que há pouco tempo, a política padrão do governo do estado da Bahia para a região litorânea, era preservar os recursos naturais para viabilizar e atrair investimentos na atividade turística em que, a preservação da “natureza” se apresentava como maior atrativo. A princípio, a política teve seu êxito e vários empreendimentos estão em processo de realização, alguns já com as obras iniciadas, conforme já discutimos no capítulo anterior.

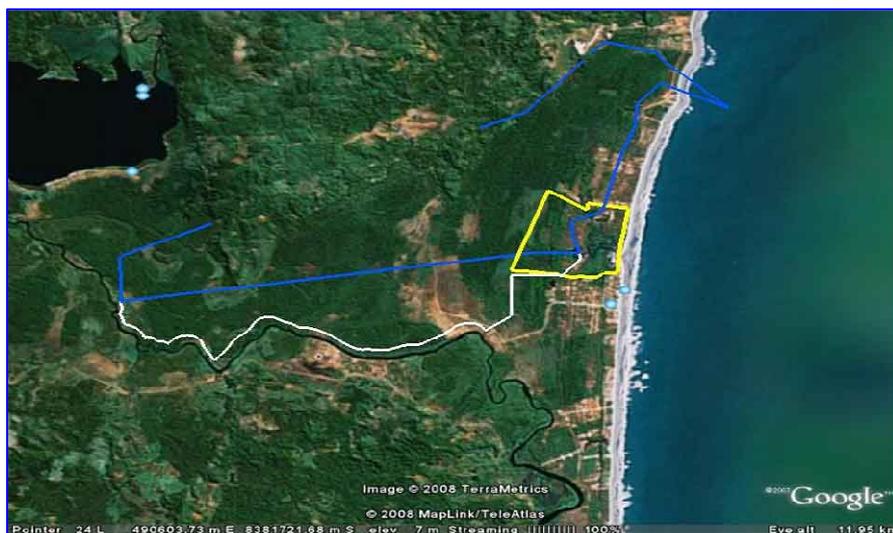
“Se os padrões estão sempre mudando para oferecer uma nova trama e uma nova verdade” (SANTOS, 2006, p. 163), a verdade se esconde na trama complexa dos acontecimentos. O fato do governo do estado da Bahia apresentar o projeto de um novo porto para o município de Ilhéus, sem discutir com a sociedade, denuncia a subordinação do Estado frente às empresas. Como sempre, o Estado responde ao interesse do capital e não da sociedade. O extenso litoral de Ilhéus, que na década de 1990 foi normatizado para a atividade turística, recebendo volumosos investimentos, agora aparece como melhor estratégia para a instalação de um porto para exportação de mais *commodities*. Com um discurso econômico e técnico que, a priori, impede qualquer tipo de reação contrária ao projeto do porto, o estado da Bahia leva adiante um novo projeto de desenvolvimento econômico com base nos conceitos de competitividade e fluidez que, ideologicamente resultaria em mais igualdade social, mas na verdade, leva adiante o projeto das empresas.

Desempenhando o papel a que lhe foi solicitado, o estado da Bahia age rapidamente para dar conta da nova demanda do mercado internacional e sobrepõe o seu novo projeto de reestruturação da Bahia numa área antes reservada para os investimentos turísticos (Figura 27). Nem mesmo a normatização ambiental foi considerada, já que ela prevê uma normatização específica<sup>136</sup> para o licenciamento dos projetos a serem implantados nas APAs.

---

<sup>136</sup> Já discutimos no capítulo V, mas é importante recordar que na normatização de uma APA, depois da sua criação e aprovação pelo CEPRAM ele repassa a administração da APA, ao órgão da Secretaria de Cultura e Turismo, denominado de Coordenação de Desenvolvimento do Turismo (CODETUR), que em conjunto com órgãos federais, estaduais, municipais e Organizações Não Governamentais (ONGs), elabora roteiros para o licenciamento dos projetos a serem implantados nas APAs.

Figura 27 – Área de implantação do Porto Sul e do novo Aeroporto de Ilhéus sobreposta a área do futuro projeto de um complexo hoteleiro, Ilhéus-BA



Poligonal azul – área do porto e retroporto;  
Poligonal branca – área do aeroporto  
Poligonal amarela = área de um futuro empreendimento turístico  
Fonte: [www.acaoilheus.org.br](http://www.acaoilheus.org.br)

Se, por um lado, existe a afirmação de uma nova reestruturação do território baiano, no sentido de promover transformações, de um novo dinamismo econômico, por outro, a preocupação continua sendo a da inserção de Ilhéus mais uma vez, num projeto dito de desenvolvimento, sem considerar a formação socioespacial e a configuração territorial do lugar. Além do mais, fica evidente, a ausência de um projeto popular de desenvolvimento para a Região Cacaueira e para o próprio País, projeto este em que a população possa participar de maneira efetiva nas decisões e se beneficiar dele.

Em contraponto às novas normatizações do estado da Bahia, a sociedade civil organizada e os empreendedores da atividade turística procuram assegurar o processo de desenvolvimento econômico através da atividade turística - até então proposto para a cidade de Ilhéus - e iniciam uma discussão em que, na defesa de seus interesses, questionam a construção do Porto Sul como uma estratégia de desenvolvimento para Ilhéus e debatem com o estado da Bahia, principalmente, na sobreposição do novo projeto de reestruturação num território normatizado para a atividade turística.

Quando um país, uma região, um lugar deixam-se investir pelo projeto político externo, sem considerar a sua formação, cria-se principalmente mais desordem do que ordem. Para Santos (2006, p. 63), “o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais,

povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes”.

Um projeto de desenvolvimento deve ser construído a partir das possibilidades existentes nos lugares, só assim uma nova realidade se apresentará como algo factível. Pensar um projeto de desenvolvimento adequado para uma região não é tarefa de um homem só, nem de um governo, mas deve passar por uma ampla discussão com a sociedade. “Numa democracia verdadeira, é o modelo econômico que se subordina ao modelo cívico. Devemos partir do cidadão para a economia e não da economia para o cidadão” (SANTOS, 1987, p. 5).

## CONCLUSÕES E REFLEXÕES

Quanto mais posições de pessoas eu tiver presente em minha mente ao ponderar um dado problema, e quanto melhor puder imaginar como eu sentiria e pensaria se estivesse em seu lugar, mais forte será minha capacidade de pensamento representativo e mais válidas minhas conclusões finais – minha opinião. [...] Nenhuma opinião é auto-evidente. Em matéria de opinião, mas não em matéria de verdade, nosso pensamento é verdadeiramente discursivo, correndo, por assim dizer, de um ponto para outro, de uma parte do mundo para outra, através de todas as espécies de concepções conflitantes, até finalmente ascender, dessas particularidades, a alguma generalidade imparcial. [...] A verdade racional ilumina o entendimento humano, e a verdade fatural deve informar opiniões, mas essas verdades, embora nunca sejam obscuras, tampouco são transparentes, e é de sua própria natureza resistir à ulterior elucidação, como é da natureza da luz resistir à iluminação (Hannah Arendt, 1972, p. 299 - 300).

Ao concluirmos nosso trabalho, esperamos reunir condições suficientes para demonstrar como, histórica e geograficamente, a formação socioespacial, sob a ideologia do desenvolvimento econômico, foi se materializando de acordo com os desígnios condizentes a cada período. “O processo histórico é um processo de separação em coisas particulares, específicas. Cada nova totalização cria novos indivíduos e dá as velhas coisas um novo conteúdo” (SANTOS, 2006, p. 120).

A totalidade não é uma realidade estática, é um processo em movimento que se manifesta no espaço geográfico. Assim, o caminho escolhido para a árdua tarefa de entender a totalidade, tem como base a noção de que o conhecimento pressupõe análise e a análise pressupõe divisão.

Para Santos (1979, p. 12), “nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedades, de relações sociais”. Nesse sentido, compreender a formação socioespacial, nos faz refletir sobre o papel atribuído, ideologicamente, pelos atores hegemônicos, ao crescimento econômico, como forma de acesso ao bem viver de toda a sociedade. A “fratura social”, no entanto, permanece presente no tempo à espera de soluções, sempre postas através de um novo acontecer, um novo período.

Tudo se passa, em suma, como se um processo de dualização real engendrara uma falsa representação de uma ordem social dual consolidada: assim, num registro, percepção dramática de uma sociedade cada vez mais estilhaçada; noutra, a visão dual-funcionalista e uma economia avançando em marcha forçada bem a frente de uma sociedade de retardatários, como se diz nos documentos oficiais, sendo que os modernizadores de plantão estão aí para isso mesmo (ARANTES, 2004, p. 53).

A cada novo processo de transformação, surgem momentos de esperanças incomuns de acesso da população a formas superiores de sociedade. Estes momentos podem ser tomados de qualquer mudança do cenário político ou econômico, e transformados em ideologia de desenvolvimento. Mas, ao contrário de uma garantia essencial à construção de uma nação, temos uma “lista comprida de nossas frustrações históricas, as quais vêm do século XIX, sempre ligadas ao desnível tenaz que nos separa dos países-modelo e à idéia de os transpô-los por meio de uma virada social iluminada” (SCHWARZ, 2003, p. 12).

A criação de ambientes favoráveis ao mercado, o que se caracteriza por uma “economia avançada”, não possui alcance para suprir necessidades da maioria da população. Priorizar investimentos em função dos atores hegemônicos, de necessidades alheias e de funções distantes, gera problemas para todos, cria desordem, fragmentação e alienação e não contribui para o acesso ao bem viver de toda a sociedade, mas sim, ao uso corporativo do território.

A despeito de toda a riqueza produzida nos áureos períodos da produção do cacau na Região Sul da Bahia, nem as elites, nem os trabalhadores, nem o lugar se beneficiou, ou seja, no lugar também se aprofundam as fragmentações sociais e territoriais e, por conseguinte, se esgarça qualquer possibilidade de solidariedade orgânica na região e, afinal, da região com o território nacional. É todo um processo de fragmentação do território, resultado de forças organizacionais, as quais subordinam, tanto a instalação de sistema de objetos, como os sistemas de ações, organizando-os, segundo os desígnios do capital, tornando-os assim, espaço derivado do projeto capitalista.

No entanto, como um espaço derivado, nos momentos de crise o Estado historicamente serviu à elite local, no mais das vezes, através de políticas clientelistas que socorriam os proprietários de terra e capital. Hoje, o próprio Estado está sujeito aos determinantes verticais da economia global, que acabam por subordinar as políticas de governo, quer impondo transformações na constituição técnica e normativa do território,

quer impondo uma dinâmica territorial local, ritmada pela forte ideologia do crescimento e competitividade. “As modalidades de exercício da política do poder público e da política das empresas têm fundamento na divisão territorial do trabalho e buscam modificá-las à sua imagem” (SANTOS, 2006, p. 135).

A sucessão das transformações não rompe com todo o passado, permitindo prolongamentos de práticas estabelecidas sob novos arranjos e novas ideologias de um também novo moderno. “O desenvolvimento desigual e combinado é, pois, uma ordem, cuja inteligência é apenas possível mediante a transformação de uma totalidade em outra totalidade. [...] A totalidade social é formada por mistos de ‘realidade’ e de ‘ideologia’. É assim que a história se faz” (SANTOS, 2006, p. 125-127, grifos do autor). É assim que o espaço geográfico, união indissociável de sistemas de objetos (naturais e artificiais) e sistemas de ações (SANTOS, 2006), se reproduz no tempo como espaço derivado.

Se Ilhéus e a própria Região Cacaueira são conduzidos a uma transformação de suas economias, notadamente, as ações locais são de cunho imediatista, num tempo acelerado pelas técnicas da informação que, em função dos objetivos privados, vão contornando e guiando ao seu talante, as políticas econômicas regionais e, não temos dúvida, aprofundando as desigualdades sociais e territoriais. Esta é a contrapartida da ordem global, que acarreta mais fragmentação, desigualdade, desordem, tanto mais graves, quanto mais obedientes e racionais se mostrem os lugares.

Hoje, as novas funcionalidades do lugar estão sendo “construídas artificialmente” para a viabilização das ações privatísticas das grandes corporações, principalmente através de capitais externos ao lugar. O Estado passa a incentivar e a viabilizar a vinda das grandes empresas através de subsídios financeiros e fiscais e da instalação de infra-estrutura.

Diante das políticas neoliberais a que somos submetidos, as demandas sociais são substituídas por imposições, mais uma vez, do sistema capitalista mundial, no sentido de aumentar a competitividade. Tal exigência por competitividade impõe investimentos pesados na instrumentalização dos sistemas de movimento e viabilidade da fluidez do território, sob a “ideologia que proclama que, quem não é fluido é atrasado” (SILVEIRA, 2003, p. 411). A competitividade promove uma verdadeira guerra entre os lugares.

As regiões aparecem, então, como marionetes da modernização globalizadora na qual, com freqüência, o valor dos objetos técnicos é dado como superior ao valor do trabalho da maior parte da sociedade. Em outras palavras, o valor do trabalho morto desponta como superior ao valor do trabalho vivo. Daí o peso político, no discurso e na práxis, da construção de grandes sistemas de engenharia (que interessam, sobretudo, às grandes empresas) e a “necessária” adaptação do trabalho vivo aos objetos (p. 414, grifo da autora).

\*  
\*   \*

A sucessão de crises e as transformações a que se submeteram Ilhéus e a Região Cacaueira no Sul da Bahia, nos permitem concluir que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção, cria e recria mecanismos ideológicos de crenças na modernização que, afinal, garantem a sua própria reprodução. Assim é que, as crises tornam-se inerentes ao processo de formação socioespacial e a atividade política como força de luta é um movimento que busca manter os privilégios, isto é, “tudo deve mudar para continuar tudo igual” (WALLERSTEIN, 2002. p.11). Trata-se, portanto, de um processo histórico de uso privilegiado e permissivo do território, pelos sistemas de ações hegemônicas das empresas e governos.

As transformações do sistema capitalista criam nos lugares – em qualquer escala e período histórico que o tomemos – dinamismos econômicos e técnicos e, ao mesmo tempo, criam desagregações, desordens, fragmentações, uma tensão política, mais precisamente, um estado permanente de crise, ou seja, uma situação necessária para a contínua e seletiva acumulação capitalista. “As formas introduzidas deste modo servem ao modo de produção dominante em vez de servir a formação socioeconômica local e às suas necessidades específicas. Trata-se de uma totalidade doente, perversa e prejudicial” (SANTOS, 2003, p. 202).

Assim é que, os sistemas de ações governamentais promovem a instrumentalização do meio geográfico, segundo a mesma racionalidade técnico-econômica das grandes empresas. Podemos dizer, com Santos (2006, p. 290-294), que há uma racionalidade também técnico-científica no território e do território.

Em nome do futuro, do “chamado desenvolvimento”, destitui-se todo um passado em favorecimento das novas forças de mercado. Sob o jogo destas forças e da normatização ou da omissão do poder público, as novas atividades promovem novas

funções nos lugares que, sob práxis individuais, apenas sinalizam ganhos de capitais para alguns.

Nesse sentido, podemos dizer que, tanto a atividade turística como a portuária são anunciadas como alternativas a todas as crises do lugar e, sob o prisma do planejamento, o poder público estabelece uma normatização do lugar para favorecer as novas atividades. Mas, o planejamento e a normatização não são viabilizados para a maioria da população para quem a crise é permanente, e sim como instrumento da competitividade no processo da economia globalizada sob o comando e em benefício do capital hegemônico.

Assim é que os planos de governo, assim como as elites políticas e econômicas, nos diferentes momentos da crise do cacau terminam por se deixar dominar pela dinâmica imposta pela voracidade do mercado capitalista; o que os tornam, tanto o Estado como a classe capitalista, beneficiários transitórios. Portanto, nosso papel “já não seria alertar os obtusos para seus interesses mais patentes, porém tirar a venda dos olhos dos espertos, tirar a ilusão de que o capitalismo, que faz deles seus beneficiários transitórios, baseia-se em outra coisa que não sua exploração e opressão” (ADORNO, 1996, p. 50).

O mundo do lugar, das regiões, como possibilidade de realização do mundo do capital evidencia o real – suas contradições, fabulações e perversidades – quando estudamos, analisamos o espaço geográfico pelo uso do território, ou seja, interpretamos a dimensão política do espaço da nação. Acreditamos que estas premissas de método é que possibilitam-nos reflexões e exegese críticas do processo histórico de formação socioespacial – território usado, território de todos – e do tempo presente (que contém tempos) e, que, ao mesmo tempo, permitem-nos cautelosamente sondar o futuro e imaginarmos novas possibilidades de tornarmo-nos uma sociedade mais justa.

## REFERÊNCIAS

ADONIAS FILHO. **Sul da Bahia: chão de cacau**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ADORNO, Theodor W. Mensagem Numa Garrafa. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

AGECOM. Governo Apresenta Novas Estratégias para o Turismo. In: **Jornal da APA**. Itacaré-BA, ano IV, n. 44, outubro de 2007. p. 8, 2007.

ANUÁRIO EXAME – Turismo / 2007 – 2008. Revista. São Paulo: Editora Abril. Abril de 2007.

ARANTES, Paulo Eduardo. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARANTES, Paulo Eduardo. **Zero a Esquerda**. São Paulo: Conrad. 2004.

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e Política Agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BAHIA, Governo do Estado. **Século XXI – Consolidação do turismo: estratégia turística da Bahia 2003-2020**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo. 2005 (Coleção Selo Turismo).

\_\_\_\_\_, Governo do Estado. Secretaria da Cultura e Turismo. Disponível em: <http://www.sct.ba.gov.br/estatisticas/tabelas>. Acesso em: 02 set. 2007.

BAHIAINVEST. **Segmento de Mercado: turismo**. Disponível em: <http://www.bahiainvest.com.br/port/segmentos/turistico.asp>. Acesso em: 06 mar. 2007.

\_\_\_\_\_. **Segmento de Mercado: Informática, Eletrônica e Telecomunicações**. Acesso em: 06 mar. 2007a. [http://www.bahiainvest.com.br/port/segmentos/informatica\\_analise.asp?pai=3h](http://www.bahiainvest.com.br/port/segmentos/informatica_analise.asp?pai=3h)

BAIARDI, Amilcar **Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacauzeira da Bahia**. São Paulo: Hucitec, 1984.

BANCO do Nordeste do Brasil (BNB). **Relatório Final de Projeto (PRODETUR/NE I)**. 2005. Capturado em: [http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum\\_9\\_pcr\\_i.pdf](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum_9_pcr_i.pdf). Acesso em: 21 ago. 2007.

- BARBOSA, Carlos Roberto Arléo. **Notícia Histórica de Ilhéus**. 3.ed. Itabuna-BA, 1994.
- BARROS, Francisco Borges de. **Memória Sobre o Município de Ilhéus**. 3. ed. Ilhéus: Editus. 2004.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. (Cartilha nº 7). São Paulo: Consulta Popular, 1994.
- \_\_\_\_\_. Riscos de uma trajetória insustentável. In: MINEIRO, Adhemar dos Santos; et al. **Visões da Crise**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Mito e Realidade da Dívida Externa Brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga; ALMEIDA, Júlio Gomes. **Depois da Queda**. São Paulo: Civilização brasileira, 2002.
- BODEI, Remo. **A Filosofia do Século XX**. Bauru-SP: EDUSC, 2000.
- BONDAR, Gregório. **A Cultura de Cacao na Bahia**. Salvador: Instituto do Cacao da Bahia. 1938.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das letras. 1992.
- BRANDÃO, Artur; ROSÁRIO, Milton. **Estórias da História de Ilhéus**. Ilhéus-BA: Edições SBS, 1970.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e Desenvolvimento**. Campinas-SP: Editora daUnicamp, 2007.
- BRAUDEL, Fernand. **A Dinâmica do Capitalismo**. 3. ed. Lisboa: Teorema. 1989.
- BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Ijuí-RS: FIDENE, 1988.
- CANTERA, Diogo Sabino; et al. **Itacaré 2015: diretrizes para o desenvolvimento turístico sustentável**. São Paulo: HVS Internacional, 2005.
- CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. Petrópolis – RJ: Vozes. 1998.
- CASTRO, Antônio Portella de. **Mapa da Empresa: Nestlé Brasil Ltda**. In: [http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos\\_biblioteca/conteudo/2982002setMapaNestle Brasil.pdf](http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/2982002setMapaNestleBrasil.pdf). 2002.
- CASTRO, Iná Elias de. Seca versus seca: novos interesses, novos territórios, novos discursos no nordeste. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cezar da Costa; CORRÊA, Roberto, Lobato. (org). **Brasil Questões Atuais da Reorganização do Território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense. 1957.

CASTRO, Josué de. Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição. In: **Revista Correio da UNESCO**, ano I, n. 3, março de 1973.

Disponível em: [http://www.uff.br/geographia/rev\\_08/josue8.pdf](http://www.uff.br/geographia/rev_08/josue8.pdf)

CATAIA, Márcio Antônio. **Território Nacional e Fronteiras internas: a fragmentação do território brasileiro**. Tese - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira. Ilhéus, Ba. **A CEPLAC e o futuro das regiões cacaueira do Brasil**. Brasília: CEPLAC, 1987.

\_\_\_\_\_. **Mercado do cacau**. Disponível em:

[www.ceplac.gov.br/radar/mercado\\_cacau.htm](http://www.ceplac.gov.br/radar/mercado_cacau.htm) Acesso em: 18 jul. 2005

\_\_\_\_\_. Relação da Qualidade do Cacau no Mercado Atual e no Mundo. In: **Radar**.

<http://www.ceplac.gov.br/radar/semfaz/mercadoatual.htm>. Arquivo capturado em 12/11/2008.

CERQUEIRA, Ceres Aires. **Dívida Externa Brasileira**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2003. Disponível em pdf.

<http://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/DividaRevisada/03%20Publicação%20Completa.pdf>

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, A. T da. **O Cacau é Show: deliciosas histórias do mundo do chocolate**. São Paulo: IPSIS gráfica e editora. 2008.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Práticas de preservação ambiental e dinâmica imobiliária na metrópole: um falso dilema? notas a partir de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 7., 2007, Niterói, RJ. **Anais...** Niterói: ANPEGE/UFF, 2007.

COSTA, José. Fialho. **Conjuntura cacaueira do sul da Bahia**. Salvador: Bureau. 1992.

COUTO, Patrícia de Araújo Brandão. **O Direito ao Lugar: situações processuais de conflito na reconfiguração social e territorial do município de Itacaré – BA**. Rio de Janeiro: UFF - Programa de Pós-Graduação em Antropologia. 2007. Tese.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DEMETER, Paulo Roberto. **Combatendo Desemprego na Região Cacaueira da Bahia: o papel dos movimentos sociais populares**. In: Cadernos de Pesquisa, nº 7, maio de 1997. [http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/combatendo\\_o\\_desemprego\\_na\\_regiao\\_cacaueira.pdf](http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/combatendo_o_desemprego_na_regiao_cacaueira.pdf).

DIÁRIO OFICIAL. **DECRETO Nº 10.917 - Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra que indica e dá outras providências**. Salvador: Diário oficial, ano XCII, n. 19.631, 20 de fevereiro de 2008.

DIAS, Clímaco. Cacau: a busca da competitividade perdida. **Revista BAHIA**, Análise & dados. Salvador: CEI, v. II, n. 1, p. 49 – 52, junho de 1992.

DINIZ, José Alexandre Filizola. **A Região Cacaueira da Bahia**. Recife: SUDENE. 1983.

DOWBOR, Ladislau. **A Reprodução Social**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

EAGLETON, Terry. A Ideologia e Suas Vicissitudes no Marxismo Ocidental. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. v. 1, ed. 10. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FARINA, Eduardo. Interiorização do Turismo: oportunidades de estruturação de AL´S no estado. Palestra In: **3ª Reunião Extraordinária do Conselho de Turismo do Pólo Litoral Sul**. Ilhéus, 13 de dezembro de 2007.

FIORI, José. Luíz. **O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FORTES, Leandro. **Isso é que é prejuízo**. Arquivo disponível em: <http://newsgroups.derkeiler.com/Archive/Soc/soc.culture.brazil/2006-03/msg00133.html>. 2006.

FUNDAÇÃO CPE . **Panorama Geoeconômico da Região Sul da Bahia**. FCPE: Salvador, 1992.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de cultura. 1961.

\_\_\_\_\_. **Análise do “Modelo” Brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

\_\_\_\_\_. **Formação Econômica do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

\_\_\_\_\_. **A Nova Dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. **A Fantasia Organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.

\_\_\_\_\_. **A Fantasia Desfeita**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.

\_\_\_\_\_. **BRASIL: a construção interrompida**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

\_\_\_\_\_. [1974] **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996.

\_\_\_\_\_. **O Longo Amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1999.

\_\_\_\_\_. Quando o Futuro Chegar. In: IGNACY, Sachs.; WILHEIM, Jorge.; PINHEIRO, Paulo. Sérgio. (Org.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

GARCEZ, Angelia. Nobre. Rolin. **Bahia Cacaueira: um estudo de história recente**. Salvador: Centro Editorial da UFBA. 1979.

GASPARETTO, Agenor. **Cacau, Mitos e Outras Coisas Mais**. Itabuna-BA. 1986.

GAUDENZI, Paulo. R. D. **Evolução da economia do turismo na Bahia**. In: Conselho Regional de Economia, 5. Reflexões de economistas baianos. Salvador, BA: CORECON, 2001.

GILLI y FERNÁNDEZ, Mercè. Las viviendas de segunda residencia. ¿Ocio o negocio? **Scripta Nova**, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona, vol. VII, n. 146(052), 1 de agosto de 2003. Arquivo disponível em: [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(052\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(052).htm)

GOLDMANN, Lucien. **Ciências Humanas e Filosofia: o que é a sociologia**. São Paulo: Difel, 1979.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia: 1930 a 1964. 1982**. Dissertação – Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 1982.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **A crise chegou**. Capturado em: <http://alainet.org/active/2158>. Acesso em 30/04/2008.

HARTMANN, Tomás. O setor produtor de cacau no Brasil em 2007. <http://www.apcacau.com>. Acesso em 16/4/2008.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

HUERTAS, Daniel Monteiro. **Da Fachada Atlântica ao Âmago da Hiléia: integração nacional e fluidez territorial no processo de expansão da fronteira agrícola**. Dissertação - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

IANNI, Octavio. **Estado e Capitalismo: estrutura social e industrialização do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

\_\_\_\_\_. O Declínio do Brasil-Nação. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: IEA/USP n°. 40, set/dez. p. 51-58, 2000.

\_\_\_\_\_. **Teorias da Globalização**. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ICCO. **Assessment of the Movements of Global Supply and Demand**. Modica: ICCO (MC/6/4), 20 de fevereiro de 2006. Arquivo disponível em pdf: [www.icco.org/Attachment.aspx?Id=nvn31302](http://www.icco.org/Attachment.aspx?Id=nvn31302), 2006.

\_\_\_\_\_. **Assessment of the Movements of Global Supply and Demand**. Berlin: ICCO (EX/136/6), 3 de abril de 2008. Arquivo disponível em pdf: [www.icco.org/Attachment.aspx?Id=4vn55187, 2008](http://www.icco.org/Attachment.aspx?Id=4vn55187, 2008).

KAHIL, Samira. Peduti. **Unidade e Diversidade do Mundo Contemporâneo Holambra: a existência do mundo no lugar**. Tese – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. Uso do Território: uma questão política. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. 20 a 26 de mar. de 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 2005. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. **Atualidade do Território: esquizofrenia e manifestação**. Comunicação apresentada em mesa redonda: “A Força do Lugar: na encruzilhada das verticalidades e horizontalidades”. In: Seminário Milton Santos – A Cidade o Brasil e o Mundo Hoje: desafios e perspectivas. Organizado pelo IEB/USP, 16 a 18 de junho de 2009. (Texto cedido pela autora).

LIMA, Adolfo. **Guia Turístico do Cacau: Tourist Guide of Brazilian Cocoa Zone**. Itabuna: Editora Panorama, 1964.

MARX, Karl. [1894] **O Capital: crítica da economia política**. v. II. São Paulo: Nova Cultural, (Coleção Os Economistas), 1996.

MATTOS, Andrea Cilene de. **Diretrizes para o direcionamento do número de unidades habitacionais de hotéis resort**. São Paulo: Escola Politécnica/USP, 2004. Dissertação de Mestrado.

MELLO, João Manoel Cardoso; NOVAIS, Fernando. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da Vida Privada no Brasil**, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MENEZES, José Alexandre de Souza. **A modernização do agribusiness do cacau**. São Paulo: Fundação Cargil. 1993.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/ESTATISTICAS/AGRICULTURA\\_EM\\_NUMEROS\\_2005/03.01.03\\_1.XLS](http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/ESTATISTICAS/AGRICULTURA_EM_NUMEROS_2005/03.01.03_1.XLS). Acesso em: 22 out. 2007.

Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010**. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/portalmtur>. Acesso em: 10 ago. 2007.

MORAES, Reginaldo Carmello Correa de. **Estado, Desenvolvimento e Globalização**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MORENO, Luís Alberto. América Latina tem que ampliar projetos em infra-estrutura. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 31 de março de 2008. Entrevista da 2ª, p. A14, 2008.

MOTA de LIMA, Adelaide. A Concepção do Banco do Estado da Bahia: da criação do Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia, à transformação em Banco de Fomento do Estado da Bahia. In: **Revista Desenhahia**. n. 1, setembro de 2004, p. 21-36, 2004.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. (coord). et al. A crise da lavoura cacaueteira: sua natureza e solução. **IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Estudos de Política Agrícola** – n.26 . Documentos de Trabalho – outubro de 1994, projeto PNUD/BRA/014

NUNES, Maribel Carvalho. **História Portuária de Ilhéus, 1915-1942**. Ilhéus-BA: UESC, Monografia de Graduação em História, 2001.

NEGRÃO, Theotonio; GOUVÊA, José Roberto F. **Código Civil e Legislação Civil em vigor**. São Paulo: Editora Saraiva , 2006.

OLIVEIRA, Carlos Alberto de. Ilhéus/ba, a Princesa do Sul: vida portuária e desenvolvimento urbano na década de 1920. In: IX Cidade Revelada: I Fórum Nacional de Conselhos de Patrimônio Cultural, 2006, Itajaí. **Anais**. Itajaí-SC. 2006.  
Arquivo disponível em pdf. <http://cidadereveladaadm.itajai.sc.gov.br/arquivos/COM-41.pdf>.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Implementing Environmental Policies in Developing Countries**. Tese. MIT: United States, 2000.  
Arquivo disponível em pdf. <http://web.mit.edu/dusp/etpp/content/publications/pdfs/2000-puppim-de-oliveira.pdf>

OLIVEIRA, Clarice Gonçalves Souza de. **Novas Indústrias de Itabuna-Ilhéus, 1980/2000**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. UFBA, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. A vanguarda do Atraso e o atraso da vanguarda. In: **Os direitos do antivalor**. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Crítica a Razão Dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo. 2003.

\_\_\_\_\_. **O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003a.

\_\_\_\_\_. **A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado**. São Paulo: Boitempo, 2003b.

\_\_\_\_\_. Território e Soberania: ainda há nação? Palestra proferida no II Colóquio de Pesquisa **O Tamanho do Brasil: território de quem?** Rio Claro-SP: Núcleo de Estudos Territoriais (NET). 17 e 18 de março de 2008.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fábio. Os antecedentes macroeconômicos e a estrutura institucional da privatização no Brasil. In: PINHEIRO, Armando Castelar; FUKASACU, Kiichiro . **A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública**. Rio de Janeiro. BNDES. 2000. Arquivo disponível em pdf;  
<http://www.provedor.nuca.ie.ufrj.br/provedor/biblioteca/privatizacao.htm>

PAULANI, Leda Maria. **Capitalismo Financeiro e Estado de Emergência Econômico no Brasil: abandonando a perspectiva do desenvolvimento**. 2007.  
[http://www.estig.ipbeja.pt/~ac\\_direito/713Paulani.pdf](http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/713Paulani.pdf)

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. (2 ed.) Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTUGAL, Marcelo S. As políticas brasileiras de comércio exterior. In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre. vol. 1, p. 234-252, 1994.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense. 1974.

PROGRAMA de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE II). **Apresentação**. Capturado em: <http://www.bnb.gov.br>. Acesso em: 15 maio 2008.

QUEIROZ, Lucia Maria Aquino de. **A gestão pública e a competitividade de cidades turísticas: a experiência da cidade de Salvador**. Tese de doutorado. Universidade de Barcelona. 2005.

RAMOS, Alba Regina Novaes. O (re)ordenamento da cacauicultura. In: **Revista BAHIA: Análise & Dados**. vol. II, n. 1, p. 59 – 64. Salvador: CEI. Junho de 1992.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Seminário de pesquisa do Núcleo de Estudos Territoriais (NET). Texto extraído de sua conferência. Rio Claro: UNESP/NET, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O Processo Civilizatório: etapas da evolução sociocultural**. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

ROCHA, Lurdes Bertol. **A Região Cacaueira da Bahia – dos coronéis a vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação**. Ilhéus-BA: Editus, 2008.

RODRIGUES, Adyr A. Balestreri. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec. 1996.

\_\_\_\_\_. Turismo e territorialidade plurais: lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: LEMOS, Amália Inés Geraiges de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria Laura. **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: USP/CLACSO, 2006.

SABOIA, Ribeiro. **Contos do Cacau**. Rio de Janeiro: Editora Pingetti. 1966.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Os períodos da história do Brasil. In: STEDILE, J. P; SAPAIO, P. de A. **História, crise e dependência do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Secretaria Operativa da Consulta Popular. out. de 2003.

SANTOS FILHO, Lindolfo. P. dos. et al. Produção de cacau e a vassoura-de-bruxa na Bahia. **Revista Agrotópica**. Ilhéus: CEPEC, p. 73-82, 2008.

SANTOS, Milton. **Zona do Cacau: introdução ao estudo geográfico**. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1957.

- \_\_\_\_\_. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo.** São Paulo: Hucitec, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Espaço e Sociedade: ensaios.** Petrópolis: Vozes, 1979.
- \_\_\_\_\_. Do Espaço Sem Nação ao Espaço Transnacionalizado. In: RATTNER, HENRIQUE. **Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1979a.
- \_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.
- \_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Metamorfose do Espaço Habitado.** São Paulo: Hucitec, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio técnico-Científico Informacional.** São Paulo: Hucitec. 1994.
- \_\_\_\_\_. Entrevista. In: **Revista Democracia Viva,** Rio de Janeiro: IBASE, n. 2, p. 1 – 22, fevereiro de 1998. Arquivo disponível em pdf.  
<http://br.geocities.com/madsonpardo/ms/entrevistas/mse10.pdf>
- \_\_\_\_\_. A grande crise já se instalou. In: MINEIRO, Adhemar dos Santos et al. **Visões da Crise.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1998a.
- \_\_\_\_\_. Os Pobres e a Ruptura. In: SEABRA, Odete. et al. **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos.** 2 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- \_\_\_\_\_. **O país distorcido.** São Paulo: Publifolha, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Economia Espacial: críticas e alternativas.** 2. ed. São Paulo: EDUSP. 2003
- \_\_\_\_\_. **Pensando o Espaço do Homem.** 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2004a.
- \_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal.** 12º ed. São Paulo: Record, 2005a.
- \_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp. 2005b.
- \_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4 ed. 2. Reimpressão São Paulo: EDUSP, 2006.
- \_\_\_\_\_. O Retorno ao Território. In: Santos, M. et al. (Orgs.) **Território Globalização e Fragmentação.** 5. ed. São Paulo: Hucitec/Ampur/, p. 15 a 20, 2006a.
- SANTOS, Milton.; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARZ, Roberto. Prefácio com Perguntas. In: OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a Razão Dualista. O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo. 2003.

SEAGRI – Secretaria da Agricultura, Irrigação e da Reforma Agrária do Estado da Bahia. **Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira: relatório de atividades**. Salvador: SEAGRI, dez. 1999.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais. **Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico**. Salvador: SEI, (Série Estudos e Pesquisa), 2001.

\_\_\_\_\_. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais. **Bahia em números**. (v. 7) Salvador: SEI, 2006. Arquivo disponível em pdf.  
[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=77&Itemid=110](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=110)

SILVA, Sylvio. Bandeira de Mello e. Geografia, Turismo e Crescimento: o exemplo do estado da Bahia. In: RODRIGUES, Adyr. A. Balestri. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec. 1996.

SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Org.) **Cidades e portos: os espaços da globalização**. Rio de Janeiro: DP & A editora, 1999.

SILVA, Maria da Gloria Nanci da. **Cidades Turísticas: identidades e cenário de lazer**. São Paulo: Aleph, 2004.

SILVEIRA, Maria Laura. Da Fetichização dos Lugares à Produção Local do Turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastri (Org.) **Turismo: modernidade e globalização**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

\_\_\_\_\_. Totalidade e Fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão metodológica, um exemplo argentino. In: SANTOS, Milton; et al. (orgs.) **Fim de Século e Globalização**. 4 ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002a.

\_\_\_\_\_. A Região e a Invenção da Viabilidade do Território. In: SOUZA, M. A. A. de. **Território Brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições TERRITORIAL. 2003.

SINGER, Paul. Evolução da Economia e Vinculação Internacional. In: IGNACY, Sachs.; WILHEIM, Jorge.; PINHEIRO, Paulo. Sérgio. (Org.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

SORRE, Max.. A noção de gênero de vida e sua evolução. In: MEGALE, Januário Francisco (org.). **Max Sorre: geografia** São Paulo: Ática, 1984.

SOUZA, Maria Adélia. A. de. **Governo Urbano**. São Paulo: Nobel, 1988.

\_\_\_\_\_. Razão global/razão local/razão clandestina/razão migrante, reflexões sobre a cidadania e o migrante: relendo (sempre homenageando) Milton Santos. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, n. 20, p. 64-67, 1995.

\_\_\_\_\_. Geografias de desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria. Adélia. A. de; SILVEIRA, Maria. Laura. (Orgs.). **Território Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec. 2006.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: SOUZA, Maria. Adélia. A. de. **Território Brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições TERRITORIAL. 2003.

SOUTO, Paulo. Apresentação. In: BAHIA, Governo do Estado. **Século XXI – Consolidação do turismo: estratégia turística da Bahia 2003-2020**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo. (Coleção Selo Turismo), 2005

STEDILE, João Pedro. A Democracia em que vivemos é hipocrisia. In: Marcela Rocha. **Entrevista**. Le Monde Diplomatic. [http://diplouol.com.br/2008-04,a2302?var\\_recherche=Jo%C3%A3o%20Pedro%20Stedile](http://diplouol.com.br/2008-04,a2302?var_recherche=Jo%C3%A3o%20Pedro%20Stedile). 23/04/2008.

VIEIRA, Jorge. A. C. **Últimas cicatrizes: os desafios do cacau**. São Paulo: Edições GRD. 2002.

VINHÁES, J. C. **São Jorge dos Ilhéus: da capitania ao fim do século XX**. Ilhéus-BA: Editus, 2001.

VIRGENS FILHO, A. de C. et al. **A CEPLAC e a crise da lavoura cacauera**. Fórum Setorial do Cacau. Ilhéus, Bahia: CEPLAC, 1993.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Após o Liberalismo: em busca da reconstrução do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes. 2002.

ZUGAIB, Antônio Cezar Costa. **Análise da Importação de Cacau Via Drawback no Brasil e sua influência para os produtores, industriais e governo**. Ilhéus-BA: CEPLAC, 2005. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/drawback.pdf>. 2005.

\_\_\_\_\_. Mudanças cambiais e o efeito dos fatores de crescimento ou declínio das receitas de exportações brasileiras de cacau em amêndoas. In: **Revista Bahia Agrícola**. v.8, n. 2, novembro de 2008, p. 43-48, 2008.

ZUGAIB, A. C. et. al. **Análise do Mercado Processador de Cacau no Brasil vista sob o modelo Estrutura-Conduita-Desempenho**. Ilhéus-BA: CEPLAC, 2006. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/An%C3%A1lise%20do%20Mercado%20Processador.pdf>. 2006.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ARANTES, Paulo Eduardo. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

BAIARDI, Amilcar. Fundamentos do Pensamento político do Grande produtor Rural da Região Cacaueira da Bahia. **Boletim Técnico do CEPED**, Camaçari-BA: CEPED, n. 5, jul/dez, p. 5 a 31, 1978.

BANDUCCI, Álvaro Junior. Turismo e Antropologia no Brasil: estudo preliminar. In: **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas: Papirus, 2001.

BARRETO, Margarida, **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2000.

BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CAMPOS, João da Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. 3 ed. Ilhéus-BA: Editus, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A teoria Marxista das Crises econômicas e as Transformações do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CAZES, George, Turismo e Subdesenvolvimento: tendências recentes. In: RODRIGUES, Adyr A. Balestreri. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec. 1996.

CARDOSO, Claudio. **Estudo das áreas estratégicas para atração de investimentos externos na Bahia**. Salvador: Câmara Americana Bahia, (arquivo disponível em pdf. <http://71.18.231.24/pdf/Key-Areas-Report.pdf>), 2005.

CHAUÍ, Marilena. **História do Povo Brasileiro: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno Tratado das Grandes Virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DÁVILA, Sergio. EUA recriam frota para América Latina. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 de abril de 2008. Caderno Mundo, p. A13. 2008.

DOLFUS, Olivier. Geopolítica do Sistema-mundo. In: SANTOS, Milton et al. (Orgs.). **O Novo Mapa do Mundo. Fim de século e Globalização**. São Paulo: Hucitec. 2002.

DUPAS, Gilberto. **O Mito do Progresso**. São Paulo: UNESP, 2006.

ELIAS, Norbert. **O processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1993.t

FALCON, Gustavo. **Os coronéis do Cacau**. Salvador: Iemanjá, 1995.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. v. 2, ed. 10. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FIORI, José. Luíz. Crises e Hecatombes. In: Jornal **Valor Econômico**. Caderno Opinião. 26/03/2008.

FONTES, Josefina. Vervoloet. **Turismo de Ilhéus. Vantagem Comparativa Versus Vantagem Competitiva**. Salvador: UFBA. 2001. Dissertação de Mestrado.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FURTADO, Celso. **Transformação e Crise na Economia Mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Capitalismo brasileiro: crescimento ou desenvolvimento. In: ZAHAR, J. **Uma lição de história de Fernando Braudel**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

\_\_\_\_\_. **Os Ares do Mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

\_\_\_\_\_. **Em Busca de Novo Modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GASPARETTO, Agenor. **O trabalhador rural na crise da lavoura cacauera** [www.socio-estatistica.com.br](http://www.socio-estatistica.com.br). Acesso em 10 de jun. 2005.

GRAMSCI, Antonio. **A Questão Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAY, John. **Falso Amanhecer: os equívocos do capitalismo global**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GUERREIRO DE FREITAS, Antônio e PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos ao Encontro do Mundo : a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul - Ilhéus 1534-1940**. Ilhéus-BA: Editus, 2001.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Anablume. 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo; Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, Max. **Teoria Crítica I: uma documentação**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

IANNI, Octavio. **Enigmas do Pensamento Latino Americano**. São Paulo: IFCH/UNICAMP. Jul/2005 (Primeira Versão).

ISNARD, Hildebert. **O Espaço Geográfico**. Coimbra: Almedina, 1979.

KUHN, Thomas A. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 5 ed. São Paulo: perspectiva, 1998.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos: ensaios de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEBRET, L. J. **Manifesto: por uma civilização solidária**. São Paulo: Duas Cidades, 1961.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MATOS, Olgária. **Discretas Esperanças**. São Paulo: Nova Alexandria, 2006.

MELIANI, Paulo Fernando. De Porto Cacaueiro a Destino Turístico: transição funcional e permanência do espaço derivado de Itacaré, município da Região Cacaueira da Bahia. Revista **Geografia**, Rio Claro-SP. v. 31, n. 3, p. 555-569, set/dez. 2006.

MELLO, João Manoel Cardoso de. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: 1982.

MESQUITA, Augusto Sávio. **Cooperativismo, cacauicultura e crise: uma análise da COOPERCACAU central no contexto da crise do agribusiness do cacau na Bahia**. Cruz das Almas – BA:UFBA, Escola de Agronomia. 1998.

MORIN, Edgar. **Educação e Complexidade: os setes saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2005.

MORUS, Thomas. **A Utopia**. Brasília: UNB, 1980.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de; SALIBA, Cibele. (org.). **A Era da Indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PEREIRA, Mirlei. Fachim. Vicente.; GONÇALVES, Amanda. Regina. O Ecoturismo em Brotas-SP: ação pública e privada na produção da localidade turística. *In: Geografia*, Rio Claro, v. 29, n. 2, p. 159-167, mai/ago. 2004.

PERROUX, François. **Ensaio Sobre a Filosofia do Desenvolvimento**. Lisboa: UNESCO, 1981.

POCHMANN, Marcio. **O Emprego na Globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Notas Introdutórias a Lógica Dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1968.

QUEIROZ, Lucia Maria Aquino de. A evolução do sistema institucional público do turismo baiano. *In: Bahia Análise & Dados*. Salvador: SEI v.11 n.2 p.20-28, setembro 2001.

RAMALHO, Hilton Martins de Brito; TARGINO, Ivan. **A Evolução das exportações Brasileiras de Cacau: uma análise do Período de 1950 a 2000**. 1º Workshop REDENORDESTE – Recortes Setoriais da Economia Nordestina – João Pessoa, 10 de Nov 2003. Capturado em: <http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.pdf>. Acessado em: 03/08/2008.

REVISTA BAHIAINVEST. **Caderno de Investimento Turístico**. Salvador, v. 04, n. 7, jun. 2006.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Limites da Categoria Globalização: os desafios da nacionalidade. **Experimental**. N. 3, p. 13-22, setembro de 1997. RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: fato e ferramenta. *In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (org). Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, Processos e escalas*. São Paulo: Max Limonad/CNPq, p. 194-212, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os Brasileiros**. 8 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.

RICUPERO, Rubens. Integração externa, sinônimo de desintegração interna? *In: Revista Estudos Avançados*. Vol. 14, nº 40. São Paulo. Set/dez 2000. Capturado em: [www.rubensricupero.com/artigos/est\\_avanc\\_sept\\_dec2000.htm](http://www.rubensricupero.com/artigos/est_avanc_sept_dec2000.htm)

RODRIGUES, Adyr Balestreri. **Turismo; Modernidade; Globalização**. São Paulo: Hucitec, 2002.

ROSSI, Paulo. **Naufrágio sem Espectador: a idéia de progresso**. São Paulo: UNESP, 2000.

SANTOS FILHO, J. M. Considerações sobre a crise da economia cacauceira. **Revista Bahia Agrícola**. Salvador: SEI. p. 25-27, 1995.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. A aceleração Contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: Santos, M. et al. (Orgs.) **Fim de Século e Globalização**. 4. ed. São Paulo: Hucitec/Ampur/Annablume, p. 15 a 22, 2002.

\_\_\_\_\_. et. al. **O papel ativo da geografia: um manifesto**. XII Encontro Nacional do Geógrafos. Florianópolis: LABOPLAN-USP, 2000.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais. Salvador-Ba, 2007.  
[http://www.sei.ba.gov.br/municipio/mapa/index\\_mapa.htm](http://www.sei.ba.gov.br/municipio/mapa/index_mapa.htm). Acesso em 10 abr. 2007.

SEMARH – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Salvador-Ba, 2008. :  
<http://www.semarh.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=APAENCAN&p=APAAPA>. Acesso em 10 mar. 2008.

SICM - Secretaria de Indústria Comercio e Mineração. **Projetos de Logística Bahia**. Salvador: SICM, 2008.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SORJ, Bernardo. **A Nova Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SOUZA, Jessé. **Patologias da Modernidade: um diálogo entre Habermas e weber**. São Paulo: Annablume, 1997.

TREVIZAN, S. D. P. e MARQUES, M. Impactos Socioeconômicos da Crise do Cacau: um estudo comunidade-caso. Ilhéus, Ba. **Revista Agrotrópica**. Vol. 14, nº 3. Set/Dez de 2002.

WHEEN, Francis. **Como a Picaretagem Conquistou o Mundo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

XAVIER, H. **A Percepção Geográfica do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.

YÁZIGI, Eduardo. **A Alma do Lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas**. São Paulo: Contexto, 2001.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)